

gradiva



PEDRO VIEIRA

TODOS OS PORTOS
A QUE CHEGUEI
VASCO ROCHA VIEIRA

PREFÁCIO
ANTÓNIO RAMALHO EANES

gradiva

© Pedro Vieira/Gradiva Publicações, S. A.

Revisão de texto Ana Isabel Silveira

Capa Armando Lopes (concepção gráfica)

Fotocomposição Gradiva

Impressão e acabamento Multitipo — Artes Gráficas, L.^{da}

Reservados os direitos para Portugal por Gradiva Publicações, S. A.

Rua Almeida e Sousa, 21 – r/c esq. — 1399-041 Lisboa

Telef. 21 393 37 60 — Fax 21 395 34 71

Dep. comercial Telef. 21 397 40 67/8 — Fax 21 397 14 11

geral@gradiva.mail.pt / www.gradiva.pt

1.ª edição Dezembro de 2010

Depósito legal 320 076/2010

ISBN 978-989-616-397-6

gradiva

Editor GUILHERME VALENTE

AO LEITOR

O título do presente livro

Trago dentro do meu coração,
Como num cofre que se não pode fechar de cheio,
Todos os lugares onde estive,
Todos os portos a que cheguei,
Todas as paisagens que vi através de janelas ou vigias,
Ou de tombadilhos, sonhando,
E tudo isso, que é tanto, é pouco para o que eu quero.

Estes são os versos iniciais de «Passagem das Horas», em *Poesias de Álvaro de Campos* (Fernando Pessoa), citados por Vasco Rocha Vieira, Governador de Macau, no discurso de despedida proferido na Sessão Cultural de 19 de Dezembro de 1999. Um dos versos citados — «Todos os portos a que cheguei» — foi tomado de empréstimo para título deste livro.

Índice

Prefácio	11
I. Lagoa, Moçambique, Lisboa	29
«Menino da Luz»	31
Dupla vocação	34
«Não» ao antigo professor	36
II. Do alto dos céus às Terras do Fim do Mundo	39
Pára-quedista e mergulhador	41
Minas e armadilhas	44
Levar a lancha ao Cuando	46
III. Triangulação com Eanes e Firmino Miguel	51
Engenheiro da Câmara	54
Contra o Congresso dos Combatentes	57
IV. O 25 de Abril no fuso horário de Macau	63
As ondas do 25 de Abril	67
A caminho de Lisboa	72

TODOS OS PORTOS A QUE CHEGUEI

V. O primeiro adeus ao Oriente	75
Inauguração da Ponte da Taipa	78
<i>Flash</i> fatal	80
Director da Arma de Engenharia	82
VI. Do 11 de Março ao 25 de Novembro	89
«Peça fundamental do 25 de Novembro»	92
Moderado mas duro	103
VII. A hora das escolhas	107
À procura de um Presidente	109
Punição de Otelo	111
«Partir pedra»	114
Freitas «alarma» Conselho da Revolução	116
VIII. Bombas ao retardador	119
As armas de Edmundo Pedro	121
A promoção de Lemos Pires	125
Diferendo com Vasco Lourenço	128
IX. O Exército segundo Rocha Vieira	137
Virar a página africana	140
Aliados de braços abertos	142
Os amigos americanos	146
X. Por dentro da NATO	149
O regresso do filho pródigo	151
Esforço modernizador	153
Xá e pacifismo	157
XI. Pausa antes do anticiclone dos Açores	161
Apoio a Soares	164
Primeiros choques com Mota Amaral	165
Sarah e André em lua-de-mel	169

ÍNDICE

XII. Guerra e paz	175
«Guerra das bandeiras»	179
Encontro com José de Almeida	182
«São 9 horas no Continente e na Madeira, 8 nos Açores»	184
A reconciliação	188
XIII. Uma nova missão	191
Surpresas à chegada	194
Cofres vazios	197
As terras a quem as paga	200
XIV. Do aeroporto ao edifício da Justiça	203
Pequim, o benefício da dúvida	207
A nova Macau	210
O destino de uma estátua	214
Não à pena de morte	216
XV. A questão da Fundação Oriente	219
Cresce a polémica	222
A posição de Cavaco Silva	226
Protocolo com o governo de Macau	229
Parecer da Assembleia Legislativa	231
XVI. Convergências em Pequim	233
Em busca de um entendimento	235
«Saco azul»	238
A visita de Mário Soares	241
XVII. Governador põe lugar à disposição	245
Sampaio queria mudar o Governador	248
Secretários-adjuntos tirados a ferros	252
XVIII. Mudam-se os governos e as vontades	261
Com Soares e Cavaco	263
Rocha Vieira menos ouvido	267
Fim da ligação da TAP a Macau	268
Uma escola portuguesa, com certeza... ..	272

XIX. Opções inadiáveis	279
«Não estou convencido, nem concordo»	281
Revisão do contrato do jogo	285
Assessor e «perturbador»	288
Telefone cifrado	291
XX. Na rota de Roma e Bruxelas	295
Convite a João Paulo II	297
Acordo com a CEE	301
XXI. O choque das extradições	307
Revogado em Lisboa, em vigor em Macau	309
«Refúgio de criminosos»	314
Do tribunal para o avião	318
XXII. O desafio da segurança	321
Resposta imediata	324
Gurkas contratados	328
Juiz Estrela	330
XXIII. Tropas, uma batalha diplomática	333
Preparados para resistir	338
Macau e Hong Kong são diferentes	343
XXIV. A bandeira do adeus	351
Memória de um gesto	354
Uma ementa para a história	359
24 horas na vida de Leonor	361
XXV. No avião de regresso	369
A questão da Falun Gong	371
Perguntas à chegada	375
«Desempregado de luxo»	378
«Um milhão de votos já tem»	382

ÍNDICE

XXVI. Uma ponte Macau-Portugal	387
Resposta a uma preocupação	389
Fundação Jorge Álvares em gestação	391
XXVII. Tempos e modos	401
A história de um artigo	407
XXVIII. Condecoração tardia e sigilosa	413
Desconhecimento inexplicável	414
Um Governador sem nome	424
XXIX. O capítulo que faltava escrever	429
Sabor português	433
«Estamos lá e não estamos»	435
«Recebemo-lo como amigo»	438
Epílogo — Testemunho e memória	443

Prefácio

Se outras razões não existissem, e existem, a acção de liderante e competente excelência de Vasco Rocha Vieira no processo de devolução de Macau à administração chinesa suficiência teria para que eu aceitasse prefaciá-la esta obra — *Todos os Portos a Que Cheguei* — como obrigação devida, certamente, mas como privilégio também.

Confessar devo, no entanto, que foi tal a excelência da sua acção em Macau enquanto executivo, estrategista e líder, que não só me surpreendeu como me fez reconhecer que ultrapassara o que eu próprio sugerira (em conferência que proferi, a 4 de Abril de 1992, na Fundação Bissaya-Barreto, quando forte preocupação me merecia a situação vigente em Macau). Pela sua excepcional, exemplar e patriótica acção e também por, através dela, nos ter permitido encerrar com dignidade o nosso ancestral ciclo imperial, bem merecia Vasco Rocha Vieira os encómios do Estado e do Povo portugueses.

Surpresa que tive de reconhecer ser fruto apenas de alguma precipitação minha. E assim porque conhecia bem Vasco Rocha Vieira, aquilo de que ele era capaz; enfim, a aventura da sua vida e acção que o livro de Pedro Vieira *Todos os Portos a Que Che-*

guei retrata, com tanta sobriedade quanto rigor, contextualizando os eventos mais significativos, nacional e internacionalmente, e descrevendo todos os portos a que Vasco Rocha Vieira chegou com um estilo de escrita muito atractivo e de apeteçível leitura.

Sabia que Vasco Rocha Vieira tivera a graça de passar a sua infância em Moçambique, onde desfrutou de liberdade, pôde espriar os olhos e a imaginação por vastos horizontes, sem muros, e conviver com a natureza e com os africanos, o que terá alicerçado a sua personalidade, que viria a ser livre e aberta, despida de preconceitos.

E o valor desta interacção melhor se percebe quando se atende a que a natureza lhe prodigalizou invejáveis talentos de espírito (discernimento, argúcia, capacidade de julgar e inteligência prudencial) e lhe facultou uma nobre panóplia de qualidades de temperamento (coragem, decisão e constância de propósitos). E sabia eu — sabia bem — que destes afortunados dons naturais uso ético, competente e eficaz sempre fez porque se dotara de um forte e bom carácter, que o levaram sempre a protagonizar acções de excelência e sucesso.

Na verdade, como o livro *Todos os Portos a Que Cheguei* bem demonstra, excelente e bem sucedida foi a sua acção escolar, educativa, profissional, desportiva, o seu trabalho de engenheiro, o desempenho das suas funções militares, das político-militares e das políticas.

A frequência do Colégio Militar, com os pais ausentes em Moçambique, circunstâncias especiais oferece a Vasco Rocha Vieira para se abrir à amizade e à solidariedade, com afecto, seguramente, mas também com distante racionalidade. Assim, surpresa não é que, desde muito cedo, se tivesse independentizado no pensamento, na acção e no juízo responsável das respectivas consequências.

Concluiu o ensino secundário com 16 anos, ingressando a seguir na Escola do Exército, com o propósito de responder ao que julgava ser a sua vocação — ser engenheiro e ser militar. Terminado o primeiro ano, concorreu, com outros cadetes, a uma

das 10 vagas abertas para o curso de Engenharia Militar, que implicava a frequência do Instituto Superior Técnico e tinha a duração total de sete anos de formação, seguidos de um oitavo, o do tirocínio, na Escola Prática de Engenharia, em Tancos.

Sem descurar de responder com excelência às exigências do curso — bem atestada pelos prémios nacionais e internacionais que lhe são atribuídos —, tempo, vontade e entusiasmo descobriu e investiu, quer na prática desportiva (praticante, de mérito, foi de hipismo, esgrima, ténis, atletismo, rãguebi de 7 e futebol), quer na dinamização associativo-desportista da sociedade civil (exercendo as funções de dirigente do Centro Desportivo Universitário de 1962 a 1964), quer ainda na iniciação militar de novos alunos da Academia Militar (no dizer de Luís Valença Pinto, actual chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas: «Eu ouvi o jovem alferes Vasco Rocha Vieira dizer [...] aquilo que ainda ninguém [...] tinha conseguido dizer [...] sobre a condição militar», p. 40, adiante).

Outro tanto se passaria mais tarde com o Curso de Estado-Maior, a que foi chamado por nomeação. Apesar das reconhecidas exigências do curso, frequentou-o Vasco Rocha Vieira com excelentes notas, sem abdicar da actividade de engenheiro que exercia na Câmara Municipal de Lisboa. Neste curso oportunidade teve de mais aprofundadamente se debruçar sobre matérias civis de relevante importância, como são, por exemplo, Direito Internacional e Economia.

Com natural predisposição para liderar, intuía que para bem dirigir os outros necessário é terem-se criado hábitos virtuosos, que só se adquirem pela prática repetida de acções pessoais. E assumir conscientemente o risco, numa prática desportiva que seja, é criar o hábito de vencer o medo inibitório, é encará-lo e responder-lhe com cuidada e observante racionalidade. Aliás, a sua percepção do desporto como escola de aquisição de bons hábitos e assim de humanizante liderança, leva-o a dizer, à revista angolana *Notícias*, em 1967: «Para mim, pára-queda não é unicamente um desporto, é mais do que isso. [...] É [...] o domínio

total de si próprio, dos seus movimentos e até do medo. É a força do espírito que se deve impor sempre às nossas reacções» (p. 42).

Para além das modalidades desportivas em que se destacara, e do pára-quedismo (em que conquista o título de campeão nacional, em 1970), tempo e disposição encontrou ainda Vasco Rocha Vieira para se dedicar ao mergulho.

Terminado o curso de Engenheiro Militar, é nomeado, em 1965, para o Regimento de Engenharia de Angola, onde, sendo o capitão mais novo, lhe coube, inicialmente, o arriscado trabalho de desactivar bombas lançadas pela Força Aérea e que, não tendo explodido, a guerrilha reciclava na montagem de armadilhas às tropas contra-insurreccionais. Missão de grande perigo esta, a que se seguiu, em 1967, a de «pilotar» rodoviariamente uma LDP (Lancha de Desembarque Pequena), que pesa umas toneladas, através de Angola, de Luanda até às Terras do Fim do Mundo, não raro através de zonas de actuação da guerrilha. Nos 1800 km percorridos nos dois meses que demorou a missão, a capacidade de comando de Vasco Rocha Vieira a todas as dificuldades respondeu com reconhecida liderança, imaginação, capacidade de resistência, organização e mesmo de improvisação.

Ao regressar de Angola, e depois de alguns meses de serviço no Batalhão de Engenharia N.º 3 (BE3), no Campo Militar de Santa Margarida, é colocado na Academia Militar como professor, onde também eu desempenhava funções. Só então tive oportunidade de o conhecer e de me aperceber da sua ímpar qualidade, ética nomeadamente, que cedo teria ocasião de mostrar.

Preocupado com a degradação da imagem das Forças Armadas, um grupo de oficiais resolveu proceder a uma reflexão conjunta sobre as relações entre o Exército e a sociedade civil. Dessa reunião conhecimento viria a ter o subsecretário de Estado do Exército, que pretendeu aplicar uma punição exemplar, punindo-me só a mim, o redactor dos relatos das reuniões. Contra esta anunciada medida muitos oficiais — de entre os quais se destacou, pela sua liderante acção, Vasco Rocha Vieira — subscrevem um documento em que assumem inteira e conjunta responsabili-

dade e exigem que não haja punições ou que, alternativamente, todos sejam punidos. Perante esta reacção, o poder político-militar resolveu esquecer o incidente.

Mais tarde, um grupo de oficiais resolveu contestar a finalidade do Congresso dos Combatentes (com o declarado propósito de reforçar a frente integracionista do velho salazarismo), denunciando a instrumentalização política da instituição militar mediante um abaixo-assinado (sustentado por mais de 400 oficiais e subscrito, em seu nome, por dois dos mais condecorados oficiais do Exército e da Armada¹) que acabou não só por representar uma ruptura na ideologia formal das Forças Armadas (consubstanciada por hierarquia, unidade e disciplina), mas também por atestar a vulnerabilidade do regime. Não perceberam, pois, instituição militar e poder político, que tinham permitido abrir uma caixa de Pandora...

Sem que previamente cuidasse de consultar os comandos e as unidades, decidiu o poder político publicar o diploma 353/73, que ignorava por completo questões como a antiguidade, a formação e o prestígio dos oficiais saídos da Academia Militar e abria o quadro permanente a actuais e antigos oficiais milicianos. Este diploma seria, na verdade, o detonador do mal-estar há muito existente nas Forças Armadas, a causa imediata da transferência do epicentro da crise que desaguaria no 25 de Abril.

Nos actos iniciais deste processo militar participou Vasco Rocha Vieira até à sua nomeação para chefe do Estado-Maior do Comando Territorial Independente de Macau, o que terá impedido que viesse a ter, como seria de esperar, posição de protagonismo, dada a sua personalidade e as suas anteriores acções de contestação a decisões ao regime.

Em 1973 desembarca em Macau, numa fase de «precário [...] equilíbrio no relacionamento com a República Popular [...] [em que] a liberdade e a autonomia da administração de Macau acaba-

¹ O comandante da Armada Rebordão de Brito e o alferes comando africano (da Guiné) Marcelino da Mata.

vam onde começavam os interesses e a vontade do seu poderoso vizinho» (p. 63).

É neste periclitante quadro que a notícia da Revolução de Abril chega a Macau. Muitos militares, seduzidos, alguns, pelas sereias do progressismo revolucionário, determinados, outros, por fidelidades partidárias e ainda influenciados, alguns, por ambições pessoais de protagonismo, de forma imprudente pretendem decalcar em Macau modelos de resposta adoptados nalgumas colónias e em Portugal. E só não levaram a cabo tão imprudente quão desditoso propósito devido a Vasco Rocha Vieira. A ele, Macau e Portugal ficaram a dever um trabalho que bem poderia ser classificado de politicamente exemplar.

Na verdade, foram o seu juízo prudente e o seu conhecimento do passado e presente do território, o cuidado exame das específicas condições de Macau relativamente à China, nomeadamente os seus recursos intelectuais, a sua capacidade de liderança e o seu carácter, que lhe permitiram abarcar a complexidade da reacção dos oficiais de Macau ao 25 de Abril e responder-lhe com adequado gesto. Concorde que o 25 de Abril impõe mudanças, e que elas devem ser feitas, mas feitas com estratégica inteligência. Consegue acalmar os ânimos mais exaltados, mas percebe não ter conseguido apagar o fogo contestatário contra o Governador. Tal conseguiria através da visita ao território do ministro Almeida Santos, em audiência em que Vasco Rocha Vieira se faz acompanhar de alguns dos oficiais contestatários e em que propõe a nomeação imediata de novo Governador, que entendia dever ser o major Garcia Leandro, que só seria empossado depois do termo do mandato do Governador em exercício. Creio que terá sido, aliás, a responsabilidade que sentiu na nomeação do novo Governador que o terá levado a aceitar o convite, que este lhe dirigiu, para secretário-adjunto para as Obras Públicas, a sua primeira função política.

Eleito pelos seus pares, no Verão Quente de 1975, director da Arma de Engenharia (função que acumularia com a de director de Fortificações e Obras Militares), é mandado apresentar-se em

Lisboa pelo chefe do Estado-Maior do Exército, que pretendeu graduá-lo em general. Contrapôs-lhe Vasco Rocha Vieira que o fosse em brigadeiro. E fê-lo porque, sendo um homem de missão, entendia que era essa a graduação que melhor servia a unidade e o desempenho nos serviços de Fortificações e Obras Militares, que tinham por subdirector um brigadeiro com mais antiguidade que Vasco Rocha Vieira.

Sabendo bem do interesse dos actos simbólicos na vida das instituições e da importância de que se revestem para nelas transmitir mensagens de direcção e mobilização, questão fez de ser empossado em acto público, a que assistiu o pessoal civil e militar, que encheu a sala de cerimónias e ouviu com atenção o seu discurso. Problemas não teve com o seu pessoal, o que muito raro era em 1975. Soube mobilizá-lo e travar muitos excessos e desvios. Natural é que assim tivesse sido porque, num tempo de incertezas e mudanças, como era o que se vivia, Vasco Rocha Vieira era já um militar que inspirava confiança, sobretudo entre os seus pares.

Perante a múltipla deriva revolucionária configurada, e em confronto com um poder político fragmentado e ele próprio em interacção conflitual, com explosivas e preocupantes manifestações — como aconteceu a 28 de Setembro de 1974 e 11 de Março de 1975 —, muitos militares entendiam que o MFA devia, e prometera, fidelidade ao Povo, e que se impunha retomar a fidelidade democrática de Abril, consignada no programa do MFA. É na perspectiva de um confronto armado que se entende e decide criar, paralelamente à instituição militar (então em perturbação institucional incontrolada), uma organização militar, pequena mas com força, determinação e comando, capaz de enfrentar, se necessário fosse, qualquer tentativa armada de conquista do poder político.

Por incumbência dos meus camaradas (entre eles Melo Antunes, líder ideológico do Grupo dos Nove), cabe-me, a partir de Julho de 1975, coordenar o trabalho de organização. Para lhe dar cumprimento, muitos contactos estabeleci com camaradas de

reconhecida competência e prestígio militar, e foi nesse percurso de selectiva mobilização que contactei Vasco Rocha Vieira e o apresentei aos restantes elementos. Pronta foi a sua disponibilidade, e insubstituível seria a sua colaboração, sempre realisticamente lúcida, crítica, imaginativa, competente. Neste processo e na concretização do 25 de Novembro, justo é que se refira também a acção imprescindível e de inquestionável mérito de Loureiro dos Santos, José Pimentel, Valença Pinto, Aventino Teixeira, Tomé Pinto, Garcia dos Santos, Monteiro Pereira, Aurélio Trindade, Firmino Miguel, José Manuel Barroco e Jaime Neves.

Só depois do 25 de Novembro viriam a surgir problemas com o seu pessoal, que, aliás, resolveu com inteligente competência e oportuna e eficaz determinação. O seu conhecimento e a sua liderança levaram-no a não ser indulgente com faltosos, a dar peremptoriamente as ordens necessárias, tanto a amigos como a adversários, a compreender mas não tolerar preconceitos atentatórios da indispensável lógica institucional de autoridade e disciplina.

Terminado este período, terminada não foi a sua decisiva participação em muitas das respostas que a mudança da situação político-militar acabou por gerar ou aconselhar. Aconteceu assim, por exemplo, com a discussão do Pacto MFA-Partidos políticos e com a redacção do Segundo Pacto e ainda com a discussão sobre a importante questão do urgente reconhecimento da independência de Angola (que tinha tido lugar a 11 de Novembro de 1975).

«Foi para que a Nação assumisse a plenitude das suas responsabilidades históricas e políticas»² que o MFA eclodiu, e foi para devolver às Forças Armadas a fidelidade a esse grande propósito que o 25 de Novembro se fez. Aprovada a Constituição, cabia ao Conselho da Revolução contribuir para que a democracia constitucional pluralista verdadeiramente se consubstancializasse, tudo fazendo para que as Forças Armadas estivessem à altura da missão nacional e democrática de velar pela segurança nacional e pela paz pública, com respeito pela sua ideologia formal ou orgâ-

² Eduardo Lourenço, *Os Militares e o Poder*, Lisboa, Arcádia, 1975, p. 95.

nica (hierarquia, disciplina e unidade), com competência, doutrina e actualizados meios — um sinal de sucesso comprovativo de que a legitimidade democrática se consolidava.

Também na definição da posição política a adoptar perante a eleição presidencial papel de relevante importância viria a ter Vasco Rocha Vieira, que perfilhava a posição de que a defesa da democracia e a reinstitucionalização e actuação democrática das Forças Armadas se deveriam fazer privilegiadamente na frente política. Defendia assim que mais importante que eu permanecer na chefia do Exército poderia ser ficar na chefia do Estado — tese que o Grupo dos Nove, com Melo Antunes, maioritariamente adoptou, em reunião no Forte de São Julião, a 26 de Abril de 1976, na qual os membros do Exército no Conselho da Revolução decidiram sugerir que me candidatasse à eleição presidencial (houve então dois votos contra — «o do próprio escolhido e o de Vasco Lourenço, que considerou que ele deveria continuar a chefiar o Exército», p. 111).

O meu afastamento do comando do Exército levou-me a escolher Vasco Rocha Vieira para o chefiar. Ao aceitar assumir estas funções (a 19 de Julho de 1976), define um grande propósito: a passagem de um modelo orientado para a Guerra do Ultramar para um modelo de regresso à Europa, no quadro da Guerra Fria, dotando «o Exército de ‘uma componente de projecção de poder’, de modo a sustentar a reintegração de Portugal na comunidade internacional» (p. 141), e permitir assim o restabelecimento de uma cooperação internacional que o 25 de Abril quebrara.

Consegui Vasco Rocha Vieira mobilizar vontades e proporcionar unidade operativa impondo-se junto dos mais velhos (nomeadamente dos generais, que seriam à volta de 20 anos mais velhos do que ele) e perante os mais novos («fazendo-lhes ver que para chegarem a funções elevadas tinham de ter uma carreira e dar importância ao mérito», p. 115).

Enquanto chefe do Estado-Maior do Exército, brilhante foi a actuação de Vasco Rocha Vieira, erigida no confronto com situações difíceis, que sempre resolveu com competência, determina-

ção e ética. Entre as dificuldades maiores que enfrentou, referências merecem o desrespeito por parte de Otelo da determinação de os militares no activo não poderem expressar publicamente posições de natureza política; o caso de uma carrinha com 35 espingardas G3 interceptadas na Margem Sul; a promoção a coronel de Lemos Pires; a manifestação de indisciplina de um grupo de capitães que tiveram de frequentar um estágio por terem sido promovidos sem receberem a formação associada à subida de posto; a promoção a major de Vasco Lourenço; e o conflito de Vasco Rocha Vieira com Vasco Lourenço, que levou a que, enquanto chefe do Estado-Maior das Forças Armadas no exercício da função de Presidente da República, e atendendo sobretudo às implicações políticas, nomeadamente no Conselho da Revolução, me tivesse visto «forçado» à exoneração de ambos — de Vasco Rocha Vieira de chefe do Estado-Maior do Exército a 30 de Março, e de Vasco Lourenço de Governador Militar de Lisboa, após a respectiva aprovação pelo Conselho de Revolução, no dia seguinte. Disse, a propósito, Vasco Rocha Vieira: «Tive a consciência de que era muito importante vencer esta etapa, mesmo com o sacrifício de chefe do Estado-Maior, desde que essa via revolucionária fosse superada» (p. 134).

Após Vasco Rocha Vieira deixar a chefia do Exército, entendi que a solução que melhor respondia à sua situação e ao interesse das Forças Armadas e do País seria colocá-lo em lugar institucional de grande responsabilidade e muito exigente em capacidade de iniciativa. Optou-se, com o acordo de Vasco Rocha Vieira, pelo lugar de representante militar português no SHAPE (Supreme Headquarters Allied Powers, Europe), em Mons, na Bélgica, para onde se deslocou com a mulher, Leonor (sempre disponível para aceitar as inevitáveis implicações na sua carreira profissional e na vida familiar), e os seus dois filhos — Pedro, com pouco mais de um ano, e João, com 3 meses.

Nesta missão, que Portugal pela primeira vez desempenhava com um representante residente, se empenhou Vasco Rocha Vieira, de 1978 a 1982, com inegável brilho e sucesso. A sua

juventude e a da sua mulher, a capacidade de comunicação e a simpatia de ambos e a sua actividade social (com a preocupação de dar visibilidade a Portugal e de chamar, implicitamente, a atenção para a sua condição de normalidade democrática) produziram amizades importantes, que interferência tiveram em decisões institucionais favoráveis a Portugal.

À sua acção, por vezes bem mais política do que militar (como era exigido pelas circunstâncias), se ficaram a dever a abertura da estrutura do principal quartel-general da Aliança Atlântica na Europa a oficiais portugueses, que passaram a integrar as principais secções do *staff* do SHAPE; o apoio da NATO à instalação de um novo sistema de defesa aérea — o SICCAP, Sistema de Comando e Controlo Aéreo de Portugal — com diversas estações de radar no País; a participação da NATO no projecto de um *pipeline* de ligação dos terminais de Leixões e Sines, e que não foi por diante, por desinteresse da parte portuguesa; a abertura da NATO à participação das tropas e comando na Allied Mobile Force (o que, a ter acontecido, poderia proporcionar a Portugal importância internacional, política e militar); e a devolução plena do estatuto NATO-nuclear a Portugal.

Neste tempo de percurso profissional, mostrou ainda que a sua opção profissional era a militar e não a política. E fê-lo recusando dois convites para exercer funções ministeriais, formulado o primeiro por Mota Pinto (em 1978) e o segundo por Sá Carneiro e Freitas do Amaral (Aliança Democrática, em 1980).

Do SHAPE transitou, em meados de 1982, para o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), onde frequentou o curso superior de Comando e Direcção de acesso a oficial general. Concluído o curso, ficou mais um ano no IAEM como docente, altura em que fez o curso de auditor de Defesa Nacional no Instituto de Defesa Nacional, do qual foi subdirector de Julho de 1984 a Julho de 1986.

Depois de aceitar o convite do primeiro-ministro Cavaco Silva para Ministro da República para os Açores, Vasco Rocha Vieira seria nomeado para aquele cargo pelo Presidente da República Mário Soares, apesar do parecer negativo da Assembleia Legisla-

tiva e do Governo Regional dos Açores. Chega à ilha da Terceira, a 21 de Julho de 1986, com Leonor, Pedro, João e o filho mais novo, entretanto nascido, Filipe, com 1 ano e pouco.

A situação política nos Açores era então de definição conflitual do propósito e limites políticos da autonomia, que o primeiro-ministro apresentaria a Vasco Rocha Vieira: «A autonomia não está consolidada e precisa de uma pessoa independente, com visão e sentido de Estado, que faça bem a ligação entre a Região e o Governo da República» (p. 166).

Conflitualidade frontal, sistemática, a do Governo açoriano, cuja estratégia terá sido aproveitar todas as oportunidades, em todas as frentes, na nacional e na internacional, que conferissem ao poder político regional maior dimensão, operacionalidade e simbolismo, passíveis de, progressivamente, o conduzirem, pelo menos, a igualizar-se com o poder político nacional. Estratégia que exige um procedimento quotidiano de conflito, de afronta, não à pessoa de Vasco Rocha Vieira, mas ao Ministro da República, distinção que, há que reconhecer, muito difícil é, quase sempre, de fazer.

Esclarece-nos esta obra — esclarecimento que não surpreende quem conhece Vasco Rocha Vieira — que as intensas e muito frequentes acções tácticas de «cerco e destruição» contra si, e contra o seu entendimento de autonomia tranquila, não alcançam afectar o seu incumbente propósito e não conseguem prejudicar o seu empenho em bem realizar o objectivo de «contribuir para o desenvolvimento e para a resolução dos problemas locais, para o bem-estar da população dos Açores e harmonização dos interesses regionais e nacionais» (p. 167), tudo tratando em termos de missão e de concertação equilibrada e solidária de interesses.

Vasco Rocha Vieira não era, pois, um homem que procurasse conflitos ou que alimentasse confrontos. Mas fugir-lhes não aceitava sempre que em jogo estavam questões de interesse nacional. Aconteceu, assim, nas seguintes situações: nunca hesitou em remeter ao Tribunal Constitucional os diplomas da Assembleia Regional dos Açores e do Governo Regional sempre que entendeu que «iam contra o princípio da autonomia ou da unidade do Estado»

(p. 180); na chamada «guerra das bandeiras», em 1986, em que a acção desenvolvida por Vasco Rocha Vieira levaria o Presidente da República a vetar politicamente o Estatuto Político-Administrativo, que punha em situação de igualdade a bandeira e hino da Região com a Bandeira e o Hino Nacionais (coerentemente considerados símbolos de soberania); a pretensão do Governo Regional dos Açores de impedir o contacto entre o Ministro da República e a sociedade civil açoriana. Conflitos estes a que muitos outros se somaram, e pelos quais, mais tarde, na inauguração da Expo'98, Mota Amaral viria a apresentar desculpas a Vasco Rocha Vieira e sua mulher.

Em 1991, volta Vasco Rocha Vieira a ser chamado para nova e importante missão, desta vez pelo Presidente da República Mário Soares, que o convida para Governador de Macau, dizendo-lhe lapidarmente: «Preciso de si. Vá para Macau e veja se põe aquilo na ordem» (p. 191).

Aceita Vasco Rocha Vieira o convite-desafio e, numa demonstração de prudencial inteligência e de competência também, não se esquece de dialogar com o Governo e de lhe mostrar a indispensabilidade do seu apoio, e da promessa de apoio receber, para a sua acção governativa em Macau.

Ao chegar a Macau, preocupa-se inteligentemente em transmitir uma só mensagem, ou melhor, uma tarefa de norteante e geral teor configurante: «‘Dar um sentido ético, dar autoridade, dar regras’ à vida de Macau» (p. 195).

Apesar das responsabilidades do Governo assumidas perante a República Popular da China na Declaração Conjunta Luso-Chinesa, Macau estava sem Governador há cerca de sete meses, o que não poderia deixar de degradar, como de facto degradou, a situação no território, inclusivamente a financeira, responsável, na altura, pela dívida de 382 428 245 patacas ao fundo da futura Região Administrativa Especial de Macau.

Fácil nunca seria a governação de Macau, dada, sobretudo, a sua situação de manifesta vulnerabilidade relativamente à China, com a qual Portugal manteve «através dos séculos um diálogo

assimétrico, ambíguo e por vezes incoerente»³; a «sobreposição e uma certa interpenetração de competências» (p. 227) entre o Presidente da República e o Governo da República relativamente a Macau, e que a Declaração Conjunta Luso-Chinesa, em vigor desde 1 de Janeiro de 1988, potencialmente agravou, ao estabelecer que o Governo da República Portuguesa seria responsável pela administração de Macau.

Assim, neste quadro contraditório de necessidades (sobretudo das decorrentes da Declaração Conjunta) e de competências (do Presidente da República e do Governo, estatutariamente estabelecida), importava que o Governador fosse, também, um hábil gestor da mediação entre o Presidente da República e o Governo, de maneira a anular ou minimizar o efeito daquelas contradições, a garantir a unidade e a eficácia do Estado na negociação com a República Popular da China e a satisfazer os compromissos assumidos com a China relativamente a Macau.

Para credibilizar e substancializar a tarefa a desempenhar, para mostrar que tem poder, empenha-se em mostrar autoridade (em ganhar a confiança das autoridades de Macau e da China), procedendo à substituição de todos os secretários-adjuntos, invocando apenas, e só, a questão política.

É pois a partir desta inteligente e clara base de partida que responsabilmente define, configura e operacionaliza, que Vasco Rocha Vieira inicia a sua governação, a que a história de Macau e a tradição portuguesa não poderão deixar de conceder lugar de relevo, pela sua preocupação ética, pela sua competência, pela sua mobilização, pelo seu patriotismo, pela sua eficácia e até pelo respeito e mesmo admiração que mereceu das tão negocialmente exigentes autoridades chinesas. Governação que nesta obra se pormenoriza com rigor e suficiência, e que mostra bem que este êxito exemplar se deve às excepcionais qualidades executivas, estratégicas e de liderança de Vasco Rocha Vieira.

³ José Manuel Duarte de Jesus, *Faces da China. Cultura, História e Diplomacia*, Lisboa, Editorial Inquérito, 2007, p. 85.

Acção governativa exemplar a de Vasco Rocha Vieira, que executada é em dois tempos, aliás bem diferentes.

No primeiro tempo, disponibilizadas são a Vasco Rocha Vieira pelos órgãos de soberania (Presidente da República Mário Soares e Primeiro-Ministro Cavaco Silva) todas as condições, reconhecendo-lhe capacidade, política nomeadamente, para, com autonomia, que a oportunidade circunstancial diversa aconselhava, decidir em nome de Macau e do País.

Entendeu a China, como seria de esperar, que Vasco Rocha Vieira «era firme e [...] queria ser recto e transparente» (p. 201), mas também representava uma frente política nacional coesa, unida nos propósitos, nos meios e mesmo nos actores.

Nesse primeiro tempo foram lançadas as grandes linhas da política para Macau e foram discutidos os principais pontos relativos ao futuro do território. Graças ao clima de confiança mútua, ficou definido o rumo do processo de transição.

Um segundo tempo, bem diferente do primeiro, viveu a governação de Vasco Rocha Vieira entre 9 de Março de 1996 e 19 de Dezembro de 1999, sendo então Presidente da República Jorge Sampaio e primeiro-ministro António Guterres.

Vasco Rocha Vieira, que pusera o seu lugar à disposição do Presidente da República, a 14 de Janeiro de 1996, é confirmado na função de Governador pelo Presidente. Aos motivos dessa decisão se refere o Presidente da República aquando da sua primeira visita a Macau (em Fevereiro de 1997), dizendo: «Os méritos evidenciados por V. Ex.^a na condução dos destinos do Território [...] tornaram inequívoca a decisão que tomei de reconduzir V. Ex.^a como Governador de Macau e de manifestar, então como agora, a integral confiança do Presidente da República em V. Ex.^a e no modo como saberá exercer a sua função ao serviço desta comunidade» (p. 252).

Decisão esta a do Presidente que, por ser tão clara nas suas razões e propósitos, exigia, até por mera preocupação de coerência e eficácia governativa, que ao Governador fossem proporcionados, tal como aconteceu no primeiro tempo, todas as condições

e meios necessários para bem responder às implicações executivas, estratégicas e de liderança da governação, no período crítico final do processo de transferência de Macau para a China. A verdade é que, como esta obra refere, tal não aconteceu. As dificuldades levantadas ou criadas nas três grandes áreas de implicação crítica da governação — executiva, estratégica e liderança — repetiram-se, como refere Vasco Rocha Vieira, com frequência e objectiva orquestração, ao ponto de mencionar que «a situação poderia ter-se complicado se as questões centrais para o futuro de Macau não estivessem já resolvidas ou a caminho de uma solução» (p. 268).

Na verdade, interferências negativas na importante dimensão executiva da acção governativa tiveram lugar. Assim, tal aconteceu logo na nomeação dos novos secretários-adjuntos, cuja proposta, apresentada por Vasco Rocha Vieira, foi recusada pelo Presidente. Outro tanto aconteceu com as prolongadas estadas e com a actuação de um consultor do Presidente em Macau.

Interferência negativa frequente terá havido também na implicação estratégica da acção governativa. A atestá-lo, situações e factos diversos se apontam nesta obra. Nela, e a propósito, se refere: «Não foi só o estilo que mudou [...] mudou [...] também a articulação com a primeira figura do Estado e com o Governo, complicando a tomada de decisões e enfraquecendo a posição de Portugal no relacionamento com os Chineses» (p. 261).

Interferência negativa, frequente, houve também na implicação da liderança na acção governativa. Não raras foram as manifestações de menos confiança do Presidente no Governador, situação que afectava o poder e a autoridade deste, e a confiança nele depositada pelos seus interlocutores institucionais. Significativa, a este propósito, parece ser a conversa de um credenciado consultor do Presidente com o Governador, em Julho de 1997: «Tinha havido problemas de entendimento mas que já não havia nem tempo para mudanças nem condições para pôr em Macau a pessoa que tinham querido pôr» (p. 293).

Apesar de todos os obstáculos e dificuldades, a acção governativa de Vasco Rocha Vieira em Macau foi de exemplar competência, de reconhecida eficácia e sucesso, e de reconhecido patriotismo. Prestigiou o País e permitiu à Nação encerrar com dignidade a sua gesta imperial.

Vasco Rocha Vieira dotou Macau de especiais condições, internas e internacionais, que em muito potenciaram o seu interesse para a China e contribuíram decisivamente para o sucesso da transferência, ao actuar na adequação dos diferentes subsistemas sociais (educação, saúde, justiça, etc.); ao manter um clima de dialogante abertura, legítima exigência e cuidada transparência para condições criar para um salutar relacionamento de Portugal com Macau e com a China (o qual, mais tarde, a República Popular da China viria a reconhecer, ao convidar Vasco Rocha Vieira e sua família a visitar o país e ao dispensar-lhe, no decorrer da visita, tratamento especial).

Merecedor era Vasco Rocha Vieira da distinção da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito com que a Nação assinala, ao Povo, os seus melhores filhos, para a todos servirem pelo menos de exemplo e de motivo de reflexão. Tal não aconteceu, o que, só por si, já é surpreendente e incompreensível; mas, mais surpreendente e mais incompreensível foi assistir à tentativa de assassinato cívico de um homem que tanto serviu o País, perpetuado através da manipulação comunicativa da chamada questão Fundação Jorge Álvares, situação em que ainda mais surpreendente e mais incompreensível foi não ver o Presidente da República esclarecer publicamente esta questão, cuja génese e evolução — segundo esta obra — ele bem conhecia, ao ponto de ter exigido que a sua administração fosse de nomeação governamental.

Apesar dos feitos excepcionais, do excepcional mérito e da lealdade à Pátria, nada deve a Nação⁴ a Vasco Rocha Vieira, pois,

⁴ A Nação é um conjunto de pessoas que são herdeiras ou que adoptaram uma cultura.

TODOS OS PORTOS A QUE CHEGUEI

como disse Eduardo Lourenço, «uma Pátria não deve nada a ninguém em particular. Ela deve tudo a todos»⁵. Mas o Estado e o Povo⁶, esses, sim, muito lhe devem. Muito lhe estão a dever.

ANTÓNIO RAMALHO EANES

⁵ Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978, p. 18.

⁶ O Povo é uma realidade societária actual, que dispõe de um território próprio, de autónoma e suficiente potencialidade económico-financeira, dotada de um mesmo poder político.

I

Lagoa, Moçambique, Lisboa

Vasco Joaquim Rocha Vieira nasceu em 16 de Agosto de 1939, em Lagoa, filho de João da Silva Vieira (9.11.1913-9.11.1999) e de Maria Vieira Rocha e Vieira (12.6.1912-21.6.2004), ambos naturais daquela vila algarvia, agora cidade.

A Guerra Civil de Espanha tinha acabado cinco meses antes, com a rendição de Madrid às tropas franquistas, e, em 1 de Setembro, a invasão da Polónia pela Alemanha marcava o início da Segunda Guerra Mundial. Dois conflitos com profundas repercussões internas, mas jogados em palcos para lá das fronteiras de Portugal, que se prepara para celebrar, no ano seguinte, os centenários da Fundação da Nacionalidade, em 1140, e da Restauração da Independência, em 1640. A Exposição do Mundo Português, na zona de Belém, em Lisboa, acto maior dessa dupla efeméride, é também um momento de consagração do regime do Estado Novo, instituído pela Constituição de 1933 e personificado por António de Oliveira Salazar, chefe do Governo desde 1932.

Vasco Joaquim tem apenas um ano quando vai com os pais para Moçambique. O jovem casal é movido pelo propósito de melhorar a vida. Depois de um período de dois anos em Lourenço

Marques (actual Maputo), o pai é destacado para Furancungo, no Distrito de Tete, perto da fronteira com o Malawi. A memória de Vasco não consegue recuar até aos primeiros tempos na capital da colónia portuguesa do Oceano Índico e muito menos até às figueiras ou às alfarrobeiras, às areias quentes ou ao mar de labuta do seu Algarve natal. Do que se lembra bem é das ausências do pai e de um monumento de homenagem à galinha, em Furancungo.

João da Silva Vieira, um funcionário médio dos caminhos-de-ferro, saía muitas vezes em trabalho para a vasta área que se encontrava sob a sua responsabilidade. Nessa altura havia a ideia de fazer uma ligação ferroviária com o Malawi e ele chefiava a brigada que procedia ao levantamento e à escolha do percurso por onde devia passar a linha. Vasco ficava sozinho com a mãe nos rondáveis — casas inspiradas na arquitectura tradicional — onde residiam em Furancungo. À noite ouvia-se o barulho dos animais à porta de casa. Todos os dias tinham de tomar quinino e dormiam com a rede mosquiteira por causa do mosquito da malária e da mosca tsé-tsé, que provoca a doença do sono.

O peixe nunca chegava àquela região remota de Moçambique. A galinha, o alimento quase exclusivo da sua população, estava perpetuada em pedra no alto de um pilar. Esses tempos, em que eram os únicos europeus em Furancungo, foram para o pequeno Vasco uma escola de sobrevivência e uma experiência de liberdade. Médico não havia. Ir ao dentista, como acontecia por vezes, implicava uma viagem a Tete, a 180 quilómetros de distância, por estrada quase intransitável.

Quando a família se mudou para Nampula, capital do Distrito de Moçambique, situado entre os Distritos de Cabo Delgado, a norte, e da Zambézia, a sul, Vasco Joaquim já tinha atingido a idade escolar. Chegam em Dezembro de 1946. «Olhe, o seu filho já vem atrasado», diz o professor à mãe. Mas o miúdo recupera e consegue acertar o passo, fazendo dois anos do ensino primário num só.

A actividade profissional do pai obriga a família a andar sempre com a casa às costas. Em 1948 descem até Chinhanganine, no Distrito de Lourenço Marques. «Estou a ver a casa, com uma

mesa de pingue-pongue», lembra. Pela primeira vez, Vasco vai ter de se separar dos pais. A escola situava-se a 50 quilómetros, em Xinavane, onde se hospeda com uma família. Só vinha a Chinguanine aos fins-de-semana. O poiso seguinte da família Rocha Vieira é a Moamba, um entroncamento ferroviário na linha que liga Lourenço Marques a Ressano Garcia, na fronteira com a África do Sul, e também início da linha com destino a Xinavane. É na Moamba que completa a 4.^a classe. Inscreve-se então nos concursos nacionais para entrar no liceu. O pai apoia-o na preparação para as provas de Matemática. É admitido no novo Liceu Oliveira Salazar, em Lourenço Marques. Fica em casa do colega e amigo para a vida Mário Matos dos Santos, filho de um funcionário administrativo dos caminhos-de-ferro, na capital moçambicana. Mas por pouco tempo. Ao fim de nove anos em Moçambique, a família embarca para Portugal. O pai vem em gozo de licença graciosa de cinco meses. Vasco vai finalmente descobrir a terra onde nasceu e teve por madrinha de baptismo Nossa Senhora da Luz, a padroeira da freguesia. Fica em casa da avó materna e da tia Dores, ambas viúvas, em Lagoa, onde também vivem os avós paternos. A tia Dores é a única irmã da mãe.

O avô materno, que nove anos antes se despedira do neto com um «nunca mais te verei», morreu pouco antes da licença. Vasco soube-o quando um dia, na Moamba, perguntou à mãe porque estava ela a chorar. A triste nova acabara de chegar por telegrama.

Em Lagoa tomava a camioneta todas as manhãs para ir às aulas a Portimão. Não havia cantina, mas uma senhora ganhava a vida a servir almoços aos alunos do liceu. Vasco é um dos comensais. Assim completaria o primeiro ano do Ensino Secundário (actual 5.º ano do Ensino Básico).

«Menino da Luz»

O pai prepara o regresso a Moçambique e está preocupado com a vida escolar do filho. Quer deixá-lo num bom colégio

interno, se possível o melhor do país. Decide-se pelo Colégio Militar. Com os pais ainda na Metrópole, Vasco concorre aos «Meninos da Luz» e entra no segundo ano daquele estabelecimento de ensino. Habitado aos grandes espaços, passa a estar confinado a um internato. No entanto, integra-se bem. Em África aprendera a transformar os obstáculos em desafios. Ao contrário do que acontece em Angola, onde o isolamento é maior, em Moçambique sentem-se múltiplas influências, o que o molda no contacto com pessoas de muitas culturas e origens. Se Moçambique foi um tempo feliz, o Colégio Militar também o será, apesar de os mais velhos lhe tirarem os bolos e outras gulodices que os tios lhe levam quando o visitam no fim-de-semana.

Não se saía em todos os fins-de-semana; só em alguns, depois das aulas de sábado, se as notas o autorizassem. Ficava então em casa dos tios, Gertrudes e Francisco da Silva Ruivo, que moravam na Rua de Santana à Lapa, em Lisboa. A casa era pequena e ele tinha de dormir num divã. A tia Gertrudes era a irmã mais velha do pai. Tinha mais três irmãs. A mais nova seguiu-o para Moçambique, as outras duas moravam em Monchique. Ao domingo à tarde ia com o tio Francisco ao futebol, ao Campo das Salésias, ver o Belenenses. À noite, depois do jantar, apanhava o autocarro 27, na Rua de Borges Carneiro, e depois o eléctrico na Avenida da Liberdade, de regresso ao Colégio Militar. Quando estava atrasado ou o tempo estava muito mau, o tio ia levá-lo ao colégio. Com a inauguração do Estádio da Luz, em 1954, os fins-de-semana ganharam um novo atractivo. Os «Meninos da Luz» passaram a ter acesso livre aos jogos do Benfica, desde que se apresentassem fardados.

As férias do Natal, do Carnaval e da Páscoa eram passadas em Lagoa, em casa da tia Dores, uma segunda mãe para Vasco Rocha Vieira. E também as férias grandes, quando não ia a Moçambique. A tia Dores guardou até à sua morte, em 1998, a carta que o sobrinho lhe enviou a falar dos primeiros dias no Colégio Militar. Nela manifestava aceitação da mudança e explicava que eram os mais velhos que mandavam nos mais novos.

Só de dois em dois anos ia passar férias à Beira, capital do Distrito de Manica e Sofala. O pai fora colocado na segunda cidade de Moçambique após a licença graciosa e aí ficou até ao regresso definitivo da família a Portugal, em 1960. «A alturas tantas, teve a percepção de que o futuro dele não era em África», observa o filho.

Alberto Arez da Silva, colega do Colégio Militar e amigo para toda a vida, também tinha a família na Beira, onde o pai era cirurgião. E era juntos que Vasco e Alberto costumavam fazer a viagem bienal de férias até à beira do Índico.

Vasco tinha quase 12 anos quando, de férias grandes em Lagoa, recebeu um telegrama a anunciar o nascimento de um irmão e o conseqüente fim do seu estatuto de filho único. Viera à luz do mundo em 9 de Agosto de 1951 e ia chamar-se João Romão. A escolha do segundo nome tinha a ver com ser dia do mártir São Romão. Também Vasco Joaquim transporta a memória do santo que se celebra em 16 de Agosto, São Joaquim, pai de Nossa Senhora. Nem a tia nem o irmão, porém, gostavam do nome Romão, e logo se mobilizaram para propor Vítor João, que soava melhor e repetia as iniciais do herdeiro mais velho. Ao voltar a Moçambique em 1952, Vasco foi conhecer Vítor, já quase com um ano. Os contactos entre ambos foram sempre espaçados. Só tornou a ver o irmão quando ele já tinha três anos. «Desta segunda vez lembro-me de a minha mãe contar que o meu irmão dizia: ‘Mãe, posso ir com *aquele senhor* ao clube?’» Referia-se ao Clube Ferroviário, situado no Bairro Ferroviário, onde se juntavam os moradores ao fim da tarde ou noutros momentos de lazer. Pela vida fora os desencontros repetiram-se. Quando Vítor veio para Portugal, para o Liceu de Portimão, Vasco Rocha Vieira estava no curso, em Lisboa, tendo ido depois para Angola, de 1965 a 1968. Em 1973 foi em comissão de serviço para Macau. Regressou em 1975. O irmão tinha terminado o curso de Engenharia Electrotécnica no ano transacto. Era muito bom aluno, teve uma bolsa e foi para Chicago, onde se doutorou. Especializou-se em Física da Matéria Condensada. A partir de 1997 é investigador coordena-

nador do Centro de Física das Interações Fundamentais da Universidade Técnica de Lisboa. Em 1998 ascendeu a professor catedrático convidado no Departamento de Física do Instituto Superior Técnico. «Somos amigos e damo-nos bem. Os acasos da vida levaram a que tenhamos convivido pouco», diz Vasco Rocha Vieira.

Apesar de o Colégio Militar ser muito exigente e de ter passado sempre de ano com notas razoáveis, Vasco não foi o que se chama um marrão. Era um rapaz brincalhão, comunicativo, que gostava de desporto, mas responsável, que sabia quais eram os limites. Aliás, diz, «a palavra ‘equilíbrio’ traduz um sentimento que me acompanhou sempre na minha vida». No primeiro período, por regra, apanhava más notas. Coleccionou alguns setes a Matemática, mas conquistava sempre notas fantásticas no último período. Longe dos pais e num ambiente em que por vezes os miúdos são muito cruéis uns com os outros, Vasco Rocha Vieira aprendeu a encontrar-se consigo mesmo, a estabelecer referências e a assumir responsabilidades. «Desde muito cedo fui habituado a pensar e a decidir por mim», diz. Viveu sempre num mundo de solidariedade e de amigos, mas não contava os seus problemas aos colegas. E também não falava deles aos pais, que estavam longe. Aliás, na altura, as cartas, trocadas regularmente, eram o único meio de comunicação.

Dupla vocação

Terminou o Colégio Militar com apenas 16 anos, mas aos 14, feito o 5.º ano (actual 9.º), já tinha sido posto perante as alternativas de prosseguimento de estudos, Ciências ou Letras, a antiga bifurcação no acesso aos dois últimos anos do ensino secundário. Optou por Ciências. E, ao mesmo tempo que manifestava vontade de vir a ser engenheiro, declarava que gostaria de vir a ser militar. A resposta para este binómio estava na Escola do Exército, onde ingressou em 1956. «Além de militar, também queria ser engenheiro, e ali podia ser as duas coisas», diz.

O caminho para chegar a engenheiro viria a ser longo. O curso tinha na altura a duração de sete anos e mais um de tirocínio. Um ano na então Escola do Exército, na Amadora, quatro anos no IST, e dois anos na Academia Militar, aos quais se somou ainda o tal ano de tirocínio, concluído na Escola Prática de Engenharia em Tancos.

O primeiro ano da Escola do Exército, que, com a reforma de 1959, passou a chamar-se Academia Militar, tinha um carácter vestibular em relação ao ingresso em qualquer dos ramos das Forças Armadas. Era ministrado na Amadora e, além da parte militar, incluía disciplinas como Matemáticas Gerais, Física e Desenho. Só depois os alunos escolhiam o percurso que queriam seguir. Os cadetes da Marinha rumavam à Escola Naval, na Base Naval do Alfeite, e os do Exército e da Força Aérea às instalações do Paço da Rainha, na Rua Gomes Freire, em Lisboa. Só os cadetes de Administração Militar entravam directamente no curso da Academia, sem passar pela Amadora.

No caso de Engenharia, havia cinquenta candidaturas para dez vagas. A Força Aérea também o atraía, mas a sua primeira opção foi pela Engenharia e estava certo de que as suas notas lhe permitiriam tomar o caminho do segundo ano do IST, em Lisboa. E assim foi. «Tinha aulas no Técnico», conta, «como qualquer aluno civil, mas, como era militar, vivia dentro da Academia Militar.» Levantava-se cedo, fazia a barba, ia para a formatura e seguia para o refeitório. Quando os outros cadetes iam para as aulas na Academia, ele saía a pé para o Técnico. Como os colegas eram civis, a «sala de estudo» também ficava fora de muros: o desaparecido Café Monte Carlo, na Avenida Fontes Pereira de Melo, junto à Praça do Duque de Saldanha, frequentado por sucessivas gerações de estudantes. Mais perto da Academia havia ainda a Pastelaria A Estudantina, no início da Rua Conde do Redondo, perto do entroncamento com a Rua Gomes Freire, muito frequentada pelos cadetes de Engenharia. A rotina só era interrompida com a saída aos fins-de-semana. Não tendo os pais em Lisboa e não querendo sobrecarregar os tios, Vasco Rocha Vieira alugou um quarto «cá fora».

Tirar o curso de Engenharia tinha implicações em termos de progressão na carreira militar. Os alunos de outras Armas, ao fim de três anos, iam tirar um ano de tirocínio, como aspirantes, às respectivas Escolas Práticas. Com a reforma de 1958, em 1963 passou a haver alunos do curso de Engenharia com a patente de alferes, acompanhando as promoções nas outras Armas. Deste modo, os alunos dos dois cursos mais antigos da velha reforma também foram promovidos a alferes. E Rocha Vieira, que de início só esperava ser aspirante no tirocínio, passou, ainda aluno na Academia Militar, a alferes.

«Não» ao antigo professor

Uma das consequências práticas da conquista do primeiro galão foi poder pernoitar fora da Academia. A situação inverteu-se relativamente aos primeiros anos, em que vivia na instituição e frequentava as aulas no Técnico. Passou a dispor de um espaço próprio no exterior, podendo trajar à civil, mas tinha aulas na Academia e funções tradicionalmente confiadas aos mais velhos. Com efeito, havia três disciplinas de Engenharia Civil que eram tiradas na Academia nos dois últimos anos por serem muito importantes para a Engenharia Militar: Topografia, Estradas e Vias de Comunicação e Pontes. Foi na disciplina de Estradas e Vias de Comunicação que teve Vasco Gonçalves como professor.

Naquela altura nada fazia adivinhar por detrás do professor o político arrebatado que chefiou quatro Governos Provisórios de 18 de Julho de 1974 a 30 de Agosto de 1975, com uma acção ancorada de forma crescente à esquerda, tendo no PCP o seu apoio mais seguro. Já os traços de personalidade — um indivíduo um bocado nas nuvens, um idealista descentrado da realidade das coisas — tinham-se revelado a Rocha Vieira e aos colegas logo nas primeiras aulas. Aliás, apesar de ter ficado surpreendido com o rumo dos Governos de Vasco Gonçalves, considera que muito do seu comportamento teve mais a ver com o seu espírito utópico do que com um programa político-ideológico. E, à medida que os

anos da Revolução vão ficando mais distantes, o que prevalece é a memória da relação de confiança e de estima recíproca, estabelecida na Academia Militar, com «uma pessoa aberta de ideias, com quem se podia falar». As visitas de estudo, que tanto podiam durar uma manhã como dois ou três dias, ofereciam a principal oportunidade de diálogo e convívio fora do quadro convencional das aulas. «Acabámos por ter uma belíssima relação. Nunca vi da parte dele que quisesse doutrinar ninguém», diz.

O antigo aluno e o antigo professor reencontraram-se em Maio de 1974, quando Vasco Rocha Vieira veio de Macau a Lisboa e entrou em contacto com a Comissão Coordenadora do MFA (Movimento das Forças Armadas), que, nos primeiros tempos após o 25 de Abril, acompanhava o desenvolvimento da situação política e se reunia no Palácio de São Bento (Parlamento). Por ser coronel, mas também pela sua preparação política, Vasco Gonçalves era o líder da Coordenadora, embora fosse uma personalidade na sombra. Viria a saltar para a ribalta algumas semanas mais tarde, ao ser nomeado primeiro-ministro do II Governo Provisório, após a crise que, em 9 de Julho de 1974, levou à queda do I Governo Provisório, chefiado por Adelino da Palma Carlos.

Além da relação de amizade com o seu antigo mestre na Academia Militar, Vasco Rocha Vieira tinha contactos frequentes com elementos da Comissão Coordenadora do MFA e volta e meia participava nas suas reuniões de trabalho. É neste contexto que Vasco Gonçalves o convida para ficar a trabalhar com ele como chefe de gabinete. Rocha Vieira declinou de imediato o convite porque tinha vindo de Macau com o compromisso de ali voltar logo que fosse adoptada uma solução que salvuardasse a especificidade do território e fossem tomadas medidas para garantir a sua estabilidade. No caso de não conseguir esse objectivo, fazia questão de ser colocado num teatro de operações.

Ainda assim, já na altura era visível que Rocha Vieira não estava em sintonia com aquilo que parecia ser a posição de Vasco Gonçalves em relação ao desenvolvimento da Revolução, pelo que, mesmo noutras circunstâncias, não teria aceitado o convite.

II

Do alto dos céus às Terras do Fim do Mundo

Voltando ao primeiro galão e à Academia Militar, Vasco Rocha Vieira não só passou por cima do posto de aspirante, como não tardou a receber as insígnias de «marechal da praxe». Foi assim que o general Luís Valença Pinto, na altura um «cadete-infra», o conheceu. «Ele era aluno na Rua Gomes Freire. Na Academia Militar havia uma praxe inteligente, construtiva e, por isso mesmo, aceite», diz o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e, de 2003 a 2006, chefe do Estado-Maior do Exército. «No meu primeiro ano, em 1963, fomos informados de que ia lá [ao destacamento da Academia Militar na Amadora] a hierarquia da praxe, tendo no posto mais alto o ‘marechal da praxe’, que eu nunca tinha visto nem ouvido, nem sabia que existia», conta Valença Pinto. O que poderia ter sido um episódio mais ou menos divertido para esquecer no momento seguinte acabou por ser o inspirador início de uma forte ligação profissional e pessoal. «Aquilo que o ‘marechal da praxe’ nos disse ali,

a nós, recém-entrados, a todos marcou. Eu ouvi o jovem alferes aluno Vasco Rocha Vieira dizer-me a mim e aos outros, mas falo pela minha reacção, aquilo que ainda ninguém me tinha conseguido dizer, em dois meses, sobre a condição militar», diz o futuro chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA).

Nos estudos, Vasco também atingiu o marechalato. Ganhou os Prémios Alcázar de Toledo, de Espanha, e Marechal Hermes, do Brasil, atribuídos ao finalista mais bem classificado de todos os alunos da Academia Militar.

Há ainda outra imagem que Valença Pinto retém de Rocha Vieira. É a imagem de um grande desportista. «Mais do que um desportista, era um ás dos desportos. Disso recordo-me bem», sublinha. De resto, juntou à prática de desportos colectivos e individuais o exercício de funções de dirigente do Centro Desportivo Universitário de Lisboa (CDUL), de 1962 a 1964.

Em Vasco Rocha Vieira, o gosto pela actividade física parece inato. Ainda muito miúdo, em Moçambique, a mãe zangava-se com ele quando chegava a casa todo sujo por ter andado a jogar à bola e a subir às árvores. No Colégio Militar, o desporto tinha um papel central em termos educativos. «Para mim, que vivia longe da família, foi um meio de fazer amizades com pessoas com características que eu apreciava, de convivência, de competição saudável, em que as regras do jogo são claras e no fim ficamos amigos», diz, fazendo jus ao lema do Colégio Militar: «Um por todos, todos por um.»

Fez também sua a máxima «mente sã em corpo são». Embora gostasse de festas, não se importava de se deitar mais cedo porque no outro dia tinha um jogo de rãguebi ou de futebol, pára-que-dismo ou mergulho. «O desporto foi fundamental na minha vida», declara. «Uma boa escola para quem não teme assumir riscos na vida, mas com consciência e não de forma insensata.»

Vasco Rocha Vieira sempre gostou de desportos colectivos, tendo atingido um grande destaque no rãguebi de 7 e no futebol. Também fez hipismo, esgrima, ténis e atletismo. Reconhece que não tinha jeito para desportos de mãos, como o andebol e o

basquetebol. O golfe, que só depois dos 30 anos de idade começou a interessar-lhe, continua a dar vazão à paixão pelo desporto.

Pára-quedista e mergulhador

Os desportos individuais surgiram no caminho de Vasco Rocha Vieira quando ele já era adulto. Foi em Angola, onde esteve em comissão de serviço de 1965 a 1968, que descobriu o pára-quedismo, não como especialidade militar mas como prática civil, tendo participado no segundo curso de abertura automática e no primeiro curso de queda livre do País. Com efeito, nessa altura ainda sob soberania de Lisboa, Angola teve um papel pioneiro no pára-quedismo civil em Portugal. Rocha Vieira conserva na memória a data do primeiro salto: 7 de Agosto de 1966, o dia seguinte ao da inauguração da Ponte Salazar, na foz do Tejo, rebaptizada Ponte 25 de Abril após a Revolução de 1974. Mais uma vez, assume um risco de forma racional: «Não, se eu fizer as coisas como deve ser, corro um risco que é desprezível. Corre-se menos risco do que quando se anda de automóvel.» Aliás, fazem-se milhares e milhares de saltos com uma percentagem ínfima de acidentes.

A queda livre proporciona uma experiência única. Vasco Rocha Vieira descreve-a assim: «Uma pessoa está no ar, sem pontos de apoio, numa tensão controlada. Em termos de desporto, é uma sensação inigualável. Há receio, há medo, há tensão. Antes de saltarmos, as pulsações aceleram. Depois, quando vamos no ar, baixam. Uns milésimos de segundo antes de puxarmos o punho para abrir o pára-quedas há uma subida de tensão e de pulsação brutal. Vem-se por ali abaixo a 200 quilómetros por hora. Temos de estar com atenção para sabermos quando se deve abrir o pára-quedas, adoptando uma posição correcta. Decidir abrir o pára-quedas. Puxar o punho. Esperar até sentir o choque da abertura. Olhar para cima para confirmar se está tudo bem. E depois descer suavemente, pendurado no pára-quedas, proporciona uma sensa-

ção indescritível. É de facto um desporto impressionante. Eu sempre gostei de desportos colectivos, mas enquanto desporto individual, em que uma pessoa está entregue a si própria, o pára-quedismo é único.» Disse à edição de 21 de Janeiro de 1967 da revista angolana *Notícia*, que fez da queda livre tema de capa: «Para mim, pára-quedismo não é unicamente um desporto, é mais do que isso. No pára-quedismo não é um desenvolvimento físico que se exige do indivíduo, mas um domínio total de si próprio, dos seus movimentos e até do medo. É a força do espírito que se deve impor sempre às nossas reacções.»

Em Angola, Vasco Rocha Vieira fez ainda duas estreias no domínio do pára-quedismo: um minuto de queda livre à noite e descer sobre a Baía de Luanda.

Quando regressa de Angola em 1968, o capitão Vasco Rocha Vieira dá o seu contributo para o lançamento do pára-quedismo civil em Portugal, no âmbito do departamento aeronáutico da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, do qual nasceria em 1970 o ACUL (Aero Club Universitário de Lisboa). Vai falar com o brigadeiro Diogo Neto (mais tarde um dos sete membros da Junta de Salvação Nacional, instituída em 25 de Abril de 1974), director de Instrução da Força Aérea, solicitando o seu apoio para o projecto da Associação de Estudantes do IST. Diogo Neto mostrou sem hesitação a disponibilidade da Força Aérea para fornecer os meios necessários aos cursos de pára-quedismo civil, designadamente em aviões, material e instrutores.

Entretanto, Rocha Vieira continua a saltar e a pôr à prova a sua «força de espírito». Em 1971, em Braga, conquista o título de campeão nacional de pára-quedismo desportivo. «Tenho taças dos cavalos, da esgrima, do futebol [campeão universitário nacional], de rãguebi [campeão universitário nacional], de pára-quedismo», diz. «Ganhei o primeiro campeonato nacional de pára-quedismo, onde concorriam militares com muito mais experiência do que eu. Eu não era o melhor, mas naqueles dois dias, fruto das circunstâncias, da concentração, da sorte, ganhei o campeonato.» Do seu palmarés constam outras vitórias ainda mais sabo-

rosas... Num salto de queda livre no campo do Arrepiado (Tancos) fica sem o punho do pára-quadras principal e tem de abrir o pára-quadras de reserva, a cerca de 200 metros do solo.

Aos desafios aéreos e terrestres faltava somar os desafios subaquáticos. Surge, por fim, o mergulho. «É uma actividade», explica, «em que uma pessoa deve ter outra ao lado, mas depende de si, de não perder o controlo. Fiz algumas descidas a 60 metros, como tenho saltos de pára-quadras a 4500 metros.» Fez o curso com Vilar Moreira, da Academia Militar, «um homem atirado para a frente, um belíssimo instrutor». Mergulhavam à volta de Lisboa, às vezes no Algarve, a maior parte das vezes em Sesimbra. Também faziam mergulhos em barragens, mas, terminado o curso, Vasco Rocha Vieira não mais voltou à água doce. Os troncos de árvores, secos e sem folhas, que viam desenhar-se através da água turva, ou, pior ainda, a escuridão que envolvia os mergulhadores mal se tocava no lodo deixaram-lhe uma recordação desagradável.

Uma vez sentiu o perigo a rondar por perto, num mergulho em Sesimbra, a 60 metros de profundidade, junto à areia. A dado momento, uma mergulhadora atrapalhou-se e Vilar Moreira, para a ajudar, pegou nela e trouxe-a para cima. «De repente», lembra Rocha Vieira, «vi-me sozinho e sujeito à atracção do escuro, da profundidade. A 60 metros [Vilar Moreira tinha-lhe mostrado o batímetro, o instrumento que mede a profundidade do mar] e ainda por cima sem batímetro, é preciso ter cuidado, por causa da descompressão.» Valeu-lhe a capacidade de controlo adquirida ao longo dos anos e o domínio de algumas regras elementares, como seguir sempre as bolhas de ar que sobem na vertical, sem nunca as ultrapassar: «Tem de se vir para cima devagar, não se pode vir muito depressa, mas não se pode ficar lá em baixo. Quanto mais tempo se ficar lá em baixo pior, porque se começa a ter dificuldade em pensar.»

Enquanto faz o curso de mergulho continua a saltar, acompanhando os instruendos do ACUL. «Até me preocupava com fazer mergulho muito fundo e depois ir fazer um salto de dois ou três

mil metros», confessa. Vasco Rocha Vieira não tem tempo para neuras. «Felizmente, nunca precisei de tranquilizantes para me acalmar. Tive uma formação, uma juventude muito boa em África, na liberdade. Havia jacarés no rio, havia cobras, eu entrava na floresta. Não havia outro processo senão viver com isso. Fui educado no cumprimento das tarefas, na aceitação das dificuldades», diz.

Minas e armadilhas

Ao fim de sete anos de curso, a formação de oficial engenheiro militar ainda não estava concluída. Quando Rocha Vieira deixou a Academia, em 1964, tinha pela frente um ano de tirocínio em três capítulos. O primeiro capítulo teve por cenário o Regimento de Engenharia 1, na Pontinha, e foi dedicado às Minas e Armadilhas. Seguiu-se-lhe um estágio na Escola Prática de Transmissões, na Graça, em Lisboa. A fechar, passou para a Escola Prática de Engenharia, no Polígono de Tancos, tendo por vizinhos o Regimento de Caçadores Páraquedistas e a Base Aérea n.º 3.

Aí, das suas atribuições fez parte a administração de cursos de Minas e Armadilhas aos elementos de outras Armas destinados ao Ultramar. Além de ministrar esses cursos e de comandar companhias, devido à escassez de capitães, competiu ainda a Rocha Vieira, coadjuvado por dois sargentos, dar o COM (Curso de Oficiais Milicianos) a dois pelotões com cerca de sessenta elementos no total. Eram todos licenciados em Engenharia ou Arquitectura e muitos deles haviam sido seus colegas no IST. «Foi uma experiência muito interessante e gratificante», diz.

Havia ainda uma possibilidade limitada de os oficiais de Engenharia optarem pela Arma de Transmissões. No fim do tirocínio anunciava-se o número de vagas em Transmissões — uma, duas... — e perguntava-se quem desejava ir para aquela Arma. Era uma Arma recente, que por isso tinha alguns atractivos, designadamente a perspectiva de uma progressão mais rápida na

carreira. Apesar de, como primeiro classificado do seu curso, ter precedência na escolha, e da insistência do coronel Rosas Leitão, comandante da Escola Prática de Transmissões, Vasco Rocha Vieira preferiu ficar em Engenharia. Por uma razão muito simples: «Interessava-me o curso que tirei.»

Com a reforma de 1958, concretizada a partir de 1966, passou a ser necessário o curso de Engenharia Electrotécnica para ingressar na Arma de Transmissões.

O lema da Escola Prática de Engenharia é *Ubique docere et pugnare* (*Em qualquer lugar ensinar e lutar*). Ensinar, já tinha feito; a oportunidade de lutar não tardaria a chegar.

A comissão de serviço em Angola, de 1965 a 1968, proporcionaria a Vasco Rocha Vieira um contacto directo com a realidade político-militar da mais vasta e mais rica colónia portuguesa de África. Era uma realidade paradoxal. De um lado a pujança económica e social, traduzida em índices de crescimento elevados e num estilo de vida dinâmico e aberto; do outro, o isolamento político e o estigma dos ataques da guerrilha nacionalista, que obrigavam a um grande e inglório esforço diplomático e militar de Portugal. As Forças Armadas estiveram dos dois lados. O lado da guerra, que corresponde à sua vocação própria, constituiu a componente essencial do referido esforço. O outro lado consistiu num contributo efectivo para o desenvolvimento económico de Angola, representado, quanto à Arma de Engenharia, por exemplo, na construção de numerosas pontes e de milhares de quilómetros de estrada e de vários tipos de instalações.

Inicialmente, Vasco Rocha Vieira esteve mobilizado para Moçambique. Seria, por assim dizer, um regresso às origens. Curiosamente, foi no termo de uma visita a Moçambique e a Angola, integrado no grupo dos estudantes recompensados com o Prémio Infante D. Henrique, que soube que afinal o seu destino era Angola. O prémio, atribuído aos melhores alunos finalistas de cada faculdade, era uma forma de o Estado Novo cativar potenciais integrantes do futuro escol dirigente do País. Foi uma viagem dada a um ambiente de convívio e a atitudes de

rebelia crítica, próprias de «crânios» seguros do seu valor e com o futuro pela frente. «Ainda sou amigo de algumas pessoas do grupo», diz.

Vasco Rocha Vieira foi mobilizado individualmente e não numa companhia. Passou o Natal de 1965 a bordo do paquete *Vera Cruz* e desembarcou na capital angolana em 27 de Dezembro, tendo ficado colocado no Agrupamento de Engenharia de Angola, em Luanda. Era o capitão mais novo, sem tarefas específicas atribuídas, estando por isso disponível para responder às mais diversificadas solicitações.

Numa altura em que já estava em Angola começou a haver problemas com bombas lançadas dos aviões da Força Aérea que não rebentavam. Além do mais, eram uma espécie de brinde para a guerrilha, que as reciclava na montagem de armadilhas às tropas portuguesas. A Força Aérea tinha especialistas em bombas, mas não na sua desactivação e no funcionamento das armadilhas. A saída para esta dificuldade foi um pedido de ajuda ao Agrupamento de Engenharia, que destacou Vasco Rocha Vieira para a missão não só de as neutralizar, mas também de apurar por que motivo não explodiam. Assim que era dado o alerta — «há uma bomba por explodir em tal sítio» —, Rocha Vieira dirigia-se para o aeródromo e a Força Aérea colocava-o, de avião ou de helicóptero, perto do objectivo. «Podia ser arriscado, mas não tinha medo, embora tivesse muito respeito face às situações. Era uma responsabilidade que me tinha sido atribuída», diz, embora reconheça que em algumas ocasiões passou por momentos de grande tensão.

Levar a lancha ao Cuando

Se há responsabilidades cuja intensidade se concentra em escassos segundos ou minutos, há outras de longo curso, como quando, em 1967, o capitão de Engenharia Vasco Rocha Vieira recebeu a incumbência de «pilotar» uma lancha, através de An-

gola, de Luanda até às Terras do Fim do Mundo. O rio Cuando era uma via aberta para a passagem de bens, armamento e guerrilheiros a partir da Zâmbia, país com o qual forma uma fronteira natural numa parte significativa do seu curso. A resposta a esta situação, no entendimento do Quartel General da Região Militar de Angola, estaria na presença de uma lancha com blindagem e armamento a patrulhar o rio, para detectar e impedir os movimentos dos homens da UNITA. Foi assim decidido enviar para o rio Cuando, no limite do distrito do Moxico com o do Cuando Cubango, uma LDP, iniciais de Lancha de Desembarque Pequena. A designação «pequena» é relativa, uma vez que pesa umas toneladas e a sua deslocação através de Angola, num percurso de 1800 quilómetros, constituiu uma operação de grande envergadura.

Inicialmente, a Engenharia ponderou a possibilidade de parte do percurso se fazer através do caminho-de-ferro de Benguela, mas esta hipótese teve de ser abandonada porque a embarcação não cabia nas pontes ferroviárias. As dificuldades postas pelas pontes metálicas, em particular, não tinham mesmo resolução. A Engenharia passou então a analisar as condições exigidas para o transporte rodoviário, designadamente a necessidade de reforçar algumas pontes. Para o transporte da lancha recorreu-se a um potente veículo-plataforma *White*, enquadrado por uma coluna militar e civil com vários camiões, de modo a assegurar a auto-suficiência em combustível, alimentação e outros abastecimentos, e material para reforço das pontes. Foi o próprio comandante da Região Militar, general Barreira Antunes, que sugeriu Vasco Rocha Vieira para comandar a operação em cujo planeamento também tinha participado. «Vocês têm lá um capitão que era bom para chefiar isto», disse o general. Barreira Antunes era oriundo de Engenharia. Quando Rocha Vieira saiu da Academia e foi apresentar-se na direcção da Arma de Engenharia, era ele o seu director.

A altura do ano para concretizar «a longa marcha» foi escolhida de modo a evitar a época das chuvas, durante a qual as chanas, terrenos com vegetação baixa, se transformam em exten-

sas planícies aquosas alimentadas pelas águas que transbordam dos rios e tornam os percursos intransitáveis.

O destacamento do Agrupamento de Engenharia de Angola saiu de Luanda em 18 de Maio de 1967. Ao volante da *White*, o soldado Rasteiro, «uma força da natureza, corajoso mas prudente, capaz de guiar 12 a 14 horas por dia um veículo sem direcção assistida». Vasco Rocha Vieira transformou a própria lancha em posto de comando e de observação. O percurso até Malange fez-se sem problemas. No entanto, segundo o «Relatório do Transporte da LDP 210 desde Luanda até ao Chicove (rio Cuando)», de oito páginas, assinado pelo 1.º Tenente Engenheiro Maquinista Naval António José Jesus dos Reis, entre Malange e Henrique de Carvalho (actual Saurimo), os buracos e *relevés* da estrada «faziam levantar as rodas traseiras da plataforma, que, só de um lado, chegaram a estar a cerca de 1,5 metros do solo».

Do Luso (actual Luena) para o Sul, a segurança implicou que fossem sendo atribuídos grupos de combate ao comandante da coluna. Em diversas alturas sofreram ataques da guerrilha, mas sem consequências. O principal inimigo acabou por ser a areia, que obrigava a progredir lentamente com a ajuda de ramagens e chapas metálicas. Mesmo assim, a coluna esteve imobilizada, durante 12 dias, perto do Luvuei. Segundo o relatório, as acumulações de areia no rodado traseiro provocaram a fractura de vários pernos de fixação das jantes e o arrasamento de um dos carretos da caixa de transferência. O comandante da Companhia de Manutenção, então capitão, mais tarde coronel Aquilino Gil Miranda, chegou a convencer-se, indignado, de que tinham atrelado os camiões à «sua» plataforma. Aquele e outros problemas mecânicos obrigaram a recorrer a Luanda e a Gago Coutinho (actual Lumbala N'guimbo) para proceder a reparações de vulto. A paragem de 12 dias acabou por ser providencial, já que permitiu fazer missões de reconhecimento. Essas missões forneceram indicações para ajustar os meios de transporte às condições do terreno e assim conseguir uma progressão rápida e sem incidentes.

Com efeito, do Luvuei até ao Lutembo, a mais de 100 quilómetros de Gago Coutinho, prossegue o relatório, «só foi possível vencer o percurso com o auxílio de uma máquina escavadora da JAEA (Junta Autónoma das Estradas de Angola), que rebocou o conjunto [o camião e a plataforma com a lancha]». A chegada a Gago Coutinho deu-se a 16 de Junho. Só aí o pessoal do Comando Naval ingressou na coluna. Informações fornecidas em Gago Coutinho pela JAEA e pelas Infra-Estruturas da Força Aérea indicavam que a estrada para o Chiume, a partir do Nengo, era muito mais difícil, por causa dos terrenos serem arenosos e muito trilhados». Para vencer este troço, a Força Aérea dispensou uma máquina com rasto de lagartas, EUCLID C6.

Com cerca de 120 efectivos militares e civis, a coluna saiu de Gago Coutinho a 20 de Junho, tendo chegado a Chiume cinco dias mais tarde. No percurso, voltaram a ocorrer alguns recontros com a guerrilha. O reconhecimento do rio Cuando fez-se logo a 25. No dia seguinte cobriram-se os nove quilómetros de Chiume a Txicove, nas proximidades do Cuando. No entanto, só a 29 a lancha ficou a flutuar livremente, depois dos demorados e difíceis trabalhos da feitura de uma rampa de lançamento para vencer a margem do rio, constituída por chana de capim alagado. A LDP começou então a descer o Cuando, tendo aportado a Chicove em 1 de Julho, com 114 milhas percorridas e a blindagem a resistir ao embate de projecteis de calibre de seis milímetros, na primeira emboscada sofrida logo na manhã de 30 de Junho de 1967.

Chiume, o destino da LDP, e Gago Coutinho viriam a entrar na história da literatura portuguesa através de António Lobo Antunes. Muitas das cartas que fazem parte do livro *D'este viver aqui neste papel descripto/Cartas da guerra* estão datadas de Chiume e de Gago Coutinho, duas das localidades onde o escritor esteve colocado durante a sua comissão de serviço em Angola como alferes médico, de 1971 a 1973.

A viagem de ida e volta levou quase dois meses, alimentados, a maior parte das vezes, a rações de combate e submetidos à prova de capacidade de organização, de resistência e de improvi-

sação. Mas a verdade é que foi possível «levar a lancha a Garcia», algures entre Chiume e N'Riquinha, na margem esquerda do rio Cuando. O relatório do primeiro-tenente Reis serviu de base à Informação do Comando Naval de Angola, assinada pelo chefe do Estado-Maior, capitão de fragata António Tengarrinha Pires, na qual se destaca «a forma notável» como o capitão de Engenharia Vasco Rocha Vieira comandou a coluna.

III

Triangulação com Eanes e Firmino Miguel

Em 1958, o País foi atravessado pela campanha presidencial do general Humberto Delgado, um opositor de Salazar saído das fileiras do regime. Três anos mais tarde, em 1961, eclodia em Angola a luta armada pela independência. Portugal respondeu aos ataques dos movimentos de libertação ou dos terroristas, consoante as perspectivas da altura, com a mobilização de forças militares para aquele território. «Na Academia, discutíamos essas coisas com grande abertura», diz Rocha Vieira. «Não era uma juventude abúlica. Era uma juventude sensível à situação.»

A campanha de Delgado foi pretexto para confrontos junto do Liceu Camões, na Praça José Fontana, em Lisboa, não muito longe da Academia Militar e da Pastelaria A Estudantina, na Rua Conde de Redondo, poiso habitual de cadetes de Engenharia. Quando os apoiantes do candidato anti-salazarista fugiam pela Rua Gomes Freire, Vasco Rocha Vieira foi um dos cadetes que, com a confiança que lhes era dada pela farda, andaram «a escondê-los, à frente dos cavalos da GNR».

A viragem da década de 50 para a década de 60 é também uma fase de confirmação de opções. Em 1959/1960 houve um número apreciável de colegas de curso de Rocha Vieira que decidiram abandonar a Academia.

«Eu resolvi não sair», diz. «Fui confrontado com a saída dos meus colegas e perguntei a mim próprio se queria sair. E a resposta foi que não queria. É uma decisão independente da guerra. Quando veio a guerra disse: ‘Tenho uma farda, é um compromisso que eu tenho.’» E assim foi.

Regressado da comissão de serviço em Angola, em Fevereiro de 1968, o capitão Vasco Rocha Vieira, depois de uns meses no Batalhão de Engenharia 3, em Santa Margarida, é colocado na Academia Militar, como professor, no ano lectivo 1968/1969. Na Academia também exerce funções lectivas outro capitão, este de Infantaria, quatro anos mais velho, de nome António Ramalho Eanes, que lidava directamente com a formação de cadetes. Segundo Rocha Vieira, já ostentava a cara de pau que viria a ser uma das suas marcas distintivas quando se tornou uma figura pública e já dizia aquelas piadas inconfundíveis com um estilo muito próprio. Devido à diferença de idades, Eanes e Rocha Vieira nunca chegaram a encontrar-se como alunos. Entre os dois militares nascem relações de amizade e de solidariedade, facilitadas pela comum condição de celibatários. «Éramos ambos solteiros. Convi-víamos muito», recorda Rocha Vieira. Celibatários mas não antimatrimónio. Aliás, até ajudou a pôr Manuela e António Ramalho Eanes na rota do casamento. Vasco Rocha Vieira e César Neto Portugal estiveram ao mesmo tempo doentes na enfermaria do Colégio Militar. A mãe e a irmã, Manuela, iam visitar César. Vasco, que estava mesmo na cama ao lado, ficou assim a conhecer Manuela Neto Portugal, mais tarde Manuela Eanes.

Com a autoridade moral que lhe advinha de um largo currículo de comissões de serviço nos territórios portugueses do Ultramar, Ramalho Eanes envolve-se na organização de reuniões para reflectir sobre as relações entre o Exército e a sociedade e sobre as razões do crescente desprestígio das Forças Armadas. «Já nessa

altura eu sentia que havia problemas graves nessa interacção», diz o general Ramalho Eanes. Eram reuniões dos capitães da Academia Militar que respeitavam de maneira meticulosa as exigências ético-institucionais. Decorriam por isso fora da Academia, mas com conhecimento do comandante do Corpo de Alunos, coronel Carmelo Rosa, que recebia depois um relato completo de cada um dos encontros. Nestas condições, nada fazia esperar a desajustada reacção da autoridade política quando teve conhecimento da iniciativa, contribuindo assim para aumentar o seu impacto interno.

Na verdade, ao tomar conhecimento das reuniões, o subsecretário de Estado do Exército, coronel João António Pinheiro, não só as proibiu, como resolveu adoptar medidas de dissuasão em relação a futuras actividades do mesmo tipo. Para tanto, apesar de serem muitos os oficiais que intervieram nesses debates, o subsecretário de Estado do Exército aplicou uma punição, que se pretendia exemplar, apenas a um deles. O alvo escolhido foi precisamente o capitão Ramalho Eanes, que assumira a tarefa de redigir os relatos das reuniões. O caso, contudo, não ficou assim. «O Rocha Vieira, que não tinha a responsabilidade dessas reuniões, foi um dos oficiais que, de imediato, explicaram que era inaceitável que se arranjasse um bode expiatório», lembra o ex-Presidente da República. Ele e outros oficiais lançaram uma recolha de assinaturas num documento apresentado ao comando. Nesse documento, a maioria dos oficiais da Academia, e ainda oficiais exteriores à Academia, afirmavam que tudo o que tinha sido feito era da responsabilidade de todos e que por isso não admitiam que só um fosse punido. O próprio Carmelo Rosa disse que teriam de o punir a ele também. Conclusão: não houve punição nenhuma.

Estávamos em 1968, ano que evoca coincidências significativas. Salazar fica incapacitado para o exercício de funções na sequência da queda de uma cadeira, sendo substituído por Marcelo Caetano na chefia do Governo. Em Coimbra, a crise académica alastra, tendo como um dos vectores a contestação à guerra colonial.

Engenheiro da Câmara

Betão Armado e Pré-Esforçado foi a disciplina de conclusão do curso de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico. Enquanto fazia as disciplinas do 7.º ano da Academia Militar, para terminar Engenharia Militar, Vasco Rocha Vieira foi estagiar no gabinete do engenheiro Raul Moura Antunes, onde trabalhava o seu amigo e colega da Academia e do Instituto Superior Técnico Pires Mateus, que viria igualmente a atingir o posto de general. Assim que obteve a Carta de Curso, Rocha Vieira começou a fazer projectos, o que lhe permitia ganhar dinheiro e experiência, mesmo sem deixar de encontrar tempo para outras actividades, multifacetadas, próprias da vida dos jovens. «Apesar de ser intrinsecamente militar, nunca fiquei confinado às paredes do quartel e à farda», diz.

Nessa altura havia oficiais de Engenharia que tinham uma carreira que era mais de técnicos civis do que de militares. Outros trabalhavam em diversas instituições. Finalmente, havia um grupo de engenheiros ligados à Câmara Municipal de Lisboa, onde, segundo Vasco Rocha Vieira, «eram muito queridos». A razão é simples: «Iam lá quatro horas por dia e os chefes diziam: ‘Vocês vêm para aqui e trabalham quatro horas, mas trabalham mais do que muitos dos outros que aqui estão a tempo inteiro.» Criou-se assim uma espécie de lugares cativos, preenchidos através do sistema de passa a palavra. «Quando um dos militares que trabalhavam na Câmara era mobilizado ou saía por qualquer outra razão, arranjava um substituto para o seu lugar. Havia ali três ou quatro postos de trabalho reservados aos militares.» Eram empregos de tarefeiros, isto é, as pessoas ganhavam à tarefa.

Em 1969, o major, mais tarde coronel de Engenharia, Alberto da Maia e Costa, perguntou-lhe se queria preencher uma vaga, das tais por conta de militares, que tinha surgido na Câmara. «E eu disse: ‘Claro que quero.’ E fui.» E foi por cinco anos. Nem sequer o Curso de Estado-Maior o afastou desse trabalho extra, apesar da ginástica a que se viu coagido na gestão do tempo.

O engenheiro Vasco Rocha Vieira trabalhava na Direcção de Urbanização, na divisão que tratava de questões como a política de solos ou as expropriações. «Há muitos projectos em que participei na Câmara. Não calculava edifícios. Trabalhava mais na parte de urbanização», diz, recordando, a título de exemplo, «o problema do bairro das Galinheiras», envolvendo muita gente que era preciso realojar, terrenos com vários proprietários e a implantação de uma nova urbanização. «É o género de trabalho de que eu gosto, porque implica muitas vertentes, das de planeamento técnico às sociais.»

O seu gosto, com efeito, ia mais para a gestão do que para o cálculo. «Se não fosse militar, gostaria muito mais de gerir uma empresa que tivesse engenheiros do que de estar a fazer um cálculo ao milímetro.» Mas quando foi preciso não virou a cara a trabalhos de cálculo. «Em Luanda participei na elaboração dos cálculos de uma construção que ainda deve lá estar, o edifício do Serviço Postal Militar. Era uma estrutura modulada com vários pórticos de dois pilares, muito interessante.»

Para trás ficou a Hidráulica, disciplina a que sempre teve boas notas. «Gostava de tudo o que tinha a ver com hidráulica, barragens ou hidroestática, e a sua aplicação em redes de distribuição de água ou de esgoto, porque a hidráulica exige imaginação para aquilo funcionar bem», diz.

Em muitas ocasiões da carreira de Vasco Rocha Vieira, não é ele que procura os desafios e as situações, mas as situações e os desafios que vão ter com ele. Há um lado imprevisto e não programado na sua vida que parece apreciar. A docência na Academia e no Instituto de Altos Estudos Militares, o trabalho como engenheiro na Câmara Municipal de Lisboa, o curso de Estado-Maior, a direcção da Arma de Engenharia, a chefia do Estado-Maior do Exército, a NATO, o Instituto de Defesa Nacional, onde foi subdirector e no qual dirigiu Cursos de Defesa Nacional, os cargos de Ministro da República e de Governador de Macau, tudo isto surgiu de forma natural no caminho de Vasco Rocha Vieira como tarefas e missões para as quais o procuraram e não como algo de que andasse à procura.

Quando, em Agosto de 1969, é convidado para o Curso de Estado-Maior, a sua primeira reacção é dizer «não, obrigado». Queria ser engenheiro, não queria o curso. Mas o convite era mais do que isso; era uma nomeação que só admitia um «sim, obrigado».

Ao contrário do que era habitual, o Curso de Estado-Maior com início no ano lectivo de 1969/1970 não conseguiu atrair ninguém das Armas de Engenharia e de Transmissões. Havia, portanto, duas vagas, que foram preenchidas por Vasco Rocha Vieira, primeiro classificado do curso de Engenharia, e por Manuel Ferreira Correia, já falecido, do mesmo curso, que optara pela Arma de Transmissões. Por regra, o Curso de Estado-Maior exigia um regime de imersão total. Os alunos pernoitavam, normalmente, no Instituto de Altos Estudos Militares, em Pedrouços, Lisboa, e só iam a casa ao fim-de-semana. Vasco Rocha Vieira cometeu a «loucura» de não só continuar a ser engenheiro da Câmara, mas também a de passar a ter uma casa cá fora. O quarto lá dentro era só para as alturas de maior aperto. «Metia-me no meu carro depois das aulas e às vezes aproveitava a paragem no sinal vermelho para ler o tema da situação táctica a discutir nas aulas do dia seguinte. Trabalhava nos serviços da Câmara Municipal de Lisboa na Rua Alexandre Herculano três ou quatro horas e voltava antes do jantar», conta.

No regresso ao instituto, segundo lembram antigos colegas do Curso de Estado-Maior, já encontrava o tema traduzido numa situação táctica, que pressupunha um «inimigo» cujas forças haviam ocupado determinada área e implicava uma resposta operacional. Aos alunos cabia ainda estabelecer uma ordem de operações e dar as missões, de forma pormenorizada. Partia-se então dessa situação para discutir a teoria. Apesar de apanhar o comboio em andamento, os seus camaradas consideravam útil o contributo de Rocha Vieira, porque, ao levantar uma série de questões, estava a prepará-los para responder. Na conclusão do 1.º ano havia uma prova final de todas as matérias, com temas sorteados. Vasco Rocha Vieira obteve nessa prova um dos dois «muito bons» do curso.

De qualquer modo, sublinha, «todo o curso era muito bom. Militares de grande qualidade profissional e camaradas irrepreensíveis». Aliás, deu vários generais do Exército, entre eles Jesus da Silva, Fonseca Cabrinha, Barroso de Moura, Sérgio Branco, Paiva Morão, Ramiro Mourato, Ferreira Correia e Faria Leal. O aluno chefe do curso era Mário Stoffel Martins, por ser o mais antigo, mas na verdade impunha-se pelas suas qualidades profissionais e pessoais.

Devido à sua exigência e por ser o bilhete de ingresso numa verdadeira elite das Forças Armadas e do próprio Estado, o crivo do Curso de Estado-Maior era muito apertado. Havia sempre candidatos que ficavam à porta. Alguns dos excluídos tanto porfiavam que acabavam por ser admitidos em anos seguintes.

A capacidade de resistir à pressão provocada pelo curso, sobretudo no primeiro ano (Curso Geral), era meio caminho andado para o sucesso lectivo. As primeiras baixas apareciam logo em Fevereiro, quando havia uma avaliação que, na linguagem de caserna, era designada por «primeira passagem de modelos». Mas nem todos os que continuavam a escalada atingiam o cume da montanha. Havia quem ficasse apenas com o Curso Geral. E havia os que apanhavam uma espécie de «pena suspensa». Iam fazer um estágio de dois anos a uma unidade ou eram mobilizados para o Ultramar. Findo esse período de prova é que sabiam se podiam passar ao Curso Complementar, de dois anos. Os que seguiam directamente do Curso Geral para o Curso Complementar dificilmente viriam a ser eliminados. Aí entravam assuntos mais «paisanos» e menos «bélicos». E alguns dos mestres não tinham farda. Vasco Rocha Vieira teve, por exemplo, André Gonçalves Pereira como professor de Direito Internacional e Jacinto Nunes como professor de Economia.

Contra o Congresso dos Combatentes

Em 1972, no fim de mais uma comissão em África, António Ramalho Eanes reassumia as suas funções na Academia Militar. Os dois notórios solteirões, vizinhos de quarto no estabelecimento

da Rua Gomes Freire, em Lisboa, tinham-se separado em 1969, quando Vasco Rocha Vieira foi chamado para o Curso de Estado-Maior e Ramalho Eanes mobilizado para a Guiné.

Também em 1972, promovido de fresca data a major, Rocha Vieira é colocado na 4.^a Repartição (Logística) do Estado-Maior do Exército para cumprir o quarto e último ano do Curso de Estado-Maior, o ano de estágio.

O contacto regular entre ambos volta a estabelecer-se, desta feita, segundo Vasco Rocha Vieira, de forma mais intensa no que respeita à vida política do País. Há uma terceira figura que também faz parte deste reencontro, Mário Firmino Miguel, que, após o 25 de Abril de 1974, foi ministro da Defesa de vários Governos e chefe do Estado-Maior do Exército. No seu último ano de Engenharia, Vasco Rocha Vieira conheceu-o na Academia, «tenente muito novo, já com grande prestígio». Alguns anos mais tarde, ao encetar o estágio, encontra de novo Firmino Miguel. Depois de ter estado com o general Spínola na Guiné, também fora colocado no Estado-Maior do Exército. Major mais antigo e muito influente, Firmino Miguel tinha acesso aos generais, incluindo o chefe do Estado-Maior do Exército.

Estabeleceu-se assim uma ligação entre Eanes, que estava na Academia Militar, e Firmino Miguel e Rocha Vieira, estes no Estado-Maior do Exército. Os três faziam parte de uma rede informal em expansão de oficiais que se interrogavam de modo cada vez mais insistente sobre o rumo do país. Neste processo, o Congresso dos Combatentes e o decreto de recrutamento acelerado de oficiais para o quadro permanente são acontecimentos que assinalam um antes e um depois no percurso para o 25 de Abril de 1974.

Promovido por antigos oficiais milicianos, com o beneplácito da hierarquia militar e do Governo, o Congresso dos Combatentes desencadeou uma vaga de protestos de oficiais do quadro permanente, designadamente na Guiné. Um abaixo-assinado dirigido às autoridades no qual, entre outros pontos, se questionava a representatividade dos promotores da reunião, recolheu 400

assinaturas. O documento, preparado em casa de Carlos Fabião (viria a ser chefe do Estado-Maior do Exército de Setembro de 1974 a Novembro de 1975), e depois aperfeiçoado numa reunião no Instituto de Altos Estudos Militares, foi entregue à comunicação social apenas assinado pelos dois oficiais mais condecorados das Forças Armadas Portuguesas, em representação de todos os subscritores: Marcelino da Mata, originário da Guiné, pertencente ao Exército, e Rebordão de Brito, pertencente à Marinha. O Congresso acabaria por assentar arraiais no Porto, de 1 a 3 de Junho. Face ao fundado receio de uma contestação *in loco*, o ministro da Defesa Nacional e do Exército, general Sá Viana Rebelo, proibiu os oficiais do quadro permanente de participarem na iniciativa. Esta proibição seria desrespeitada pelo general Káulza de Arriaga, que marcou presença no congresso acompanhado de alguns oficiais, sobretudo milicianos.

Ao contrário das reuniões de reflexão dos capitães da Academia Militar, a contestação dos 400 oficiais ao Congresso dos Combatentes e a atitude de Káulza de Arriaga significam, para o general Ramalho Eanes, «uma ruptura entre os militares e a sua instituição, e a prova de que o poder político era muito frágil e, portanto, muito vulnerável». Aliás, nem sequer pune o general desobediente e os oficiais contestatários. O antigo Presidente da República caracteriza este momento como «a travessia do Rubicão» no processo que levaria ao 25 de Abril de 1974.

O regime não aprendeu a lição do descontentamento gerado pelo Congresso e, logo a seguir, em 13 de Julho, é publicado o Decreto-Lei 353/73, que, para suprir a falta de oficiais dos escalões mais baixos, facilita o acesso ao quadro permanente de actuais ou antigos milicianos. Só que para tal o decreto ignorava por completo questões como a antiguidade, a formação e o prestígio dos oficiais saídos da Academia. Uma ligeira correcção do diploma feita pelo Governo um mês mais tarde não conteve a vaga de indignação entretanto surgida. E é a contestação a esse decreto, ainda de natureza corporativa e não directamente política, que será o catalisador do Movimento dos Capitães e terá um efeito

mobilizador de 136 capitães e oficiais subalternos para a reunião, em 9 de Setembro de 1973, no Monte Sobral, perto de Évora.

«Eu era um bocado o elemento subversivo dentro da 4.^a Repartição», diz Vasco Rocha Vieira, ao mesmo tempo que lembra as discussões internas e o seu empenho na recolha de assinaturas a denunciar o Congresso dos Combatentes. É uma fase em que fala muito não só com Eanes, mas também com outra gente mais nova da Academia.

Olhando para a composição da Secção de Material da 4.^a Repartição, há algo de premonitório do que viria a ser uma presença activa no MFA, até na sua heterogeneidade. Vasco Rocha Vieira tinha à sua frente Arnão Metelo, futuro vice-primeiro-ministro do V Governo Provisório (1975), presidido por Vasco Gonçalves. Mobilizado para Timor, foi substituído por José Eduardo Sanches Osório, ministro da Comunicação Social no pós-25 de Abril de 1974. Para render Rocha Vieira, quando foi para Macau, entrou Vítor Alves, a voz do MFA aos microfones do Rádio Clube Português na madrugada de 25 de Abril de 1974 e mais tarde ministro de Governos Provisórios e membro do Conselho da Revolução. Poucos meses antes da sua partida, a Secção de Material recebera um novo chefe, que preferia ouvir a falar. Sentado na borda da secretária, seguia com atenção as arengas de Vasco Rocha Vieira. A dúvida então sentida, meio a sério, meio a brincar — «ou é da PIDE ou alinha nisto» —, não tardou a desfazer-se.

O recém-chegado chefe de Secção era Franco Charais, que se tornou uma figura destacada do núcleo duro do MFA e foi membro do Conselho da Revolução e comandante da Região Militar do Centro.

O período de 1969 a 1973 representa anos de hiperactividade: Câmara, Curso do Estado-Maior, pára-quedaismo, mergulho. O marcelismo, desfeita uma tímida Primavera política, também mergulhava, mas num impasse cada vez mais fundo. Só a mobilização de Vasco Rocha Vieira para Macau, em 1973, para chefe do Estado-Maior do CTIM (Comando Territorial Indepen-

dente de Macau), pôs fim a esse período multifacetado. Parte para o Oriente dois dias depois daquela que passou à história como a reunião de Évora, mas que na verdade teve por cenário o Monte Sobral, no concelho de Viana do Alentejo, perto da cidade do Templo de Diana. Rocha Vieira, que não participou nesse encontro, vivia então na Rua Dom Pedro de Cristo, no bairro lisboeta de Alvalade. Os seus pais tinham vindo do Algarve para se despedirem do filho. Na véspera da partida para Macau, à noite, alguns dos camaradas que estiveram no Monte Sobral foram ter com Rocha Vieira para lhe darem conta da reunião. «A minha mãe, que era muito atenta a essas coisas, ficou bastante nervosa. Já estava a descansar, mas no dia seguinte, ainda um pouco ansiosa, perguntou: ‘Ó Vasco, o que é que se passa? Há algum problema?’», conta o antigo chefe do Estado-Maior do Exército. A resposta procurou sossegá-la: «Foram os meus amigos que vieram despedir-se de mim.»

Em Macau, Rocha Vieira acompanhou ainda uma obra do arquitecto Manuel Salgado, até assumir funções, na véspera do Natal de 1974, como secretário-adjunto para as Obras Públicas e Comunicações do Governador, coronel Garcia Leandro. A mudança de estatuto afastou-o, na altura, da actividade privada. As circunstâncias futuras fariam com que tal afastamento fosse a título definitivo. Assinala: «A última vez que eu trabalhei para o sector privado foi aí.»

IV

O 25 de Abril no fuso horário de Macau

Na segunda metade da década de 60 do século xx, as ondas de choque da Revolução Cultural na China, desencadeada por Mao Tsé-Tung em 1966, atingiriam Macau de forma dramática. Só a muito custo o Governador Nobre de Carvalho conseguirá estabelecer um precário ponto de equilíbrio no relacionamento com a República Popular, que se traduzia no exercício de uma soberania limitada. Com efeito, a liberdade e a autonomia da administração de Macau acabavam onde começavam os interesses e a vontade do seu poderoso vizinho. Aliás, num Conselho de Ministros presidido por Oliveira Salazar, no qual se analisou o impacto da referida crise em Macau, Franco Nogueira, chefe da diplomacia portuguesa, chegou a afirmar: «Nunca verdadeiramente fomos soberanos em Macau; sempre subsistimos graças à boa vontade da China, e sempre partilhámos com esta a autoridade.»

Os agitados dias de Novembro e Dezembro de 1966 e de Janeiro de 1967 obrigaram mesmo a decretar o recolher obrigatório. Tudo começou em 15 de Novembro de 1966, com um

episódio localizado e sem relevância aparente, mas que mexeu com interesses de elementos da Guarda Vermelha. O embargo à construção de uma escola comunista na Taipa, justificado pela falta de cumprimento de normas legais, desencadeou uma onda de contestação que acabou por degenerar em confrontos entre agentes da PSP e manifestantes chineses, dos quais resultaram vários feridos. Quando, dez dias mais tarde, o brigadeiro José Manuel de Sousa e Faro Nobre de Carvalho (seria promovido a general em 1970) chega a Macau para assumir funções como novo Governador, ainda tenta controlar a situação. No entanto, não tem margem de manobra. Até Ho Yin, líder da comunidade chinesa da Cidade do Nome de Deus e um dos «embaixadores» de Pequim, fica praticamente neutralizado. Dividido entre as irredutíveis exigências chinesas e o maximalismo das instruções de Lisboa, Nobre de Carvalho acabou por se sujeitar a apresentar desculpas públicas pelos incidentes num documento assinado no final de Janeiro, após a deslocação de uma missão de Lisboa a Macau. Salazar não aprovou os termos resultantes das conversações das autoridades do Território com as autoridades de Cantão, mas deixou ao Governador de Macau, nas palavras do embaixador João Hall Themido, ao tempo director-geral dos Negócios Políticos e um dos membros da missão, «o odioso da vergonhosa declaração de culpa que teve de assinar».

Já antes, em Dezembro, o governo de Macau cedera a um ultimato de O Cheng Peng, o chefe da empresa Nam Kuong, que, de modo não oficial, representava a República Popular da China e era responsável local do Partido Comunista Chinês, para entregar sete agentes nacionalistas de Taiwan (Formosa) detidos desde 1963. Pequim queria cortar cerce qualquer possibilidade de o território sob administração portuguesa servir de base de actuação a elementos afectos ao regime de Chiang Kai-Shek, que, no entanto, à data, era reconhecido por Portugal.

O conflito entre a administração portuguesa e a comunidade chinesa ficaria conhecido pelo «Um-dois-três». «Um-dois» por referência a Dezembro, o 12.º mês do ano, e «três» por ter sido

no dia 3 de Dezembro de 1966 que os confrontos com os manifestantes concentrados junto do palácio do Governador atingiram o maior grau de gravidade. Segundo os números oficiais, registaram-se oito mortos do lado dos chineses e 123 feridos, entre os quais sete agentes da PSP.

O «Um-fois-três» foi, em certa medida, o reflexo em Macau da Revolução Cultural. Lançada em 1966 por Mao Tsé-Tung, só terminaria em 1976, com a morte do *Grande Timoneiro*. Em nome da pureza revolucionária, uma onda de destruição, deportações, prisões e execuções sumárias varreu o país, sob a direcção do bando dos 4, onde pontificava a mulher de Mao. Por detrás da Revolução Cultural, porém, António Vasconcelos de Saldanha, especialista nas relações luso-chinesas, vê outros factores que terão contribuído para a intensidade do conflito em Macau e para o carácter vexatório da saída encontrada. O primeiro foi a política de tolerância com as actividades anti-República Popular da China levadas a cabo pelos americanos e pelos nacionalistas em território ou a partir do território de Macau. A outra, o cancelamento de uma missão secreta do empresário Jorge Jardim a Pequim, em 1964, para abertura de relações diplomáticas. A China aceitara receber um enviado de Lisboa, mas as pressões dos EUA levaram Salazar a mudar de aviso à última hora.

Em contraste com a agitação que marcou o país no plano interno ao longo da década de 60, a República Popular da China consegue, no mesmo período, romper o seu isolamento político e económico e encetar o caminho para se tornar no início do século XXI um parceiro global temido e respeitado. Há três momentos essenciais desse processo que vão ter repercussões directas em Macau: o conflito sino-soviético, a viragem de 180 graus na política de Washington em relação a Pequim e a admissão da República Popular da China nas Nações Unidas. A entrada de Pequim nas Nações Unidas implicou a expulsão da «outra» China, confinada a Taiwan, onde o generalíssimo Chiang Kai-Shek, derrotado por Mao Tsé-Tung na guerra civil que terminou em 1949, implantou um regime pró-ocidental. Aliás, a lembrança dos acon-

tecimentos de 1966 terá sido determinante para em 1971 Portugal votar favoravelmente a moção da Albânia que declarava como únicos e legítimos representantes nas Nações Unidas os delegados da República Popular da China. Este voto, no entanto, não demoveu Pequim de continuar a apoiar os movimentos de libertação que lutavam pela independência nas antigas colónias portuguesas. Aliás, de forma contraditória, na mesma ocasião Portugal votaria a favor da moção americana sobre a chamada «questão importante», numa altura em que Henry Kissinger, então conselheiro de segurança nacional do Presidente Richard Nixon, estava em missão secreta em Pequim a abrir caminho ao reconhecimento da República Popular da China (RPC). «Questão importante» é uma classificação que pode ser atribuída a uma moção, de modo a fazer depender a sua aprovação de uma maioria reforçada. Se a moção americana para elevar a moção albanesa à categoria de «questão importante» tivesse passado, seriam necessários 2/3 de votos para aprovar a expulsão dos representantes de Taiwan das Nações Unidas. Ao dizer sim à moção americana, ignorando as claras indicações de Ho Yin, representante informal da RPC em Macau, Portugal anulou em larga medida as vantagens que poderia ter retirado do voto favorável à moção albanesa.

Na sequência do ingresso nas Nações Unidas, a China requer ao Comité de Descolonização a retirada de Macau e de Hong Kong da lista dos «territórios não-autónomos». A devolução (não a descolonização) dos dois territórios passou assim a ser uma questão interna que a China pretendia resolver no momento adequado.

Em 1973, quando o major Vasco Rocha Vieira desembarca pela primeira vez no estuário do Rio das Pérolas, o território já navegava em águas mais calmas. Apesar de a capacidade de intervenção da administração portuguesa estar diminuída e de a sua autoridade ser frágil, em consequência do «Um-dois-três», Macau vivia uma fase de tranquilidade.

Por paradoxal que pareça, antes do 25 de Abril de 1974, ainda que condenasse sem margem para dúvidas a política colonial portuguesa, a China desfrutava da compreensão e até da simpatia

de Portugal na sua feroz disputa com Moscovo. O conflito sino-soviético, que eclodira em 1960 depois de uma década de lua-de-mel, estava ao rubro. Além das divergências ideológicas e da luta pela influência no Terceiro Mundo, a China não admite que a União Soviética aponte Hong Kong e Macau como situações coloniais consentidas por Pequim. Em última análise, com esta posição, o Kremlin considerava que esses territórios deveriam passar por um processo de autodeterminação, sem excluir a independência, algo que a China rejeitava de forma liminar.

Em contraponto ao conflito com Moscovo, Washington faz uma aproximação histórica a Pequim, consagrada com a visita do Presidente Richard Nixon ao país mais populoso do mundo, em 1972.

As ondas do 25 de Abril

Recebido com entusiasmo pela generalidade da comunidade portuguesa do território, o 25 de Abril de 1974 é tendencialmente desfavorável a dois dados essenciais da política de Pequim: Portugal pôs a descolonização africana na agenda, mas Macau, do mesmo modo que Hong Kong, é uma questão interna; a União Soviética é uma ameaça para a China. O derrube do regime salazarista pelo MFA só no dia 27 de Abril faz a manchete do jornal *Notícias de Macau*. No entanto, não tarda que se dê o primeiro embate entre radicais e moderados. Ainda em Portugal o clima era de unanimismo e de celebração e já em Macau iniciativas de sectores mais radicais, considerados afectos ao Partido Comunista Português (PCP), faziam tábua rasa das especificidades do território. Começam a verificar-se simulacros de levantamentos de rancho e outros incidentes, bem como ataques ao Governador «fascista». Os ataques partiam de portugueses, enquanto as figuras mais destacadas da comunidade chinesa se mantinham atentas, mas caladas.

É neste ambiente de contestação da sua legitimidade que o Governador sente necessidade de se aconselhar acerca da postura

que deveria assumir, uma vez que do poder revolucionário em Lisboa não vinham orientações. As comunicações eram difíceis e Macau não era uma prioridade da Junta de Salvação Nacional. O problema de Nobre de Carvalho não era se a Revolução estava ou não consolidada. O Governador enfrentava antes um dilema. Por um lado, tinha sido nomeado por aqueles que caíram no dia 25 de Abril de 1974. Por outro, o poder passara a ser diferente. E ele interrogava-se: «Que legitimidade tenho para estar aqui?» Nobre de Carvalho sabia a resposta, até porque era um homem de Estado com sentido de Estado: «Estou aqui para servir o meu país.» Mas no seu espírito ainda pairava uma dúvida: «Que devo fazer? Demitir-me?»

Resolve então reunir-se com algumas pessoas para ouvir a sua opinião, tanto mais que estava à porta uma iniciativa já programada, o tradicional jantar do Corpo Consular acreditado em Macau. Dos presentes no encontro, entre os quais Fausto Brito e Abreu, comandante da Defesa Marítima e do porto de Macau, Carlos Simões Coelho, côsul-geral de Portugal em Hong Kong, e o próprio Vasco Rocha Vieira, recebe palavras de confiança e apoio: «O senhor Governador deve continuar a exercer as suas funções. O País é o mesmo e a bandeira é a mesma.»

Deste modo, ultrapassado o seu dilema, o Governador decidiu manter o jantar, que viria a decorrer com toda a normalidade. Só aos brindes foi necessário um ajustamento à nova situação em Lisboa. Por regra brindava-se aos chefes de Estado. No entanto, na altura Portugal não tinha Chefe de Estado mas uma Junta de Salvação Nacional. Assim, a saudação da praxe foi dirigida ao país anfitrião e aos outros países representados no jantar.

De Portugal continuavam a não chegar instruções. Telefonar era uma complicação. Só em ondas curtas era possível captar notícias sobre a evolução da situação, de modo a dispor de informações actualizadas sobre o desenrolar dos acontecimentos a partir de 25 de Abril de 1974. Contudo, mesmo sem instruções, em Macau algumas pedras militares movimentavam-se para dar o xeque-mate ao Governador.

Logo na noite de 1 de Maio, o major Vasco Rocha Vieira é convidado para ir a uma reunião que já decorria em casa do capitão Pinto Ferreira, perto do Jardim Vasco da Gama. Pinto Ferreira era um oficial dos serviços de contabilidade do Comando Militar de Macau, que «nunca se tinha mostrado muito». A participação na reunião foi relativamente restrita. Não chegariam a dez os oficiais presentes, entre os quais o comandante Catarino Salgado, o major Laurénio Filipe Sousa Alves e o capitão Alfredo Manuel Coelho e Campos Ghira. Rocha Vieira dava-se bem com Catarino Salgado, responsável da Polícia Marítima. Era «muito bom oficial». Politicamente aparentava estar alinhado com o PCP. Laurénio Sousa Alves, presidente do conselho administrativo do CTIM, aspirava a ser 2.º comandante militar. Mostrava-se por isso desapontado com o comandante militar de Macau, coronel Manuel de Mesquita Borges, que não atava nem desatava em relação a essa aspiração. Sendo Laurénio Sousa Alves acomodado à situação, Vasco Rocha Vieira não entendeu o motivo por que estava na reunião. Alfredo Ghira era comandante do esquadrão do Quartel da Flora. Ele e Rocha Vieira conheciam-se do Colégio Militar. Era alguém que estava sempre disposto a ir para a frente, mas muitas vezes sem medir bem o alcance das suas atitudes.

Quando chegou a casa do capitão Pinto Ferreira, a reunião já estava em curso. Apesar disso, não tardou a aperceber-se de que o objectivo dos *conjurados* era sair com armas, prender o Governador e destituir o coronel Mesquita Borges. «Vocês estão doidos, com certeza», lançou-lhes o chefe do Estado-Maior do CTIM. «Depois o que é que se faz ao Governador?» A resposta não se fez esperar: «Então o 25 de Abril também chegou aqui!»

Vasco Rocha Vieira era o n.º 2 na hierarquia estritamente militar do Território, não por ser o mais antigo mas pelas funções de chefe do Estado-Maior do CTIM, às quais acedera por ter o curso de Estado-Maior. Assim, sabendo que estava atrás de alguns dos seus camaradas em Macau em termos de antiguidade, agiu sempre com cuidado redobrado em relação a oficiais mais antigos que iam a despacho consigo.

De qualquer modo, a capacidade de actuação de Rocha Vieira na sequência do 25 de Abril não lhe advinha apenas de ser o n.º 2 da hierarquia militar no território.

«Eu era o único que tinha alguma coisa a ver com o 25 de Abril», salienta. Tinha sido o último oficial a chegar a Macau e tinha sido ele a dar a conhecer o livro do general António de Spínola, que lhe fora enviado em provas tipográficas. Todos os outros tinham chegado antes da formação do movimento. O referido livro, *Portugal e o Futuro*, teve um grande impacto na opinião pública e foi um dos prenúncios da queda do regime de Marcelo Caetano, o continuador de Salazar. Tudo isto conferia a Rocha Vieira alguma legitimidade perante os seus camaradas. Muito menos poderiam dizer que ele estava contra o 25 de Abril. «Chamaram-me», diz, «para eu, no fundo, dizer ‘sim senhor, vamos a isso’. Mas eu disse ‘não senhor’.»

Pegando no que se passara com o general Bettencourt Rodrigues, Governador e comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné, enviado para Lisboa num Boeing 707 da Força Aérea Portuguesa depois de lhe ter sido retirado o comando, Vasco Rocha Vieira pergunta: «Vocês têm um avião aqui para fazer como na Guiné?» Ele mesmo respondeu à pergunta, obviamente retórica, porque em Macau não havia aeroporto e muito menos um *Boeing 707*. «Levamos o senhor preso para Hong Kong. E o que é que o governador de Hong Kong faz?»

Não era verdadeiramente por motivos de ordem prática que Vasco Rocha Vieira se opunha à intenção de apelar o Governador, mas sim por razões de fundo. «Nobre de Carvalho era uma pessoa digna e Macau era uma realidade diferente.» A ausência da PIDE enquanto polícia política marcava uma dessas diferenças na vida interna do território. Além disso, a comunidade portuguesa, essencialmente macaense, tinha a sua própria forma de se organizar e viver em ligação com a comunidade chinesa, maioritária no território.

No meio da troca de argumentos, tanto o major Rocha Vieira como o capitão Alfredo Ghira fazem uma pausa na reunião e deixam a sala. É então que Ghira lhe diz que, não tendo estado

contra o Congresso dos Combatentes, estava agora com ele. «Ó Ghira, mas o que é isso?», exclama Rocha Vieira surpreendido por ver nesse momento que o comandante do Esquadrão Flora estava pronto a avançar com os seus homens contra o Governador. Mas Guira não esmorece e reafirma: «Estou contigo. E a unidade está pronta.» A unidade, diga-se, era a única que tinha autometralhadoras. Vasco Rocha Vieira percebe que os outros elementos do grupo que queriam prender Nobre de Carvalho tinham falado com Alfredo Ghira, logrando mobilizá-lo para uma acção radical.

Quando o comandante do esquadrão lhe diz que a unidade está pronta já não o deixa ir à sala onde continuavam as discussões. «Então, ó Ghira, anda-me lá mostrar isso.» Cerca da meia-noite abandonam a casa, de forma despercebida, pela porta da cozinha. O percurso entre o Jardim de Vasco da Gama e o Quartel da Flora, ao longo da Estrada da Vitória, não irá muito além dos cem metros. O chefe do Estado-Maior morava ali perto. «Eu via a Flora de minha casa», recorda. O momento não era para devaneios, mas Vasco Rocha Vieira não esquece a atmosfera dessa madrugada húmida de Macau. «Havia uma chuva muito fininha que se via passar nos candeeiros, naqueles candeeiros altos, a única luz que havia. O resto era escuro.»

Logo que Alfredo Ghira se dá a conhecer, recebe o eco do lado de dentro do quartel: «É o nosso capitão.» Os dois homens cruzam o portão verde da unidade e o comandante do esquadrão, «com a determinação que lhe era característica», manda formar as suas tropas. Com o capitão Ghira a seu lado, Vasco Rocha Vieira, à civil, formula as clássicas perguntas com as quais se aquilata do estado de uma força antes de entrar em acção: «Está tudo pronto?»; «Onde estão as viaturas?»; «Estão abastecidas?»; «Têm munições?»

As respostas chegam, afirmativas, através da semiobscuridade que envolve a parada. Quando se esperava, porventura, a ordem para avançar para o palácio do Governador, Rocha Vieira rematou: «Sim senhor, estou contente. Sei que posso contar com esta

unidade. Está pronta, muito bem.» Depois, dirigindo-se ao capitão Ghira: «Pode mandar direita volver, destroçar.»

Voltou a casa do capitão Pinto Ferreira e também ali mandou destroçar. «Acabou a reunião. Amanhã vou falar com o comandante. Têm de se fazer coisas, mas não é assim. Claro que há um 25 de Abril, uma mudança, mas não é desta maneira.»

Deitou-se pelas 3 da manhã, dormiu pouco, mas ao começo do dia, quando chegou ao quartel-general, já Laurénio Sousa Alves tinha falado com o comandante militar. Manuel de Mesquita Borges estava muito ligado a Macau, onde também desenvolvia actividade como engenheiro civil. Provavelmente, tê-lo-á posto ao corrente das peripécias da noite anterior e da abortada intenção da parte de um grupo de oficiais de apelar o Governador e o comandante militar.

Como também tinha acesso directo ao Governador e comandante-chefe, enquanto chefe do Estado-Maior do comando-chefe, Rocha Vieira resolve ir falar com Nobre de Carvalho e comunicarlhe que, face à situação, considerava que Mesquita Borges não devia continuar nas funções de comandante militar. O Governador diz-lhe que compreende a situação, mas não tem condições para o demitir ou para tomar qualquer outra medida em relação a ele. A verdade é que, não só pela sua falta de isenção política como militar, designadamente nas eleições legislativas de 1973, mas também pelo seu carácter autoritário e pouco dialogante, Mesquita Borges estava isolado e «a mais» no novo contexto político-militar.

A caminho de Lisboa

Rocha Vieira percebe que tem que se deslocar a Lisboa para informar os novos dirigentes do País da situação em Macau e para lhes propor medidas concretas. No entanto, não quer deixar o território em ruptura com Mesquita Borges. «Tenho de ir a Lisboa, mas quero fazer as coisas todas certas», é este o pressuposto dos passos que vai dar. Uma vez que estava a contas com um

problema de saúde que exigia uma intervenção cirúrgica, Rocha Vieira expõe o caso ao capitão médico Galo Pereira, sem lhe esconder que, alojada na motivação clínica, ia viajar, como «passageiro clandestino», uma motivação política. O médico elaborou então um relatório indicando que ele precisava de ser evacuado para Portugal para tratamento. Ao mesmo tempo, Rocha Vieira solicitava a sua transferência para um cenário de operações, em Moçambique, Angola ou Guiné. Quem o ajudou a redigir esse pedido foi Simões Coelho, cônsul em Hong Kong. Deste modo, afastava qualquer ideia de que estaria a abdicar das suas funções em Macau movido por uma atitude de comodismo ou de oportunismo. E estava determinado a rumar a um daqueles territórios se não conseguisse obter uma solução satisfatória para a situação em Macau. Na verdade, apesar de a sua evacuação, ainda que justificada por motivos objectivos e verificáveis, comportar outras finalidades, queria deixar claro que o facto de se ausentar não tinha motivações egoístas.

Aos oficiais da reunião da noite de 1 de Maio não ocultou as razões segundas da viagem, ao mesmo tempo que lhes pedia que fizessem um compasso de espera nas suas movimentações, tanto em relação ao Governador como em relação ao comandante militar, e lhes prometia que em breve teriam notícias de Lisboa. «Isto tem de ser resolvido. Eu vou a Lisboa. É evidente que o comandante tem de ser substituído. Mas não é substituído aqui de forma selvagem», diz-lhes. Ao coronel Mesquita Borges limitou-se a evocar as maleitas de que já tinha anterior conhecimento e que justificavam a evacuação determinada pelo médico.

No dia da partida, 9 de Maio, Mesquita Borges acompanhou Rocha Vieira ao *hydrofoil* que fazia a ligação a Hong Kong. «O comandante dirige-me então esta pergunta complicada. ‘Diga-me lá uma coisa: eles não me querem como comandante, pois não?’ E eu, perante isso, disse: ‘É verdade, meu comandante. É verdade, e o senhor tem de ter isso em atenção.’ E despedi-me.»

Na viagem faz escala em Paris. Por mera coincidência, o tenente-coronel Firmino Miguel (1932-1991), que na altura frequen-

tava um curso em França, tomou o mesmo voo que Rocha Vieira para Lisboa. A 11 de Maio, ao aterrarem pela primeira vez na capital portuguesa depois da Revolução que saltara para a primeira página dos jornais de todo o mundo, havia muita gente no aeroporto. Sabiam que não era para eles, mas a situação fê-los gracejar sobre a recepção festiva que até parecia aguardá-los... Havia recepção, sim, mas destinava-se ao professor Emídio Guerreiro (1899-2005), efémero líder do PPD (Partido Popular Democrático) em 1975, que regressava do exílio em França na carreira de Paris.

A Vasco Rocha Vieira, porém, não sobrava muito tempo para festas. Tal como ele, também Macau aguardava uma intervenção cirúrgica, esta, porém, de natureza político-militar e institucional. Tanto num caso como no outro, os cirurgiões tinham de ser contactados sem demora.

V

O primeiro adeus ao Oriente

Nas semanas iniciais após o 25 de Abril, os sete membros da Junta de Salvação Nacional instalaram-se no Palácio da Cova da Moura, ao fundo da Avenida Infante Santo, em Lisboa. A romaria de políticos, empresários, banqueiros e outras personalidades ao novo centro do poder tornou-se uma das imagens da mudança no país.

Chegado a Lisboa com novas de Macau e em busca de orientações para o território, o inevitável destino de Vasco Rocha Vieira teria de ser o Palácio da Cova da Moura. Aí entra em contacto com Fisher Lopes Pires, «um idealista, um bom profissional», que no decorrer do processo revolucionário foi graduado em general. Já tinha trabalhado com ele na Academia Militar. Era catedrático da 36.^a cadeira, Fortificações e Organização do Terreno, e Rocha Vieira tinha sido seu assistente. É Lopes Pires, de quem ficou admirador e amigo, que o leva ao general Costa Gomes. Além de ser um dos mais influentes membros da Junta de Salvação Nacional, tinha conhecimento directo de Macau. Costa Gomes quis ouvir a opinião de Rocha Vieira sobre o Governador Nobre de

Carvalho. Apesar de tudo o que se dizia dele, descreveu-o como um homem sério, correcto e decente, e aconselhou a sua manutenção no cargo. «Costa Gomes ouviu-me com muito cuidado e respondeu: ‘Ainda bem que diz isso. Essa é a minha opinião. Não vamos substituir o Governador. Ele está para acabar o mandato. Vamos deixá-lo acabar o mandato.’» Quanto ao comandante militar, Rocha Vieira exprimiu o parecer de que tinha de sair sem demora. Desse encontro resultou também a decisão de enviar dois oficiais a Timor e Macau: o major Garcia Leandro, que já conhecia Timor, uma vez que tinha sido chefe de gabinete do Governador (1968-1972) brigadeiro José Nogueira Valente Pires, e o major Rebelo Gonçalves, que já tinha estado em Macau. São os dois enviados da Junta de Salvação Nacional que concretizarão a demissão do coronel Manuel de Mesquita Borges, em 4 de Junho. Antes de partirem falam com Rocha Vieira, que tem o cuidado de não só lhes fazer um retrato dos sobressaltos dos primeiros dias pós-25 de Abril, mas também de os encaminhar para interlocutores representativos do xadrez de Macau, nomeadamente Fausto de Brito e Abreu, comandante da Defesa Marítima e dos Portos de Macau. Os dois oficiais deslocaram-se primeiro a Timor-Leste e só depois seguiram para Macau, onde desembarcaram no dia 1 de Junho.

A visita de Garcia Leandro e Rebelo Gonçalves a Macau criou uma enorme expectativa nos sectores mais empenhados em alterações rápidas no território. «Houve uma data de gente que praticamente os assaltou no caminho. Quando pararam em Singapura já havia quem tivesse vindo de Macau para lhes vender o seu ponto de vista e para se colar a eles», conta o comandante Brito e Abreu.

Os dois enviados saíram à meia-noite de Hong Kong num *ferry* que chegou a Macau pelas 2 ou 3 da manhã. No cais havia muitas pessoas para os receber. Foi em vão; só saíram às 7 da manhã. O navio tinha cabines onde os passageiros podiam ficar a dormir até àquela hora. Quando Garcia Leandro desembarca vai primeiro falar com o Governador. Mais tarde, seguindo a recomen-

dação de Rocha Vieira, encontra-se com Brito e Abreu, que lhe dá a sua visão do que se estava a passar em Macau.

Garcia Leandro regressaria pouco tempo depois a Lisboa, enquanto o major Rebelo Gonçalves assumia interinamente o comando militar de Macau, em substituição de Mesquita Borges.

Durante a sua permanência em Portugal, Rocha Vieira ainda é desafiado por Loureiro dos Santos, que tinha sido seu professor no Curso de Estado-Maior, para o acompanhar na tripla função de encarregado de governo, delegado da Junta de Salvação Nacional e comandante-chefe, que ia exercer em Cabo Verde, mas recusou o convite.

Certo dia, através da rádio do carro que guiava, Rocha Vieira ouviu que andavam à sua procura. Era o general Costa Gomes que precisava de falar com ele. O encontro tinha como fito comunicar-lhe que de Macau diziam que devia ser ele o comandante militar. «Era o que faltava», respondeu Rocha Vieira. «Até parece que vim a Portugal para retirar o comandante militar e ser eu a ocupar o seu lugar. A Macau só voltarei para o mesmo lugar.» Costa Gomes sorri e concorda. Aconselha-o então a ir operar-se. Rocha Vieira, todavia, revela disponibilidade para regressar a Macau assim que for nomeado um novo comandante militar. Em caso de urgência, poderia sempre ser operado em Hong Kong. No entanto, prevalece a sugestão de Costa Gomes e submete-se a uma intervenção cirúrgica em Lisboa. A nomeação definitiva do comandante militar acaba por recair sobre o tenente-coronel Manuel Joaquim Álvaro de Maia Gonçalves, também ele de Engenharia. Finalmente, em Agosto, depois de um período de convalescença, rumo de novo ao Oriente.

No dia em que Rocha Vieira desembarca em Macau, por mera coincidência, está marcada uma reunião para casa do comandante Catarino Salgado. O novo comandante militar, Maia Gonçalves, recém-chegado ao território, informa-o da reunião. Rocha Vieira decide ir a casa do comandante Salgado. A questão do afastamento do Governador, a bem ou mal, está de novo na berlinda. O grupo que queria demiti-lo não desiste. Um telex enviado há três

dias ao general Costa Gomes assemelhava-se a um ultimato. Se no prazo de dois dias não houvesse qualquer resposta, isso equivaleria a uma anuência no sentido da substituição. Porém, a mensagem que chegava de Lisboa trazida por Rocha Vieira era a de que o Governador tinha a confiança da Junta de Salvação Nacional em geral e de Costa Gomes em particular, e, portanto, continuava em funções.

A China mantinha Macau numa espécie de liberdade vigiada. Se o Governador fosse substituído por alguém tido por afecto ao PCP, eventualmente Rebelo Gonçalves ou Catarino Salgado, havia a percepção de que a China ia compreender mal essa decisão. Na China imperava uma grande desconfiança em relação à União Soviética. Além disso, Pequim tinha conseguido que os enclaves de Macau e de Hong Kong fossem retirados da lista dos territórios não-autónomos das Nações Unidas. Moscovo, porém, alegava como forma de pressão que esses territórios não representavam mais que situações coloniais. No quadro de uma grande competição no terceiro mundo, a União Soviética procurava assim pôr a China em contradição: apoia os movimentos de libertação e permite colónias no seu território.

Tendo em conta esta clivagem, a presença à frente de Macau de alguém próximo dos pontos de vista da União Soviética poderia ser um factor negativo no indispensável diálogo com Pequim.

Inauguração da Ponte da Taipa

O mandato do general Nobre de Carvalho aproximava-se do seu termo, mas, antes do adeus a Macau, ele ainda queria inaugurar, a 5 de Outubro de 1974, dia da Implantação da República, a sua grande obra, a Ponte da Taipa. As atenções concentravam-se nessa data, que seria sublinhada com a presença do ministro da Coordenação Interterritorial, António de Almeida Santos. Para acautelar qualquer problema, o sector moderado de Macau manteve contactos prévios com o major Garcia Leandro, que acompanhava o ministro. Apesar disso, houve um momento em que se

temeu que já não houvesse inauguração. A sessão de boas-vindas decorreu no Teatro Santa Rosa de Lima. Almeida Santos e Nobre de Carvalho tomaram lugar no palco, lado a lado. O ministro trazia um discurso escrito, mas antes do discurso optou por proferir, de improviso, umas palavras elogiosas para o Governador. Foi o que bastou para que alguns elementos antigovernador comesçassem a protestar e abandonassem a sala. No ar andavam vozes: «O Governador é um fascista.» Houve pessoas que se recusaram a ir ao jantar que se seguiu à sessão, no Hotel Lisboa, em honra de Almeida Santos. Os convidados chineses, sempre muito tranquilos, limitavam-se a observar a cena. Rocha Vieira tomou então a iniciativa de dizer que queria falar com o ministro. A reunião decorreu no fim de jantar na presença de Garcia Leandro e de outros membros da comitiva do ministro e ainda de dois ou três dos defensores da destituição imediata do Governador que Rocha Vieira pediu que o acompanhassem. O ministro não teve dúvidas: «A inauguração é irreversível. Já está tudo marcado.»

Para evitar vazios, Rocha Vieira sentiu que o momento era o mais próprio para lançar um nome para suceder a Nobre de Carvalho, cujo mandato estava quase a expirar. Propõe então Garcia Leandro para Governador. Almeida Santos contrapõe-lhe que ele está destinado a Timor, mas Rocha Vieira alega que Garcia Leandro era uma figura bem aceite em Macau e que mesmo os sectores mais radicais não teriam coragem para se opor a essa escolha.

Almeida Santos considerou a solução oportuna, ressalvando, no entanto, que não tinha competência para o nomear. De qualquer modo, ciente da delicadeza da situação, prometeu tratar logo do assunto no regresso a Portugal, o que cumpriu. Com efeito, de volta a Lisboa depois da inauguração da ponte, falou com o Governo e, passado pouco tempo, Garcia Leandro era nomeado Governador de Macau.

Com o fim do mandato de Nobre de Carvalho, Maia Gonçalves, comandante do Comando Territorial Independente de Macau, no qual já tinha estado como chefe do Estado-Maior, fica encarregado de governo até à chegada do novo Governador. Garcia

Leandro desembarcou em Macau em 19 de Novembro de 1974 disposto a dar um impulso modernizador à vida do território.

Pela primeira vez, o Governador de Macau teria três secretários-adjuntos. Garcia Leandro telefona ainda de Lisboa a Rocha Vieira a manifestar-lhe o desejo de que ele seja secretário-adjunto para as Obras Públicas e Comunicações. Rocha Vieira adia a resposta ao convite, incitando-o a encontrar outra pessoa. No entanto, o Governador insiste e Vasco Rocha Vieira toma posse na véspera do Natal de 1974. Para o militar, o cargo representava uma estreia em funções políticas executivas.

Flash fatal

Mesmo correndo alguns riscos, Garcia Leandro promove reuniões regulares do MFA, de modo a manter o equilíbrio entre as diversas tendências. Nessas assembleias, que congregavam cerca de meia centena de oficiais em serviço em Macau, participavam igualmente oficiais milicianos que haviam sido recrutados para exercer funções civis, dada a carência de quadros. Rocha Vieira considerava que a participação desses milicianos nas reuniões do MFA não se justificava, uma vez que não usavam uniforme nem exerciam funções militares. Alegava que na prática eram civis e que portanto não tinham legitimidade para participar nessas reuniões. E se o faziam era só como factor de pressão e de desestabilização.

Em Maio de 1975, depois de meio ano à frente dos destinos de Macau, o Governador desloca-se a Lisboa. Na sua ausência fica comandante-chefe interino o militar mais antigo, no caso o capitão de fragata Saraiva Pinheiro, entretanto chegado a Macau para substituir Brito e Abreu. Como encarregado do governo fica o secretário-adjunto Rocha Vieira. É neste quadro que Saraiva Pinheiro autoriza uma reunião de militares, que, sem que ele o soubesse, se destinava a promover a contestação organizada ao Governador Garcia Leandro. É Rocha Vieira que o alerta para a situação. Face à «imposição política» do encarregado do governo,

o comandante-chefe interino proíbe a reunião. O assunto ultrapassa o círculo militar e ganha uma dimensão mais vasta, devido, designadamente, às críticas do CDM (Centro Democrático de Macau) à cúpula militar. Derrotado nas eleições para a Assembleia Constituinte pela ADIM (Associação de Defesa dos Interesses de Macau), a esquerda reunida no CDM procurava assim retomar a iniciativa.

Regressado a Macau, Garcia Leandro, apoiado pelos militares moderados, teve de enfrentar os focos de contestação surgidos quer na área militar quer na área civil, em que as associações cívicas davam expressão às opções políticas.

Os focos de contestação ao Governador iam sendo debelados sem grande alarido, mas um incidente na altura da Cimeira de Macau sobre a descolonização de Timor, em meados de 1975, iria precipitar a expulsão de três oficiais do território. A cimeira, em 26 de Junho, no Hotel Sintra, contou com a presença de Portugal, da UDT (União Democrática Timorense) e da Apodeti (Associação Popular Democrática Timorense, pró-Indonésia). A Fretilin (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) não participou. De Lisboa deslocaram-se Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial, Vítor Alves, ministro sem pasta, e Jorge Campinos, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, tendo vindo de Timor o tenente-coronel Adelino Coelho, chefe de gabinete do Governador Lemos Pires, e os majores Mota e Jónatas.

O major Vítor Alves, um dos membros da delegação portuguesa à cimeira, dançava no Bar Mermaid quando a luz de um *flash* rasgou a escuridão e uma máquina fotográfica captou o par. Não era de supor que os intérpretes de uma revolução socialista estivessem a divertir-se num *antro da corrupção capitalista*. A fotografia seria, porventura, uma denúncia.

No local estão dois oficiais portugueses acompanhados das mulheres. Depois de alguma confusão e discussão, apurou-se que terá sido uma delas a tirar a fotografia. O próprio Vítor Alves tentou sanar o conflito. O Governador Garcia Leandro, porém, quis mostrar que não toleraria qualquer gesto que perturbasse a

vida de Macau, sobretudo num momento tão importante como o da cimeira. Assim, deu por findas as comissões de serviço dos dois oficiais presentes no bar, o primeiro-tenente Adolfo Ramalho e o alferes miliciano José Cadório Lino, o que implicava o regresso de ambos a Portugal. A saída de Adolfo Ramalho dependia, porém, em termos de cadeia hierárquica, do comandante Catarino Salgado. Convocado pelo Governador, recusou-se a dar seguimento às suas ordens. Face à atitude de desobediência, o Governador deu-lhe ordem de detenção e, poucas horas depois, Catarino Salgado estava a embarcar para Lisboa.

Nessa altura houve outro oficial da Marinha, o capitão de fragata Fernando Quitério de Brito, que Rocha Vieira persuadiu a regressar a Portugal, fazendo-lhe compreender que Macau não era o sítio certo para ele continuar, dado o seu comportamento neste processo, embora com a preocupação de actuar sempre de uma forma discreta. Em relação ao comandante Quitério de Brito, passou-se tudo a bem, com punhos de renda, numa conversa de cavalheiros que se estendeu por uma manhã, enquanto os outros casos se resolviam. Quitério de Brito, que, poucos dias depois do seu regresso viria a ser nomeado ministro da Indústria no V Governo Provisório (Agosto de 1975), chefiado por Vasco Gonçalves, terá entendido que Rocha Vieira se apercebia do seu envolvimento no clima de confronto com o Governador Garcia Leandro, alimentado por alguns sectores políticos e militares.

«A partir daí, em termos revolucionários, Macau não só ficou mais pacífico, mas também em condições de evoluir para as mudanças necessárias», observa o então secretário-adjunto para as Obras Públicas e Comunicações do Território.

Director da Arma de Engenharia

No regresso de Lisboa, em Maio de 1975, o Governador Garcia Leandro traz novidades para Rocha Vieira. «Olha que eles querem-te lá, mas eu disse-lhes que nem por sombras!» Puro

engano. As movimentações na Arma de Engenharia vão pôr um ponto final na missão de Rocha Vieira em Macau.

Um grupo mais activo de capitães, majores e tenentes-coronéis, conhecidos como os «sete magníficos», pretende substituir o director e subdirector da Arma e os comandantes das unidades de Engenharia por novos responsáveis identificados com o 25 de Abril. O seu desígnio é afastar dos postos de comando os oficiais mais antigos de carreira com o intuito de colocar nesses lugares oficiais da sua confiança.

Vasco Rocha Vieira é escolhido para director da Arma, em substituição do brigadeiro Nuno Maria Rebelo Vaz Pinto. Além de director da Arma de Engenharia, passa a ser também director dos Serviços de Fortificações e Obras Militares.

Para subdirector do Serviço de Obras e Fortificações Militares avança o tenente-coronel Gouveia Rodrigues, graduado em brigadeiro. O major António Manuel Vilares Cepeda, graduado em coronel, vai para comandante do Regimento de Engenharia n.º 1, a unidade que gozava da força simbólica de ter recebido o posto de comando das operações do 25 de Abril de 1974, que levaram ao derrube de Marcelo Caetano, e de ter sido ali que a Junta de Salvação Nacional se apresentou ao País, já na madrugada de 26 de Abril. Também são eleitos novos comandantes para a EPE (Escola Prática de Engenharia), em Tancos, a unidade mais importante da Arma, e para o BE3 (Batalhão de Engenharia n.º 3), no Campo Militar de Santa Margarida. Para a EPE segue o major Sardinha Dias, graduado em coronel, e para o BE3 vai o capitão Afonso Dias, graduado em major. «Os outros não oferecem garantias de estar com a Revolução», explicam os promotores das eleições quando levam o novo naipe ao CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército), general Carlos Fabião.

Entre as eleições e a mudança dos responsáveis verifica-se, no entanto, um compasso de espera. Aos apelos informais para deixar Macau, Vasco Rocha Vieira responde: «Se o chefe do Estado-Maior do Exército me mandar avançar, avanço com certeza.»

Finalmente, passadas duas ou três semanas, vem a ordem do CEME para Rocha Vieira se apresentar em Lisboa, porque ia ser nomeado director da Arma de Engenharia.

Não houve muito tempo para despedidas, mas o encontro com o seu amigo Ho Yin, pai de Edmund Ho, primeiro Chefe do Executivo de Macau, após o retorno do território à China, ficou especialmente gravado na memória de Rocha Vieira. «Ho Yin mandou dizer-me que iria despedir-se de mim ao palácio do Governo», conta. Fazia questão de ser ele a deslocar-se. Era um gesto de delicadeza. Depois de um pingue-pongue de protestos recíprocos, o encontro acabou por ser no Banco Tai Fung, que ficava quase ao fundo da Avenida de Almeida Ribeiro, do lado direito. «Fui recebido numa sala onde havia uns reposteiros, num ambiente meio de penumbra. Lá estivemos a conversar», recorda. Ho Yin, representante informal da República Popular da China em Macau, que em 1964 sobrevivera a um atentado dos nacionalistas, confia duas mensagens a Rocha Vieira: «Gostava que dissesse aos seus amigos da Revolução que o homem forte em Pequim já não é o Mao, mas sim Zhou Enlai.» Depois da tradução de Roque Choi, o intérprete habitual das conversas dos Governadores com as altas entidades chinesas, continuou: «E diga também aos seus amigos que o partido da nossa confiança em Portugal não é o MRPP, é o PCP (m-l).»

Ao chegar a Lisboa para assumir a direcção da Arma de Engenharia, o tenente-coronel Rocha Vieira apresenta-se ao chefe do Estado-Maior do Exército. Na conversa com o general Carlos Fabião, que não conhecia, explica-lhe que tem alguma relutância na questão das graduações. Fabião, no entanto, diz-lhe que «vai ser general». Ainda assim, Rocha Vieira contrapõe: «Posso ser, perfeitamente, brigadeiro.» Nova insistência: «Mas o director da Arma deve ser general.»

A questão general ou brigadeiro tinha alguma razão de ser. O tenente-coronel Gouveia Rodrigues, novo subdirector do Serviço de Obras e Fortificações Militares, era mais antigo e seria graduado em brigadeiro. A ideia, portanto, era que a diferencia-

ção decorrente da função fosse feita através do número de estrelas sobre cada uma das platinas vermelhas. Mas Rocha Vieira recusa o argumento e dá a solução. «Está bem, eu sou brigadeiro director. O outro é brigadeiro subdirector.» Isto é, sendo a graduação no mesmo dia, a precedência na antiguidade decorre dos cargos. Fabião acabou por anuir: «Então fica brigadeiro.» E assim entrou em funções. Em seguida, Rocha Vieira foi ter com o vice-chefe do Estado-Maior do Exército, general António Lopes dos Santos, antigo Governador de Macau (1962-1966). «Meu general, já falei com o chefe do Estado-Maior do Exército», disse. E perguntou: «Ninguém me dá posse?» A posse estava dada, ainda que nos termos informais próprios do período revolucionário. No entanto, Lopes dos Santos compreendeu a preocupação de Rocha Vieira de conferir um mínimo de preceito à assunção do cargo. «Quando iniciar funções, diga, que eu vou lá à direcção da Arma.»

Ao entrar na direcção da Arma de Engenharia, situada no Campo de Santa Clara, anunciou uma cerimónia para o dia seguinte, «às 3 da tarde, na biblioteca» e mandou um subordinado ao Casão — Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado — comprar as platinas. No dia seguinte, Rocha Vieira pôs as platinas com as estrelas de brigadeiro nos ombros e, acompanhado do general Lopes dos Santos, dirigiu-se para a cerimónia. Ao entrar no salão da biblioteca teve a primeira surpresa agradável. O salão estava cheio com o pessoal militar e civil que prestava serviço na direcção da Arma. Então, na presença do vice-chefe do Estado-Maior do Exército, como que se auto-empossou. «Proferi o discurso de posse e de apresentação e iniciei funções», diz.

Fazendo o balanço desse período, afirma: «Nunca tive problemas na Arma de Engenharia, onde existia pessoal dedicado e competente.» A excepção foi a seguir ao 25 de Novembro, em que recorreu a medidas de choque para fazer regressar a normalidade ao Regimento de Engenharia n.º 1 (Pontinha) e ao Batalhão de Engenharia n.º 3 (Campo Militar de Santa Margarida). «A unidade equilibrada era a Escola Prática de Engenharia, apesar de tudo», diz.

Já antes do 25 de Novembro, Rocha Vieira tivera de tirar castanhas do lume — mas nos bombeiros. Mandava a tradição que no Regimento de Sapadores Bombeiros, sediado na Avenida Dom Carlos I, em Lisboa, o comandante e alguns oficiais fossem de Engenharia. No entanto, quando Rocha Vieira chegou a director da Arma, quem comandava o regimento era um oficial de Artilharia. O assunto era da competência do Ministério da Administração Interna. E é aí que lhe dizem: «Quem trata disso é um director-geral que se chama Henrique Granadeiro.» E tratou. Quando Rocha Vieira o contacta telefonicamente, a abertura de Granadeiro à solicitação para devolver os Sapadores Bombeiros aos *engenheiros* é total. «Ó senhor brigadeiro, estava à espera que alguém me dissesse uma coisa dessas.» Dito e feito. Logo que ficou pronta uma equipa de três elementos, Rocha Vieira telefonou a Henrique Granadeiro e consumou-se a mudança de comando na Avenida Dom Carlos I.

Nas palavras do general Valença Pinto, a acção de Rocha Vieira enquanto director da Arma de Engenharia foi de «pacificador e normalizador». Aliás, assumiu aquelas funções na sequência de uma agitada reunião, em Maio de 1975, que se estendeu por toda a noite, no Centro de Sociologia Militar, actual Instituto de Defesa Nacional. Apesar de a reunião ter sido dominada por propostas de saneamento em larga escala, abrangendo cerca de metade do corpo de oficiais de Engenharia, a escolha para director da Arma acabou por recair sobre uma figura moderada. «Para grande surpresa minha, porque o conhecia bem, o primeiro nome apontado para director da Arma foi o do tenente-coronel Rocha Vieira», diz Valença Pinto. Esta opção sossegou os oficiais que se demarcavam da retórica e das propostas radicais que tomaram conta da reunião.

Mesmo conseguindo que a pretensão do saneamento em larga escala fosse abandonada, os «moderados» acabaram por «engolir» outras medidas extremas, contando por antecipação com o talento do novo director para deitar água na fervura revolucionária. As previsões não saíram furadas. Segundo Valença Pinto, ele

exerceu uma acção de «travão» a muitos excessos e desvios. Presença constante, acompanhamento das situações, explicação dos problemas, rejeição de determinadas posições e clareza de atitudes foram as armas secretas, na realidade muito pouco secretas, de Rocha Vieira.

Ao mesmo tempo que assume as novas funções, Vasco Rocha Vieira começa a engendrar outros movimentos. Vai falar com o tenente-coronel Ramalho Eanes, afastado de presidente da RTP na sequência do golpe de 11 de Março de 1975 e que tinha pedido um inquérito à sua actuação naquela data. Na noite desse dia, na Assembleia do MFA, os apoiantes de Vasco Gonçalves pediram a cabeça de várias pessoas, incluindo a de Eanes. O seu *crime* foi não ter autorizado a alteração da programação da RTP. Antes porém telefonara a Otelo a pôr a questão. «Tu fazes como entenderes», respondeu-lhe o comandante do Copcon. Desde o 11 de Março que Eanes estava «colocado» em casa. Chegou a ser convidado para director do Colégio Militar e para director do Serviço de Pessoal. Em vão. Não aceitaria nenhum convite até à conclusão do inquérito. Mas não estava parado. Começava a organizar o braço militar da corrente moderada do MFA. «Eu colaborava muito com Eanes. Durante o dia estava na direcção da Arma de Engenharia. À noite andava na clandestinidade», diz Rocha Vieira, meio a sério meio a brincar.

VI

Do 11 de Março ao 25 de Novembro

Na sequência do golpe abortado de 11 de Março de 1975, há dois projectos políticos irreconciliáveis que vão confrontar-se de uma forma crescente. De um lado a democracia representativa, que tem na concretização das eleições para a Assembleia Constituinte, em 25 de Abril de 1975, uma grande vitória. Do outro a conquista do poder através de vanguardas políticas, militares e laborais, cujo momento mais agudo e simbólico é o cerco à Assembleia Constituinte, reunida no Palácio de São Bento pelos trabalhadores da construção civil, em 12 de Novembro de 1975. É este segundo projecto que, na onda da resposta ao 11 de Março, está agora em vantagem, tanto no plano institucional como no das acções populares.

Alegando que as eleições se destinavam apenas a escolher os deputados que iriam elaborar uma nova Constituição, o IV e o V Governos Provisórios, chefiados pelo general Vasco Gonçalves, continuaram a pôr em prática programas de acção radicais, apesar de a sua base política ser cada vez mais estreita. Com efeito, o Partido Comunista, directa ou indirectamente, detinha uma

influência no Governo claramente desproporcionada em relação ao seu peso eleitoral.

No Palácio de Belém, o Presidente da República, general Costa Gomes, procurava gerir as tensões e arbitrar as forças político-militares em confronto. Na Assembleia Constituinte, os representantes eleitos pelo povo debatiam o texto da nova lei fundamental do País. No palacete da residência oficial do primeiro-ministro, os Executivos, os do próprio Vasco Gonçalves e sobretudo o de Pinheiro de Azevedo, procuravam estabilizar a situação, mas eram diariamente interpelados pela multiplicação de conflitos e de reivindicações.

Uma das principais dificuldades dos Governos era a existência de outro centro de poder, que se comportava de acordo com uma lógica de apoio à acção directa popular. Em nome da legalidade revolucionária, o Copcon, Comando Operacional do Continente, que tinha à sua frente o general (graduado) Otelio Saraiva de Carvalho, foi muitas vezes um aliado, por acção ou omissão, de iniciativas para conquistar posições pela força.

A degradação da autoridade do Estado manifesta-se de várias maneiras, mas assume uma gravidade extrema com o assalto à Embaixada de Espanha, na noite de 26 para 27 de Setembro de 1975, em protesto contra a condenação à morte de cinco activistas antifranquistas, dois da ETA e três da FRAP (Frente Revolucionária e Antifascista e Patriótica). A sentença, confirmada pelo chefe de Estado do país vizinho, Francisco Franco, viria a ser executada no início do dia 27 de Setembro. Franco, que na altura já estava muito doente, deixaria o mundo dos vivos dois meses mais tarde.

A sociedade portuguesa divide-se de forma perigosa. As posições extremam-se. Nos Açores, o movimento independentista está muito activo. No Norte do País, uma onda de assaltos e incêndios varre as sedes do PCP e dos seus aliados.

A fractura entre a ala moderada e a ala radical do MFA, que aflorou logo nos primeiros tempos da Revolução, está cada vez mais exposta. Os compromissos são também cada vez mais difíceis e precários. A separação das águas é claramente assumida

com a divulgação em 6 de Agosto de 1975 do Documento dos Nove, que tem uma enorme repercussão na opinião pública.

O Grupo dos Nove entra no glossário político, consagrando o número inicial dos subscritores do texto elaborado pelo tenente-coronel Melo Antunes, todos membros do Conselho da Revolução. Seguem-se ainda mais 16 subscritores, entre os quais o brigadeiro Rocha Vieira, director da Arma de Engenharia. No documento, entregue ao Presidente da República, general Costa Gomes, defende-se um regime político pluralista e a continuação dos trabalhos da Assembleia Constituinte e recusa-se «o modelo de sociedade socialista tipo europeu oriental», isto é, o modelo soviético.

«Um dos grandes méritos do Documento dos Nove foi ter organizado o sentimento de repulsa pela deriva da Revolução e proporcionado um quadro político de referência à resposta militar em gestação, que viria a concretizar-se no 25 de Novembro», diz Rocha Vieira.

Nascido com uma minguada base de apoio político e social, dois dias depois da divulgação do Documento dos Nove, o V Governo Provisório dura pouco mas legisla muito. Tomou posse a 8 de Agosto de 1975 e foi exonerado a 30 do mesmo mês, dia em que Costa Gomes designa o almirante Pinheiro de Azevedo para chefiar um novo Governo. O primeiro-ministro cessante é então nomeado chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, mas não chega a tomar posse. A 5 de Setembro de 1975, a Assembleia do MFA em Tancos, na qual participa Vasco Rocha Vieira, rejeita aquela nomeação. Vasco Gonçalves fica em minoria e não lhe resta alternativa à saída de cena.

Pinheiro de Azevedo, um dos membros da Junta de Salvação Nacional que assumiu o poder em 25 de Abril de 1974, leva algum tempo a constituir a sua equipa e a definir o seu programa. Assim, o VI Governo Provisório só vê a luz do dia em 19 de Setembro de 1975, com uma composição política mais consentânea com o panorama eleitoral do País. Uma semana depois, em 26 de Setembro, é criado o AMI (Agrupamento Militar de Intervenção), uma nova estrutura de comando militar para

contrapor ao Copcon, de modo «a prover o Governo dos indispensáveis meios para o exercício da autoridade». O primeiro comandante do AMI foi o então brigadeiro Melo Egídio, mais tarde vice-chefe do Estado-Maior do Exército, com Vasco Rocha Vieira na chefia. Posteriormente, foi Governador de Macau (1979-1981), de onde veio para chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (1981-1984), em substituição de Ramalho Eanes, que desde 1976 acumulava aquelas funções militares com as de Presidente da República.

Apesar destas mudanças, a situação nas Forças Armadas continua a ser marcada pelo seu envolvimento revolucionário, tendo por bandeira a Aliança Povo-MFA. Em 22 de Novembro, no Ralis (Regimento de Artilharia de Lisboa), uma unidade emblemática desse envolvimento, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Carlos Fabião, preside a uma cerimónia de Juramento de Bandeira onde 170 soldados, de braço estendido e punho fechado, juraram «estar sempre, sempre ao lado do povo, ao serviço da classe operária, dos camponeses e do povo trabalhador».

«Peça fundamental do 25 de Novembro»

Numa quase clandestinidade, um grupo de oficiais, à volta do tenente-coronel António Ramalho Eanes, há alguns meses que se preparava para reagir em termos militares assim que algum incidente justificasse uma intervenção musculada para restaurar os princípios do exercício da autoridade legítima e devolver o processo de transição para a democracia à normalidade institucional. Com o caminho que o processo revolucionário estava a levar de forma acelerada havia o sentimento de que algo iria acontecer. Rocha Vieira era uma das vozes mais escutadas nesse núcleo de resistência que, face à degradação da situação político-militar, não admitia que a Revolução desembocasse numa ditadura violenta. É o chamado Grupo Militar, formado essencialmente por oficiais superiores, na sua maioria tenentes-coronéis: Eanes, coordenador,

Tomé Pinto, Rocha Vieira (graduado em brigadeiro, por ser director da Arma de Engenharia), Aurélio Trindade, Monteiro Pereira, Garcia dos Santos, Gabriel Teixeira, Loureiro dos Santos, Silvestre Martins, José Pimentel e José Barroco, em colaboração ainda com outros oficiais, como Jaime Neves, Sousa e Castro, Pinto Ramalho, Pezarat Correia, Franco Charais e Pires Veloso. O Grupo Militar não se formou à margem do Grupo Político. Pelo contrário, foi sempre em contacto com os oficiais políticos moderados, cujo núcleo central e visível viria a ser o Grupo dos Nove, que desenvolveu os preparativos militares com o objectivo, segundo Ramalho Eanes, de «reinstucionalizar o Exército ou, pelo menos, de se opor a qualquer acção do Partido Comunista, ou dos seus aliados», para tomar o poder por via revolucionária. Um dos sinais da estreita ligação entre os dois grupos está no facto de ter sido numa reunião com os políticos, em Julho de 1975, que ficou assente que Ramalho Eanes seria o coordenador do Grupo Militar.

É pela mão de Eanes que Rocha Vieira aparece no grupo. «Nessa altura», recorda Tomé Pinto, «o Vasco ainda era solteiro e conhecia toda esta Lisboa. Lá tinha as suas informações, os seus pontos de contacto, e tinha sempre uma ideia muito firme sobre aquilo que se passava. Eu ouvia-o com muita atenção.»

Rocha Vieira faz também parte de um grupo mais restrito que tem a tarefa de elaborar o plano de operações. «Tínhamos várias reuniões, muitas vezes em casa do José Manuel Barroco», diz Tomé Pinto. «Devíamos comparecer às 21 horas, mas ele só chegava pelas 22.30, 23 horas. Lá vinha com as suas novidades, bem disposto, sempre alegre, um camarada que era muito amigo.»

As reuniões foram múltiplas, mas há uma, por coincidência na própria noite de 24 de Novembro, com o plano de operações já concluído, que Tomé Pinto não esquece. «Estava eu e o general Aurélio Trindade, os dois a fazermos perguntas um ao outro, ‘se acontecer isto, o que é que podemos fazer?’. Quando chega o Vasco, lá para a 1 da manhã, senta-se ao pé de nós os dois e começa a fazer perguntas, entrando também neste jogo de guerra. Foi uma conversa que durou umas duas ou três horas, analisando

as várias modalidades de acção, fazendo perguntas e nós respondendo e pondo hipóteses.»

Às primeiras horas de 25 de Novembro de 1975, pára-que-
distas da Base Escola de Tancos tomam o Comando da 1.ª Região
Aérea, em Monsanto, e prendem o seu comandante, general
Pinho Freire. Além disso ocupam as bases aéreas de Tancos,
Monte Real e Montijo. A acção dos pára-que-
distas era uma resposta à recente decisão do general Morais da Silva, chefe do
Estado-Maior da Força Aérea, de mandar passar à disponibili-
dade cerca de mil dos seus camaradas da Base Escola de Tancos.
Pela sua gravidade, a ocupação das bases representava uma peri-
gosa escalada no confronto político-militar, sem excluir o risco de
guerra civil. Um risco em certa medida suavizado por Rocha
Vieira. Com efeito, devido sobretudo às fortes ligações pessoais
criadas na guerra colonial, «o diálogo entre campos opostos era
possível».

Nessa manhã, muito cedo, Ramalho Eanes acordou Rocha
Vieira para o pôr ao corrente das ocupações levadas a efeito pelos
pára-que-
distas e para lhe dizer que deveriam reunir-se de imediato
no edifício do EMGFA (Estado-Maior-General das Forças Arma-
das), no Restelo, com outros membros do Grupo Militar. Eanes
tinha um gabinete no edifício do Restelo, uma vez que estava a
trabalhar, em conjunto com Loureiro dos Santos, na reestrutura-
ção da 5.ª Divisão do EMGFA.

Após uma primeira avaliação da situação, pedem para ser re-
cebidos pelo Presidente da República, general Costa Gomes.
Como o tempo corre e do Palácio de Belém não vem qualquer
indicação, Rocha Vieira e Eanes resolvem ir para a Presidência,
onde o ritmo de sucessão de audiências, só por si, constitui um
sinal da subida da tensão política e militar. «Vamos no meu car-
ro», diz Rocha Vieira, que não mais esqueceu a tão curta como
inadiável viagem entre o EMGFA e o palácio presidencial. Em
causa estava um ponto que tinham por essencial: a ligação ao
Presidente da República como forma de legitimar a resposta à
insurreição de elementos pára-que-
distas. «Toda e qualquer opera-

ção é comandada pelo poder legítimo», lê-se no Plano de Operações elaborado meses antes por Ramalho Eanes, Loureiro dos Santos e Tomé Pinto.

Já no Palácio de Belém, Ramalho Eanes e Rocha Vieira insistem na necessidade de serem recebidos sem demora por Costa Gomes, mas têm de aguardar mais algum tempo pela audiência. Rocha Vieira não é capaz de dizer quanto, porque a urgência altera a percepção do tempo real. No entanto, pouco ou muito, a sua inquietação cresceu de tal modo que a dado momento disse a Eanes: «Se for preciso, a gente entra pelo gabinete dentro.» Não foi necessário ir tão longe. Quando o contra-almirante Filgueiras Soares, vice-chefe do Estado-Maior da Armada, sai de uma audiência com o Presidente da República, Eanes e Rocha Vieira, seguidos por Loureiro dos Santos e José Pimentel, entram numa sala de reuniões e tomam lugar à sua esquerda, na comprida mesa rectangular à volta da qual se joga o futuro do País. Na sala encontram-se também alguns elementos do Grupo dos Nove, nomeadamente Melo Antunes e Vasco Lourenço. O Presidente da República e chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas senta-se à cabeceira da mesa. Melo Antunes diz que a situação é complicada, mas que há uma resposta preparada. E passa a palavra ao coordenador do Grupo Militar. Eanes faz um retrato dos acontecimentos das últimas horas e dá conta dos planos para os enfrentar. A sua explanação, porém, não tarda a ser interrompida por um telefonema de Costa Martins para Costa Gomes. O Presidente ausenta-se da sala para atender a chamada.

O compasso de espera acaba por constituir uma ocasião para os dois operacionais falarem sobre a determinação que os move, ao mesmo tempo que, de forma implícita, dão sinais de receio pela falta de definição do Presidente da República. «O Costa Gomes vai perceber que ou está connosco ou está contra nós, ou vai no barco ou não vai, porque nós temos que reagir. Só tem que perceber que está do lado certo. Porque nós temos meios, temos força, temos motivação», afirma Rocha Vieira, que na volta recebe o pleno assentimento de Eanes: «É isso mesmo.»

Quando Costa Gomes regressa à reunião, Eanes, retomando o que estava a dizer, faz um levantamento da situação, põe-no a par da correlação de forças e do potencial que tinha nas suas mãos para reagir, e, com firmeza, diz que tem a obrigação de agir. «Temos meios, unidades a nosso favor e um dever», concluiu o futuro Presidente da República, de acordo com o testemunho de Rocha Vieira. A resposta de Costa Gomes era urgente. O Grupo Militar estava em inferioridade numérica. Só com a Força Aérea seria possível reverter a situação. No entanto, isso teria de ser durante o dia.

Se porventura o general Costa Gomes ainda tinha dúvidas quanto à gravidade da situação, a exposição estruturada e consistente de Eanes desfê-las por completo. Além disso, terá percebido que estava diante de pessoas bem preparadas. Não estavam ali de forma leviana ou de ânimo leve; bem pelo contrário. Acontece, porém, que em todos os outros momentos críticos do processo revolucionário, o Presidente da República e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas tinha conseguido superar as situações de confronto pela negociação e pelo compromisso. As suas intenções parecem ir, mais uma vez, nesse sentido. É então que Melo Antunes intervém para lhe dizer que «já não é tempo de negociar». Grupo Político e Grupo Militar estão em sintonia. Aliás, os conselheiros da Revolução que tinham subscrito o documento Melo Antunes acompanhavam a acção da parte militar e cooperavam na ligação às unidades. Vasco Lourenço, um dos conselheiros, fora confirmado horas antes pelo Conselho da Revolução como comandante da Região Militar de Lisboa, em substituição de Otel Saraiva de Carvalho.

Depois de ouvir Ramalho Eanes e Melo Antunes, o Presidente da República dá finalmente luz verde ao Grupo Militar: «Então, avancem.» De qualquer modo, para Ramalho Eanes, tal como a situação se encontrava naquele dia 25 de Novembro, «ele só tinha uma hipótese de se safar. Era encostar-se a nós». Rocha Vieira guarda a impressão de que Costa Gomes perdera o contacto com a situação militar e a sua gravidade e não teve noção de que,

lançados os dados, haveria uma recomposição profunda no panorama político-militar do País.

O «sim» representava a reclamada clarificação de Costa Gomes quanto ao lado em que se encontrava no confronto do 25 de Novembro. Mesmo assim, uma vez que era tudo muito fluido e que o germe da desconfiança em relação à posição do Palácio de Belém ainda estava vivo, Rocha Vieira, para se munir de garantias suplementares, entende por bem dar forma escrita à autoridade que emanava da palavra do Presidente da República e CEMGFA. Pega num bloco de apontamentos, encimado com as palavras *Presidência da República* impressas a vermelho, e escreve em várias folhas outras tantas ordens a transferir unidades para o comando de Vasco Lourenço e de Ramalho Eanes. Nessas ordens, porém, deixa um espaço em branco para ser preenchido posteriormente com o nome da unidade, consoante as necessidades surgidas com a evolução das operações.

«A... passa a depender directamente do CEMGFA desde 251600NOV75 [desde as 16 horas do dia 25 de Novembro de 1975]. As ordens são dadas pelo cap. Vasco Lourenço e como seu assessor pelo ten. cor. Eanes», registam os referidos documentos. A fechar, «O CEMGFA». Solicitado para tal, o general Francisco Costa Gomes apõe por baixo, em todas as ordens, a sua assinatura. Deste modo, era também retirado o comando das tropas ao CEME, Carlos Fabião, e ao comandante do Copcon, Otelio Sarai-va de Carvalho.

Eanes era o chefe do Grupo Militar e era nas mãos dele que os seus camaradas queriam pôr a delegação de Costa Gomes para dirigir as operações de resposta à situação gerada pela sublevação dos pára-quedistas. Só que Eanes não tinha nenhuma função militar, daí que tenha aparecido na linha institucional como «assessor» de Vasco Lourenço, que, enquanto conselheiro da Revolução, já nomeado comandante da Região Militar de Lisboa, detinha uma posição institucional. «Foi uma maneira de transferir para Eanes a autoridade para dar ordens às unidades», diz Rocha Vieira. E quem de facto as deu foi ele.

Dado este passo de reforço e garantia da legitimação política das operações do 25 de Novembro, António Ramalho Eanes e Vasco Rocha Vieira separam-se. O primeiro zarpa para o Regimento de Comandos da Amadora e o segundo continua no Palácio de Belém, onde assegura a ligação entre a parte militar e a parte política. Na Presidência da República permanecem ainda outros oficiais, como Loureiro dos Santos, José Pimentel, Aventino Teixeira e Valença Pinto. José Manuel Barroco vai para o Palacete de São Bento, residência oficial do primeiro-ministro, ao tempo Pinheiro de Azevedo. Rocha Vieira está em contacto permanente com o Regimento de Comandos da Amadora, a unidade comandada pelo coronel Jaime Neves. Na Amadora, além de Ramalho Eanes, comandante operacional do 25 de Novembro, estão Tomé Pinto, Garcia dos Santos, Monteiro Pereira e Aurélio Trindade. Mais tarde, Firmino Miguel também comparece na Amadora. A pedido dos responsáveis operacionais, juntam-se-lhes igualmente elementos da Marinha, da Força Aérea e da GNR, envolvendo assim todos os ramos militares nas operações do 25 de Novembro.

«Para o Vasco», diz Tomé Pinto, «tinham de ser mensagens muito curtas. Bastava-nos dizer, ‘Vasco, é isto’, e ele defendia depois esses pontos de vista. O Vasco teve a grande capacidade de conseguir convencer os outros daquilo que se pretendia. Teve um desempenho extraordinário.» Noutra ocasião (*Público*, 22 de Novembro de 2005), Tomé Pinto realça a importância do jogo de guerra na preparação das operações do 25 de Novembro «Bastava uma palavra ou outra nossa, da Amadora, para ele [Rocha Vieira] se aperceber logo do esquema.»

Salvaguardando que é suspeito devido à muita amizade que nutre por Vasco Rocha Vieira, o general Valença Pinto diz que «ele foi uma peça fundamental do 25 de Novembro». Acrescenta que não está sozinho nesta posição. «Muitas pessoas me têm vindo dizer que ele foi, destacadamente, dos elementos mais determinantes em todo o processo do 25 de Novembro.»

O próprio Rocha Vieira não enjeita a relevância do seu papel. «Eu tive influência directa, nomeadamente no momento decisivo,

na manhã do 25 de Novembro, e nos momentos seguintes de incerteza quanto ao rumo do País.» Voltaria a ser decisivo na manhã seguinte. Ainda cedo, depois de um sono breve no Palácio de Belém, acordou com o estampido de tiros vindo da Calçada da Ajuda. Liga de imediato pelo telefone civil para o comandante do Regimento de Polícia Militar (Lanceiros 2), major Campos de Andrada, que era do seu curso de entrada na Escola do Exército e que ingressara na Arma de Cavalaria. Ao mesmo tempo, através da rede de rádio militar, estabelece contacto com o coronel Jaime Neves, que estava à frente de uma força dos Comandos da Amadora para impor a rendição da Polícia Militar. Quando o Posto de Comando da Amadora foi informado de que havia barricadas na Calçada da Ajuda com civis armados actuou no sentido de elas serem levantadas. Deste modo, comunicou à equipa de Comando do Regimento de Polícia Militar — Campos de Andrada, Cuco Rosa e Mário Tomé — que deveria apresentar-se no Palácio de Belém. Porém, deixaram passar o tempo a discutir num plenário da unidade qual a atitude a tomar. Foi nessa altura que os Comandos receberam ordem para avançar. Há tiros de um lado e do outro. Jaime Neves, no meio de imprecações, diz que já tem dois mortos e que vai dar cabo dos opositores. Rocha Vieira brama a Campos de Andrada: «É pá, rende-te! Se não parares és cilindrado.» O comandante do Regimento de Polícia Militar quer garantias de que serão poupados em caso de rendição. Responde-lhe Rocha Vieira: «Eu tenho o Jaime do outro lado e, se ele garantir, tens de acreditar.» Embora a ferver por dentro, até porque tinha dois mortos (tenente Coimbra e furriel Pires) entre os seus homens, Jaime Neves dá as garantias pedidas. «Ele parou e eles renderam-se.» Recorda Rocha Vieira que ouviu distintamente na rádio militar a ordem de cessar-fogo de Jaime Neves, transmitida pelo canal interno das Chaimites, logo seguida de um silêncio absoluto. Foi algo que o impressionou. «Só um grande chefe, com dois homens mortos, consegue isso», comenta. Do lado da Polícia Militar houve uma vítima mortal (aspirante Bagagem). Actuando como medaneiro, Rocha Vieira contribuiu de certo modo para

que o único episódio sangrento das operações do 25 de Novembro não tivesse alastrado para patamares muito mais graves.

Após a rendição, os comandos ocuparam o quartel da Polícia Militar e detiveram o comando da unidade. Além de Campos de Andrada, Cuco Rosa e Mário Tomé.

O general Costa Gomes pede então a Rocha Vieira: «Diga lá ao Jaime que chegue aqui.» Queria ouvir da sua boca a explicação do que se tinha passado. Só com alguma renitência é que Jaime Neves vai falar com o Presidente da República. «Lembro-me dele a entrar no Palácio de Belém com um poncho de oleado», diz Rocha Vieira, «numa passada que fazia ranger a madeira do soalho.» Quando compareceu no gabinete do Presidente, Jaime Neves perguntou: «O que é que o meu general me quer?» Em resposta, Costa Gomes convidou-o a sentar-se e tiveram uma conversa muito cordata.

No dia 26 à noite, pelas 20 horas, Rocha Vieira é chamado para fazer o ponto da situação ao Conselho da Revolução, reunido sob a presidência de Costa Gomes. Não vai sozinho. «Venha daí comigo», diz a Loureiro dos Santos. Ficou à direita do Presidente da República e logo a seguir sentou-se Loureiro dos Santos. Quando Rocha Vieira acaba de fazer a sua exposição, Costa Gomes diz: «Felizmente que isto correu bem. Podia ter corrido mal.» É então a vez de Loureiro dos Santos tomar a palavra: «Senhor Presidente, não é nada disso. A situação está longe de estar resolvida. Os pára-quevistas ainda não se renderam. Se for preciso, vamos lá com a aviação. Não queremos sangue, mas há uma série de coisas que têm de se resolver. Desculpe, mas não é assim, vamos continuar.» O problema acabaria por ter uma saída pacífica, no dia seguinte, através de um encontro de uma delegação da Base Escola de Tropas Pára-Quedistas, de Tancos, com o Presidente da República e o chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Moraes da Silva, onde se estabeleceram os termos da normalização da situação. Mesmo sem entrar em acção, a Força Aérea, enquanto instrumento de reserva, teve um forte efeito de dissuasão, contribuindo para a rendição dos pára-que-

distas de Tancos sem derramamento de sangue. Pires Veloso, comandante da Região Militar Norte, também tinha forças de reserva para activar em caso de necessidade, e manteve-se sempre em estreito contacto com o Grupo Militar, garantindo a estabilidade da situação naquela zona do País. Na sequência de um encontro com Lemos Ferreira, da Força Aérea, algumas forças da Região Militar Norte garantiram a segurança da Base Aérea de Cortegaça.

Ainda no dia 26, Melo Antunes fez uma declaração política pela televisão, que ficou célebre por uma afirmação que desencadeou reacções acaloradas e contraditórias, umas de aplauso outras de ataque: «A participação do PCP na construção do socialismo é indispensável.»

Rocha Vieira soube previamente da iniciativa da declaração, não do seu conteúdo. «Quero que saibas que vou fazer uma comunicação pela televisão», disse-lhe o autor do Documento dos Nove depois de se dirigir à sala onde ele se encontrava. «Com certeza, na parte política tu é que és o papa», respondeu-lhe Rocha Vieira.

A comunicação visou conter a onda de revanchismo que parecia ameaçar os princípios por que se regia a actuação do Grupo Militar e do Grupo Político. Essa onda atingiu o Palácio de Belém sob a forma de numerosos telexes a denunciar ou a lembrar nomes de militares, mas também de civis, que deveriam ser presos. «A maior parte dessas telexes, que eu via com os oficiais que me acompanhavam, embora fosse eu a decidir, foram parar ao cesto dos papéis», diz Rocha Vieira. Nos poucos casos em que teve dúvidas, enviou as mensagens para o Posto de Comando, no Regimento de Comandos da Amadora.

De resto, o número de detenções foi reduzido e atingiu essencialmente os militares, no âmbito do Regulamento de Disciplina Militar.

No seu livro *25 de Abril — Mitos de Uma Revolução*, a historiadora Maria Inácia Rezola também destaca o papel de Rocha Vieira no 25 de Novembro. Fá-lo, contudo, em termos que passam ao lado do carácter crucial da reunião de Ramalho Eanes e

Rocha Vieira com o general Costa Gomes e do filme dos acontecimentos nas 48 horas subsequentes. Ainda que de modo não intencional, dá cobertura à tese daqueles que, para esbater o papel de Eanes no 25 de Novembro, querem pôr Costa Gomes, mais uma vez, como o estrategista solitário que paira sobre os outros intervenientes na resposta à sublevação dos pára-quedistas e na reposição da normalidade política. Ora, sem diminuir os seus méritos, a verdade é que Costa Gomes não agiu sozinho. Por razões de legitimidade política, Ramalho Eanes, líder do Grupo Militar, e os que estavam com ele, não abdicaram de assegurar o apoio institucional ao mais alto nível. E fizeram-no em termos tais que o Presidente da República decidiu dar-lhes esse apoio, o que propiciou uma associação bem sucedida entre, por um lado, o talento tático de Costa Gomes, e, por outro, a força, a determinação e a clareza de objectivos do grupo de Eanes.

Maria Inácia Rezola passa muito ao de leve pela batalha política que os oficiais moderados, militares e políticos, travaram no Palácio de Belém para obterem o apoio de Costa Gomes. Na verdade, depois de registar que, na manhã de 25 de Novembro de 1975, o Presidente da República «inicia os preparativos para a instalação de um posto de comando, cuja direcção ele próprio assume», limita-se a adiantar: «Coadjuvam-no, nesta acção, Rocha Vieira, chefe de estado-maior do posto de comando, e Vasco Lourenço, que, como Comandante da RML, accionava as ordens para as unidades da região e tinha contactos com outros oficiais do resto do país.»

Na apresentação do livro, na véspera do 25 de Abril de 2007, Ramalho Eanes fez questão de aclarar as circunstâncias que precederam e determinaram o sentido da intervenção presidencial no 25 de Novembro. E fê-lo também por um gesto, oferecendo à historiadora os originais de duas das ordens escritas pelo punho de Rocha Vieira e assinadas por Costa Gomes, datadas de 25 de Novembro de 1975, às 16 horas, nos termos das quais era transferido para Vasco Lourenço e para si próprio o comando de determinadas unidades militares. São documentos que atestam algu-

ma incerteza de Eanes e Rocha Vieira em relação à postura do general Costa Gomes naquelas circunstâncias concretas, embora não duvidassem das suas intenções de fundo quanto à pacificação e à estabilização do País. Foi por isso que Rocha Vieira pôs à sua frente, para ele assinar, papéis a confirmar a autorização oral para acções de comando óbvias em relação ao objectivo visado, «de modo a ter uma garantia escrita de que se estava a actuar na cadeia institucional», evidenciando, ao mesmo tempo, que «o Presidente da República também metia a cabeça no cepo».

Moderado mas duro

A mudança do 25 de Novembro não tardaria a traduzir-se em mudanças nas unidades de Engenharia. Logo no dia 27 de Novembro, Vasco Rocha Vieira deslocou-se ao simbólico Regimento de Engenharia n.º 1, na Pontinha, Lisboa, e enviou um representante ao Batalhão de Engenharia n.º 3, em Santa Margarida.

«Era muito difícil ter o controlo da unidade. Ostentava a carga simbólica de ter sido o quartel-general do 25 de Abril e estava infiltrada por células de movimentos políticos radicais orientadas do exterior», diz Rocha Vieira referindo-se ao Regimento da Pontinha. A força política mais activa na unidade era o MES (Movimento de Esquerda Socialista).

Apesar deste panorama, Rocha Vieira tinha confiança no comando, assegurado pelo coronel Vilares Cepeda, bem como nos restantes oficiais do quadro de Engenharia. Considera que os oficiais eram militares correctos, que tentavam ter o controlo possível da situação e procuravam que o regimento mantivesse uma fisionomia militar mínima. Foi isso que começou por lhes manifestar quando se deslocou à unidade. De qualquer modo, a unidade tinha de ser recomposta. A seguir veio o tratamento de choque para os militares que não eram do quadro. Para grandes males grandes remédios. «Vão todos para a rua», decretou sem esperar por reacções. «Eu amanhã venho cá e estão todos na dis-

ponibilidade.» Perante a estupefacção dos elementos do comando, voltou à carga: «Estou a falar a sério. Ou o País dá uma volta e entra nos eixos, e temos uma revolução consistente, ou isto não é uma revolução, é uma loucura.» Num comentário retrospectivo, afirma: «Dadas as minhas responsabilidades no 25 de Novembro e sendo director da Arma de Engenharia, eu tinha autoridade para dizer isto. Aliás, tinham sido eles que, em conjunto com os outros oficiais de Engenharia, me tinham eleito director da Arma.»

Horas depois recebeu um telefonema do comandante com um «sim, mas» à concretização da passagem generalizada à disponibilidade. «Todos não», solicitou. Com efeito, para ter condições mínimas de funcionamento, a unidade precisava de efectivos para tarefas como as de telefonista, guarda da porta de armas e outras. Rocha Vieira aceitou a observação. Na unidade ficaram os oficiais, os sargentos e ainda um pequeno grupo de militares mercedores de confiança. Todos os outros despiram a farda de vez.

No BE3, o processo de intervenção do director da Arma encontrou resistências inesperadas. Num primeiro momento mandou apresentar três tenentes, do quadro da Arma de Engenharia. «Eu não queria prendê-los, queria tirá-los de lá. Eles é que complicaram as coisas», explica. Além disso, a quase totalidade dos outros oficiais da Arma, incluindo o comandante, major Afonso Dias, solidarizaram-se com os subalternos a quem Rocha Vieira tinha ordenado que se apresentassem. «Então apresentam-se todos», disse. Esta situação obrigou ao envio imediato para o BE3 de uma equipa de comando de três oficiais da Arma, chefiados pelo tenente-coronel Reis Camões.

Rocha Vieira tinha em boa conta os militares que assumiram a referida atitude de solidariedade. Eram «tipos decentes». Aliás, um deles até chegou a oficial general. Chamou-os para lhes fazer um apelo à razão. «Eu percebo essas coisas, mas vocês são uns garotos. A gente solidariza-se com coisas que são dignas e correctas e não com uns tipos que fizeram o que vocês sabem», disse-lhes, numa alusão à distribuição de armas a operários do Tramagal.

Não terá sido tão convincente como desejava, porque de volta ouviu o contra-argumento: «Nós estávamos todos na unidade e portanto somos todos responsáveis.»

As medidas para trazer o batalhão à ordem acabaram por crescer em dureza, tendo implicado mesmo prisão para alguns dos seus oficiais. Rocha Vieira assume sem pestanejar a lógica da autoridade e da disciplina: «A Engenharia era uma arma importante. Eu era director da Arma. Fui eu que tive de tomar decisões sozinho.»

No início de 1976, com Eanes na chefia do Exército, por proposta de Rocha Vieira, director da Arma, foi extinto o BE3 no Campo Militar de Santa Margarida e criado a 4 de Maio de 1976 o Regimento de Engenharia de Espinho, que em 1993 passou a chamar-se Regimento de Engenharia n.º 3.

Já a Escola Prática de Engenharia não exigiu qualquer medida de excepção, pelo que a sua situação se manteve sem alteração após o 25 de Novembro.

Rocha Vieira, que fez do «equilíbrio» nas situações pessoais, profissionais ou políticas um princípio de vida, destaca também a marca de moderação dos vencedores do 25 de Novembro, evitando que se tivesse descambado para novos radicalismos e contrariando a lei do pêndulo, por norma favorável aos extremos. «Ser moderado nestas situações de crise é muito difícil. É muito mais fácil ser radical.»

VII

A hora das escolhas

Com o País mais calmo, Vasco Rocha Vieira ganha tempo para outras vidas. Cultiva o convívio com camaradas e amigos. E é assim que, de modo fortuito, aos 37 anos, conhece a sua futura mulher. Oferece um jantar em sua casa para o qual convida várias pessoas, entre as quais um militar que trabalha com ele na direcção da Arma de Engenharia, o capitão António Rosas Leitão, mais tarde coronel. Esse militar pergunta-lhe se não se importa que ele e a namorada se façam acompanhar de uma amiga de ambos. «Não me importo nada», é a resposta que abre as portas a um primeiro e promissor encontro com Maria Leonor de Andrada Soares de Albergaria. Casam-se alguns meses mais tarde, em 20 de Novembro de 1976, quando Rocha Vieira é chefe do Estado-Maior do Exército. Presidiu ao casamento, na Ermida de Santo Amaro, situada na zona ocidental de Lisboa com o mesmo nome, de onde se desfruta uma ampla vista sobre o Tejo, o padre Manuel Antunes (1918-1985), que tinha sido professor de Leonor na Faculdade de Letras de Lisboa e ficou amigo do casal. Ramalho Eanes, então Presidente da República, e sua mulher foram os padrinhos de Vasco Rocha Vieira.

Antes do pacto matrimonial com Leonor, Vasco Rocha Vieira ainda vai ocupar-se de outro pacto. Com efeito, o 25 de Novembro, ao mesmo tempo que impõe o regresso das Forças Armadas aos princípios do respeito pela hierarquia, da disciplina, da coesão e do afastamento da luta político-partidária, cria um novo horizonte nos trabalhos da Assembleia Constituinte. Tinha ficado mais desanuviado o caminho para a afirmação da via eleitoral face à via revolucionária na lei fundamental em processo de gestação. A questão da revisão do Pacto MFA-Partidos, como ficou conhecida a Plataforma de Acordo Constitucional, não tarda a saltar para a ordem do dia.

Celebrado a 11 de Abril de 1975, a 14 dias das eleições para a Assembleia Constituinte, o 1.º Pacto transferia previamente para a letra da Constituição o «dote» da Revolução de 25 de Abril de 1974, moldada pela nova correlação de forças saída do 11 de Março. Assim, esse acordo acautelava que a Constituição não anularia as «conquistas revolucionárias», previa que a Assembleia do MFA, com 240 representantes, e o Conselho da Revolução se manteriam como órgãos de soberania num período de transição de três a cinco anos e que o Presidente da República seria escolhido, não por sufrágio directo e universal, mas sim por um Colégio Eleitoral.

De maneira mais ou menos informal, Vasco Rocha Vieira participa activamente no debate sobre os novos compromissos decorrentes do 25 de Novembro, considerados mais uma etapa no caminho da estabilização democrática. Esse debate, segundo observa Rocha Vieira, começou por ter de resolver uma dúvida: devia haver um novo pacto ou ficava-se com o primeiro. Prevaleceu a primeira opção. Assinado em 26 de Fevereiro de 1976, o 2.º Pacto reduz a intervenção política dos militares, designadamente com a eliminação da Assembleia do MFA, consagra a eleição directa do Presidente da República e perde carga doutrinária.

António Ramalho Eanes, o líder militar e político que emerge do 25 de Novembro, na sequência do qual assume o cargo de chefe do Estado-Maior do Exército, e Ernesto Melo Antunes, o ideólogo do MFA e ministro dos Negócios Estrangeiros do VI Governo Provisório, estão na primeira linha da discussão à

volta do Pacto e de outras decisões de alcance estratégico. No calendário político perfilavam-se as primeiras eleições legislativas, em 25 de Abril de 1976, e ainda as eleições para Presidente da República, que em 27 de Junho do mesmo ano viriam a abrir as portas do Palácio de Belém a Ramalho Eanes.

Ao mesmo tempo que se discutia o 2.º Pacto, mantinha-se candente a questão de Portugal ainda não ter reconhecido o Governo do MPLA, que proclamara a independência da República Popular de Angola em 11 de Novembro de 1975. Havia sectores favoráveis a um reconhecimento imediato como a solução que melhor acautelava os interesses nacionais, preservando um passado de afectividade e o potencial de cooperação. No entanto, não foi esta a posição que vingou, apesar de ser sustentada pelo grupo moderado do MFA, no qual se destacava o tenente-coronel Melo Antunes. O reconhecimento só surgiria em 22 de Fevereiro de 1976, passados mais de três meses sobre a independência. Tal como em outras ocasiões, com a informalidade própria dos tempos intensos da transição para a democracia, Eanes deixa a reunião do Conselho da Revolução e desce a um piso inferior do edifício do Estado-Maior General das Forças Armadas, no Restelo, em Lisboa, para ouvir a opinião de alguns militares, entre os quais Vasco Rocha Vieira, sobre os termos do reconhecimento, que estava longe de ser consensual no Conselho da Revolução. Era uma prática de Eanes ouvir informalmente membros da estrutura político-militar e explicar as decisões.

À procura de um Presidente

Entretanto, por volta do mês de Abril, a questão das presidenciais começa a jogar-se nos bastidores, com o PS, o PPD e o CDS a espreitarem a oportunidade de apoiar o candidato militar mais bem posicionado para ganhar as eleições. Vasco Rocha Vieira terá aqui uma intervenção discreta e relevante para ajudar a amadurecer a opção *por* Eanes e a opção *de* Eanes. Algumas das reuniões

de reflexão sobre esta matéria até passaram pela sua casa, na Rua Dom Pedro de Cristo, no bairro de Alvalade, em Lisboa.

Um dos encontros decisivos teve por cenário o Palácio das Necessidades e por anfitrião o ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes, que juntou mais ou menos dez pessoas, entre as quais Rocha Vieira, na pacatez de um domingo à tarde.

Um pequeno grupo do núcleo duro do MFA, agora hegemónico pelo sector moderado, propunha-se definir o comportamento a adoptar face às eleições presidenciais. Em cima da mesa estavam duas hipóteses que correspondiam a duas correntes: uma de continuidade, outra de renovação. A primeira considerava que Costa Gomes, apesar de todas as atitudes vistas como hesitações, conduziu o País a eleições e, no 25 de Novembro, deu cobertura ao grupo político-militar liderado por Ramalho Eanes. Foi esse grupo que, ao responder à sublevação das tropas pára-quedistas, devolveu o processo do 25 de Abril à via da democracia representativa. A hipótese Costa Gomes, porém, suscitava reacções opostas, que iam da simples pergunta «porque é que não há-de continuar?» até à exclamação «de modo nenhum!».

A outra figura com prestígio e créditos militares e políticos para encarnar a normalização democrática e a transição de uma estrutura de poder mista para uma estrutura plenamente civilista era Ramalho Eanes. Só que, para uns, o facto de Ramalho Eanes ser, como CEME, detentor da força, funcionava como uma desvantagem. Se a força está no Exército e ele é o seu chefe, não pode deixar o Exército. Esse não foi, porém, o raciocínio de Vasco Rocha Vieira, guiado sempre pela ideia de que «queremos democratizar». Diz e defende: «Vamos sobrepor à figura que tem a legitimidade das armas, do 25 de Novembro, que é chefe do Exército, a legitimidade democrática do topo do Estado, resultante do sufrágio directo, em eleições.» Eanes resistiu quanto pôde à sugestão do seu *conselho político*, mas acabaria por se render à lógica que lhe estava subjacente.

Francisco Sá Carneiro (1934-1980), fundador e líder do PPD (Partido Popular Democrático, que a partir de Outubro de 1976 passou a chamar-se Partido Social-Democrata), terá sabido ou

adivinhado que se esboçava a candidatura de Eanes a Presidente da República e toma uma iniciativa de aproximação política ao futuro inquilino de Belém, de quem viria, contudo, a tornar-se um irreductível adversário. Relata Vasco Rocha Vieira: «Eanes diz-me: ‘O Sá Carneiro convidou-me para jantar e eu vou ver o que ele tem para me dizer. Mas não quero ir sozinho ao jantar. Vens tu e o Aventino [tenente-coronel Aventino Teixeira (1934-2009)] comigo.» O jantar teve por palco o restaurante do último andar do Hotel Mundial, ao Martim Moniz, junto a uma janela que dá para o lado oposto ao do Castelo de São Jorge. Eanes vai mais para ouvir do que para falar. Sá Carneiro manifesta-lhe a disponibilidade do PPD para o apoiar e para o apresentar como «o nosso candidato». Empenhado em manter uma postura independente e suprapartidária, Eanes não se compromete em nada com o líder do PPD. Nem sequer o esclarece sobre o grau de probabilidade de vir a candidatar-se a Belém.

Apesar de o jantar não ter corrido ao gosto de Sá Carneiro, foi o PPD a primeira força a declarar o seu apoio à candidatura do general Ramalho Eanes a Presidente da República. Fê-lo logo a 28 de Abril de 1976, no dia a seguir a uma reunião no Forte de São Julião da Barra, na qual os nove oficiais do Exército membros do Conselho da Revolução (Melo Antunes, Pires Veloso, Vítor Alves, Vasco Lourenço, Franco Charais, Pezarat Correia, Sousa e Castro, Marques Júnior e o próprio Ramalho Eanes), votando por braço no ar, apoiaram Eanes como candidato a Belém, preterindo a outra hipótese, o coronel Costa Brás. Só houve dois votos que não foram para o general: o do próprio escolhido e o de Vasco Lourenço, que considerou que ele deveria continuar a chefiar o Exército.

Punição de Otelo

Depois de ter sido eleito Presidente da República a 27 de Junho de 1976 e de ter tomado posse no dia 14 do mês seguinte, uma das primeiras decisões de Ramalho Eanes foi nomear Vasco Ro-

cha Vieira para CEME. Não foi uma surpresa, uma vez que, depois de assumir a sua candidatura a Belém, explicara nas Regiões Militares, e nos Açores e na Madeira, as razões da sua escolha para comandante do Exército.

«Era uma função para a qual ele estava extremamente preparado», salienta o ex-Presidente da República, embora reconheça que havia outros igualmente capazes. Em todo o caso, por uma questão de prudência, preferiu um engenheiro. «Se a função o queimasse, ele poderia depois refazer a sua vida como engenheiro civil, dado que tinha uma alta qualidade técnica.»

A nomeação não é uma surpresa para Rocha Vieira. A primeira vez que toma consciência dessa possibilidade é ao fim de uma tarde em que Eanes lhe pede para passar pelo Estado-Maior do Exército, em Santa Apolónia. Mais uma vez discutem a questão da Presidência. «E eu digo-lhe que ele tem de avançar», conta Rocha Vieira. Eanes, já meio convencido, riposta: «Se isso acontecer, aquela cadeira é para ti.» Rocha Vieira, que «estava nos antípodas dessa hipótese», mostra-se incrédulo: «Estás com certeza a brincar.» Mas o CEME e primeiro Presidente eleito após a restauração da democracia já tinha essa opção bem ponderada. «Não, não, estou a falar a sério», disse. E não estava a brincar. Estava mesmo a falar a sério.

A tomada de posse em 19 de Julho de 1976 do tenente-coronel Rocha Vieira, graduado em general, no cargo de chefe do Estado-Maior do Exército, representa o início de dois anos muito intensos de trabalho e de decisões de grande alcance. «A função que eu desempenhei que teve mais importância para a vida do meu país foi a de chefe do Estado-Maior do Exército. Estava-se numa fase de constituição da democracia. O chefe do Estado-Maior, nessa altura, tinha um poder enorme, que hoje não tem. Foi das vezes que eu senti que as coisas que passaram por mim tiveram mais influência na inflexão do rumo de vida do meu país», afirma.

Não tardará a manifestar o seu poder com grande impacto. Ao contrário do que poderia supor-se, nem Otelio Saraiva de Carvalho, figura mítica da Revolução e o segundo candidato presiden-

cial mais votado (800 mil votos), escapa ao gládio da disciplina militar. Em Outubro de 1976, o CEME considerou que ele desrespeitou a interdição de os militares no activo expressarem publicamente posições de natureza política e actuou sem contemplanções. «O Otelo, que já tinha regressado à sua exclusiva condição de militar, fez uma declaração política e foi punido com 20 dias de prisão disciplinar agravada», conta Rocha Vieira. «Eanes ficou preocupado, mas eu expliquei-lhe que a normalização das Forças Armadas exigia algumas acções de risco e de assunção de responsabilidades, tomando as decisões correctas face ao objectivo em causa.» O então CEME estava ciente de que se tratava de uma medida exemplar: «Foi uma decisão disciplinar, mas profundamente política, na medida em que a normalização militar significava a normalização política. Foi uma maneira de mostrar a determinação de remeter os militares à sua função. Deste modo, nem mesmo a Otelo, apesar do seu papel no 25 de Abril, seria permitido tomar posições de natureza política.»

Em princípio, Otelo deveria cumprir a pena de prisão num presídio militar, no caso o Presídio de Santarém. Só que os GDUPS (Grupos Dinamizadores de Unidade Popular), uma força que apoiou a candidatura presidencial de Otelo e se registou como partido político no Outono de 1976, anunciaram que iam tirá-lo do presídio. Face ao risco de ocorrência de problemas de ordem pública, revestindo até a forma de confrontos entre militares e civis no presídio, o general Rocha Vieira fez saber que se não desistissem desse propósito seria obrigado, ainda que a contragosto, a enviar Otelo para um sítio de máxima segurança. Uma vez que os militares não são para tratar da ordem pública, o estabelecimento que dava as melhores garantias era Caxias, onde Otelo viria a cumprir 20 dias de prisão disciplinar agravada. Os GDUPS não o tiraram da prisão mas promoveram manifestações à porta daquele estabelecimento prisional, acompanhadas de ameaças contra o CEME. Rocha Vieira nunca quis segurança em casa, mas nessa altura o entendimento do Ministério da Administração Interna é outro e passa a ter vigilância policial no seu prédio.

«Partir pedra»

O general Rocha Vieira leva para o Estado-Maior do Exército um grupo muito pequeno de oficiais com o qual trabalha estreitamente. Todas as questões importantes do Exército passam pelo seu gabinete, onde são discutidas e estudadas por Rocha Vieira com esse pequeno grupo. Os mais ligados ao dia-a-dia são o major Mário Jesus da Silva, o capitão Luís Valença Pinto, o ajudante de campo capitão José Luís Pinto Ramalho e ainda o tenente miliciano Amaro. Os mais ligados ao planeamento são os tenentes-coronéis Mário Stoffel Martins, Santos Belfo e Leonel Raposo. Para seu chefe de gabinete Rocha Vieira convidou o brigadeiro Almiro Canelhas, simbolizando a ligação aos mais antigos na carreira. Depois de «partirem pedra noite e dia», as propostas são levadas à estrutura do Estado-Maior do Exército, às regiões militares e às unidades. A articulação com os generais e os chefes de repartição (coronéis todos eles de grande qualidade profissional, como Ramiro de Oliveira, Abel Couto, Sousa Lucena, Carreiro da Câmara e Vaz Antunes) dos assuntos que corriam nas suas áreas de responsabilidade com o gabinete era perfeita, em resultado de um entendimento e de uma cooperação intergeracional muito responsável face aos desafios e objectivos em causa. «Mas não só. Essas relações de trabalho permitiam também ouvir os mais antigos e aproveitar a experiência e o saber acumulados na estrutura do Exército», explica Rocha Vieira.

Na cúpula do EME contava antes de mais com o vice-chefe do Estado-Maior, o general Melo Egídio, que fazia a articulação com os generais para a concretização das medidas que iam sendo adoptadas. As outras posições cimeiras eram ocupadas pelo general Alfredo Teixeira Tello, Ajudante-General do Exército, pelo general Altino Magalhães, director de Instrução, pelo brigadeiro Marques Lopes, nas Operações, pelo general Sanches da Gama, Quartel-Mestre General, e pelo chefe da Repartição do Gabinete, coronel Rui Monteiro Pereira, e, mais tarde, pelo coronel Garção Sambado.

«As coisas corriam muito bem. Por um lado, as pessoas sentiam que se estava a fazer um trabalho útil, com o qual estavam de acordo e no qual participavam. Por outro, os oficiais do meu gabinete eram muito competentes e sensatos, e tinham uma forma de relacionamento pessoal que nunca criou atritos.»

Todos os generais dessa época, pertencentes à hierarquia tradicional e estabilizada, eram à volta de 20 anos mais velhos do que Rocha Vieira. No entanto, Valença Pinto realça que «ninguém o entendia como um graduado. Toda a gente o entendia de facto como um chefe».

Embora fosse um general graduado, Rocha Vieira irá empenhar-se na normalização das carreiras. Como a Revolução tinha sido feita por capitães, o facto de se ser mais velho tornou-se em muitos casos uma menoridade e um estigma. Era preciso, segundo o antigo chefe do Exército, «unir as pontas dessa ruptura e superar o corte entre gerações. Sem isso não há especificidade militar. Quando eu saí esse trabalho estava feito».

Rocha Vieira sempre assumiu que protagonizava uma situação transitória. Admite que poderia ter havido da parte dos generais uma reacção, mas reconhece que não foi isso que aconteceu: «Conseguí impor-me junto dos mais velhos como sendo responsável e equilibrado, e com uma visão transversal dos problemas. E também perante os mais novos, fazendo-lhes ver que, para chegarem a funções elevadas, tinham de ter uma carreira e dar importância ao mérito.» Aliás, foi no seu mandato que se introduziram as promoções por escolha, e não só por antiguidade, na subcategoria dos oficiais superiores (major, tenente-coronel e coronel).

É também com Rocha Vieira que a carreira de sargento é profundamente remodelada e dignificada. Para lá da criação de novos postos na estrutura superior da carreira de sargento, a remuneração no posto de topo, sargento-mor, passa a ser superior à dos postos de oficiais no escalão inferior.

Assim que tomou posse, o novo CEME foi fazer o périplo das Regiões Militares. Em primeiro lugar, Lisboa. «O salão do Governo Militar de Lisboa estava cheio. Quase todos os oficiais eram

mais antigos do que eu. Falei em pé, com o Vasco Lourenço ao lado. A intervenção correu-me bem. Depois vieram as perguntas. Estivemos ali duas horas a partir pedra. Eu sabia que as pessoas queriam que a situação se estabilizasse. Sentia isso. O processo no Exército estava a correr bem.»

Freitas «alarma» Conselho da Revolução

Membro por inerência do Conselho da Revolução, também aí não tardou que Rocha Vieira revelasse, de forma coerente, as suas posições. Aquele órgão decidira em 21 de Maio de 1975 que os comandantes das Regiões Militares também passariam a integrá-lo, de modo a manter nas suas fileiras Franco Charais e Pezarat Correia, nomeados, respectivamente, para a Região Militar Centro (Coimbra) e para a Região Militar Sul (Évora). Por esta via, Eurico Corvacho, comandante da Região Militar do Norte (Porto), torna-se igualmente membro do Conselho da Revolução. Mais tarde, ainda antes do 25 de Novembro, é substituído por Pires Veloso. Otelo Saraiva de Carvalho, membro do Conselho da Revolução enquanto comandante do Copcon era também comandante da Região Militar de Lisboa.

Quando foi nomeado CEME, Rocha Vieira falou com Ramalho Eanes para lhe exprimir a opinião de que os comandantes das Regiões Militares não deveriam ser membros do Conselho da Revolução. «Eu não podia estar num órgão de soberania em que teoricamente éramos todos iguais, mas em que eles eram meus subordinados enquanto CEME. Eanes concordou e actuou», diz.

Deste modo, põe-se termo à acumulação de funções de comandante de Região Militar e de membro do Conselho da Revolução. Ou uma coisa ou outra. Por decisão de Eanes, avançam para comandantes da Região Militar Centro e da Região Militar Sul, respectivamente, os brigadeiros Hugo dos Santos e Artur Beirão. Franco Charais e Pezarat Correia ficam só no Conselho da Revolução. A excepção à regra será Vasco Lourenço, nomeado coman-

dante da Região Militar de Lisboa quatro dias antes do 25 de Novembro de 1975, precisamente para retirar poder e capacidade de acção a Otelo. A contestação à nomeação levaria, porém, a que só fosse empossado após o 25 de Novembro.

A permanência de Vasco Lourenço à frente da Região Militar de Lisboa tem o apoio de Vasco Rocha Vieira. Pelo papel importante desempenhado no 25 de Novembro, «ele tem de continuar», defendeu o CEME. Para enquadrar a excepção, mais no plano simbólico do que no plano prático, teve-se em conta o facto de se tratar da capital do País e restaurou-se a velha entidade Governo Militar de Lisboa. Como governador, Vasco Lourenço recebeu mais uma estrela, a terceira, de general graduado.

«O Vasco Lourenço era mais conselheiro da Revolução do que comandante da Região. E eu era mais CEME do que membro do Conselho da Revolução», diz Vasco Rocha Vieira.

Por detrás da referida diferença de postura entre o CEME e o governador militar de Lisboa está, segundo Vasco Rocha Vieira, uma clivagem latente no Grupo dos Nove, mais visível após o 25 de Novembro. Essa clivagem, lamenta, acabará por desembocar «numa cisão de Vasco Lourenço com imensa gente que esteve no mesmo barco». De um lado estavam aqueles que, tendo sido feita uma revolução, consideravam que tinham legitimidade para orientar o rumo do País. Do outro havia os que preconizavam que o Conselho da Revolução, sem deixar de seguir o que se passava, tivesse uma acção de progressivo esbatimento ao interferir naquilo que eram as estruturas próprias de um regime democrático.

As duas sensibilidades — uma mais revolucionária, outra mais institucional — afluíam frequentemente nas longas tardes e noites das sessões semanais do Conselho da Revolução. Uma das vezes, de forma completamente inesperada.

Um dia, antes da hora do jantar, conta Rocha Vieira, os conselheiros receberam a notícia de que os deputados se preparavam para sentar Diogo Freitas do Amaral, à data líder do CDS (Centro Democrático Social), na cadeira de presidente da Assembleia da República. O rumor não terá nascido do nada. Com efeito, no

âmbito das negociações para a formação do II Governo Constitucional, empossado em 23 de Janeiro de 1978, baseado numa coligação entre socialistas e centristas, Mário Soares chegou a considerar o apoio do PS à eleição de Freitas do Amaral, líder do CDS, para presidente do Parlamento.

Face ao referido rumor, Vasco Lourenço e mais alguns membros do Conselho da Revolução logo consideraram que tinham de tomar uma posição sobre o assunto. Não podiam deixar que Freitas do Amaral, nesse tempo visto por uma parte significativa da opinião pública como a personificação da direita pura e dura, herdeira do regime salazarista, fosse presidente do Parlamento, «porque era um insulto à Revolução».

Vasco Rocha Vieira, porém, mesmo considerado estranha e despropositada aquela opção, assumiu uma atitude de muita prudência. Foi essa também a posição de Eanes.

Diz Rocha Vieira: «Da mesma maneira que achava que na altura seria um erro Freitas ser presidente do Parlamento, também achava inconveniente que nós interviéssemos. Foi isso que tentei explicar. Tinha de se encontrar outra solução que não fosse intervir, pôr homens na rua...» Ressalva, porém, que a sua reserva em relação ao líder do CDS não derivava de nada de pessoal, mas antes da ponderação política da situação.

Ao fim de duas horas de discussão chegava o desmentido. Afinal Freitas não ia ser presidente do Parlamento. Preocupado com os custos de uma eventual precipitação, Rocha Vieira tira a lição do episódio: «Vejam lá se tivéssemos tomado alguma atitude ou chamado os jornalistas...»

Para o CEME, a questão era «como se pode evitar um erro sem cometer outro maior. Não é não fazendo nada. Mas também não é utilizando somente a legitimidade revolucionária, a força revolucionária».

VIII

Bombas ao retardador

Se o caso da escolha de Diogo Freitas do Amaral para presidente da Assembleia da República foi simplesmente virtual, o caso de uma carrinha com 35 espingardas G3 interceptada na Margem Sul foi bem real e caiu como uma bomba no Estado-Maior do Exército.

«Meu general, as armas do Edmundo Pedro são nossas.»

Na tarde do dia 11 de Janeiro de 1978, o general Sanches da Gama (1927-2009), Quartel-Mestre General, sai do seu gabinete no Estado-Maior do Exército, em Santa Apolónia, percorre as duas dezenas de metros que o separam do gabinete do general Rocha Vieira e, com uma tranquilidade estudada, mede de antemão a reacção de surpresa que as suas palavras iriam provocar.

Apesar de o País ter entrado numa fase de normalidade, ainda era frequente o rebentamento acidental de «minas» abandonadas no campo do PREC. O controlo da carrinha ao serviço de Edmundo Pedro, junto da Via Rápida da Costa da Caparica, na manhã desse dia, foi uma dessas ocorrências que fizeram soar o alarme no EME. Figura histórica da oposição à ditadura, dirigente

do Partido Socialista e presidente da RTP, Edmundo Pedro caíra nas mãos da Guarda Fiscal depois de os seus agentes fiscalizarem uma carrinha que transportava, a seu mando, 35 espingardas G3 acondicionadas em caixotes.

Vasco Rocha Vieira conhecia bem o general Sanches da Gama, um engenheiro da Arma de Transmissões, por quem tinha apreço pessoal e profissional. A pergunta do CEME não se fez esperar: «Como é que sabe que são nossas, porque me diz isso?» Sanches da Gama esclareceu então que as armas confiscadas tinham o número riscado. Ora no 25 de Novembro, quando o Estado-Maior do Exército, com a devida autorização, distribuiu 150 espingardas G3 a uma rede de defesa do PS, coordenada por Edmundo Pedro, terá pedido aos destinatários que riscassem o respectivo número a fim de iludirem a sua origem. Foi uma operação indiciadora do clima de pré-guerra civil que chegou a viver-se em Portugal, decidida em circunstâncias muito excepcionais.

No princípio de 1978, a questão das armas que foram parar às mãos de militantes da extrema-esquerda ainda estava muito viva. Otelo Saraiva de Carvalho dissera a propósito das cerca de mil G3 desviadas pelo capitão Álvaro Fernandes, oficial do Copcon, em 10 de Setembro de 1975, do Depósito Geral de Material de Guerra de Beirolos: «Como se encontram à esquerda, para mim estão em boas mãos.» Mas as armas interceptadas pela Guarda Fiscal nada tinham a ver com as desviadas de Beirolos.

Vivia-se então um período de estabilização da vida democrática e, com alguma frequência, o Estado-Maior do Exército era alertado, por denúncias, telefonemas anónimos ou até por pessoas que confessavam a situação, para a existência de armas de guerra subtraídas à estrutura militar, o mais das vezes enterradas. Quando isso acontecia, o Regimento de Comandos tinha a incumbência de as levantar. Enviava uma equipa ao local indicado e as pessoas que as devolviam não tinham problemas. Foram assim recuperadas numerosas armas. «A minha preocupação era recolher as armas, não era fazer processos. Queria ser pragmático»,

diz o antigo CEME general Rocha Vieira. Dessa vez, porém, o caso tinha uma dimensão diferente e inesperada.

As armas de Edmundo Pedro

«Meu general, as armas do Edmundo Pedro são nossas», reitera Gonçalo Nuno Albuquerque Sanches da Gama (1927-2009). Para o CEME era uma revelação.

No dia seguinte, a detenção de Edmundo Pedro e as circunstâncias que a envolveram saltam para a primeira linha informativa em todos os meios de comunicação. Rocha Vieira, ciente do impacto do caso, procura desde logo conter os eventuais danos que ela arrasta.

«Percebo que isto utilizado pelos sectores que estão contra a legitimidade do 25 de Novembro e da democracia, isto bem explorado levaria à conclusão de que ‘estes são tão bons como os outros, também são marginais’», lembra. Daí que a sua decisão tenha sido assumir, sem delongas, dentro das suas responsabilidades de CEME, que «as armas foram legitimamente distribuídas». Aliás, no plano de operações do 25 de Novembro, na alínea «partidos políticos», atribui-se aos partidos a missão de, «em casos especiais, receberem armamento» para evitar a saída de unidades que estivessem fora da hierarquia de comando. Pede assim aos seus colaboradores que preparem o texto de um comunicado com essa orientação.

Em seguida liga ao general Ramalho Eanes. «Passa-se isto, não sei o que sabes sobre o assunto», diz ao Presidente da República e CEMGFA. Em todo o caso, da sua parte, Rocha Vieira considera que, «como CEME, tem de saltar já a controlar este processo e a dizer ‘aqui estão as armas que o Exército distribuiu num momento em que entendeu distribuí-las para salvaguardar o processo democrático’».

O balanço prático deste contacto foi o envio do projecto de comunicado para o Palácio de Belém, durante a manhã de 12 de

Janeiro. Só que o tempo foi passando e o gabinete presidencial não respondia por não conseguir mostrar os termos do comunicado a Eanes. Nesse dia, Ramalho Eanes encontrava-se absorvido com a recepção oficial a Luís Cabral (1928-2009), Presidente da República da Guiné-Bissau, o que impediu uma resposta por parte do gabinete presidencial. Quando, ao fim do dia 12 de Janeiro, Vasco Rocha Vieira já vai a caminho do banquete no Palácio da Ajuda em honra do visitante, ouve na rádio uma entrevista de Edmundo Pedro, que entretanto fora transferido do Comando do Batalhão da Guarda Fiscal, em Alcântara, para a Polícia Judiciária. O jornalista Joaquim Furtado, da Antena 1, e outros jornalistas falaram com o detido numa pequena sala da Polícia Judiciária enquanto ele aguardava que o chamassem para o primeiro interrogatório do juiz. Na entrevista, Edmundo Pedro recusa-se a indicar os nomes dos seus contactos militares, mas esclarece quando e para que fim recebeu as armas. Vendo que não tem oportunidade de falar com Eanes em tempo útil, Rocha Vieira desiste desse passo e manda divulgar o comunicado do Estado-Maior do Exército. «Queria que os jornais no dia seguinte trouxessem a versão do Estado-Maior do Exército», diz. «A pior coisa», comenta, «é não assumir o que se fez ou, pior ainda, mentir ou omitir.»

No comunicado então divulgado afirma-se: «Nos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975, quando a liberdade do Povo Português foi seriamente ameaçada por uma tentativa de forças totalitárias que pretenderam instaurar, com o apoio de algumas unidades militares, os seus projectos ditatoriais, o Estado-Maior do Exército considerou necessário proceder a uma distribuição de armamento a elementos democráticos.» Depois de autorizada, foi «dada execução a esta decisão na madrugada do dia 26 através da distribuição de 150 espingardas G3». Edmundo Pedro já tinha devolvido um lote de 31 dessas armas e preparava-se para entregar mais 35 quando a carrinha que as transportava foi interceptada.

A autorização para a entrega de armas a Edmundo Pedro no 25 de Novembro de 1975 foi dada por Tomé Pinto e transmitida ao general Galvão de Figueiredo, do Estado-Maior do Exército.

Fê-lo numa altura em que sentiu que isso era necessário mas em que não lhe foi possível falar previamente com Eanes. «Decisões tomadas, fosse por quem fosse, naquelas circunstâncias eram da minha responsabilidade», salvaguarda, no entanto, o comandante operacional do 25 de Novembro, assinalando ainda que a ordem de operações que previa essa hipótese fora apresentada ao general Costa Gomes, à data Presidente da República e CEMGFA. Portanto, acrescenta Eanes, «Rocha Vieira, enquanto Chefe do Estado-Maior do Exército, estava à margem da questão da distribuição das armas».

Mais de 30 anos passados sobre os acontecimentos, Ramalho Eanes revela algo que nunca antes dissera a Rocha Vieira. O primeiro-ministro Mário Soares defendeu junto dele que «era tudo muito simples se o chefe do Estado-Maior do Exército [general Rocha Vieira] dissesse que Edmundo Pedro ia entregar as armas». O Presidente Eanes, porém, explicou a Soares a impossibilidade de tal solução:

«Se eu digo ao chefe do Estado-Maior do Exército que tome essa posição, ou o CEME me diz que sim para me agradar e eu perco a confiança nele, porque uma pessoa não deve aceitar fazer aquilo que não deve fazer só por uma questão de jeito, ou há uma reacção dele de falta de confiança no chefe que pede o que não deve pedir.» A conclusão de Ramalho Eanes, que, além de tudo o resto, sabe que Vasco Rocha Vieira nunca se prestaria a esse papel, só podia ser uma: «Não lhe peço isso.»

No entanto, o Presidente da República adianta que, se Mário Soares, como primeiro-ministro, lhe disser que o Governo tinha conhecimento de que Edmundo Pedro ia entregar as armas ao Estado-Maior do Exército, ele, Eanes, se encarregaria de comunicar essa notícia, da maneira mais conveniente, ao general Rocha Vieira, chefe do Estado-Maior do Exército. Mário Soares, porém, achou que não devia fazê-lo.

Uma vez que a distribuição das G3 fora legitimada ao mais alto nível, Ramalho Eanes considera que teria sido normal que Edmundo Pedro tivesse contactado os responsáveis político-mili-

tares para lhes comunicar que estava na posse de espingardas recebidas no 25 de Novembro para serem devolvidas. Pelo mesmo motivo, não havia razão para ocultar o nome ou nomes de quem lhe tinha confiado as armas. Mas nada disto aconteceu. E a ocorrência da intercepção da carrinha às ordens de Edmundo Pedro com 35 espingardas G3 só podia ficar, como ficou, sob a alçada judicial.

Após a longa tarde de 11 de Janeiro de 1978, pelas dez e meia da noite, Vasco Rocha Vieira ainda teve tempo para telefonar ao coronel Adérito Figueiredo, comandante da Guarda Fiscal, que pisou uma das tais «minas» que sobraram do PREC. Estava preocupado com a situação que involuntariamente gerara, por isso, as palavras do CEME foram para ele um lenitivo: «Adérito, está quieto, sentado, estás coberto. Isto agora é com o Exército.» Muitos anos mais tarde, o general Adérito Figueiredo lembrou essas palavras, com gratidão, ao general Rocha Vieira: «Tu foste o único tipo que, no meio daquilo tudo, me telefonou. Estava aflito. Não sabia o que havia de fazer.» Na verdade, começava a sentir manobras da parte política. Após o telefonema, Rocha Vieira ainda se encontrou com o comandante da Guarda Fiscal, de modo a ter toda a informação possível quando no dia seguinte falasse com o Presidente Ramalho Eanes.

Adérito Figueira, comandante do Batalhão da Guarda Fiscal, tinha sido autorizado pelo ministro das Finanças, Henrique Medina Carreira, a lançar uma operação para detectar e dissuadir acções de contrabando. É no contexto dessa operação de combate à fuga ao fisco que é apanhada a carrinha com as armas. A notícia da ocorrência foi transmitida ao coronel Adérito Figueira quando ele se encontrava no aeroporto de Lisboa. Na altura, o material apreendido já tinha sido transferido para o comando do Batalhão da Guarda Fiscal, em Alcântara, onde também se encontrava Edmundo Pedro. O comandante deu indicações para o receberem com toda a dignidade. Durante o tempo que ali permaneceu ficou à conversa com oficiais da Guarda Fiscal, no bar do comando. Segundo Adérito Figueira, a filha de

Edmundo Pedro viria mais tarde a agradecer-lhe a forma como o pai fora recebido em Alcântara.

Uma vez que a detecção da carrinha com armas configurava um caso de flagrante delito, Edmundo Pedro passou depois para a alçada da Polícia Judiciária, que procedeu à sua prisão para ser apresentado ao juiz, que a confirmou. Ficou detido durante seis meses, mas viria a ser absolvido em Novembro do mesmo ano.

A promoção de Lemos Pires

Nem todas as réplicas do terramoto revolucionário tiveram a intensidade e a visibilidade do caso das armas de Edmundo Pedro. No entanto, situações houve no Exército igualmente sérias pelo seu significado e prementes pela mobilização exigida para a sua superação. Foi o caso, entre outros, da promoção de Mário Lemos Pires (1930-2009) a coronel, que se transformou num «problema muito complicado» para o CEME, general Rocha Vieira.

Regressado de Timor-Leste depois das convulsões que culminaram na invasão indonésia no final de 1975, o ex-Governador e ex-comandante-chefe das forças portuguesas em Timor vivia numa espécie de quarentena cívica. Sem força diplomática nem militar, Portugal não conseguiu evitar o choque entre os movimentos políticos timorenses e o banho de sangue com que Jacarta impôs o seu domínio. O ex-Governador era o cómodo bode expiatório da impotência de Lisboa para segurar as rédeas de Timor e da sua descolonização. «Ninguém queria ouvir falar de Lemos Pires», lembra Rocha Vieira. Ao mesmo tempo, adensava-se a expectativa em relação ao Relatório de Timor, mandado elaborar pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes.

É neste contexto que o chefe do Estado-Maior do Exército recebe do Conselho da Arma de Infantaria, para homologação, a lista de promoções a coronel. Com uma adenda. Não se debruçaram sobre a promoção do tenente-coronel Lemos Pires com o argumento de que não tinham elementos de apreciação. «Eu não

sei se eles queriam fazer pressão para saberem o que se passava com o relatório ou se consideravam que havia falta de dados enquanto não saísse o relatório», diz. Em todo o caso, uma coisa era certa. O Conselho de Arma tinha de apreciar a promoção de Lemos Pires de acordo com os dados disponíveis. O Relatório de Timor estava pronto, mas não se sabia sequer se seria divulgado.

Com uma regularidade semestral, os capitães, majores e tenentes-coronéis com condições de promoção vêm a sua passagem ao posto superior ser apreciada pelo Conselho de Arma. O tenente-coronel Lemos Pires, da Arma de Infantaria e com o curso de Estado-Maior, encontrava-se nessa situação, pelo que o dever do Conselho da Arma era apreciar o oficial com os dados disponíveis relativos à sua carreira militar. Havia doze vagas a preencher, na proporção de duas por antiguidade, uma por escolha. Pode acontecer que haja convergência entre antiguidade e escolha, mas também pode acontecer que um oficial promovido por escolha ultrapasse outro mais antigo. A antiguidade não garante automaticamente a promoção. Com efeito, o Conselho de Arma pode deliberar que determinado oficial não deve ser promovido apesar da antiguidade.

O caso de Lemos Pires, porém, era diferente. O Conselho de Arma dizia que não dispunha de elementos de apreciação e que, por isso, queria congelar a promoção de Lemos Pires. Ora esta atitude foi recusada sem margem para dúvidas pelo general Rocha Vieira.

«A uma certa altura fiz uma coisa que não é norma o chefe do Estado-Maior do Exército fazer. Reuni-me com o Conselho de Arma para lhes explicar que eles não podiam ter aquela atitude. Se eles não se pronunciassem contra, Lemos Pires tinha o direito de ser promovido, porque estava na faixa de antiguidade», recorda, assumindo que «era obrigado a promovê-lo», ao mesmo tempo que adivinhava os custos de tomar uma decisão «contra o Conselho da Arma». Rocha Vieira tinha bem a noção da delicadeza do assunto, não só por se tratar de Timor, mas por se tratar da Arma de Infantaria, a de maior dimensão do Exército, mas isso não o

demoveu. «Eu tenho obrigação de cumprir a lei», considerou. «Ele só não seria promovido se o Conselho de Arma se pronunciasse contra. Porém, não o quis fazer. Foi promovido na vaga que lhe correspondia, porque tinha o direito a ser promovido por antiguidade e eu não podia deixar de lhe reconhecer esse direito.»

A medida levou o brigadeiro Jasmim de Freitas a demitir-se de director de Arma de Infantaria. Acabou ali a sua carreira. O chefe do Estado-Maior do Exército nomeou então o brigadeiro João Imaginário Nunes Igreja para director da Arma de Infantaria.

Rocha Vieira pensa que o Conselho da Arma, no fundo, não queria promover Lemos Pires, mas não dizia que não o queria promover. Entre os conselheiros destacava-se o coronel Soares Carneiro. «Guardo a convicção de que ele foi o inspirador e não apenas um apoiante» da recusa de apreciar a promoção do ex-Governador de Timor-Leste.

Ramalho Eanes tinha deferência por Soares Carneiro, seu futuro adversário político, que viria a derrotar nas eleições presidenciais de 1980. Sentiu por isso um certo impulso para ajudar a resolver o diferendo com o Conselho da Arma. No entanto, Rocha Vieira entendeu que, como CEME, lhe competia chamar a si essas decisões. No fundo, o Conselho da Arma estava a utilizar esta situação para fazer pressão, algo que ele não podia aceitar, uma vez que, legalmente, Lemos Pires tinha direito a ser promovido. Apesar disso, a um dado momento do processo, foi ter com o general Eanes para o manter informado da situação. «Era um caso grave dentro do Exército», explica. Então Eanes, querendo ajudar Rocha Vieira, foi buscar o Relatório de Timor, que já lhe tinha sido entregue mas não fora tornado público. «Tu podes consultá-lo», diz-lhe o Presidente. Ao dizer isto, Eanes abria uma excepção. Com efeito, decidira interditar a divulgação daquele documento. Em resposta, obteve uma recusa. «Não lhe toco nem com um dedo.» E justificou-se: «Eu não posso usufruir da tua prerrogativa como Presidente da República para ir dirimir uma questão. Ou há relatório ou não. Se há, julgamos a situação em função do relatório. O que eu não devo é ver particularmente um

relatório com classificação de segurança para ajuizar e justificar se Lemos Pires deve ser promovido ou não.» Eanes concordou com a recusa do chefe do Estado-Maior do Exército.

«Lemos Pires só foi responsável por uma coisa», diz o antigo Presidente da República. «Quando o enviaram para Timor e não lhe deram meios, devia ter dito: ‘Demito-me.’» E acrescenta, explicando a decisão tomada na altura: «Se este relatório é publicado agora, vão crucificar este homem. Proibi por isso que o relatório fosse publicado. Não era possível dizer que ele não era responsável, mas não era possível dizer que o MFA era responsável.»

Lemos Pires foi promovido a coronel por antiguidade. Anos depois seria nomeado para o Curso Superior de Comando e Direcção, condição para ser promovido a oficial general, o que aconteceu em 1982 com a promoção a brigadeiro (major-general, na designação actual).

Diferendo com Vasco Lourenço

Estiveram do mesmo lado da barricada em 25 de Novembro, «quando a liberdade do Povo Português foi seriamente ameaçada», mas um episódio relacionado com a formação de capitães tornou-se a gota de água que fez estalar um conflito entre Vasco Rocha Vieira, chefe do Estado-Maior do Exército, e Vasco Lourenço, governador militar de Lisboa, teoricamente iguais enquanto membros do Conselho da Revolução, mas em dependência hierárquica enquanto chefes militares.

«As relações com Vasco Lourenço já registavam alguns atritos. Não tínhamos a mesma visão do *phasing out* dos militares da política. E ele também não tinha o mesmo sentido que eu quanto à necessidade de repor a cadeia de comando», diz o antigo CEME. «Vasco Lourenço foi um factor de normalização no PREC, pelo papel na tentativa de parar as loucuras e os desvios da Revolução, no processo que conduziu ao 25 de Novembro. Na fase de estabilização institucional, porém, começou a ser um factor de pertur-

bação, procedendo à margem da cadeia hierárquica. Apesar de ter a noção da conduta militar, tinha dificuldade em libertar-se de compromissos e conivências perante os seus pares mais novos. Actuava mais como capitão que tinha feito a Revolução do que como comandante da Região Militar de Lisboa.» Segundo Rocha Vieira, o comportamento de Vasco Lourenço era compensado pelo chefe do Estado-Maior da Região, coronel Tomé Pinto, «um elemento estabilizador, com pulso, bom senso e autoridade».

Devido à pressão da guerra colonial e às condições do período revolucionário, havia um número significativo de capitães promovidos sem receberem a formação associada à subida de posto, alguns deles há bastantes anos. Por regra, porém, a passagem de tenente a capitão faz-se por antiguidade, após a participação num curso de promoção, o CPC (Curso de Promoção a Capitão). Para substituir o CPC e criar uma ruptura com aquela situação, o EME organizou, em Mafra, nos princípios de 1978, um estágio *ad hoc* para 29 capitães, designado por Curso de Actualização e Aperfeiçoamento de Capitães (CAADC), concluído com uma prova.

A hora era de mudança e o chefe do Exército entende que devem ser verificadas todas as condições de progressão na carreira, ficando registadas no respectivo *curriculum*. Tratava-se sobretudo de cumprir uma etapa formal em nome do esforço de normalização da situação no Exército. E evitava-se também o labéu das passagens administrativas. «Ninguém mais vai dizer ‘estes não têm o curso’. Todos têm», explica. Estava previsto que os capitães fariam testes e teriam as notas correspondentes, mas que isso não daria origem a uma classificação de curso. Só que os capitães, invocando precisamente o contexto especial em que tinham acedido ao posto e a falta de conhecimento das implicações das notas obtidas na progressão na carreira, não queriam nem testes nem notas. Acabaram por fazer testes, mas recusaram-se a identificá-los. O seu comportamento levou a que o curso fosse interrompido.

As suas razões tiveram eco no governador militar de Lisboa (designação formal do comandante da Região Militar de Lisboa), que

se mostrou compreensivo em relação ao gesto de recusa, salientando ainda os méritos das pessoas em causa, designadamente terem trabalhado na Revolução. Face a esta atitude, o CEME teve de chamar a atenção do general Vasco Lourenço para o facto de se estar perante uma manifestação de desobediência. O governador militar de Lisboa deveria por isso abrir um inquérito e elaborar um processo sobre a ocorrência. E assim fez. Só que não se pronunciou sobre o processo. Enviou-o para o director do Departamento de Instrução, general Altino de Magalhães, sem despacho, para ser o CEME a determinar a punição. Rocha Vieira, porém, não aceitou o processo e mandou devolvê-lo ao governador militar de Lisboa para ele o despachar. Vasco Lourenço acabaria por aplicar uma repreensão aos capitães rebeldes, a pena disciplinar mais leve. «Obriguei-o a exercer a sua função de comando», diz Rocha Vieira. Embora tivesse a faculdade de agravar, o chefe do Estado-Maior do Exército manteve a sanção.

O curso seria depois retomado, os capitães fizeram testes, identificaram-nos e tiveram as respectivas notas, mas, tal como estava previsto, não houve classificação de curso.

Nem assim o caso deixou de continuar a azedar e a alastrar. Da esfera essencialmente militar passou para um conflito, em tom crescente, no Conselho da Revolução.

Aliás, o confronto seria ainda encarniçado por problemas relacionados com a promoção de Vasco Lourenço a major, uma situação lateral ao caso dos 29 capitães. O Conselho da Arma de Infantaria considerou que o governador militar de Lisboa não tinha condições para ser promovido por escolha ao posto de major. O escolhido do Conselho da Arma foi o capitão de infantaria Chung Su Sing. O CEME, general Rocha Vieira, na avaliação anual que qualquer chefe tem de fazer dos seus subordinados directos, apesar de não lhe dar nota positiva na alínea relativa ao aprumo, considerou que Vasco Lourenço devia ser promovido por escolha. No entanto, viria a homologar o parecer do Conselho da Arma, por considerar razoáveis os seus argumentos. A promoção de Vasco Lourenço acabaria por ser feita pelo Conselho da Revo-

lução, à margem do Exército, por proposta de Sousa e Castro, com uma data anterior, a de 9 de Março de 1978. Na altura ficou imediatamente à frente do major Chung em termos de antiguidade, embora com a mesma data de promoção.

«As divergências subiram de tom em reuniões sucessivas do Conselho da Revolução. Eu percebi que podia recuar, mas não quis», afirma Vasco Rocha Vieira, reconhecendo que pôs o Presidente da República e CEMGFA numa posição difícil. «O Eanes falou comigo: ‘Isto está muito complicado.’ Como quem diz: ‘Vê lá se recuas.’»

Rocha Vieira tem tempo para amadurecer a sua posição e medir o alcance da sua atitude de intransigência. Para ele é um problema de coerência. «Vasco Lourenço está a perturbar o trabalho de pôr o Exército fora das questões políticas. As circunstâncias levaram a uma situação em que eu, se recuasse, não era coerente», diz Rocha Vieira, que, no entanto, nunca exigiu a Eanes, de forma explícita, a demissão do governador militar de Lisboa. Mostrava, sim, que era preciso uma clarificação, o que, mesmo sem o dizer, «implicaria a saída de funções do general Vasco Lourenço» (ver mais à frente mensagem de despedida de chefe do Estado-Maior do Exército). Chega-se assim a um ponto em que a situação fica bloqueada. Não era possível demitir Vasco Lourenço e Rocha Vieira continuar. E muito menos o contrário.

Tratando-se de um processo muito político, o Presidente da República, que era também presidente do Conselho da Revolução e CEMGFA, não tem margem para resolver a questão senão afastando os dois protagonistas do diferendo, isto é, o CEME e o governador militar de Lisboa. Rocha Vieira não ignora que Eanes tinha uma grande e natural dificuldade em gerir um caso desta natureza. E fê-lo, diz, «com a incompreensão de muita gente».

Quando, no meio da contenda, aproveitando o período da Páscoa para uns dias de férias, parte para a Noruega com a sua mulher, à espera do segundo filho, já sabe que vai sacrificar o seu lugar como CEME, mas também sabe que Vasco Lourenço não poderá continuar à frente da Região Militar de Lisboa. «Eu pen-

sei: ‘Isto dá um salto muito grande no caminho que é bom para as Forças Armadas e para Portugal. Não vou, por razões pessoais, guardar o meu lugar não fazendo aquilo que é bom para o percurso de normalização da vida do País’», diz, sublinhando que não pessoalizou nada o conflito e que foi «frio» nessa ponderação. «O Vasco Lourenço achava que eu estava contra ele, que lhe estava a tirar autoridade junto do Movimento dos Capitães», diz Rocha Vieira. No entanto, garante que não era isso que o movia. «Eu não ia continuar a ser CEME e recuar numa questão essencial. Como chefe, tinha de manter uma linha.»

Eanes ainda chamou Rocha Vieira ao Palácio de Belém para uma conversa a sós, mas a dinâmica do conflito era imparável. Uma nova reunião do Conselho da Revolução não trouxe qualquer alteração. A certa altura, alguns dos conselheiros queriam que Rocha Vieira se retractasse nas críticas à actuação, como chefe militar, de Vasco Lourenço. No entanto, ele não se moveu um milímetro sequer.

Estávamos no final de Março de 1978. Só restava exonerar os dois protagonistas. «Quando Eanes anunciou a decisão, eu disse ‘muito bem’.» A 30 de Março, enquanto chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, exonerou Rocha Vieira de chefe do Estado-Maior do Exército. A 31, o Conselho da Revolução aprovou a exoneração de Vasco Lourenço de governador militar de Lisboa.

Numa mensagem de despedida em seis pontos com a classificação de «confidencial», enviada a todas as unidades e estabelecimentos que lhe estavam sujeitos hierarquicamente, Vasco Rocha Vieira é claro quanto ao processo que esteve na origem da sua exoneração pelo general Ramalho Eanes, enquanto CEMGFA.

«Em nítido contraste com o empenhamento e contributo da generalidade dos militares para as missões atribuídas, a acção do comandante da RML vinha nos últimos meses a afectar o funcionamento da cadeia de comando», escreve a dado passo da sua mensagem para explicar a inevitabilidade do afastamento do refe-

rido comandante. «Assim, por diversas vezes, apresentei ao CEMGFA a necessidade imperiosa de reposição da cadeia de comando, o que implicaria a saída de funções do general Vasco Lourenço.» Faz depois uma leitura muito positiva para o Exército do desfecho do conflito: «Sabendo que a decisão do CEMGFA inclui também a exoneração do general Vasco Lourenço, congratulo-me com o facto de a posição que assumi ter permitido criar condições para a normal acção de comando do CEME e prosseguimento das tarefas de reequipamento, reorganização e valorização do pessoal em que o Exército está empenhado.» E o CEME cessante conclui: «Exorto todos os elementos do Exército ao culto das virtudes militares, ao respeito integral pela ética e disciplina, e à conquista da competência para consolidar a força moral que garanta o isolamento dos que continuam a pretender voltar a instaurar a indisciplina e envolvimento políticos dos militares.»

Vasco Rocha Vieira, que era membro do Conselho da Revolução por inerência do cargo que exercia, regressa à carreira militar como coronel, posto ao qual tinha sido promovido em 24 de Maio de 1977, quando estava graduado em general. Já não foi à tomada de posse do seu sucessor, general Pedro Cardoso, em 4 de Abril de 1978, onde teria escutado as referências de Eanes ao «brilhante antecessor» do novo CEME.

Vasco Lourenço conservou apenas a sua qualidade de membro do Conselho da Revolução, que entretanto revogou a legislação segundo a qual o cargo de governador militar de Lisboa tinha de ser exercido por um dos seus membros. Para comandante da Região Militar de Lisboa foi nomeado o general Oliveira Rodrigues. Deste modo, a fronteira entre o Conselho da Revolução — uma instância político-militar — e a estrutura das Forças Armadas ficou traçada em definitivo.

Não é de ânimo leve que Ramalho Eanes toma a decisão de afastar Rocha Vieira da cúpula do Exército. «Ele foi anulado um pouco injustamente», diz o antigo Presidente da República. «E foi-o por razões de eficácia, não de oportunismo mas de oportu-

nidade política. Acho que ele tinha razão. Porém, dado o conflito que se tinha aberto, não era possível mantê-lo sem criar uma situação de perturbação no Conselho da Revolução, com todas as consequências que isso podia ter para a estabilização e a normalização do aparelho militar.» Rocha Vieira compreende a solução salomónica do Presidente da República. «A alturas tantas apercebi-me de que era impensável o general Eanes tirar o Vasco Lourenço e não me tirar a mim, porque isso iria provocar-lhe problemas.» Aliás, observa Jesus da Silva, «Eanes precisava de Vasco Lourenço politicamente para fazer face aos esquerdistas».

Para Rocha Vieira, a sua exoneração era o menos importante. O mais importante foi aquilo que a decisão de Ramalho Eanes significou para o País. «Tive a consciência de que era muito importante vencer essa etapa, mesmo com o sacrifício do chefe do Estado-Maior, desde que essa via revolucionária fosse superada», diz. Para Valença Pinto, «essa era a última pedra para aquele processo por etapas chegar à normalização». Vasco Rocha Vieira corrobora o ponto de vista do antigo membro do seu gabinete, que viria a ser mais tarde, já no início do século XXI, CEME e, depois, CEMGFA. «Com o facto político que se gerou, a saída do governador militar de Lisboa e do CEME constituiu um grande salto a caminho da normalização institucional e do fim da corrente que se atribuía a si própria legitimidade revolucionária, quando não pode haver legitimidade revolucionária com as Forças Armadas de um país democrático.»

Vasco Lourenço entrou na Academia Militar quatro anos depois do futuro comandante do Exército. Como o curso de Engenharia tinha sete anos, ainda estiveram juntos naquela instituição. Por razões fortuitas, Vasco Lourenço foi um dos cadetes com quem Rocha Vieira conviveu. «Tinha boa relação com ele», diz.

Em 1976, quando se pôs a questão de os comandantes das Regiões Militares não deverem ser ao mesmo tempo conselheiros da Revolução, defendeu a excepção para Vasco Lourenço pelo papel que teve na defesa da democracia em Portugal, designadamente no 25 de Novembro. Lourenço foi graduado em três

estrelas, tendo-se recuperado para a Região Militar da capital a designação de Governo Militar de Lisboa. Ao mesmo tempo, estabelecia-se que para governador militar de Lisboa tinha de ser escolhido um membro do Conselho da Revolução. Porém, de acordo com o antigo CEME, à medida que a situação nas Forças Armadas se normalizava, Vasco Lourenço ia deixando de fazer parte da solução para passar a fazer parte do problema.

«Desde cadete que é explosivo, espontâneo, generoso, às vezes excessivo. São as suas características. Revelou-se útil em muitas situações, mas também foi perturbador. Foi mais condutor do processo revolucionário no Conselho da Revolução do que chefe militar. Em várias circunstâncias, pôs a sua legitimidade revolucionária ao serviço da sua actuação militar», observa, quebrando o silêncio sobre o seu antigo par no Conselho da Revolução.

Vasco Lourenço faz parte de uma camada de oficiais que resolveram não continuar carreira militar, opção que Rocha Vieira diz compreender. Do mesmo modo que compreende a amargura de alguns militares que correram riscos e fizeram sacrifícios pela instauração da democracia e não tiveram o devido reconhecimento político. «Vasco Lourenço deu a cara pela Revolução e eu dou-lhe valor por isso», diz Rocha Vieira. «Mas isso não lhe dá o direito de, em muitos e variados momentos, fazer a história à medida dos seus desejos e sentimentos, distorcendo a verdade dos factos e o papel dos intervenientes.»

Passados muitos anos sobre o caso dos 29 capitães, já na década de 90, Vasco Rocha Vieira e Vasco Lourenço voltaram a estar frente a frente, ainda que de forma não programada. O antigo comandante da Região Militar de Lisboa deslocou-se a Macau integrado num grupo de oficiais. Do programa da visita fazia parte um jantar no Clube Militar. O Governador do Território fora convidado para a refeição. Quando Rocha Vieira entrou no clube, viu Vasco Lourenço «lá ao fundo, no bar». E tomou a iniciativa de ir ter com ele e de o cumprimentar. «Nunca pessoalicei questões em casos de divergências ou conflitos de opinião. Sempre respeitei as posições tomadas pelos outros,

mesmo não estando de acordo com elas. São uma legítima manifestação de convicções e de pontos de vista», explica Vasco Rocha Vieira. No entanto, acrescenta: «De resto, ao longo da minha vida, tenho sempre defendido as minhas convicções e tenho-me batido por aquilo que considero melhor e mais correcto no exercício das minhas responsabilidades.»

IX

O Exército segundo Rocha Vieira

As «bombas ao retardador» — armas de Edmundo Pedro, ruptura com Vasco Lourenço e outras situações — tiveram grande ressonância mediática e política, mas o principal legado deixado pelo general Rocha Vieira foi a nova configuração que imprimiu ao Exército. Fazendo um balanço do mandato do seu sucessor como chefe do Estado-Maior, Eanes diz: «Começou a fazer um trabalho que se impunha: transformar um Exército colonial num Exército moderno, pequeno mas muito sofisticado. Foi um trabalho que iniciou mas não pôde concluir, porque o poder na altura, mesmo o militar, era um poder complicado, muito dividido entre os chefes militares, o Presidente da República, que era também chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, e o Conselho da Revolução.»

O general Valença Pinto subscreve a opinião de Eanes sobre Rocha Vieira, destacando que a sua acção se situa na continuidade do papel do primeiro Presidente da República eleito depois do 25 de Abril à frente do Exército. Com o general Eanes, «cumprir-se a função essencialíssima de devolver ao Exército a hierarquia,

a disciplina e a ordem. Com o general Rocha Vieira começa a mexer-se no Exército». Em causa está a passagem de um modelo orientado para a Guerra do Ultramar para um modelo de regresso à Europa, no quadro da Guerra Fria. «Deve-se a ele a direcção, deve-se a ele a firmeza de conduta, deve-se a ele o mobilizar de vontades», diz Valença Pinto.

Muitos anos depois, ao abrir caixotes com documentação desse tempo, o antigo CEME surpreende-se ao ver como há tantos papéis, tantos despachos, tantas reuniões, tantas audiências. «Trabalhava-se até às quatro da manhã. Hoje não teria energia para isso», confessa.

A acção de Rocha Vieira à frente do Exército situa-se, antes de mais, na linha de continuidade do papel desempenhado pelo seu antecessor. «Eanes deu um grande impulso à disciplina militar e contribuiu para remeter as Forças Armadas à sua função específica», assinala. O novo CEME está apostado em consolidar o trabalho já feito no sentido de o Exército tomar o seu lugar num país democrático, mas que ainda se encontra sob a tutela do Conselho da Revolução e em transição para a plena democracia formal. Esta postura nem sempre era compreendida, uma vez que as Forças Armadas, designadamente o Exército, se tinham envolvido muito no PREC (Processo Revolucionário em Curso), estando presentes em empresas, na dinamização cultural, em saneamentos ou em ocupações de casas e fábricas.

Ao mesmo tempo que se lançavam opções estratégicas, Rocha Vieira teve de resolver algumas sequelas do período revolucionário, evitando que o pêndulo passasse de uma situação extrema para outra situação extrema. Na verdade, após o 25 de Novembro, houve quem contasse com uma intervenção militar de sinal contrário, como quem diz, por exemplo: «Ajudaram a ocupar, agora vão ajudar a desocupar.» O CEME Rocha Vieira era frequentemente procurado para que o Exército fizesse desocupações ou, quando as pessoas entendiam ter sido prejudicadas, pagasse indemnizações. «Não foram os senhores que fizeram a Revolução? Então têm de resolver o meu problema», diziam, perante a

sua recusa de empenhar o Exército nesse tipo de acções. Com efeito, para Rocha Vieira, o papel das Forças Armadas não é interferir na concretização de uma dada medida, mas ser uma referência de estabilidade e proporcionar condições para o poder político democrático aplicar a lei e resolver situações anómalas. «É verdade que ainda havia sequelas do PREC, mas tinha de se dar sustentabilidade às instituições para que a legitimidade da lei se sobrepusesse à legitimidade revolucionária», diz, referindo-se à «luta do dia-a-dia para ajudar a consolidar o processo democrático com sentido político e pedagógico».

Atrás das portas de armas também apareciam alguns grãos de areia a emperrar o sistema e a exigir uma intervenção clarificadora. Assim, quando o CEME começou a sentir a resistência de comandantes de unidades à colocação de militares, trocou uma actuação casuística por uma iniciativa que atacava o problema com um tratamento institucional. Na verdade, «comandantes que consideravam incorrecto o envolvimento de alguns militares no processo revolucionário e que, porventura, tinham sido desautorizados por capitães ou outros oficiais, alegavam que fulano de tal andou por aí a fazer e a acontecer, que não tem perfil militar». E concluíam: «Não o quero na minha unidade.»

Rocha Vieira compreende este tipo de reacção, mas, diz, «não queria que dissessem ‘eu não quero’». Mais ainda: «Não podia ficar na minha mão dizer ‘este sim, aquele não’.» Resolve, por isso, solicitar a cada Conselho da Arma listas de militares em relação aos quais houvesse motivos para considerar que o seu comportamento não se tinha coadunado com o estatuto militar. Depois de analisados no âmbito dos Conselhos das Armas, da assessoria jurídica do Estado-Maior do Exército e dos serviços do General Ajudante-General, esses casos foram submetidos ao Conselho Superior de Disciplina Militar.

«Não se andou na caça às bruxas e não houve perseguição a ninguém», diz o antigo comandante do Exército, assegurando que foi salvaguardado o direito dos visados a serem ouvidos no processo e a reclamarem dos seus termos. Por fim, o Conselho Superior de

Disciplina Militar propôs, nuns casos, determinados castigos, enquanto noutros entendeu que não havia matéria para punição. Graças a este método, a partir de então mais nenhum comandante de unidade entrou no jogo do «gosto deste, não gosto daquele».

O caso do tenente-coronel de Engenharia António Arnão Metello (1938-2008), que em 1975 foi ministro da Administração Interna do IV Governo Provisório e vice-primeiro-ministro do V Governo Provisório, ambos chefiados por Vasco Gonçalves, mereceu uma abordagem específica do chefe do Estado-Maior do Exército. Ainda nesse ano, na sequência do 25 de Novembro, esteve detido em Custóias. Arnão Metelo estava apresentado na direcção da Arma de Engenharia quando Rocha Vieira o convidou para ir almoçar a uma tasca de Alfama, não muito longe do Estado-Maior do Exército. «Vais ser colocado na Arma. Se quiseres, retomas a tua carreira militar sem nenhum *handicap*», disse-lhe, depois de evocar as funções políticas que ele legitimamente exerceu, mas também «atitudes condenáveis e duvidosas» que assumiu. Em vez de responder à sugestão que lhe era feita, «Arnão Metello começou a vender as suas posições políticas», o que levou Rocha Vieira a dizer-lhe: «Não vim aqui para discutir o rumo do País. Se queres voltar a ser militar, muito bem. Tens de pensar no assunto. Espero que possas continuar o teu percurso de oficial. Não há nada contra ti. O Exército precisa de bons oficiais.»

Arnão Metello, que tinha sido o melhor aluno do seu curso na Academia Militar, voltou para a Arma de Engenharia, mas, pouco tempo depois, pediu para passar à reserva.

Virar a página africana

No plano estrutural, a prioridade do CEME assim que iniciou funções foi arrumar a casa e virar a página africana. O novo Exército irá ficar plasmado no Decreto-Lei n.º 949/76 do Conselho da Revolução, publicado no *Diário da República*, I Série — Número 303, de 31 de Dezembro de 1976.

«O termo das guerras ultramarinas e do conseqüente processo de descolonização e a promulgação da Constituição da República Portuguesa, enformada por novos princípios, conduzem à necessidade de uma profunda revisão da concepção e da organização geral do Exército, à luz das suas novas missões e de uma reformulação do seu quadro institucional», lê-se no preâmbulo daquele diploma, que «aprova a organização superior do Exército».

Na dimensão externa, estreitamente associada às «novas missões» do Exército, a mudança de fundo cabe numa sigla, NATO. O potencial de um país avalia-se não só pelo seu vigor económico e pela sua influência diplomática, mas também pelo seu peso militar. Sendo assim, um dos objectivos do CEME é dotar o Exército de «uma componente de projecção de poder», de modo a sustentar a reintegração de Portugal na comunidade internacional, da qual tinha andado afastado. Em causa está, para Rocha Vieira, «a nossa credibilidade como país independente que participa no esforço comum com os seus aliados». E acentua: «Enquanto país soberano na NATO, temos de ter uma voz.»

Um dos principais instrumentos para conferir peso militar ao Exército foi a 1.ª Brigada Mista Independente, pensada no tempo de Eanes e organizada no tempo da liderança de Rocha Vieira. Hoje está arrependido de não ter sido ele a assinar o diploma da sua constituição e de ter deixado esse acto para o seu sucessor, general Pedro Cardoso. Na sequência do conflito que o opôs a Vasco Lourenço no Conselho da Revolução, Rocha Vieira sabia que ia ser exonerado de CEME. Assim, por escrúpulo institucional, não quis apor o seu nome num documento que já estava pronto para ser assinado, uma vez que só seria publicado depois da sua saída. O documento ficaria, assim, à espera do sucessor de Rocha Vieira. «Presentemente, penso que seria correcto e teria gostado que a assinatura da constituição da Brigada Mista Independente fosse minha», confessa.

A Brigada Mista Independente vai polarizar o esforço de modernização e reequipamento das Forças Armadas, com um grande

apoio dos EUA em carros de combate, viaturas blindadas de transporte e material de artilharia.

Enquanto chefe do Estado-Maior, Rocha Vieira faz três viagens de trabalho de grande significado para a transformação do Exército: a França, ao Reino Unido e aos EUA. Mas foi da França e dos EUA que guardou uma memória mais rica. Enquanto CEME, teve outro convite bastante significativo, dado que, em 1975, os aliados de Portugal chegaram a reear que Portugal se tornasse a Cuba da Europa, isto é, caísse na esfera de influência da União Soviética. O tal convite partiu de Moscovo, com o aliciante extra de ir assistir às manobras das forças do Pacto de Varsóvia, a aliança militar do bloco soviético, distinção que não era feita a outros países da NATO. «Por razões políticas, fui sempre dizendo que não», explica. A deslocação ao outro lado da Cortina de Ferro nunca se concretizaria.

Aliados de braços abertos

Depois do fim do império colonial francês, as Forças Armadas tricolores tinham passado por um processo de reorganização que lhe interessava conhecer em pormenor. É esse processo que está no centro das conversações de Rocha Vieira com o seu anfitrião, o general Jean Lagarde (1920-2007), chefe do Estado-Maior do Exército de 1975 a 1980. Jean Lagarde sabia bem do que falava, uma vez que tinha servido na África do Norte, na África Central, no Sara e no Extremo Oriente, incluindo na Indochina.

A visita oficial aos EUA, em Novembro de 1977, a convite do general Bernard William Rogers (1921-2008), chefe do Exército norte-americano (*chief of staff of the US Army*), além do aspecto simbólico de reconhecimento da normalização institucional em Portugal, teve como ponto central o dossiê da entrega de material militar a Portugal. Aliás, Vasco Rocha Vieira fez depender o agendamento da viagem de sinais de disponibilidade dos EUA para contribuir para o reequipamento do Exército português.

Esses sinais foram as garantias dadas pelo adido militar dos Estados Unidos em Portugal, o coronel Bob Schuler, que falava fluentemente português, se tornou um bom amigo do nosso País e aqui criou muitas amizades, e por Frank Carlucci, ao tempo embaixador em Portugal. Segundo o general Ramalho Eanes, tanto na escolha do programa como no envolvimento protocolar, a visita irá reflectir não só o respeito dos responsáveis norte-americanos pelo CEME, mas também a sua aposta em Portugal. «Olhavam com interesse para o País, uma vez que tinha saído de uma situação difícil e tinha saído por si», diz Eanes, à data Presidente da República e CEMGFA.

A viagem aos EUA começou pela cidade de Nova Iorque, onde foi recebido pelo general Andrew Jackson Goodpaster (1915-2005), superintendente da Academia Militar de West Point. Fora comandante supremo aliado na Europa (Saceur) de 1969 a 1974. Num almoço na Academia em West Point, 80 quilómetros a norte da vasta metrópole, nas margens do rio Hudson, Vasco Rocha Vieira recebeu dos cadetes a saudação reservada aos convidados especiais. Em resposta a uma palavra de comando, atiraram ao ar em simultâneo as boinas, que ficaram por instantes a pairar muito alto como um segundo tecto.

Da cidade de Nova Iorque, Rocha Vieira e a sua mulher seguiram para as cataratas de Niágara, na fronteira com o Canadá, num jacto executivo das Forças Armadas norte-americanas, que esteve sempre à sua disposição. Nessa escala foi obsequiado com um almoço pelo *major* de Niagara Falls, que lhe entregou ainda as chaves da cidade.

Nesse dia, depois de admirar as quedas de água numa volta de helicóptero, foi ficar a Fort Carson, um grande campo militar no estado do Colorado, tendo feito uma pormenorizada visita à Quarta Divisão de Infantaria.

A etapa seguinte foi São Francisco, na Califórnia. Aí teve a recebê-lo o comandante do Sexto Exército dos EUA, tenente-general Edward M. Flanagan Jr., ex-comandante das forças norte-americanas na Coreia.

Quando o recebeu à porta do avião, acompanhado de uma pequena guarda de honra, o comandante do Sexto Exército ficou surpreendido pelo facto de o CEME ser tão novo. Na altura Vasco Rocha Vieira tinha 38 anos. «Pensava que você fosse mais velho», observou-lhe assim que entrou no automóvel que os conduziria à cidade. Ouvia e, prudentemente, respondeu: «É verdade, é por isso que estou aqui para aprender.» Mais tarde, depois da visita e dos *briefings*, o general Flanagan voltou a aludir à juventude do seu convidado mas como introdução a um rasgado elogio, emendando assim a atitude inicial de reserva. No dia seguinte obsequiou o casal com um jantar na residência oficial do comandante, no Quartel General do Sexto Exército, situado no Presidio, uma zona histórica e nobre da cidade, da qual se tem uma vista deslumbrante sobre a baía, onde emerge a ilha de Alcatraz, com a antiga prisão do mesmo nome. O jantar contou com a participação de vários convidados, entre eles um grande empresário açoriano estabelecido na Califórnia. «Foi um dos jantares mais agradáveis em que participei em circunstâncias oficiais», recorda Rocha Vieira.

Aos brindes, inesperadamente, o general Flanagan interrompeu as suas palavras, levantou-se da mesa e foi a uma sala ao lado buscar umas letras em bronze e ofereceu-as a Leonor. Só depois o general Rocha Vieira percebeu o que se passou. Antes do jantar, em conversa informal com o comandante do Sexto Exército, Leonor tinha mostrado interesse em conhecer a origem e o significado das referidas letras. Estavam penduradas numa parede e tinham atraído a sua atenção. O general trouxera-as da Coreia e expressam votos de vida longa e de felicidade. Nunca mais abandonaram o casal Rocha Vieira. A Coreia também era um dos temas de conversa inevitáveis entre o CEME português e o comandante do Sexto Exército. Flanagan falou-lhe da sua experiência, do significado da presença norte-americana naquela área, da Coreia do Norte e dos túneis construídos sob o Paralelo 38, a linha militarizada que divide a Coreia do Norte e a Coreia do Sul. Duas décadas mais tarde, durante a visita à Coreia do Sul na

qualidade de Governador de Macau, Rocha Vieira teria ocasião de visitar os referidos túneis.

Depois de São Francisco, a caminho da Costa Leste, em 20 de Novembro, Leonor e Vasco ainda se deslocaram a Los Angeles para uma visita rápida à Disneyland, perto de Hollywood, a capital do cinema. De novo a bordo, tiveram uma festa imprevista, que mais uma vez tornou patente o extremo cuidado que os norte-americanos puseram na preparação da visita. Era o dia do seu primeiro aniversário de casamento, assinalado com um bolo e champanhe sobre o desfiladeiro do Grand Canyon, no Arizona, uma das sete maravilhas naturais do mundo, sobrevoado a baixa altitude. O avião fez depois uma escala em Oklahoma City para reabastecimento. Durante a paragem, de uma hora, o CEME foi acompanhado por um elemento da Guarda Nacional (National Guard) — uma reserva militar dos EUA — que falava português. Tinha sido requisitado apenas durante aquelas horas para prestar aquele serviço.

No mesmo dia foram ficar a Fort Bragg, um campo militar na Carolina do Norte, onde estão aquarteladas forças especiais de grande prontidão. Foi de Fort Bragg que saíram as primeiras divisões para o Iraque, na Segunda Guerra do Golfo. Rocha Vieira permaneceu dois dias no complexo, onde, através de *briefings* e de exercícios militares, se inteirou da capacidade das referidas forças.

Finalmente, em 22 de Novembro, a coroar o programa da deslocação aos EUA, a chegada a Washington. Recebido na Base Aérea de Andrews pelo general Bernard W. Rogers, foi depois transferido de helicóptero para Fort Myer, onde decorreu a cerimónia de boas-vindas com uma guarda de honra envergando fardas do século XVII. Ao longo de um programa de três dias, o CEME teve vários encontros e visitas e foi condecorado com a Legião de Mérito. No Pentágono, numa manhã inteira de reunião, o general Rogers apresentou-lhe de forma pormenorizada o plano de entregas de armamento e de equipamento ao Exército português, com as respectivas datas de embarque, que se prolongaram pelos dois anos seguintes.

Das várias visitas em Washington, Rocha Vieira destaca a que fez ao Tradoc (Training and Doctrine), o reservado comando dos EUA que estuda o treino e o emprego de forças norte-americanas a médio prazo. Foi-lhe explicado e apresentado em filme o desenvolvimento de uma nova geração de armas, designadamente de armas teleguiadas a laser, que mais tarde viriam a ser aplicadas em teatros de guerra no Médio Oriente. *Victory starts here* («A vitória começa aqui»), é o lema do Tradoc. Outro ponto significativo do programa foi a deslocação ao Centro de Engenharia do Exército, em Fort Belvoir, na Virgínia.

Não o podia adivinhar, mas o general Rocha Vieira estava a menos de seis meses de deixar a chefia do Exército, de voltar a pôr os galões de coronel e de iniciar uma nova etapa da sua carreira, desta feita como representante militar de Portugal junto do Comando Supremo Aliado da NATO na Europa (Supreme Headquarters Allied Powers, Europe — SHAPE), em Mons, na Bélgica, onde viria a reencontrar o general Rogers.

Os amigos americanos

Quando, em Abril de 1978, Vasco Rocha Vieira deixa a chefia do Exército, é colocado no Estado-Maior General das Forças Armadas à espera de uma decisão sobre o seu futuro. No dia seguinte, o general Manuel Freire Themudo Barata, director do Instituto de Altos Estudos Militares, toma a iniciativa de lhe telefonar para lhe dizer que está aberto a recebê-lo como professor do Instituto e que ficaria muito honrado com isso. No entanto, o ex-CEME aguardava que se clarificasse a questão da sua designação para um lugar internacional, a solução que parecia mais adequada para alguém que acabara de sair da função máxima do Exército, e a que, de resto, foi preconizada pelo CEMGFA, general Eanes. Além de considerar que Vasco Rocha Vieira deveria ficar em condições de refazer a sua carreira, Eanes ponderou sobretudo a necessidade de ter junto da NATO um «elemento com credi-

bilidade e com peso, que não fosse um *yes man*». O almirante Souto Cruz, na altura chefe do Estado-Maior da Armada, ajudou Rocha Vieira na opção pela função de representante militar no SHAPE e não qualquer outra no âmbito da NATO. «Deve ir para aqui», incitou-o. Com efeito, enquanto Comando Supremo das Forças Aliadas na Europa, o SHAPE permitia estar mais perto da realidade militar concreta da organização. Com Rocha Vieira segue para Mons uma pequena missão formada pelo tenente-coronel António Caçote, um sargento e um condutor.

Se uma das principais preocupações que o guiaram como chefe do Estado-Maior se centrou na máxima «o Exército tem de saltar para a NATO», não é de surpreender que a solução lógica e natural para a sua colocação tenha sido o salto para o SHAPE. Não o aguardava uma prateleira dourada mas uma função com grande significado para o novo ciclo histórico da vida do País e que prolonga o impulso que já tinha dado como CEME à transformação do Exército. De 1978 a 1982 é representante militar nacional junto do Comando Supremo Aliado da NATO na Europa, em Mons, na Bélgica, na dependência directa do CEMGFA onde continua a missão de apagar os restos de desconfiança em relação a Portugal e de renovar o estatuto militar do País na Aliança Atlântica.

No plano político-económico, depois de o então primeiro-ministro, Mário Soares, ter apresentado a candidatura de Portugal à CEE (Comunidade Económica Europeia), em 1977, as negociações de adesão dão os primeiros passos e Bruxelas entra na geografia quotidiana da opinião pública nacional. Também na política de Defesa, Portugal procura acertar o passo com os aliados da NATO. A ida do coronel Rocha Vieira para o SHAPE, em Outubro de 1978, faz parte desse movimento. É a primeira vez que Portugal tem um representante a tempo inteiro em Mons. Na altura a função era assegurada por um oficial integrado na Delnato (Delegação Portuguesa junto do Conselho do Atlântico Norte), coronel Luís Correia da Cruz (1927-2005), em Bruxelas, que se deslocava de tempos a tempos ao SHAPE, mas que não participava no dia-a-dia do Supremo Comando Aliado.

Quando o coronel Rocha Vieira entra no SHAPE, era Comandante Supremo Aliado na Europa (uma função habitualmente designada por Saceur, um acrónimo formado a partir da designação Supreme Allied Command, Europe) o general Alexander M. Haig (1924-2010). Esquecidas as suas confessadas mas fallhadas ambições presidenciais, Haig viria a ser o primeiro secretário de Estado da era Reagan, de 1981 a 1982.

Haig era Saceur desde Dezembro de 1974, pelo que, enquanto chefe do Estado-Maior do Exército, Rocha Vieira teve nele um dos seus principais interlocutores na NATO. Deixou a Bélgica em meados de 1979, passando o testemunho ao general Bernard W. Rogers, que já conhecia o ex-CEME da visita aos EUA.

Entre o novo Saceur e o representante português consolidou-se uma amizade duradoura, que se prolongou após a saída do SHAPE, alimentada por contactos regulares. Falavam espaçadamente ao telefone e, quando ia a Washington, Rocha Vieira batia sempre à sua porta. Da última vez que se viram, numa viagem privada aos EUA, já depois de deixar Macau, o general Rogers, acompanhado da sua mulher, Anne, apesar de debilitado pela doença, compareceu em casa do seu antigo conselheiro político, Jonathan Stoddart num jantar em honra de Rocha Vieira. Como Governador de Macau, ainda o convidou para fazer uma conferência no território, mas ele respondeu que a saúde já não lhe permitia viajar.

Em cada ano, no início de Dezembro, o primeiro cartão de boas-festas a chegar a sua casa era sempre o do general Rogers. Em 2008, em vez de um cartão de boas-festas recebeu uma carta de Jonathan Stoddart com a notícia do seu falecimento no final de Outubro. Tinham-se encontrado pela primeira vez em Washington havia mais de três décadas.

X

Por dentro da NATO

Apesar de, em Mons, estar longe da vista, Vasco Rocha Vieira continua perto do coração de alguns políticos. A opção entre a carreira militar e a possibilidade de pendurar a farda não tardará a pôr-se de forma muito concreta, repetindo, agora noutros termos, o dilema do início dos anos 60, quando o cadete da Academia Militar Vasco Rocha Vieira frequentava o IST. Não é em vão que se está dois anos à frente dos destinos do Exército no período inicial de afirmação da estabilidade democrática, após o choque do período revolucionário.

O coronel Rocha Vieira assume as suas funções de Representante Militar Nacional junto do SHAPE, na Bélgica, nos primeiros dias de Outubro de 1978. Ainda estava a descobrir os cantos à casa quando recebe um telefonema de Carlos Alberto da Mota Pinto, primeiro-ministro indigitado, a convidá-lo para ministro da Administração Interna.

O perfil independente e a experiência do ex-CEME ajustam-se bem ao posto nevrálgico da Administração Interna num Governo de iniciativa presidencial, com o qual o Presidente Ramalho Eanes procurava compensar debilidades do sistema partidário. A resposta, porém, não se fez esperar. Vasco Rocha Vieira reagiu logo com

um «não, muito obrigado», afirmando de forma inequívoca o desejo de dar prevalência à sua carreira militar. «Não vou seguir uma carreira política», foi a sua posição. «Se agora não continuo a minha carreira militar, já não a continuarei. Não posso ter sido nomeado para o SHAPE e agora sair do SHAPE e ir para ministro. Não é isso que eu quero.»

Não quis em 1978 e não quis um ano mais tarde, quando foi convidado para a mesma pasta, desta vez por Francisco Sá Carneiro. A AD (Aliança Democrática) vencera com maioria absoluta as eleições legislativas intercalares de 2 de Dezembro de 1979 e o líder do PSD preparava-se para formar Governo em parceria com o CDS (Centro Democrático Social), o PPM (Partido Popular Monárquico) e várias personalidades reformadoras.

O contacto inicial não é feito por Sá Carneiro, mas sim por Basílio Horta, dirigente de primeira linha do CDS, que mantém com Rocha Vieira laços de camaradagem forjados no Colégio Militar. O recado chega por via telefónica: «Olha, o Sá Carneiro quer falar contigo para te convidar para ministro da Administração Interna.» A pronta resposta negativa é acompanhada pelas mesmas razões transmitidas a Mota Pinto. Basílio Horta ainda tenta demovê-lo, mas em vão. «Não vale a pena insistires», diz-lhe.

O assunto, porém, não ficaria encerrado. O dirigente centrista telefona-lhe uma segunda vez dizendo-lhe que, apesar da recusa, Sá Carneiro e Freitas do Amaral gostavam de falar com ele. Rocha Vieira aceita falar com os líderes da AD, mas previne que vai «dizer a mesma coisa». E esclarece que, para se deslocar a Lisboa, terá de pedir autorização ao CEMGFA, na altura, o próprio Presidente da República, general Ramalho Eanes. Além disso, acrescenta, dar-lhe-ia conhecimento do motivo da viagem e da posição que iria reiterar.

O encontro com os dois principais dirigentes da AD decorreu na casa de Snu Abecassis e Sá Carneiro, na Avenida D. João V, em Lisboa. O prédio não era desconhecido do visitante, uma vez que alguns andares abaixo viviam pessoas que lhe são próximas. Foi Conceição Monteiro, secretária pessoal do líder do PSD, que veio receber Rocha

Vieira à porta e o conduziu a uma «sala bonita com vista sobre Lisboa». Ao longo de uma hora, Sá Carneiro e Freitas do Amaral não pouparam nos argumentos para o convencerem da importância de aceitar ser ministro da Administração Interna de um «Governo patriótico». A recusa manteve-se inalterada. O ministro viria a ser Eurico de Melo. Vasco Rocha Vieira regressa a Mons e à NATO. Assunto encerrado. No entanto, Freitas do Amaral, então líder do CDS, guarda uma versão errada dos motivos que ditaram a atitude do representante de Portugal no SHAPE. Em vez da simples e sempre assumida vontade de não interromper a carreira militar, vê na sua recusa a cedência a um aviso de Eanes. Parece ter confundido o pedido de autorização para se deslocar a Lisboa, dirigido por Rocha Vieira a Eanes, com uma consulta de aconselhamento. «Rocha Vieira queria aceitar a Administração Interna, mas, tendo pedido 48 horas para consultar o Presidente Eanes, recusou o convite porque lhe foi dito pelo Presidente que, se aceitasse, o seu futuro na carreira militar ficaria muito comprometido», escreve Diogo Freitas do Amaral no seu livro *Ao Correr da Memória — Pequenas Histórias da Minha Vida*, publicado em 2003.

Esta explicação de Freitas do Amaral da recusa de Rocha Vieira também não bate certo com a posição de princípio transmitida pelo Presidente Eanes aos líderes da AD (Francisco Sá Carneiro, Diogo Freitas do Amaral e Francisco Ribeiro Telles) quanto à eventual presença de militares no Governo. Na audiência à delegação do PSD, formada por Leonardo Ribeiro de Almeida, Carlos Macedo e Mário Adegas, o Presidente da República, de acordo com o relatório da reunião, ao ser afluída a questão da eventual «presença de militares no Governo», afirmou que «não tinha havido qualquer acção para os desincentivar de participar no Governo».

O regresso do filho pródigo

A Guerra Colonial, primeiro, e depois as portas abertas pelo período revolucionário à influência da União Soviética afectaram

a plena participação de Portugal na NATO. Embora seja um dos países fundadores da organização, a falta da punção democrática diminuiu-lhe o estatuto no relacionamento com os outros parceiros.

A presença de um representante português a tempo inteiro em Mons é um sinal de novos tempos em Lisboa, que suscita um misto de interesse e curiosidade entre o pessoal do SHAPE. Era o regresso a casa do filho pródigo. «Tinham respeito por aquilo que Portugal tinha conseguido fazer face à ameaça soviética», diz Vasco Rocha Vieira, que teve de responder a muitas perguntas sobre a Revolução, a quebra da disciplina militar e outros problemas, ou a forma como a União Soviética actuou em Portugal.

À curiosidade juntou-se a simpatia. «Toda a gente olhava para o português e perguntava. ‘Que farda é esta no SHAPE?’»

Simpatia à parte, Rocha Vieira empenhou-se em alargar a presença e a visibilidade do País na NATO. Sob o seu impulso, começam a ser colocados oficiais portugueses na estrutura do principal quartel-general da Aliança Atlântica na Europa. Todos os países tinham militares no SHAPE, só Portugal não tinha ninguém. Assim, as principais secções do *staff* conjunto do SHAPE passaram a incluir militares nacionais. A secção de Planos e Estratégia Política, Jesus da Silva; Pessoal, Almeida Correia; Logística, Armamentos e Recursos Humanos, Mourato Grilo; Informações, Fontes Ramos; e Operações, Vasques Osório.

Um dos chefes da divisão de Planos e Estratégia Política que Rocha Vieira conheceu bem foi o Marechal da Royal Air Force (força aérea britânica), Sir Peter Harding. O seu ingresso não fora fácil por ser muito alto para o *cockpit* dos aviões. Fazia um par *sui generis* com a mulher, Sheila, que, ao contrário do marido, era de pequena estatura. Mais tarde, depois de regressar ao seu país, chefou a força aérea britânica de 1988 a 1992, ano em que recebeu a rara distinção de elevação a marechal da RAF (RAF Marshal). Foi já como Chief of Defence (1993-1994), o equivalente a chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, que enfrentou uma situação muito quente, não no plano militar mas

no plano das relações pessoais. O tablóide dominical *News of the World* publicou uma reportagem sobre um caso amoroso de Sir Peter Harding, com fotografias do par a despedir-se com um beijo nos lábios após um almoço no Dorchester Hotel, em Londres. Algumas horas depois, no próprio domingo, 13 de Março de 1994, à noite, apresentou a sua demissão.

Na sequência do relacionamento estabelecido em Mons, o general Rocha Vieira e Sir Peter Harding mantiveram um contacto regular. Em 1999, quase no final do período de transição, aproveitando uma deslocação a Hong Kong, o RAF Marshal deu mesmo um salto a Macau para se encontrar com o seu amigo Rocha Vieira.

Esforço modernizador

Um dos objectivos de Rocha Vieira no SHAPE é contribuir para a modernização das Forças Armadas Portuguesas. Nesse sentido, desenvolve uma acção mais política do que militar. Um país pequeno não pode fazer-se valer pela quantidade; tem de puxar pela qualidade e pela especificidade. E são estas cartas que Rocha Vieira vai jogar para aumentar o envolvimento das Forças Armadas na NATO. Não só procurou pôr em evidência o papel do País numa situação em que houve uma tentativa de controlo pela União Soviética, como também nunca deixou de valorizar a experiência portuguesa de guerra em África e a importância dos Açores, em particular das Lajes. Com efeito, um ataque à Europa exigiria um reforço militar dos EUA através do arquipélago açoriano e Portugal queria estar preparado para ser um elemento activo na resposta à eventual concretização de uma ameaça dessa natureza.

Os seus interlocutores, nomeadamente o general Rogers, cuja opinião era determinante nos assuntos da área militar e operacional, na sede da NATO em Bruxelas, mostram-se compreensivos em relação às preocupações do representante português no

SHAPE. É nesse contexto que surge o apoio da NATO à instalação de um novo sistema de defesa aérea, o SICCAP (Sistema de Comando e Controlo Aéreo de Portugal), que viria a ter como unidades principais as estações de radar de Montejunto, de Foia e do Pilar. O SICCAP era um projecto muito caro ao general Lemos Ferreira, chefe do Estado-Maior da Força Aérea, mas o seu elevado valor, neste caso em dinheiro, alimentava a atitude dos mais cépticos. «Como é que vai conseguir isso?», perguntavam a Rocha Vieira elementos dos círculos da sede da NATO na capital belga, sabedores de que a prioridade de investimentos ia para a Alemanha, a Dinamarca ou a Holanda, perto da fronteira com o Pacto de Varsóvia e mais vulneráveis à ameaça aérea. Um dos advogados do SICCAP foi o conselheiro político do general Bernard Rogers, um influente diplomata norte-americano, Jonathan Stoddart. Apaixonado pelo ténis, tinha um campo em sua casa. Ao longo de muitas partidas com Stoddart, Rocha Vieira também teve oportunidade de ir *bolando* os interesses portugueses. O que começou por ser o normal relacionamento entre o representante militar português e o *political adviser* do general Rogers, sob a cúpula do Supremo Comando Aliado, acabou por se tornar numa amizade sólida e duradoura.

Houve outros dois projectos de grande envergadura nos quais Rocha Vieira se empenhou, mas que, ao contrário do SICCAP, ficaram pelo caminho: a ligação por *pipeline* dos terminais petrolíferos de Leixões e de Sines e a participação dos comandos na AMF, uma sigla formada pelas iniciais de ACE (Allied Command Europe/Comando Aliado da Europa) e de Mobile Force/Força Móvel.

Na perspectiva do almirante Souto Cruz, vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, seu grande defensor, o *pipeline* destinava-se a abastecer todo o complexo militar, mas estaria também ao serviço de instalações civis. Além das vantagens em tempos normais — rapidez, baixa de custos, redução do número de camiões-cisternas nas estradas —, em ocasiões críticas seria uma garantia suplementar de segurança nos abastecimentos.

Em 2008, por exemplo, se o *pipeline* tivesse sido construído, o risco de paralisação do aeroporto de Lisboa devido à greve dos camionistas teria sido muito mais baixo. A concretização do projecto, que chegou a estar inscrito no plano de infra-estruturas da NATO, implicava uma comparticipação financeira portuguesa, mas encalhou em dificuldades administrativas e na falta de interesse das autoridades políticas do País.

Quanto à AMF, a força móvel da NATO, a ideia da participação portuguesa oferecia vantagens em duas vertentes. Quanto à primeira, pela especificidade das missões às quais se destinava e pela importância política que poderia ter o seu emprego, a AMF tinha um tratamento diferenciado relativamente às outras forças disponíveis para a NATO. Formada por batalhões de vários países com elevado grau de prontidão e de mobilidade, era uma força aerotransportada permanente atribuída ao Saceur e destinava-se a dar uma resposta imediata a qualquer incidente na fronteira da NATO com o Pacto de Varsóvia, designadamente na Alemanha e na Turquia. O facto de ser multinacional faria com que o Pacto de Varsóvia se visse confrontado não só com o país em que ocorria o incidente, mas com vários outros países. Isto é, a AMF tinha dois propósitos. Por um lado, o propósito militar de dar uma resposta pronta a qualquer situação inicial de conflito. Por outro lado, o propósito político de mostrar a solidariedade da Aliança Atlântica como um todo, através do envolvimento de outros países, que não só o país atacado, transformando um conflito bilateral num conflito com a NATO. Sendo assim, a presença da AMF daria uma dimensão acrescida à participação de Portugal na NATO, em termos políticos e militares. Rocha Vieira considera que um batalhão do Regimento de Comandos era acessível à capacidade das Forças Armadas Portuguesas. «Politicamente, poder-se-á dizer que um batalhão vale tanto na AMF como uma brigada, prevista para emprego no plano de operações», observa. Nos *briefings* falava-se sempre da AMF, aparecendo no *slide* as bandeiras dos países que tinham batalhões afectos a essa força. Assim, se Portugal tivesse lá um batalhão, poderia ter um acrés-

cimo de visibilidade através do *show the flag* e colher as vantagens políticas e financeiras dessa participação.

A outra vertente tinha a ver com a presença de um batalhão dos Comandos na AMF poder constituir um estímulo exógeno para a sua revitalização. Rocha Vieira entendia que os Comandos, sendo uma unidade de elite, de experiência comprovada e forte espírito de missão, deveriam ter um novo desafio, ao qual poderiam responder com grande motivação e eficácia, honrando assim o seu passado. Haveria que aproveitar as suas capacidades e reorientá-las para novas missões, o que implicaria treino específico e mudança de mentalidade. No entanto, apesar do interesse norte-americano pela inclusão de um batalhão português na força móvel, esse dossiê nunca teve o impulso necessário no plano interno. Os Comandos, que ainda estavam um tanto agarrados ao modelo da guerra em África, acabariam por ser extintos em 1993, quando era CEME o general Cerqueira Rocha. Mais tarde, no tempo dos generais Valença Pinto e Pinto Ramalho como comandantes do Exército, assistiu-se ao seu ressurgimento.

Uma das vitórias mais saborosas e simbólicas de Vasco Rocha Vieira em Mons foi o fim da interdição de acesso a documentação sobre meios nucleares e da exclusão de militares portugueses do Grupo de Planeamento Nuclear (NPG — Nuclear Planning Group), que pendia sobre Portugal desde 1975, devido à presença do PCP no Governo e noutras instâncias institucionais do País. Anualmente, havia um exercício de quartel-general, no qual se simulava uma situação de confronto entre «forças vermelhas» e «forças azuis». Era um exercício de comando, envolvendo o SHAPE e os outros comandos da NATO, e ainda células nos diversos países membros da organização. Nessa altura, Portugal tinha a responsabilidade de emprego no Norte de Itália da Brigada Mista Independente. Em determinada fase do exercício, indagava-se sobre o estado de prontidão da Brigada, que recebia ordem para avançar.

A situação de confronto ia-se tornando mais complexa, de modo a testar todos os graus de empenhamento de forças. O último estádio implicava o emprego de armas nucleares. Desde o

período revolucionário, 1974-1975, que Portugal estava excluído desse estágio, uma medida que traduzia a falta de confiança da NATO na guarda e manuseamento de documentos com classificação relativa ao nuclear. Consequentemente, o representante de Portugal ficava de fora da parte do exercício em que se testava o recurso a armas nucleares. O coronel Rocha Vieira recusou este atestado de «menoridade»: «Isto não é correcto.» Porém, o estigma da exclusão ainda vai durar mais algum tempo. Acabado de chegar, já não consegue a alteração da situação para o exercício de 1978/1979. Ainda levanta a questão junto do chefe de Estado-Maior do SHAPE, general James Allen, mas tem de esperar por novo exercício. Será o próprio Saceur a levar o assunto ao secretário-geral da NATO, o holandês Joseph Luns, e ao *chairman* do Comité Militar, o general norueguês Herman Gunderson.

O levantamento da proibição acaba por surgir a tempo do exercício de 1979/1980. Aliás, Rocha Vieira havia feito depender a sua participação no exercício do acesso à fase nuclear em pé de igualdade com os outros parceiros.

Xá e pacifismo

A Bélgica era um posto de observação privilegiado dos fenómenos político-sociais europeus. Aliás, esses fenómenos também alimentavam as conversas e troca de opiniões no SHAPE. Viviam-se tempos importantes para o desfecho do confronto Leste-Oeste, que acabou por ter o seu epílogo na queda do Muro de Berlim, em 1989. Ao longo da Guerra Fria, a paz foi assegurada pela dissuasão nuclear, baseada na certeza da destruição mútua em caso de conflito (*Mutual Assured Destruction*).

Face ao programa Guerra das Estrelas, lançado por Ronald Reagan, o presidente dos Estados Unidos que entrou na Casa Branca em Janeiro de 1981, o movimento pacifista ganhou novo alento, tendo promovido grandes manifestações anticorrida aos armamentos em várias cidades europeias. Eram manifestações que

acabavam por condicionar as pessoas na sua vontade de lutarem pelos seus valores e pelo modelo político e social das democracias ocidentais. Esse condicionamento estava bem expresso no lema *better red then dead* («antes vermelho do que morto»).

«O pacifismo era um dos temas mais debatidos na altura, porque tem a ver com o potencial de um país para combater», diz Rocha Vieira. «Pode-se ter o armamento todo, mas isso de nada vale se não houver vontade. A força militar precisa de vontade. Se alguém consegue retirar ao inimigo a vontade de combater, não precisa de utilizar armas para o vencer.» Ora o que se via mais na altura não era vontade, era dúvida, com a conseqüente influência nas decisões e no discurso político, sobretudo em períodos eleitorais, mesmo que as posições oficiais fossem claras.

Vasco Rocha Vieira chegou a ir a Bruxelas e a outras cidades, na companhia dos seus dois filhos, ainda crianças de pouca idade, para ver com os próprios olhos uma manifestação pacifista. «Os manifestantes passavam com umas máscaras para incutirem medo às pessoas. Não eram bem caveiras. Eram mais como imagens vistas a raio X. O objectivo era incutir medo nas pessoas e enfraquecer a sua vontade. Aquilo era muito bem feito. E, de facto, impressionava», recorda.

Se na Europa os EUA e seus aliados, embora não o soubessem, estavam perto de ganhar o prolongado braço-de-ferro com Moscovo, noutras latitudes perdiam posições. Um dia, em conversa com o chefe do Estado-Maior do SHAPE, general James Allen, vem à baila a instabilidade na Pérsia. Vasco Rocha Vieira diz-lhe: «O Xá já caiu.» A afirmação surpreende James Allen, que pede ao português que explique melhor a afirmação tão peremptória. E, justificando a sua estupefacção, revela-lhe um segredo. O general Saceur, Alexander Haig, que era também comandante das forças norte-americanas na Europa (Usareur/United States Army Europe), com quartel-general em Estugarda, Alemanha, com uma zona de acção que abarca a Pérsia, o Egipto e o Médio Oriente, dispunha de outras informações colhidas *in loco*. Com efeito, o número 2 de Haig em Estugarda, general Robert Huyser, enviado

em missão secreta à Pérsia em Janeiro de 1979, terá assegurado, num relatório ao presidente James Carter, que as forças armadas persas eram leais ao Xá e estavam bem equipadas. Nem assim convenceu o coronel português.

«Os militares fazem parte do povo, são cidadãos», replicou Rocha Vieira. «Os militares jamais vão atirar contra os manifestantes. Isto chegou a um ponto em que não interessam as armas. A repressão não é possível quando a agitação popular chegou àquele estádio. As forças armadas vão entrar em colapso. O Xá já perdeu o controlo da situação e vai cair.»

O chefe de Estado-Maior continuou na sua: «Não, não, isso não vai acontecer. As forças armadas são leais ao Xá.» Os factos, porém, não tardariam a dar razão a Rocha Vieira. No dia 16 de Janeiro de 1979, o Xá Mohammad Reza Pahlavi foge do país e refugia-se com a família no Egipto. Duas semanas depois, a 1 de Fevereiro, o aiatola Khomeini era recebido triunfalmente em Teerão, vindo do seu exílio em França. O chefe do Estado-Maior, James Allen, pergunta-lhe, surpreendido: «Como é que você adivinhou a queda do Xá?» Reportando-se à sua experiência da revolução portuguesa, limitou-se a responder: «Nós, Portugueses, temos alguma experiência recente destas situações.»

Rocha Vieira recuou então seis anos, a 1973, e pôde confirmar as impressões colhidas em Teerão, onde ficou um dia e uma noite em escala a caminho de Macau. Percorreu vários locais com um guia. A figura do Xá estava por todo o lado, mas «sentia-se no ar» que o culto da personalidade era oco, vazio, e não poderia sustentar um regime que não tinha viabilidade. «Aquilo não era coerente. Havia uma contradição entre a abertura que o Xá pretendia introduzir no país e o regime centrado no culto da personalidade, que só é aceite em países de forte repressão. A alturas tantas, essa contradição tinha de eclodir.»

XI

Pausa antes do anticiclone dos Açores

Se no SHAPE está entre aliados, em casa Vasco Rocha Vieira tem uma grande aliada. Para Leonor, sua mulher, a guia de marcha para Mons teve inevitáveis implicações profissionais e familiares. Pedro, o filho mais velho, nascido em 16 de Maio de 1977, tem pouco mais de um ano, enquanto o João, nascido em 24 de Junho de 1978, entre a saída da chefia do Estado-Maior do Exército e a ida para o SHAPE, é um bebé de três meses.

«Foi uma época que teve aspectos positivos e aspectos negativos», diz Leonor. Começando pelos negativos: «Houve uma vida social muito intensa, muito representativa, mas que roubou um bocadinho da alegria e da dedicação que duas pessoas normais, recém-casadas e com duas crianças pequenas teriam noutras circunstâncias. Esta foi para mim a parte má.» Além disso, confessa que gostava de ter vivido a meio caminho entre Bruxelas e Mons, uma vez que tinham de fazer constantemente os 60 quilómetros de auto-estrada até à capital belga, devido não só às solicitações da sede da NATO, mas também a convites das três representações diplomáticas portuguesas ali existentes: a Embaixada no Reino, a

Representação Permanente de Portugal junto das Comunidades Europeias e a Delnato, delegação portuguesa junto do Conselho do Atlântico Norte.

«A parte boa», continua Leonor, «foi conhecermos uma série de pessoas num ambiente internacional e num trabalho para ele estimulante, que eu tentava ajudar na retaguarda, acompanhando-o quando era necessário e com os jantares que tinha de organizar em nossa casa.» Apesar do esforço que isso exigia, fazia-o com gosto, uma vez que tais gestos são sempre necessários em situações em que o contacto informal e o conhecimento pessoal constituem uma ajuda inestimável no exercício de funções de representação.

Por outro lado, as comemorações dos Dias Nacionais no SHAPE, entre 1979 e 1982, enquanto momentos fortes de afirmação do País, exigiam uma preparação cuidadosa, na qual Leonor também colaborou. O 10 de Junho era assinalado com uma recepção para mil pessoas. Além disso, Rocha Vieira chegou a levar a Mons, naquela data, a patrulha acrobática Asas de Portugal e a Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana.

Como primeiro representante militar nacional em permanência, Rocha Vieira empenha-se em dar a maior visibilidade possível a Portugal. «Fizemos um grande esforço. Íamos a tudo e recebíamos muito», diz. A sobrecarga era enorme. O casal tinha uma empregada, mas a sua tarefa quase exclusiva era cuidar dos miúdos.

O relacionamento com outras pessoas, sem deixar de ser agradável, tinha contudo um senão. Por norma, em circunstâncias como estas, as pessoas encontram gente da mesma idade, com filhos da mesma idade. «No meu caso», observa Leonor, «os congéneres colegas quase podiam ser meus pais. Houve sempre um relacionamento muito simpático, de que gostei muito, mas não eram pessoas da minha faixa etária e que tivessem os mesmos problemas. Ninguém tinha crianças pequenas.»

Em Mons, aos 39 anos, Rocha Vieira é o benjamim dos representantes nacionais. Todos os outros têm, em média, mais dez

anos que o português. Com menos dez anos do que o marido, pode dizer-se que Leonor é uma mãe entre avós.

Se bem que muito ocupada, Leonor, «para ter algum estímulo intelectual», inscreveu-se na Universidade de Mons, onde frequentou o seminário de mestrado em Estudos Humanísticos. Voltou depois àquela cidade belga para defender uma tese em bibliografia histórica sobre os *Seis Livros da República*, de Jean Bodin, um jurista francês do século XVI, precursor da Ciência Política. O objecto da tese é a comparação entre a versão francesa e a versão espanhola da obra. Esse cotejo permitiu avaliar a dimensão e a natureza das alterações introduzidas na versão espanhola, em razão da Inquisição. Obteve notas muito boas, mas nunca traduziu a sua dissertação em português a fim de obter o reconhecimento do mestrado em Portugal.

«Há uma coisa que a minha mulher não conta. É que quando eu a conheci tinha a sua vida profissional», atalha Vasco Rocha Vieira, com alguma mágoa: «Sou o culpado de a carreira dela ter ficado congelada.»

Quando vai para a Bélgica, em 1978, Leonor deixa a Imprensa Nacional, numa altura em que está prestes a integrar o quadro. Trabalhava então num projecto de investigação sobre a actividade da casa, no período de 1800 a 1825. Em Mons também não pode procurar emprego, uma vez que a condição do marido a impede de ter um contrato de trabalho na Bélgica. De regresso a Portugal retoma a ligação à Imprensa Nacional. Colabora na publicação da *Enciclopédia Einaudi*, um projecto orientado pelo professor Fernando Gil (1937-2006). Faz e revê traduções, e assegura o contacto com autores dos artigos. Continua essa colaboração quando o marido é nomeado Ministro da República para os Açores, em meados de 1986. «Como era um trabalho de revisão de provas e de contactos telefónicos, e como o Vasco vinha todas as semanas a Lisboa, serviu-me de pombo-correio. Trazia-me traduções, levava-me traduções. Portanto continuei sempre a colaborar com a Imprensa Nacional, enquanto estive nos Açores.»

Apoio a Soares

A comissão de serviço do coronel Rocha Vieira no SHAPE em princípio seria de três anos. Em condições normais deveria ter terminado em Outubro de 1981. No entanto, foi prolongada até meados de 1982, de modo a permitir que viesse directamente de Mons para o IAEM (Instituto de Altos Estudos Militares), onde frequentou o Curso Superior de Comando e Direcção, de acesso a oficial general, no ano lectivo de 1982/1983. Concluído o curso, ficou mais um ano no IAEM, 1983/1984, integrado no seu corpo docente. Nesse ano fez ainda o curso de Auditor de Defesa Nacional no Instituto de Defesa Nacional, do qual foi subdirector de Julho de 1984 a Julho de 1986.

Em 1984 assinala-se a passagem de uma década sobre a Revolução do 25 de Abril de 1974. O segundo mandato presidencial de Ramalho Eanes está na fase descendente. Cavaco Silva emerge em 1985 na política nacional como líder do PSD e forma um Governo minoritário no Outono desse ano, depois de vencer as eleições que se seguiram à queda do Bloco Central, a coligação PS-PSD (1983-1985) chefiada por Mário Soares. O ambiente político na segunda metade daquele ano é dominado pela aproximação das eleições para Presidente da República, que irão pôr em renhido confronto dois candidatos civis, Mário Soares e Freitas do Amaral, com desfecho em 16 de Fevereiro de 1986, favorável ao primeiro. Embora não se envolva na campanha, Rocha Vieira dá um sinal cívico de que vê no líder do PS um candidato que poderia impulsionar um salto qualitativo do regime democrático. «Tinha legitimidade revolucionária para acabar com o período revolucionário», salienta. «Freitas não tinha essa legitimidade.»

Na fase da pré-campanha das presidenciais, Rocha Vieira é convidado para o lançamento do livro *Mário Soares: Portrait of a Hero (Retrato de Um Herói)*, da autoria do austríaco Hans Janitschek, antigo secretário-geral da Internacional Socialista. Prefaciado pelo senador Edward Kennedy e editado em Londres, o livro seria apresentado no Hotel Ritz, em Lisboa, em 16 de

Dezembro de 1985, por James Callaghan, ex-primeiro-ministro trabalhista britânico, com óbvio sentido de oportunidade política.

Enquanto CEME, Rocha Vieira teve de tratar de vários assuntos com o então primeiro-ministro, Mário Soares. O conhecimento recíproco recua a esse tempo, do qual guarda a recordação de uma «relação correcta e cordial». Resolve assim aceitar um convite para um lançamento onde predominavam elementos do PS e amigos íntimos do candidato a Belém. Contudo, havia também personalidades de outras áreas políticas, como Francisco Pinto Balsemão, Bayão Horta e Vítor Sá Machado, que queriam dar um sinal de apoio a Mário Soares. Em todo o caso, a afluência não era grande. «No salão grande do Ritz estava-se a nadar», lembra Rocha Vieira.

«Foi um acto cívico em relação a uma pessoa que eu achava que devia ser Presidente da República», diz. «Apareci, as pessoas estranharam, mas gostaram.» Compreende-se. As primeiras sondagens davam 8 por cento a Soares nas presidenciais.

Passados os anos intensos da Revolução, em Macau e em Portugal, e o «banho» de NATO, no SHAPE, o período de 1982 a 1986 representa para Rocha Vieira uma fase da carreira militar mais voltada para o estudo e a reflexão, e uma fase da vida pessoal com mais disponibilidade para a família. Aliás, foi neste período, a 20 de Setembro 1984, que nasceu o filho mais novo, Filipe. Nem as eleições para Presidente da República lhe roubam a tranquilidade. Até que, com Mário Soares em Belém e Cavaco Silva em São Bento, surge a etapa açoriana.

Primeiros choques com Mota Amaral

Ao desembarcar em 21 de Julho de 1986 no aeroporto da ilha Terceira, como Ministro da República para os Açores, o brigadeiro Vasco Rocha Vieira não ia à espera de facilidades. A escolha de mais um militar, o quarto, para aquele cargo, deixara indignado o presidente do Governo Regional e líder do PSD açor-

riano, João Bosco Mota Amaral. Aliás, chamados a pronunciar-se a título consultivo sobre a sua indigitação, nos termos da lei, a Assembleia Legislativa e o Governo Regional emitiram pareceres negativos. O novo Ministro da República «é uma espécie de Mouzinho de Albuquerque, mas mais moderno», diz Mota Amaral, citado pelo jornal *Açoriano Oriental* de 5 de Julho de 1986.

Um telefonema do coronel Jesus da Silva, assessor militar do primeiro-ministro, levou o brigadeiro Rocha Vieira à residência oficial de São Bento, na pacatez da tarde de 13 de Junho, uma sexta-feira, dia de Santo António e feriado municipal em Lisboa, para falar com o chefe do Governo. O brigadeiro não tinha nenhuma relação pessoal com Cavaco Silva. Apenas conversara ocasionalmente com o futuro primeiro-ministro, então ainda um desconhecido do grande público, num jantar em casa de um amigo comum, Walter Marques, que participara com Rocha Vieira no curso de Defesa Nacional. Já o assessor militar de São Bento, conhecia-o bem de outras guerras.

«Fui lá acima ao gabinete do primeiro-ministro e ele disse-me: ‘Olhe, estávamos a pensar que o senhor seria uma boa escolha para os Açores, para Ministro da República.’» Cavaco Silva considerou, na altura, que «a autonomia não está consolidada e precisa de uma pessoa independente, com visão e sentido de Estado, que faça bem a ligação entre a Região e o Governo da República». Rocha Vieira não tardou a mostrar assentimento ao convite do primeiro-ministro, «com muito orgulho». Aliás, reconhece que a missão que lhe era confiada estava de acordo com a sua maneira de estar e com a sua formação.

Seguindo a proposta do Governo, o Presidente da República, Mário Soares, nomeou depois o Ministro da República. Antes teve de ouvir o Conselho de Estado. Na reunião desse órgão, em 3 de Julho, Álvaro Cunhal, líder do PCP, terá feito muitas perguntas acerca da escolha de Rocha Vieira. Segundo o *Açoriano Oriental*, a escolha foi aprovada com votos contra de Mota Amaral, Alberto João Jardim e Álvaro Cunhal.

O presidente do Governo Regional dos Açores não compareceu à tomada de posse do novo titular do cargo, em 11 de Julho, mas logo naquele dia Vasco Rocha Vieira fez uma declaração de sentido construtivo ao referido jornal: «O meu interesse ao assumir estas funções com espírito de total disponibilidade é para, no desempenho e dentro da competência do Ministro da República, contribuir para o desenvolvimento e para a resolução dos problemas locais, para o bem-estar da população dos Açores e a harmonização dos interesses regionais e nacionais.»

Nos preparativos para os primeiros passos nos Açores, nada ficou ao acaso. Além dos cuidados a ter no relacionamento com as autoridades regionais, Vasco Rocha Vieira procurou garantir a presença da rádio e da televisão à chegada ao Aeroporto das Lajes. Na verdade, considerava essencial que a população da Região Autónoma tivesse um contacto com o novo Ministro da República logo após a sua aterragem na Terceira.

No terreno vai contar com dois colaboradores-chave muito bem integrados na sociedade açoriana e conhecedores da sua idiossincrasia, o coronel Alcino Raiano e o comandante Fausto de Moraes de Brito e Abreu. Natural de Trás-os-Montes, Alcino Raiano estava ligado aos Açores pelo casamento e pelas funções militares que aí exercera, entre as quais a de comandante do Regimento de Infantaria de Angra do Heroísmo. Além disso, fizera parte do gabinete do anterior Ministro da República, general Tomás Conceição Silva, sendo ainda presidente do Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores. Por pressão de Mota Amaral, acabaria por deixar estas funções. A chefia do Serviço de Protecção Civil tinha-lhe permitido granjear grande reconhecimento e respeito, designadamente junto dos presidentes de Câmara e das corporações de bombeiros, o que viria a ser um trunfo para a acção de Rocha Vieira. Por seu turno, o capitão-de-mar-e-guerra Brito e Abreu conhecia bem os Açores, também por razões familiares. Estivera casado com uma micaelense, Luísa Constantina de Athayde Costa Gomes (1941-1990), sobrinha do

general Costa Gomes, escultora e pintora de grande mérito e sucesso, responsável pela criação da Academia das Artes em Ponta Delgada.

O Ministro da República não chega sozinho à Terceira. Com ele vem a família, incluindo o benjamim. «A minha mulher desceu com o Filipe ao colo. Era muito pequeno, tinha um ano e tal. Era como mostrar que vínhamos para ficar e não nos íamos embora», diz.

Após a guarda de honra, José Guilherme Reis Leite, presidente da Assembleia Legislativa Regional, e João Bosco Mota Amaral, presidente do Governo Regional, acompanham o Ministro da República a caminho da aerogare. No entanto, quando se encontravam a 20 ou 30 metros da porta, Mota Amaral pára e diz: «Nós ficamos aqui.» E deixaram o Ministro da República a fazer sozinho o resto do percurso. «Naquele momento percebi que aquilo que vinha a pensar em termos de bom relacionamento, de contacto pessoal com o presidente do Governo Regional, não iria ser possível da maneira que imaginara», recorda Rocha Vieira.

Estava dado o mote e outras surpresas desagradáveis não se fizeram esperar. Chegado à gare, o coronel Raiano preveniu-o de que Mota Amaral estivera ali duas horas antes numa espécie de visita de inspecção. Assim, ao entrar na sala VIP doméstica, o líder do Governo Regional quis saber o que era «isto». «Isto» eram os meios de rádio e de televisão para recolher as primeiras declarações do recém-chegado Ministro da República. «Não, isto é a parte doméstica. Os estrangeiros falam do outro lado. Vão para a outra sala», ordenou o presidente do Governo Regional. «De maneira que», diz Rocha Vieira, «tive um encontro com os jornalistas na sala VIP dos voos internacionais.» Era uma sala com condições acústicas deficientes, virada para a placa de estacionamento. Ainda por cima, quando estava a falar, as suas palavras foram perturbadas pelo ruído de um helicóptero que se aproximou da janela da sala. Nem sequer era um aparelho português...

Sarah e André em lua-de-mel

Depois da deriva separatista de 1975/1976, a situação no arquipélago encontra o caminho da estabilidade com a tomada de posse do I Governo Regional, em 8 de Setembro de 1976, no quadro do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores, aprovado em 29 de Abril do mesmo ano. O percurso de Mota Amaral, presidente do Governo Regional, que chegou a cruzar-se com o da FLA (Frente de Libertação dos Açores), afasta-se do movimento independentista. Este perde força e argumentos, mas as acções violentas atribuídas à FLA prolongam-se até 1978.

Apesar da dissipação do ciclone separatista, «havia», segundo Rocha Vieira, «uma tendência para fazer pensar, sem tal dizer, que os órgãos de governo próprio eram órgãos de soberania dentro da Região», o que levava ao enfraquecimento dos vínculos com o todo nacional. Aliás, na lógica de «uma interpretação extensiva do conceito de autonomia», Mota Amaral defendia que mesmo os cargos situados ao nível do Estado, como os de Ministro da República, de comandante militar ou de comandante da PSP, fossem ocupados obrigatoriamente por açorianos.

Tudo serviu a Mota Amaral para mostrar a sua hostilidade ao Ministro da República. Mas se contava que o escolhido por Cavaco e nomeado por Soares não aguentasse o ambiente psicológico e acabasse por atirar a toalha ao chão, enganou-se redondamente.

O arsenal de Mota Amaral incluiu até a instigação a um bloqueio protocolar. «Tentou que não me convidassem e não aceitassem os convites que eu fazia», diz Rocha Vieira, que não tardou a verificar que as pessoas não seguiram essa orientação. «Aliás, desde o princípio me apercebi do grande sentido cívico dos açorianos.»

O início do exercício de funções de Rocha Vieira coincidiu com a lua-de-mel nos Açores do príncipe André, filho da rainha Isabel II, e de Sarah Ferguson, que se casaram em 23 de Julho de 1986. Os duques de York, que viriam a divorciar-se dez anos mais tarde, aterraram no dia seguinte na Terceira para embarcarem no

iate real *Britannia*, tendo permanecido cinco dias no arquipélago. No jantar oferecido pelos duques a vinte e um convidados no dia 28 de Julho, a bordo do iate, ancorado no cais da NATO, em Ponta Delgada, o Ministro da República ficou à direita de Sarah Ferguson e o presidente do Governo Regional à esquerda. Leonor Rocha Vieira sentou-se à direita do príncipe André. «Sarah mostrou-se simpática, divertida e descontraída. Conversadora, contou muitas histórias, incluindo a sua despedida de solteira. Falou também da sua amizade com Diana [princesa de Gales, mulher do príncipe Carlos]», diz Rocha Vieira. Sarah confessou-lhe ainda que as situações protocolares lhe provocavam um «enorme aborrecimento», o que não terá sido o caso do jantar nas águas dos Açores. Fora o primeiro jantar protocolar do Ministro da República e na verdade decorreu de uma forma muito agradável.

A primeira deslocação do Ministro da República a Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, teve por finalidade apresentar cumprimentos ao presidente do Governo Regional, depois de idêntico gesto em relação ao presidente da Assembleia Legislativa, Reis Leite, na ilha Terceira. O chefe de gabinete do Ministro da República, que conhecia bem o chefe de gabinete de Mota Amaral, contactou-o para lhe comunicar que Rocha Vieira iria a São Miguel e, embora sabendo qual seria a resposta, não quis deixar de lhe perguntar se o Governo Regional lhe proporcionaria alojamento no Palácio da Conceição. A resposta foi negativa, com a justificação de o palácio estar em obras. O chefe de gabinete de Rocha Vieira sabia que o edifício dispunha de alojamentos para hóspedes. Aliás, inicialmente, foi lá que se instalou o general Galvão de Figueiredo, Ministro da República de 1976 a 1978. Para afastar qualquer sombra de ilusões, ainda adiantou: «Então as obras vão demorar muito...» Não era preciso ser bom entendedor para compreender o alcance da confirmação que obteve de volta. Aliás, Rocha Vieira ironiza: «Enquanto eu lá estive, as obras nunca acabaram.»

Com o regime autonómico, a propriedade de quase todos os edifícios públicos passou para a região. Foi o caso do Palácio da

Conceição, em Ponta Delgada, e do Palácio dos Capitães Gerais, em Angra do Heroísmo. Criou-se assim uma situação em que o Ministro da República não dispunha de instalações próprias em Ponta Delgada. Foi para suprir essa falta que tomou de arrendamento o primeiro piso de um imóvel pertencente ao conde do Botelho (Nuno Gonçalo Gago da Câmara Botelho de Medeiros), que tinha sido colega de Vasco Rocha Vieira no Colégio Militar. A varanda dá sobre a Praça de Gonçalo Velho Cabral, uma das principais da cidade, onde também se ergue a igreja matriz. O andar dispunha de uma sala muito grande, um escritório e outras divisões funcionais. Era aí que o Ministro da República trabalhava e recebia as pessoas quando se deslocava a São Miguel. Face à política de portas fechadas do Governo Regional, o casal Rocha Vieira até lá pernitoou uma vez para assinalar, de forma simbólica, a existência de um espaço próprio para o Ministro da República na maior e mais populosa ilha dos Açores. O funcionamento regular do gabinete em Ponta Delgada era assegurado pela sua adjunta Cristina Sarmiento. Professora da Universidade dos Açores, mas originária do Continente, Cristina Sarmiento viria depois a doutorar-se e a ingressar na Universidade Nova.

O problema das instalações, enquanto forma de condicionar a ligação entre a Região e a República, ficou ainda mais em evidência aquando da passagem do Presidente Mário Soares por Ponta Delgada para embarcar no navio-escola *Sagres*. E foi para responder a essa situação, não no plano funcional mas no da afirmação política, que o Estado adquiriu em 1987 «uma casa muito bonita mas muito degradada», rodeada por um parque arborizado com um curso de água, a Quinta da Grená. A casa, situada nas Furnas e construída em 1860 por Samuel Wines, cônsul de Inglaterra, chegou a ser conhecida por Palácio do Presidente da República nos Açores.

«Miguel Cadilhe portou-se sempre muito bem», diz Rocha Vieira, elogiando a compreensão do ministro das Finanças quanto às relações do Estado com a Região. Comprovou-o, fundamentalmente, uma relação positiva e construtiva entre o Ministério das

Finanças e a Região Autónoma. Também em relação ao gabinete do Ministro da República, o ministro Cadilhe se mostrou muito cooperante. São exemplos disso, entre outras, as medidas de reforço de verbas do gabinete e a aquisição da Quinta da Grená.

Em 1994, já depois da saída do general Rocha Vieira, foi possível ao Estado comprar o Convento de Belém, propriedade da família de Luísa Constantina, situado à saída de Ponta Delgada. O novo imóvel, que ficou afecto ao Ministro da República, não só proporcionava as condições de dignidade para substituir o andar arrendado na cidade, mas também se coadunava com a intenção que levou a adquirir o palacete nas Furnas.

Rocha Vieira era Governador de Macau quando recebeu um telefonema de Mário Pinto. O seu sucessor nos Açores queria assegurar-se de que não veria como uma desconsideração a venda da Quinta da Grená. O Ministro da República seguinte (1997-2003), Sampaio da Nóvoa, teve um gesto idêntico, perguntando a Rocha Vieira se via algum óbice na transacção. Em ambas as circunstâncias Rocha Vieira respondeu dizendo que, em seu entender, a Quinta da Grená tinha já cumprido a sua missão. A verdade, porém, é que em 2009 ainda se encontrava nas mãos do Estado e sem ser recuperada.

Mário Soares, que entrara no Palácio de Belém em 9 de Março de 1986, decide ir a Ponta Delgada no Verão para embarcar na *Sagres*, no âmbito do seu programa de contactos directos com os três ramos das Forças Armadas. A sua ideia é chegar aos Açores ao fim da tarde de 9 de Agosto e no dia seguinte rumar a Lisboa a bordo do navio-escola da Marinha Portuguesa, em viagem de regresso de Nova Iorque.

Logo no primeiro encontro, para apresentação de cumprimentos ao presidente do Governo Regional, Rocha Vieira diz a Mota Amaral que tem um assunto a tratar com ele e comunica-lhe a intenção do Presidente da República. Ele fica agastado pelo facto de a visita ser tratada através do Ministro da República e não directamente com o presidente do Governo Regional, e replica: «Qualquer pessoa pode vir cá, mas eu é que não estou. Já tenho

férias marcadas. Não vou mudar as férias.» Rocha Vieira chegou a pensar que ele não estaria a falar a sério. Mas estava. Aliás, alguns dias depois, numa pequena nota na primeira página do *Açoriano Oriental*, anunciava-se que Mota Amaral partira, em 2 de Agosto, para um período de 12 dias de férias no Continente. «Então haverá alguém para o representar e para receber o Presidente da República em nome do Governo Regional», antecipa Rocha Vieira. Na resposta, Mota Amaral, limita-se a dizer: «Os Açores são uma terra livre. Portanto, o Presidente da República pode vir cá quando quiser.» E foi esta a mensagem que Rocha Vieira transmitiu ao Palácio de Belém.

XII

Guerra e paz

A atitude de distanciamento das autoridades regionais em relação à deslocação de Mário Soares a Ponta Delgada não fazia parte das previsões da Presidência da República. Mas o Palácio de Belém lançou-se de imediato na procura de uma saída para a situação, tendo mesmo admitido que o Presidente da República ficasse instalado na *Sagres* e aí pernoitasse.

A reacção de Mário Soares foi ouvir a opinião do Ministro da República sobre a sua passagem por Ponta Delgada. Rocha Vieira diz-lhe como entende que ela deve processar-se, afastando desde logo a hipótese de o Presidente da República pernoitar no navio-escola da Armada. O Ministro da República não pretende ser o dono da festa, mas apenas um elemento de ligação com as autoridades dos Açores. Há questões que são do Estado, como a presença da *Sagres* ou as honras militares devidas ao Presidente da República. A parte substancial da visita tem a ver com o Governo Regional. E Rocha Vieira só se mostra disponível para se envolver na visita na medida em que o Governo Regional não o quer fazer, nomeadamente o jantar em honra do Presidente.

«O senhor Presidente da República não pode entrar aqui como se fosse um clandestino», diz-lhe, comprometendo-se a resolver o problema da sua instalação. No dia seguinte de manhã «entrará na *Sagres*, à luz do dia, com as honras próprias do Presidente da República, para quem quiser ver».

Foi o que o Presidente Soares quis ouvir, como se estivesse à procura de uma alternativa à *Sagres*, que não parecia agradar-lhe de um de ponto de vista institucional. «Estou de acordo. É evidente que é assim mesmo que tem de se fazer», responde, assumindo as sugestões do Ministro da República.

Mário Soares não ficaria nem na *Sagres* nem num hotel, mas em casa de Nuno Botelho (conde do Botelho), o Paço de Nossa Senhora da Vida, situado à beira-mar, em Ponta Garça, ao pé de Vila Franca do Campo. Mais uma vez, face à política hostil de Mota Amaral, Rocha Vieira encontra no seu antigo colega do Colégio Militar um parceiro. Monárquico, filho do visconde do Botelho, curiosamente grande amigo de Salazar, é por sugestão do Ministro da República que Mário Soares passará a enviar o conde do Botelho como seu representante pessoal a comemorações do Dia de Portugal em comunidades açorianas nos Estados Unidos da América do Norte. Aí empenhar-se-á em que os actos comemorativos não tenham uma dimensão exclusivamente açoriana, mas sejam também o reflexo de uma dimensão nacional. A colaboração do conde do Botelho com Mário Soares viria a prolongar-se pelos seus dois mandatos.

O Presidente da República aterra em Ponta Delgada em 9 de Agosto de 1986 para, no dia seguinte, embarcar no navio-escola *Sagres* da Armada Portuguesa. A aguardar Mário Soares estava, além de José Reis Leite, presidente da Assembleia Regional, Álvaro Dâmaso, secretário regional das Finanças e presidente do Governo Regional em exercício, e João Gago da Câmara, presidente da Câmara de Ponta Delgada. Essas mesmas entidades viriam a comparecer nos outros actos públicos que assinalaram a passagem do Presidente da República por São Miguel. Deste modo ficou assegurada a representação formal da Região Autónoma na

recepção ao Chefe de Estado, pelo que Mota Amaral não poderia ser acusado de falhas nesse domínio. Sabia-se, porém, que havia uma orientação para os secretários regionais, à excepção de Álvaro Dâmaso, e outros responsáveis se manterem à margem da visita, como parte de uma actuação destinada a criar um clima inibidor da presença da generalidade dos convidados no jantar em honra do visitante.

Após a chegada, Mário Soares dirigiu-se de carro para o Hotel Dom Pedro, tendo subido ao seu quarto para descansar e se preparar para aquele acto. No ar havia uma curiosidade doentia em relação aos *traidores*, à qual não era alheia uma notícia do *Açoriano Oriental* desse dia na qual se podia ler: «Este jantar está a ser rodeado de alguma expectativa, já que é o primeiro oferecido pelo Ministro da República para os Açores, brigadeiro Rocha Vieira, após a sua tomada de posse. Quer os dirigentes regionais do PSD quer os membros do Governo Regional afirmaram que apenas manterão relações de carácter institucional com o novo Ministro da República.» Dias depois, o mesmo jornal regista as ausências de três secretários regionais, dos directores regionais e dos presidentes de Câmara de São Miguel, à excepção do autarca de Ponta Delgada. Também assinala que o comandante-chefe das Forças Armadas nos Açores, almirante Gomes Rosa, só esteve presente na recepção e no convívio que antecedeu o jantar.

Às 20 horas, o Presidente da República desce do seu quarto até à entrada do hotel, onde toma lugar, com o Ministro da República a seu lado, para receber os convidados. Optou-se pelo *buffet*, sem haver lugares marcados e assim evitar tornar mais visíveis eventuais ausências. Só o Presidente e as demais figuras institucionais tinham uma grande mesa redonda reservada.

À medida que os convidados iam chegando ia-se percebendo que não haveria clareiras no jantar. A dado momento, enquanto continua a receber as saudações da praxe, Mário Soares, com o seu instinto, volta-se para Rocha Vieira e diz-lhe: «Isto não está mal, já temos *quorum*.» Na verdade, a sala de 120 lugares viria a encher-se por completo. Um pouco mais tarde, quando subia as

escadas para o salão do primeiro andar, depois dos aperitivos no rés-do-chão, o Presidente lança uma pergunta-sugestão ao Ministro da República: «Você faz-me um brinde não faz?» Percebendo qual era a intenção, Rocha Vieira enfatiza o tom da resposta: «Claro que sim.»

Logo que as pessoas se sentam à mesa, o ministro levanta-se e profere breves palavras de saudação a Mário Soares. No final pede para o acompanharem num brinde ao Presidente da República. Todos se levantam, gerando-se assim um movimento de aproximação à figura central do jantar. É a vez de Mário Soares retribuir a saudação. De pé, depois de se dirigir ao «senhor Ministro da República» e a outras entidades, começa por dizer: «Tenho o maior prazer em estar aqui na Região Autónoma da Madeira...» Gargalhada geral!

A partida já estava ganha desde o momento em que a quase totalidade dos convites do Ministro da República tivera uma resposta favorável, mas o lapso foi o melhor remédio para aliviar toda a tensão que ainda rodeava o acolhimento ao Presidente. As pessoas riram-se, houve uma descarga nervosa, as conversas soltaram-se.

No dia seguinte, 10 de Agosto de 1986, com as honras que lhe são próprias, o Presidente da República encaminhou-se para o navio-escola *Sagres*, ancorado no Molhe Salazar, onde embarcou rumo a Lisboa. Embora com um misto de timidez e curiosidade, muitas pessoas estiveram no cais para assistirem à sua partida.

O balanço da visita era mais que positivo. Rocha Vieira tinha conseguido torner a tentativa de privar da devida expressão e visibilidade a passagem presidencial por São Miguel, evidenciando que «os açorianos, como pessoas educadas e patriotas, reprovavam a atitude de Mota Amaral». Conquanto não ignore que se pretendeu criar um clima de rejeição do jantar, Rocha Vieira afirma que «a sociedade de São Miguel respondeu com respeito e consideração a um convite para um jantar em honra do Presidente da República». No entanto, o braço-de-ferro com o presidente do Governo Regional ainda mal tinha começado.

«Guerra das bandeiras»

Um novo conflito não tardaria a eclodir, este mais sério porque ultrapassava as meras acções de guerrilha política movidas contra o Ministro da República. Nos últimos dias da sessão legislativa de 1986, antes das férias grandes, a Assembleia da República, porventura de forma menos atenta, aprovou a revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores. O novo texto, proposto pela Assembleia Legislativa dos Açores, punha em pé de igualdade a bandeira e o hino da Região e a Bandeira e o Hino Nacionais. Foram os chefes militares a chamar a atenção para o problema, que ficou conhecido por «guerra das bandeiras».

Enquanto CEMGFA, o general Lemos Ferreira lidera a campanha contra aquele aspecto do Estatuto, ao mesmo tempo que a polémica conquista espaço mediático e polariza a atenção da opinião pública. Poucos dias depois da viagem de Mário Soares dos Açores para Lisboa na *Sagres*, o Ministro da República telefona-lhe a dizer que tem urgência em falar com ele. O encontro estava previsto para a casa de férias de Mário Soares, na Praia do Vau, no Algarve, mas o Presidente teve de se deslocar a Lisboa e recebeu Rocha Vieira no Palácio de Belém. Estava uma tarde de calor. Enterrado no sofá e com a sua característica posição de perna traçada, Mário Soares, de olhos semicerrados, parece alheado do que o Ministro da República lhe diz. Rocha Vieira explica-lhe por que motivo considera que é um dever do Presidente da República vetar a lei que consagra o novo Estatuto Político-Administrativo dos Açores, acentuando que, do próprio ponto de vista de Mário Soares enquanto Presidente da República, eleito há pouco tempo, essa decisão era politicamente vantajosa para ele.

«Explique lá isso, diga lá isso outra vez.» Ao despertar do seu aparente torpor, Soares quase dá um salto no sofá. E o Presidente da República, que até ao momento não tinha valorizado a polémica do Estatuto, tanto mais que tinha sido aprovado por unanimidade pela Assembleia da República, dá razão a Rocha Vieira. E giza logo ali os passos fundamentais que tem de dar até à data

da já prevista deslocação à Assembleia Legislativa na Horta, ilha do Faial.

Assim, no dia 3 de Setembro de 1986, o Presidente da República, em comunicação ao País, anunciou o veto político do Estatuto e a sua devolução à Assembleia da República. E é com o diploma vetado que o Presidente da República, no dia seguinte, vai à Horta, à Sessão Comemorativa do 10.º Aniversário da Autonomia, na Assembleia Legislativa da Região. Num clima de cortar à faca, os deputados afectos a Mota Amaral e os membros do Governo Regional apareceram de gravata preta e de óculos escuros, como se fossem para um velório.

«A visita de Mário Soares foi um choque muito importante.» Chamou a atenção do País para o que é a autonomia», diz Rocha Vieira, realçando o significado dessa tensa jornada. «A autonomia não é nem o caminho para a independência nem o jugo do Governo Central. É um equilíbrio de poderes e de responsabilidades, num ambiente de solidariedade e não de confronto.»

Menos visíveis para a generalidade da opinião pública, mas sempre muito presentes, foram os atritos suscitados com os diplomas do Governo Regional e da Assembleia Legislativa enviados ao Ministro da República para serem assinados e publicados. Quando havia dúvidas jurídico-constitucionais, Rocha Vieira não hesitava na utilização das suas competências.

«Eu não andava a tentar vetar diplomas», diz, referindo que nunca exerceu o veto político. Limitava-se a submetê-los ao Tribunal Constitucional, caso considerasse que iam contra o princípio da autonomia e da unidade do Estado. Nem isso fez muitas vezes. E o Tribunal Constitucional deu-lhe sempre razão, a cem por cento.

Durante a Presidência Aberta nos Açores, na Primavera de 1989, Mário Soares deixou, segundo as suas próprias palavras, «a mensagem da autonomia tranquila». Para Mota Amaral, a figura institucional do Ministro da República era um obstáculo à sua visão da autonomia, o que se reflectia no seu relacionamento com Rocha Vieira. Com alguma malícia, o antigo Presidente, no livro-

-entrevista *Soares* — *O Presidente*, de Maria João Avillez, conta o seguinte:

Houve uma circunstância pitoresca [na Presidência Aberta nos Açores]: nunca me desloquei, em qualquer das nove ilhas, sem ser escoltado, numa marcação homem a homem, implacável, pelo Ministro da República e pelo Presidente do Governo Regional. Nenhum deles me deixou nunca sozinho com o outro... Os contactos foram sempre a três!

Para defender a «sua» autonomia, Mota Amaral chegou a tomar iniciativas no mínimo originais, como no caso do governante regional que «tomou posse duas vezes».

Houve, com efeito, um secretário regional que, nos termos estatutários, foi empossado pelo Ministro da República, em Angra do Heroísmo. Só que a seguir, de acordo com uma linha de actuação tendente a desvalorizar aquela figura constitucional, foi encenada uma cerimónia de «tomada de posse» do mesmo secretário regional na sede do Governo Regional, em Ponta Delgada, como se não tivesse existido o acto autêntico de entrada em funções.

Os contactos entre os dois responsáveis não eram muito frequentes. Por regra, Mota Amaral evitava falar com o Ministro da República, mas este, quando o encontrava, não deixava de tratar dos assuntos inerentes ao seu cargo. Mesmo assim, o Ministro da República «conseguiu» que o presidente do Governo Regional fosse algumas vezes ao seu gabinete em Angra do Heroísmo.

Nas eleições autárquicas de 1989, porém, quando o PSD perdeu a maioria das câmaras açorianas a favor do PS, houve uma mudança de atitude da parte de Mota Amaral. «No dia seguinte pediu para falar comigo e foi ao Palácio da Madre de Deus, o que demonstra», diz Rocha Vieira, «que o presidente do Governo Regional era hábil e rápido a reagir politicamente às alterações das circunstâncias. Quando saiu, lá estava a televisão.»

Mesmo na hora do adeus de Rocha Vieira às funções de Ministro da República para os Açores, em meados de Abril de 1991,

quando foi nomeado Governador de Macau, Mota Amaral manteve a postura que adoptou em relação a Rocha Vieira, durante os quase cinco anos do seu mandato como Ministro da República. Depois de Rocha Vieira lhe apresentar cumprimentos de despedida, no Palácio de Sant'Ana, o presidente do Governo Regional não escondeu o seu regozijo político por vê-lo, literalmente, pelas costas. Conta o coronel Alcino Raiano: «Ele acompanhou-nos à porta. Quando nos dirigíamos ao carro olhámos para trás e vimos o dr. Mota Amaral a acenar-nos com um lenço branco.» O Ministro da República só viu o lenço branco quando lhe chamaram a atenção para a cena, mas fez por ignorá-la. Adoptando uma atitude de distanciamento, disse a quem o acompanhava: «A mim chega-me cumprir as minhas funções institucionais. O presidente do Governo Regional procede como entende. Não me interessa averiguar o sentido do seu gesto.» Aliás, ao longo do mandato nos Açores, evitou sempre ficar enredado em conflitos ou responder na mesma moeda. «Quero fazer o melhor que posso o que tenho a fazer.» Foi esta atitude que o guiou. E confessa: «Isso deu-me sempre uma grande tranquilidade.»

Encontro com José de Almeida

Ainda nos primeiros tempos do mandato de Rocha Vieira, Mota Amaral levou ao Palácio de Belém a exigência da sua demissão, sustentada por aquilo que parecia um argumento forte. O Ministro da República tivera um encontro alegadamente «clandestino» com José de Almeida, dirigente da FLA (Frente de Libertação dos Açores), revela Mota Amaral, primeiro na audiência com o Presidente da República, depois aos jornalistas. Àqueles que faziam insinuações sobre a falta de patriotismo dos açorianos, podia então contrapor o crime de lesa-pátria de Rocha Vieira, consubstanciado na reunião com o próprio líder independentista. Apanhado desprevenido com a denúncia de que o «seu» Ministro da República andava metido com separatistas, Mário Soares

lamenta-se por não ter sido avisado. No entanto, Rocha Vieira explica-lhe que as suas responsabilidades de Ministro da República exigem que «assuma riscos» e tome iniciativas aparentemente menos ortodoxas. Se o Presidente da República desconhece essas iniciativas, nunca poderá ser visto como alguém conivente com elas, estando por isso protegido das suas eventuais repercussões indesejáveis. «Como Ministro da República entendi que era útil o encontro. Soares ou tinha confiança em mim ou não tinha», diz. «E o Presidente da República percebeu-me e concordou comigo.»

Foi através dos bons ofícios de Fausto Brito e Abreu que a reunião com José de Almeida se organizou na casa de Belas de Rainer Daehnhardt, historiador e antiquário, especializado em armas antigas. «Cheguei lá às quatro da tarde. Era um chá, mas o encontro acabou às 11 da noite», assim sintetiza Rocha Vieira as sete horas passadas com o líder da FLA. A conversa, que não teve segunda edição, versou sobre os Açores, a FLA, as ligações de José de Almeida, as comunidades açorianas. Sempre numa atmosfera de simpatia. O Ministro da República não se limitou a ouvi-lo atentamente e a tentar perceber as suas razões, mas fez questão de explicar o que entendia por autonomia no quadro do funcionamento do Estado.

Os tempos eram outros e a FLA já não incendiava a vida política regional e nacional. No entanto, José de Almeida continuava a ser um símbolo, daí que o encontro tenha tido um grande impacto. Mota Amaral percebeu que Rocha Vieira, ao dialogar com pessoas que directa ou indirectamente eram seus aliados contra o Ministro da República, estava a entrar no seu campo e a neutralizar um dos seus trunfos. Ao invés, para os sectores radicais dos Açores, o chá com José de Almeida foi uma agradável surpresa, por aqueles terem percebido, segundo Rocha Vieira, que o Ministro da República não era tão mau como isso. «Afinal é uma pessoa com quem se pode conversar.» Com efeito, tiveram oportunidade de ver que Rocha Vieira falava com toda a gente, o que permitiu desfazer mal-entendidos, desbloquear tensões, distender o ambiente e criar espaço para a compreensão mútua. Ao

gabinete em Ponta Delgada chegavam recados: «Diga lá que eu gostava de falar com ele.» Entre os que «gostavam de falar com ele» encontravam-se pessoas que estiveram envolvidas na FLA ou apenas militantes regionalistas. Muitos pertenciam ao grupo de trinta e um presos da grande manifestação de 6 de Junho de 1975 em Ponta Delgada, que começou por reivindicações de natureza económica e social e acabou aos gritos de independência. «Tive sempre uma óptima relação com todos eles», afirma. «Eu compreendia muito bem os açorianos e os açorianos compreenderam que eu os compreendia. Compreendia os seus queixumes, nascidos da história de isolamento do ilhéu, da emigração, do abandono do poder central, de serem esquecidos.» Ao tentar compreender as pessoas e a sua idiossincrasia, Rocha Vieira também viu que os açorianos são patriotas. «Querem a independência? Querem é que lhes dêem mais importância, no fundo a importância que lhes é devida.»

«São 9 horas no Continente e na Madeira,
8 nos Açores»

Para vencer o cerco do Governo Regional e não ficar limitado na sua capacidade de acção, Vasco Rocha Vieira decide empreender um programa de visitas às nove ilhas do arquipélago. Em contacto directo com os serviços da República e com os presidentes de Câmara, as deslocações foram cuidadosamente preparadas pelo coronel Alcino Raiano. «Sem uma única excepção, todos disseram que estariam à espera do Ministro da República», sublinha Rocha Vieira. A Base Aérea das Lajes, nomeadamente através dos seus comandantes, na altura o brigadeiro Mário Cortesão e depois os brigadeiros Manuel Alvarenga de Sousa Santos e António José Vasques Osório, deu uma ajuda importante para que as visitas pudessem ser feitas no melhor dia e nas horas mais convenientes. Apesar de a maior parte dos presidentes de Câmara serem do PSD, não só compareceram para apresentar cumprimentos

como ofereceram um almoço ou um jantar em honra do ministro. «Eu sei», diz, «que houve pressões fortes para não estarem presentes, para não falarem, para não me receberem na Câmara, para não me convidarem para coisa nenhuma. Todos eles fizeram o que deviam e em muitos casos tiveram alguns problemas por causa disso, em relação às suas ambições políticas ou a outros interesses.»

A movimentação de Rocha Vieira ao encontro da sociedade açoriana não se ficava por palavras ou gestos, mas traduzia-se em realidades palpáveis. Por exemplo, foi feito um grande esforço para melhorar as instalações nas áreas em que o Ministro da República superintendia nas funções administrativas exercidas pelo Estado, designadamente na Justiça e nas Finanças.

Semanalmente, deslocava-se a Lisboa para participar nos Conselhos de Ministros. A sua principal função era garantir que a legislação aí aprovada não contrariava o regime autonómico ou, mais simplesmente, não esquecia as Regiões Autónomas, em particular no seu direito a serem ouvidas nas matérias que lhes diziam directamente respeito. A participação na reunião semanal do Governo permitia-lhe também sensibilizar os ministros para problemas como os do Orçamento e das ligações aéreas, ou do leite, da agricultura, da pesca ou outros.

O simples desdobramento da informação horária na rádio pública — por exemplo, «são 9 horas no Continente e na Madeira, 8 nos Açores» — resultou do empenho pessoal de Rocha Vieira junto do Governo, em particular do ministro da Presidência, Fernando Nogueira, que detinha o pelouro da comunicação social. Até aí, depois do sinal horário, só se referia a hora em Lisboa como a hora nacional, sem mencionar a hora dos Açores, que é diferente.

A compreensão e o empenho de Fernando Nogueira foram também essenciais para melhorar a articulação dos Açores com a RTP. Na segunda metade dos anos 80 do século xx, as peças do noticiário do Continente eram dadas nos Açores com uma apresentação idêntica à das notícias do estrangeiro. As imagens recebidas em estúdio, a partir de Lisboa, eram escrutinadas, e as seleccionadas eram passadas nos Açores com a voz do *pivot* local.

O panorama alterou-se com a colocação do jornalista Estêvão Gago da Câmara na delegação da RTP nos Açores, a trabalhar no bloco noticioso *24 Horas*. A particularidade deste serviço informativo, além de ser o mesmo para todo o território nacional, era a inclusão, todos os dias, de uma peça noticiosa dos Açores, a cargo de Estêvão Gago da Câmara. Os Açores, que até então só viam noticiários elaborados na Região, passaram pela primeira vez a ter um noticiário transmitido na íntegra do Continente, e o País no seu conjunto passou a ter diariamente informação dos Açores num noticiário nacional. Agora, na RTP, há um canal Açores e um canal nacional que transmite em directo e a situação é completamente diferente graças às novas tecnologias. Antes, porém, a delegação da RTP funcionava, na prática, como um canal regional.

Também o futebol foi elemento para fomentar a percepção do todo nacional. Assim, o Ministro da República ajudou a resolver problemas relacionados com a participação do Sport Club Lusitânia, de Angra do Heroísmo, e mais tarde do Santa Clara, de Ponta Delgada, no Campeonato Nacional da II Divisão. Para tanto contou com a solidariedade do director-geral dos Desportos, Mirandela da Costa, antigo colega de curso do Colégio Militar, que disponibilizava instalações do Estádio Nacional para albergar as comitivas dos clubes açorianos. «Era uma ajuda enorme», sublinha, que permitia um maior intercâmbio entre equipas do Continente e equipas dos Açores.

Vasco Rocha Vieira vê a função de Ministro da República, na arquitectura constitucional do Estado português, como «um regulador do sistema de equilíbrio entre o poder regional e o poder central». Afirma: «Nem o poder central pode absorver o poder regional, nem o poder regional pode romper com a unidade do Estado.» Por isso, nesse período de estabilização da autonomia regional, «umas vezes puxou num sentido, outras vezes noutra sentido. Umas vezes para mais, outras vezes para menos». Daí a importância que sempre deu à sua participação nas reuniões semanais do Governo, onde podia exercer esse papel de equilibrador do sistema. «Fui talvez das pessoas que menos Conselhos de

Ministros falharam», diz. Mesmo quando estava de férias no Algarve ou nos Açores, ia às quintas-feiras a Lisboa à reunião semanal do Governo.

Na versão original da Constituição da República Portuguesa, o Ministro da República tinha competência ministerial e assento no Conselho de Ministros quando nas suas reuniões fossem tratados assuntos de interesse para a Região. O entendimento do primeiro-ministro Cavaco Silva foi que os ministros da República para os Açores e para a Madeira deviam participar em todas as sessões do Conselho de Ministros, uma vez que todas as matérias podiam ser de interesse para as Regiões. «A interpretação era correcta», diz Rocha Vieira. Aliás, muitas vezes havia diplomas que supostamente não tinham tomado em conta especificidades dos Açores ou da Madeira. E eram os ministros da República a suscitar eventuais questões em relação às Regiões Autónomas. Questões que, assinala Rocha Vieira, «foram sempre apreciadas pelo Governo».

O vaivém entre os Açores e Lisboa tinha por norma a cadência semanal das reuniões do Conselho de Ministros. No entanto, em circunstâncias excepcionais, chegou a fazer a deslocação Açores-Lisboa e Lisboa-Açores duas vezes num período de 24 horas. Uma dessas circunstâncias teve a ver com uma passagem pelos Açores de Caspar Weinberger, secretário da Defesa norte-americano na administração do Presidente Ronald Reagan, numa altura em que, no mesmo dia, o Ministro da República também tinha de estar em Lisboa.

Do primeiro ao último dia do lustro como Ministro da República para os Açores, um dos objectivos estratégicos de Vasco Rocha Vieira foi abrir a Região no contexto nacional. «Procurou-se que os Açores não ficassem fechados sobre si próprios», diz. E dá esse objectivo por alcançado, graças também a uma convergência de esforços e de visão da autonomia encarnados pelo Presidente da República e pelo primeiro-ministro. Mário Soares e Cavaco Silva, destaca, «sempre apoiaram o trabalho do Ministro da República em nome do interesse regional, no quadro da autonomia constitucional». Para Rocha Vieira, «a autonomia não é

um conflito». Não se tratou, portanto, de «apoiar contra», mas de «apoiar o papel do Ministro da República neste processo de diálogo, convergência e equilíbrio, enquanto patamar intermédio entre os órgãos da República e os órgãos de governo próprio da Região. O ideal é que não se dê pela existência do Ministro da República. A maneira de proceder de ambos foi determinante para a consolidação da autonomia constitucional, levando Mota Amaral a assumir que em vez de autonomia progressiva se devia ter uma autonomia tranquila. O ponto de equilíbrio encontrado na autonomia regional veio, porém, a ser perturbado com as revisões da Constituição da República no tempo de Jorge Sampaio como Presidente da República, abrindo as portas a reivindicações geradoras de conflito, designadamente o esvaziamento das competências do Ministro da República. Uma vez que a figura do Ministro da República representa um patamar intermédio entre a Região Autónoma e o Presidente da República, ele pode também contribuir para amortecer os choques entre as Regiões e os órgãos de soberania. Sem esse patamar intermédio, passa a existir tendencialmente uma equivalência entre os Governos Regionais e o Governo do País em relação ao Presidente da República.»

A reconciliação

João Bosco Mota Amaral demitiu-se de presidente do Governo Regional em 1995 e deixou também a política açoriana, mas não a actividade política. Deputado à Assembleia da República e presidente do Parlamento na IX Legislatura (2002-2005), passou a actuar no palco nacional.

Em 22 de Maio de 1998, na inauguração da Exposição Internacional de Lisboa, Vasco Rocha Vieira conversava informalmente com Narciso da Cunha Rodrigues, Procurador-Geral da República, quando Mota Amaral se aproxima: «Querida dar-lhe uma palavra», diz, dirigindo-se ao Governador de Macau, que de imediato se mostra disponível para o escutar. Mais coisa menos coisa, fo-

ram estas as suas palavras: «Quando saí dos Açores pedi desculpa de muitas maldades que fiz a muitas pessoas. Queria dizer-lhe que o incluí nessas pessoas.» Surpreendido — «não estava à espera» — Rocha Vieira reage com um «ah, sim?!». Mas dá um sinal de abertura à iniciativa do ex-presidente do Governo Regional: «Ainda bem, nunca é tarde.» O pedido de desculpas teria ainda um segundo acto. «Então o que me está a dizer a mim tem de dizer também à minha mulher.» Mota Amaral riu-se e concordou. Rocha Vieira acompanha-o de seguida até junto de sua mulher, que estava um pouco afastada, e diz-lhe: «O senhor doutor Mota Amaral quer falar contigo.» Ele repete as desculpas antes apresentadas. «E a minha mulher responde: ‘Vindo de um político, não sei se acreditava, mas, vindo de um homem de Deus, acredito.’» E Mota Amaral insiste: «Ah, mas pode crer que sim.»

Nas suas vindas a Lisboa, o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, costumava convidar o Governador de Macau para almoçar. À mesa, por regra, estava presente Mota Amaral. Numa dessas ocasiões, Almeida Santos quis mostrar o Museu da Assembleia da República a Rocha Vieira. Mota Amaral também acompanhou essa visita, aproveitando para fazer várias perguntas sobre Macau. A curiosidade do deputado açoriano leva o Governador a dizer-lhe: «Tenho visto que mostra algum interesse por Macau.» Ao que ele respondeu: «Sim, tenho acompanhado a sua acção em Macau.» Rocha Vieira aproveitou a deixa para lhe manifestar que, «se um dia tiver interesse, era com muito gosto que o veria em Macau».

A conversa ficou por aqui. Ao regressar ao território, o Governador anunciou no seu gabinete que ia convidar Mota Amaral para se deslocar a Macau. Formalizou-o através de um contacto telefónico, estava Mota Amaral em campanha na ilha do Pico.

Em Macau foi organizado um programa para a visita e o Governador obsequiou Mota Amaral com um almoço no Palácio de Santa Sancha. Quando se encaminhavam para a mesa, o ex-presidente do Governo Regional evocou «aquelas coisas nos Açores, que pareciam tragédias gregas», dizendo que «cada um tem

que representar o seu papel». Rocha Vieira concordou, acrescentando que, «nalguns aspectos, tinha sido uma tragédia complicada», mas dirigiu-lhe um «brinde amistoso», com palavras para lá da mera circunstância e cortesia. Mota Amaral agradeceu com um discurso cordial, temperado pelo humor: «Perdemos um Ministro da República, mas ganhámos um óptimo Governador.»

Ao longo do tempo, o relacionamento de Rocha Vieira com Mota Amaral consolidou-se de forma correcta, frutuosa, franca e aberta. Graças, também, ao papel que ambos exercem no âmbito das Ordens Honoríficas Portuguesas, onde a sua relação é muito cordial e de grande e útil cooperação. Uma relação *patrocinada* pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva. Grão-Mestre das Ordens Honoríficas, foi ele que, por decreto de Abril de 2006, nomeou Vasco Rocha Vieira chanceler das Antigas Ordens Militares e João Bosco Mota Amaral chanceler das Ordens Nacionais.

XIII

Uma nova missão

«Preciso de si. Vá para Macau e veja se põe aquilo na ordem.» O convite imperativo de Mário Soares a Vasco Rocha Vieira ia direito ao assunto. O «caso do faxe de Macau», que culminou no pedido de demissão de Carlos Melancia de Governador, deixara Macau em navegação à vista, provocara interrogações sobre a capacidade de Portugal levar o território, com honra e proveito, até ao acto de entrega à China em 19 de Dezembro de 1999 e ameaçava o prestígio da própria figura do Presidente da República, a quem a Constituição da República Portuguesa atribuía competência directa sobre a pérola do Oriente.

Nomeado Governador em 9 de Julho de 1987, Carlos Melancia tinha sido exonerado a seu pedido em 2 de Outubro de 1990, após meses de polémica gerada pelo faxe de Macau, divulgado pelo semanário *O Independente*. O dito faxe foi o ponto de partida de uma acusação de corrupção passiva para influenciar um concurso relativo à construção do Aeroporto de Macau, da qual Carlos Melancia viria a ser absolvido.

Vasco Rocha Vieira, então Ministro da República para os Açores, ouviu o apelo presidencial e, como em muitas outras encruzilhadas do seu percurso de cidadão e de militar, deu um passo em frente. «Não lhe perguntei nada, nem lhe pus condições. Fui para Macau com o mesmo espírito com que fui para os Açores. Não era um cargo político inerente a uma carreira. Era, de facto, uma missão», diz. Aliás, deixa clara a sua atitude de disponibilidade desinteressada: «Nunca mexi um dedo para ser nomeado Governador ou para ter qualquer outro cargo.»

Por um acaso infeliz, o convite surgiu na altura do desaparecimento do general Firmino Miguel, chefe do Estado-Maior do Exército, falecido em 9 de Fevereiro de 1991 num acidente de automóvel. Completaria 59 anos em 11 de Março. Nos termos do processo de escolha do novo CEME, o Conselho Superior do Exército propôs três nomes, entre os quais o de Vasco Rocha Vieira. A concretizar-se, a sua designação representaria o regresso a uma condição que já conhecera, de 1976 a 1978. Só que o Presidente da República tem intenção de o nomear para Macau. É o brigadeiro Monge, da Casa Militar de Belém, que lhe telefona para os Açores e pede que venha a Lisboa. Mário Soares informa-o de que já conversou com o primeiro-ministro, Cavaco Silva, sobre o assunto e sugere-lhe que fale com ele. «Tendo em conta a situação, não vai continuar nos Açores. Ou vai para CEME ou vai para Governador», diz-lhe o primeiro-ministro. Rocha Vieira mostra-se disponível para ambas as funções, embora no caso do Exército fosse uma segunda nomeação para o mesmo cargo e entendesse que havia vários oficiais com competência para o desempenhar, e com naturais e legítimas expectativas em relação a uma eventual escolha. Quanto às funções de Governador, apesar de a sua nomeação ser da competência do Presidente da República, disse que precisaria do apoio do Governo. «Vai ter esse apoio», assegurou-lhe Cavaco Silva.

Presente em Lisboa para a investidura de Mário Soares no segundo mandato como Presidente da República, o advogado Jorge Neto Valente, membro da Assembleia Legislativa de Macau,

procura saber quando haverá Governador. Soares diz-lhe: «Estou muito escaldado. Isto correu mal. Vou arranjar um tipo com provas dadas.» Não lhe revela quem, mas Neto Valente percebeu que não seria um civil. «Deu-me um lamiré qualquer que me cheirou a militar.» O suficiente para se indignar. «Porque é que nós em Macau, depois de dois civis, temos de levar com um militar?», perguntou. Soares procurou sossegá-lo: «Mas este é diferente e eu não posso correr mais riscos. Preciso de uma pessoa em quem confie, que tenha sentido de Estado.» Na recepção no Palácio da Ajuda para assinalar o início do novo mandato presidencial de Mário Soares, em 9 de Março de 1991, Neto Valente fala com o brigadeiro Monge sobre o futuro Governador. «É um militar que é civil e um civil que é militar», eis a única dica que consegue obter. «Acabo de ter a conversa com o Monge e passa o general Rocha Vieira. Digo-lhe: ‘Gostava de falar consigo antes de regressar aos Açores.’ Há um momento em que o olhar atraíçoa as pessoas. No dia seguinte disse que me recebia.»

O novo Governador ia voltar pela primeira vez a Macau depois de, na Primavera de 1975, ter cessado funções como secretário-adjunto para as Obras Públicas, no governo do coronel Garcia Leandro, para assumir o cargo de director da Arma de Engenharia em pleno período revolucionário. «De Macau ou se gosta ou não se gosta, não há meio termo. Eu gostei», diz.

Ainda se encontrava em Lisboa quando recebeu uma informação de Orlando Elísio Bandeira e Alcino Raiano, a sua guarda avançada em Macau. Tinha chegado lá uma senhora, vinda da Presidência da República, que o encarregado do governo, Murteira Nabo, colocara no lugar da secretária principal do Governador, junto ao gabinete que lhe está reservado. O incidente acabou por se revelar útil. Na primeira oportunidade, Rocha Vieira pôs a questão ao Presidente da República, expondo a sua estranheza e discordância em relação àquela situação, no mínimo insólita. Mário Soares compreendeu o que o Governador lhe queria dizer e fez-lhe logo uma proposta. «Veja se concorda: nos seus contactos com a Presidência só fala comigo e com o Monge

[brigadeiro Manuel Monge, da Casa Militar]. E os contactos da Presidência para Macau só são feitos por mim ou pelo Monge.» Rocha Vieira anuiu de imediato à sugestão: «Não posso achar melhor e acho importante que seja assim.» Com efeito, acrescenta: «As relações durante o tempo de Soares passaram-se sempre rigorosamente da forma combinada, sem canais paralelos ou ultrapassagens, o que muito contribuiu para que tudo corresse bem.»

Quanto à «secretária-mistério», o Governador manteve-a sempre com a categoria de secretária, mas pô-la na biblioteca do Palácio da Praia Grande, situada no rés-do-chão.

Surpresas à chegada

Ao tomar posse no Palácio de Belém em 23 de Abril de 1991, o próprio Vasco Rocha Vieira põe bem alta a fasquia da sua missão. «Muitas coisas estão em causa em Macau e é curto o tempo para lhes encontrarmos as respostas adequadas. Mas não pode haver dúvidas sobre a responsabilidade nacional em não desperdiçar nenhuma oportunidade para que as boas respostas sejam formuladas e concretizadas», disse na sua intervenção perante o Presidente da República, Mário Soares.

Nos dois primeiros discursos após a sua chegada a Macau, o novo Governador procura transmitir uma mensagem de confiança à população, ao mesmo tempo que deixa um sinal de determinação de levar por diante a governação do território. «É minha obrigação saber ouvir, mas é minha responsabilidade decidir», afirmou no Palácio da Praia Grande em 10 de Maio de 1991. As palavras dirigidas à população do território não vinham de um desconhecido. A memória do papel moderador de Rocha Vieira em 1974/1975 e da forma como exerceu as funções de secretário-adjunto e, numa ausência do Governador, de encarregado do governo, não estava apagada. «Eles sabiam quem era a pessoa que lhes falava e sabiam que por detrás dessa pessoa havia uma história.»

Vasco Rocha Vieira traça um quadro sem contemplações da situação encontrada quando desembarcou em Macau. «A autoridade estava degradada. Tudo eram facilidades. ‘Nós estamos aqui, mas vamos embora...’», diz, acrescentando em tom de desabafo: «Se o estado das coisas continuasse assim, penso que iam ter problemas graves de muita ordem.»

O panorama encontrado é, antes de mais, uma consequência do hiato prolongado entre a saída de Melancia e a entrada do seu sucessor. «Ao longo de sete meses a situação degradou-se. Sem Governador, isso teria de acontecer. Este hiato foi muito prejudicial, foi mau para Macau.» Rocha Vieira diz que o encarregado de governo foi «correcto e franco» quando lhe passou a pasta. «Tão franco», acrescenta, «que lhe disse que ‘ser encarregado não é ser Governador’ e que ‘estes sete meses foram terríveis’.»

A Rocha Vieira não passam despercebidos certos factos que têm tanto de estranhos como de sintomáticos. Assim, no dia da sua chegada, todos os jornais incluíam publicidade paga das direcções de Turismo, Economia, Finanças e outras, isto é, de órgãos da própria administração, a saudar a chegada do Governador. «Um disparate», diz Rocha Vieira, para o qual, no entanto, encontra uma explicação. Se o director de um dos departamentos da administração não desse as boas-vindas, ficava logo «marcado». Assim, a publicidade funcionava também como pagamento do silêncio dos jornais.

No dia da entrada em Macau, quando chega à Residência de Santa Sancha e liga a televisão, o novo Governador sofre uma impressão de incredulidade e estranheza ao ver no programa onde se analisava o seu discurso que alguns dos comentadores eram funcionários da própria administração.

Para Rocha Vieira torna-se ainda mais claro que tem como primeira tarefa «dar um sentido ético, dar autoridade, dar regras» à vida de Macau. «Eu era acusado de tirar Macau dos jornais, mas estava a fazer o que me parecia correcto.» Num meio pequeno, mas ao mesmo tempo de profunda complexidade nas suas culturas, até as mais pequenas questões eram logo notícia, o que criava um ambiente de muita pressão.

Após a aceitação do convite para Governador de Macau, a primeira preocupação do general Vasco Rocha Vieira foi constituir a sua equipa. Logo aqui teve de contrariar o Presidente da República, que, no entanto, não fez finca-pé na sua posição. «Mário Soares não queria que eu mudasse todos os secretários-adjuntos de uma assentada. A opinião dele era que eu ia para Macau, via as coisas e depois, a pouco e pouco, ia-os mudando.» O entendimento do Palácio de Belém fazia sentido, uma vez que, em Macau, a queda do Governador não punha em causa a continuidade dos secretários-adjuntos. Assim sendo, quando o eng.º Carlos Melancia foi exonerado do cargo, os secretários-adjuntos permaneceram em funções e um deles, no caso Francisco Murteira Nabo, passou a encarregado do governo. Rocha Vieira, porém, afasta sem hesitar a solução híbrida sugerida pelo Presidente da República. «Senhor Presidente, acho que quando eu for para Macau devo levar a minha equipa», disse-lhe.

De qualquer modo, teve muito cuidado a tratar da rendição dos secretários-adjuntos. Quando o encarregado do governo, Murteira Nabo, veio a Lisboa falar com ele, Rocha Vieira pediu-lhe que lhes transmitisse que não os manteria em funções. «Diga-lhes que vão ser substituídos, mas que esta decisão não representa nada contra eles.» A sua intenção era também evitar que viessem a tomar conhecimento pelos jornais de uma notícia que lhes dizia directamente respeito. Quando chegou a Macau, uma das primeiras preocupações do novo Governador foi falar com cada um dos sete secretários-adjuntos para lhes comunicar pessoalmente a sua decisão.

«A pessoa mais flexível foi o dr. Jorge Coelho, que tinha a seu cargo a Educação», conta Rocha Vieira. «A ronda correu bem», adianta, ao fazer o balanço dessas conversas. No entanto, admite que «alguns deles não se importariam e até gostariam de lá ter ficado. E, em alguns casos, não compreendiam porque é que não ficavam.»

O diplomata João de Deus Ramos, que detinha o pelouro da Transição, considerava vantajosa a sua manutenção nessas funções. Neste caso até deixou de haver um titular com o referido pelouro. Com efeito, na estruturação da sua equipa, Rocha Vieira conside-

rou que todos os secretários-adjuntos tinham a ver com a transição, ficando para o Governador as questões políticas e a coordenação desse processo. Também a secretária-adjunta para os Assuntos Sociais, Maria do Carmo Romão, fez sentir o seu interesse em continuar naquele cargo, tendo em conta o trabalho que estava a desenvolver. Nem mesmo para Alípio Tomé, um militar seu conhecido, Rocha Vieira abriu uma excepção. A todos explicou que não se tratava de «questões pessoais, mas sim políticas». Aliás, assinala, «todas as conversas correram com cordialidade e elevação».

Os secretários-adjuntos de Macau eram nomeados pelo Presidente da República, mas era o Governador quem lhes dava posse. Deste modo, ainda em Lisboa, Rocha Vieira assentou com os futuros secretários-adjuntos que, quando eles chegassem a Macau, ficariam instalados num hotel. Entretanto, os secretários-adjuntos cessantes continuariam nas suas casas de função até à tomada de posse dos seus substitutos. No dia da posse houve uma troca não só de instalações, mas também de viaturas e condutores. Os novos empossados foram para as respectivas casas de função, ficando também com os automóveis e motoristas dos seus antecessores. Os ex-secretários-adjuntos instalaram-se num hotel por um período não definido, uma vez que o Governador não lhes indicou qualquer prazo limite de hospedagem. Além disso, mantiveram ao seu serviço uma viatura com condutor até ao último dia no território.

Cofres vazios

No regresso a Macau, a experiência civil de Rocha Vieira foi de grande utilidade. «O que me ajudou muito como secretário-adjunto para as Obras Públicas [em 1974-1975, com o Governador Garcia Leandro] foram os cinco anos que passei na Câmara de Lisboa. Em Lisboa tratava de problemas de urbanização e em Macau tínhamos muitos problemas de solos, de urbanização, questões muito similares às da Câmara de Lisboa. Depois, quando cheguei a Governador, deparei-me com uma situação que tinha de ser alterada, e

essa minha experiência como secretário-adjunto foi muito útil, quer para o tipo de decisões a tomar quer na rapidez da acção.»

Foi precisamente no domínio dos solos, e das receitas que lhe estão associadas, que Rocha Vieira teve de enfrentar um dossiê crítico logo nos primeiros tempos à frente dos destinos de Macau. Apesar da «percepção de que Macau nadava em dinheiro», a verdade é que «se estava a gastar mais do que aquele que Macau estava a conseguir com as suas receitas».

Nos termos do Anexo II (Grupo de Terras) da Declaração Conjunta luso-chinesa, «todos os rendimentos obtidos pelo Governo Português de Macau provenientes dos contratos de concessão de terras e de renovação dos contratos de concessão de terras serão divididos em partes iguais entre o Governo Português de Macau e o futuro Governo da Região Administrativa Especial de Macau depois de deduzido o preço médio de produção de terras». Ora quando Rocha Vieira chegou a Macau o rendimento que deveria ter sido encaminhado para o fundo de reserva do futuro governo ainda não tinha sido pago. Esta situação vinha suscitando reclamações por parte dos chineses. Rocha Vieira não hesitou em reconhecer que eles tinham razão e anunciou que os pagamentos seriam regularizados sem demora, dando ordens nesse sentido nos primeiros dias de Junho de 1991.

Só então, ao ser informado sobre as reservas do território, ficou a saber que os cofres estavam praticamente vazios. «O dinheiro que há não é suficiente», comunicou-lhe o responsável das Finanças. Com efeito, em Junho de 1991, a disponibilidade do Tesouro de Macau era de apenas 135 milhões de patacas¹. Tanto do ponto de vista jurídico e político como do ponto de vista financeiro, o panorama da concessão de terras encontrado pelo novo Governador era, no mínimo, preocupante. No entanto, ficaria regularizado ainda antes da entrada em 1992, confirmando-se logo nesse ano uma reviravolta espectacular da situação. Assim,

¹ O câmbio oficial da pataca estabelecido para as relações entre o Tesouro em Portugal e em Macau era de 1 (uma) pataca = 20 (vinte) escudos.

graças à alteração do método de concessão de terras, em Dezembro de 1991 foi pago ao fundo da futura Região Administrativa Especial de Macau o montante de 795 627 585,10 patacas, sendo 382 428 245 referentes à verba em atraso e 413 199 340,10 respeitantes a 1991.

Nos anos seguintes, a situação continuou a evoluir de forma rápida e favorável. Em Dezembro de 1992, a disponibilidade do Tesouro era de 2610 milhões de patacas e em Julho de 1994 subiu aos 4756 milhões.

São várias as razões apontadas por Rocha Vieira para o esgotamento das reservas financeiras do território. Primeiro, as despesas com pessoal tinham aumentado cerca de 50 por cento em poucos anos. Em segundo lugar, as receitas das concessões de terras situavam-se aquém do seu valor. Por fim, os pagamentos dos chamados trabalhos a mais encontravam-se fora de controlo e encareciam, em larga escala, as obras públicas.

A questão das terras não era apenas ética e financeira; era também uma questão política sensível. «Para negociar com a parte chinesa temos de tomar posições equilibradas e mantê-las. E nunca devemos estar numa situação devedora, o que é sempre uma posição de desvantagem negocial», diz Rocha Vieira, sublinhando que era necessário resolver bem e sem bloqueios os problemas, porque também o tempo jogava contra nós.

As receitas das terras, pelo menos até àquela altura, «não eram aquilo que podiam ser». A concessão de terras estava a ser feita através de um concurso em carta fechada, o que permitia arranjos entre os candidatos. Os terrenos eram depois «vendidos e revendidos» e as mais-valias ficavam nas mãos dos especuladores, quando na verdade podiam ser receitas do território.

Nos últimos meses de 1987, antes da entrada em vigor da Declaração Conjunta (1 de Janeiro de 1988), o governo de Macau concedeu mais de uma centena de hectares de terreno, alguns deles pagos com a realização de trabalhos. Assim, pela constituição de um novo aterro (o NAPE — Novos Aterros do Porto Exterior), a administração do território atribuiu, como forma de paga-

mento, direitos de construção nesse mesmo aterro. O exercício dos referidos direitos de construção inundou o mercado de oferta imobiliária, o que fez que, durante muitos anos, existissem no NAPE inúmeros edifícios vagos. Para atenuar o desequilíbrio entre a oferta e a procura, o número de hectares de terreno concessionado a privados foi sempre muito regulado e controlado durante todo o mandato de Rocha Vieira.

As terras a quem as paga

«Quando nós lá chegámos, os Chineses sentiam que tinham legitimidade para pôr em causa as decisões da administração de Macau porque consideravam muitas delas ilegítimas», recorda Rocha Vieira. Deste modo, em Maio de 1991, no caso das terras, vivia-se uma situação de impasse. Além de não aprovar o Plano de Terras para esse ano, a parte chinesa exigia que qualquer área de terreno a conceder fosse discutida bilateralmente, incluindo os próprios 20 hectares que, de acordo com o referido Anexo II da Declaração Conjunta, constituíam o limite anual das novas terras a concessionar pelo Governador. Só acima dos 20 hectares era necessária a intervenção do Grupo de Terras, para «examinar e decidir sobre a alteração» daquele limite. Integrado por representantes dos Governos português e chinês, o Grupo de Terras fora instituído de acordo com a Declaração Conjunta «para tratar dos contratos de concessão de terras em Macau e dos assuntos com eles relacionados».

Mesmo sem o dizerem, na prática os Chineses adiam a aprovação do Plano de Terras como forma de pressão para a resolução da *questão dos sete lotes*. Esta questão apareceu, ainda na anterior administração, com a concessão através de concurso por carta fechada de sete lotes no referido aterro designado por NAPE. As quatro empresas a concurso apresentaram diferenças entre os valores propostos absolutamente ridículas. A concessão tinha ficado nas mãos da STDM, que na altura detinha o exclusivo do

jogo, e de outros magnatas de Hong Kong. A venda dos lotes por montantes considerados abaixo dos valores de mercado representava um prejuízo para o fundo de terras e, conseqüentemente, para a futura RAEM (Região Administrativa Especial de Macau).

Perante esta situação, Rocha Vieira teve de aclarar posições e, de maneira «firme», comunicar à parte chinesa que estaria sempre aberto ao diálogo, à negociação e à cooperação. No entanto, nos assuntos da competência do Governador, a última palavra seria sempre dele. Não tinha, por isso, de dizer se concordava ou não com a concessão dos *sete lotes* e se ia ou não rever o processo.

Coisa diferente era o Plano de Terras, que deveria ser discutido e aprovado no âmbito do Grupo de Terras, com a participação da administração de Macau. Se, da parte chinesa, continuasse a resistência à aprovação, Rocha Vieira fez saber que estava disposto a reduzir a área a concessionar para um máximo de 20 hectares, deixando assim de ser necessário submeter o assunto ao Grupo de Terras.

O atraso na aprovação do Plano de Terras era significativo, atendendo sobretudo ao ritmo de vida no território. «Um mês naquele período era muito tempo e já íamos a meio do ano sem a aprovação», observa o ex-Governador. «O braço-de-ferro foi duro mas útil. Os Chineses perceberam que eu era firme e que queria ser recto e transparente. Perceberam, confiaram e aprovaram o Plano de Terras tal como fora apresentado», diz.

Só então Rocha Vieira avançou para uma «decisão difícil» em relação aos *sete lotes*. Atendendo a que a concessão ainda não estava formalizada anulou o concurso, desfazendo assim o negócio dos *sete lotes*. Com efeito, para a concessão ter sido formalizada faltava o parecer obrigatório (mas não vinculativo) do Conselho Consultivo, última etapa antes do despacho final e da publicação da decisão no Boletim Oficial. O atraso devera-se à demora na organização do processo de concessão, que, entre outros pontos, implicava a tradução de documentos a apresentar nas duas línguas, o português e o chinês.

O Governador não se limitou a anular o concurso. Também revogou o despacho que estabelecia que o concurso para a con-

cessão de terrenos se fazia por carta fechada, substituindo este método pelo da hasta pública.

Stanely Ho e os outros grandes investidores de Hong Kong reagiram de imediato, tentando fazer valer a sua posição através de uma carta a Rocha Vieira, na qual invocaram a existência de um compromisso de concessão. Com efeito, tinham uma carta do anterior secretário-adjunto para as Obras Públicas a dizer que os *sete lotes* lhes iam ser atribuídos. A resposta do Governador seguiu na volta do correio e o esboço de contra-ofensiva ficou por aí.

Na sua visita à província de Cantão, em Janeiro de 1992, Deng Xiaoping deixou uma mensagem modernizadora, a qual foi interpretada na cultura chinesa como um sinal de que chegara a altura de investir e apostar no crescimento económico do país, e isso reflectiu-se automaticamente em Macau. Foi uma sorte para o Governador e para o território. Os *sete lotes*, que viriam a ser atribuídos por hasta pública, aberta a todos os candidatos, atingiram valores astronómicos. No total, 3110 milhões de patacas, quase seis vezes mais do que no concurso anulado. Numa outra hasta pública, os direitos de construção numa zona da Areia Preta, com uma área de 6,6 hectares, a nordeste da cidade, mas fora da sua zona nobre, que ainda era uma superfície aquosa, rendeu 1075 milhões de patacas, partindo de uma base de licitação de 600 milhões. «Isto é que deu fôlego a Macau», comenta Rocha Vieira.

«Nas terras, houve um perfeita revolução em 1992», diz. Pela primeira vez, e porventura pela última, as receitas das terras equipararam-se às receitas do jogo no orçamento. Do jogo, 3554 milhões, e das terras 3521 milhões. Isto significa que, só naquele ano, as concessões de terrenos renderam um valor idêntico a favor do fundo de terras da futura RAEM.

A prática das hastas públicas e uma gestão rigorosa dos dinheiros públicos permitiram que o governo de Macau passasse a ter receitas suficientes para responder aos numerosos encargos do processo de transição, todos eles determinantes, mas em que avultava a construção do aeroporto.

XIV

Do aeroporto ao edifício da Justiça

Reconduzido o governo de Macau a uma linha de rigor financeiro, jurídico e político, chegou a altura de partir para novos voos. A construção do Aeroporto de Macau encontrava-se numa encruzilhada, em razão de dúvidas e indecisões em relação às opções técnicas do projecto, que alimentavam o cepticismo quanto às possibilidades da sua concretização. Mas não foi necessário esperar pelo levantamento do primeiro voo da pista da Taipa, a caminho de Pequim, em 9 de Novembro de 1995, para se ficar a saber que essa obra essencial para a autoconfiança da população e para a autonomia do território no seu relacionamento externo ia mesmo até ao fim. «Macau com aeroporto ou sem aeroporto era uma realidade completamente diferente. Sem aeroporto não tinha autonomia. Seria um subúrbio de Zhuhai. O aeroporto foi uma peça decisiva para a autonomia de Macau», salienta o último Governador.

A construção de um aeroporto era há muitas décadas uma preocupação das gentes e dos Governadores de Macau, nomeadamente depois do 25 de Abril, com Garcia Leandro, Melo Egídio e Almeida e Costa. Aliás, chegou a haver em Macau, em meados

do século xx, uma pista rudimentar na Areia Preta, na zona nordeste da cidade, e também movimento de hidroaviões.

Rocha Vieira estava consciente de que o aeroporto ia ser o seu primeiro grande teste à frente de Macau. Era preso por ter cão e preso por não o ter. Quando entrou no Palácio da Praia Grande, os jornais diziam que o aeroporto nunca mais veria a luz do dia e que o aterro, a nova solução para a pista em vez do sistema de estacas, se destinava à construção de casas. «Se dizíamos que o aeroporto ia ser feito, falhávamos porque não éramos capazes. Se porventura disséssemos que não o fazíamos, estávamos destruídos à partida, porque não teríamos capacidade nem competência para dar continuidade a esse objectivo», diz Rocha Vieira, evocando a pressão sentida, que não lhe deu sequer «um minuto de estado de graça». Não hesitou, porém, um momento: «O aeroporto é para se fazer e nós vamos fazê-lo.» Um dos primeiros passos foi contratar um *piloto* para o projecto. Três meses depois de receber o convite, o professor António Diogo Pinto estava em Macau. Vinha da Partex, uma empresa ligada à Fundação Calouste Gulbenkian, com credenciais de grande experiência como gestor, engenheiro e geólogo. Foi sugerido ao Governador pelo seu secretário-adjunto para as Obras Públicas, eng.º José Manuel Machado. «Um lutador, um bom técnico, que se deu bem com os Chineses», comenta Rocha Vieira.

O anterior presidente do conselho de administração da CAM — Sociedade do Aeroporto de Macau, Carlos Santos Ferreira, deixara o Território antes de o novo Governador iniciar funções. É verdade que existia um projecto e que a terraplanagem da Ponta da Cabrita, na Taipa, onde posteriormente veio a ficar a aerogare e a placa de estacionamento, já estava feita, mas faltava alguém que passasse os dossiês e fizesse o ponto da situação. Nenhuma das componentes do projecto estava adjudicada. Havia apenas um compromisso com a empresa Construções Técnicas em relação à pista sobre estacas.

A escolha da solução para a construção da pista — estacas ou aterro — era um dos problemas que estavam a bloquear o avanço

da obra do aeroporto. O presidente cessante da CAM, Carlos Santos Ferreira, rejeitava veementemente a segunda hipótese: «Tanto quanto sei, continuam a existir grupos e interesses chineses que pensam que a pista do aeroporto deve ser feita em aterro. É teoricamente possível e é, em minha opinião, uma solução tecnicamente desastrosa, quer pelo que significa de maiores quantidades de dragagens, quer pelo que significa de maiores quantidades de matérias-primas oriundas da República Popular da China, quer e conseqüentemente pelo que implica em mais largos prazos de construção», afirmou Carlos Santos Ferreira numa entrevista ao *Comércio de Macau* (2 de Fevereiro de 1991).

Ainda em Lisboa, antes de seguir para Macau, o Governador recebeu «um alerta muito grande» do professor Edgar Cardoso, figura de topo da engenharia, falecido em 2000. Já o conhecia dos anos 70 em Macau, uma vez que foi ele o autor do projecto da Ponte Nobre de Carvalho. «Delicadamente», lembra Rocha Vieira, Edgar Cardoso pediu-lhe «se não havia muito incómodo» que fosse ao seu gabinete, no Edifício Imaviz, na Avenida Fontes Pereira de Melo, em Lisboa. «Eu é que fico muito grato», protestou o recém-nomeado Governador. Mais que um encontro entre o responsável político e o professor catedrático, foi uma conversa essencialmente técnica entre engenheiros. Edgar Cardoso, que tinha no seu gabinete um modelo da pista com um avião, sentenciou: «Este aeroporto, conforme está previsto, em estacas, nunca conseguirão fazê-lo. Não têm estudos geológicos. As estacas, depois de envoltas pela areia, teriam ainda graves problemas de corrosão, inultrapassáveis.» Mostrou-se por isso favorável à solução do aterro, não só pela dimensão, pela profundidade e pela localização da área de construção da pista, mas também pela falta de experiência mundial em situações idênticas à de Macau.

Na mesma altura, também chamou a atenção para a segunda ponte de ligação de Macau à ilha de Taipa, a futura Ponte da Amizade, ainda em fase muito inicial de construção. «Mesmo na ponte entre Macau e a Taipa, vocês vão ter problemas complicados para resolver nas fundações. E não é uma obra comparável»,

advertiu Edgar Cardoso. «Se querem ir para estacas, a única solução que eu imagino que seria possível é com microestacas. Mas não a seguiria.» As suas previsões viriam a confirmar-se. Meses depois, o consórcio formado pelas Construções Técnicas (Grupo Interfina) e pela Teixeira Duarte, ao qual tinha sido adjudicada a Ponte da Amizade, declarou que não tinha capacidade para continuar a obra. E foi necessário recorrer à empresa Franki Construction, de Hong Kong, para fazer as fundações por um processo diferente.

Curiosamente, a China procurava travar a construção do aeroporto com o argumento da *noise pollution* (poluição sonora) sobre a vizinha cidade de Zhuhai que adviria daquela infra-estrutura. No entanto, atitudes como esta poderiam ter outras leituras. Assim, por exemplo, apesar de em meados de 1993 o dossiê aeroporto já estar desbloqueado, o jornal *Expresso* ainda noticiava que «Pequim parece estar a querer usar como moeda de troca o aeroporto para resolver a questão da Fundação Oriente», acrescentando que «o Governador Rocha Vieira está preocupado com a situação».

Com a mudança de governo, a solução da construção da pista sobre estacas ficou pelo caminho, a favor da solução do aterro. Segundo o secretário-adjunto das Obras Públicas, José Manuel Machado, além do impacto da advertência do professor Edgar Cardoso, também a «muita experiência» do professor Diogo Pinto teve um papel «essencial» nessa decisão. No entanto, Rocha Vieira afasta a ideia de que terá cedido a pressões dos Chineses a favor do aterro. «Nunca me deram uma sugestão directa ou indirecta sobre a solução a seguir», afirma.

Abandonada a solução das estacas, ficou sem objecto o acordo com as Construções Técnicas, empresa controlada pela Interfina, envolvendo um montante de 3,6 mil milhões de patacas. A empreitada foi adjudicada em Novembro de 1991 a um consórcio da China, sob as prolongadas ameaças das Construções Técnicas de reclamarem uma indemnização em tribunal. A Interfina resolve sair da CAM e vende a sua participação de pouco mais de 18 por

cento ao governo de Macau. Para deitar água na fervura, o governo acabou por conceder às Construções Técnicas a empreitada das estacas nas duas ligações entre a pista e a placa, reconhecendo, aliás, que a empresa «fazia bem o betão». A areia, porém, tinham de ir buscá-la à China, o que mostra bem como o enclave sob administração portuguesa dependia da boa vontade do seu poderoso vizinho.

Pequim, o benefício da dúvida

Foi dessa boa vontade que Vasco Rocha Vieira foi à procura quando, na primeira visita a Pequim como Governador, se encontrou com o primeiro-ministro Li Peng, em Novembro de 1991, e lhe perguntou: «Qual é a posição da China face à questão do aeroporto?» Na sua resposta, o responsável chinês ponderou vários aspectos: «A China estava interessada na construção do aeroporto, mas com uma condição: nunca poderia vir a ser uma base militar.» Li Peng falou também dos custos, mostrando saber que inicialmente seriam de 3 ou 4 mil milhões, que, segundo novas previsões, viriam a rondar 7 ou 8 mil milhões, mas, fazendo-se eco de rumores na imprensa, apontavam para 12 mil milhões, mas que, finalmente, poderiam ser 16 ou 18 mil milhões de patacas. O Governador de Macau respondeu-lhe sem punhos de renda: «Eu também leio os jornais. Há muita gente que não quer que as coisas corram bem e que a transição não seja um sucesso. A construção do aeroporto é uma peça fundamental para o desenvolvimento de Macau. Eu não lhe vou dizer quanto irá custar, mas andará com certeza à volta do que planeámos. [Ficaria em menos de 9 mil milhões de patacas.] O senhor Primeiro-Ministro ou acredita naquilo que lhe estou a dizer ou naquilo que os jornais dizem. Isto é como nos casamentos. Ou existe confiança de um no outro e pode correr bem, ou então não há confiança e não pode correr bem.» As palavras de Rocha Vieira não caíram em saco roto. À noite, num jantar que lhe foi oferecido por Ji Pengfei, este

alto dirigente da República Popular da China e companheiro de Mao na Longa Marcha, transmitiu-lhe que depois de terminada a audiência Li Peng dissera aos seus colaboradores: «Vamos dar o benefício da dúvida ao Governador. Portanto, a construção do aeroporto é para apoiar.» A partir daí, os Chineses nunca mais falaram de poluição sonora. Foram sempre cooperantes.

Da reunião com Li Peng sobrou um problema relacionado com o aeroporto de Zhuhai, uma zona contígua a Macau, que Rocha Vieira quis esclarecer. O aeroporto de Macau iria ser um aeroporto internacional. Zhuhai pretendia o mesmo. Não era indiferente para Macau que houvesse um outro aeroporto internacional a escassos quilómetros. Zhuhai fazia enormes pressões em Pequim para levar a sua pretensão avante. Rocha Vieira aguardaria mais de um ano uma clarificação do assunto. «Veio de forma indirecta, à chinesa. ‘Não se preocupe com isso.’ E Zhuhai ficou com um aeroporto doméstico.»

Resolvidos os problemas técnicos e políticos fundamentais, o financiamento do aeroporto ainda atravessou algumas zonas de turbulência.

A grande alteração na estrutura do capital social da CAM resultou da saída da Interfina, uma vez que permitiu à administração do território catapultar-se para uma posição dominante no projecto, passando de uma participação da ordem dos 33 por cento para uma participação maioritária, superior a 51 por cento. Essa transformação, de resto, foi ao encontro de algo que já vinha sendo pressentido pelo Governador. «Apercebo-me de que tudo andava melhor se o governo de Macau tivesse a maioria e pudesse conduzir o processo. Além disso, os Chineses ficavam mais descansados», diz.

Novos desafios de natureza financeira não tardaram a surgir no caminho do projecto do aeroporto. Para satisfazer a necessidade de dinheiro, a CAM procedeu a um aumento de capital de 2 mil milhões de patacas, o que representou uma duplicação do capital social da empresa. Este aumento, que reforçou a participação do governo de Macau, acabou por ser acompanhado pela STDM,

ultrapassadas algumas reticências do seu *patrão*, Stanley Ho. Mas não foi suficiente. Era preciso recorrer a um empréstimo.

Antes disso, porém, Rocha Vieira ainda quis esgotar uma hipótese que sabia de antemão não viria a ser aceite pela parte chinesa. Com efeito, a Declaração Conjunta previa a possibilidade de o Fundo de Terras ser utilizado em obras, desde que Pequim autorizasse. Rocha Vieira considerava que não era justo que fosse o Território, naquele momento, a arcar com a principal fatia de uma obra de tal dimensão, que iria beneficiar as próximas gerações. Foi por isso que fez questão de que a parte chinesa fosse consultada em relação ao eventual recurso ao Fundo de Terras, previsto na Declaração Conjunta. Tal como contava, a resposta foi negativa, mas deste modo ficou demonstrado que o governo de Macau tinha pensado em todas as saídas para obter a verba necessária ao avanço da construção do aeroporto.

Restava portanto o empréstimo que viria a ser organizado pelo presidente da EFISA, Abdool Vakil. Uma vez que o governo de Macau não podia deixar compromissos financeiros para lá da transição e que não haveria qualquer transferência de responsabilidade para Portugal, é a própria CAM que faz o empréstimo, com garantia da STDM, sem responsabilidade directa do governo do Território. Há, porém, uma parcela das verbas avançadas cuja liquidação terá de passar para depois da transferência da administração para a China, em 20 de Dezembro de 1999. Assim, no início de Novembro de 1992, Portugal submeteu ao plenário do Grupo de Ligação Conjunto, reunido em Lisboa, a questão de um empréstimo de 2100 milhões de patacas para reforço do financiamento da construção do aeroporto. Ao terceiro dia, no final dos trabalhos do plenário do Grupo de Ligação, era sempre emitido um comunicado referindo os resultados da negociação. Seguia-se uma visita a um ponto do País. Desta feita seria ao Algarve. Contudo, a reunião terminou sem acordo sobre a questão do empréstimo. E a visita começou sem comunicado.

O telefone toca às 3 da manhã no Palácio de Santa Sancha. O embaixador Fernando Andresen Guimarães, chefe da delega-

ção portuguesa ao Grupo de Ligação Conjunto, comunica que os Chineses não transigem. A China, na verdade, queria o aeroporto pronto e todo pago. «Se eles não transigem, não há aeroporto e dão razão a quem se propõe erguer edifícios no aterro que já está em construção», diz Rocha Vieira. Perante esta posição, a parte chinesa viria uma vez mais ao encontro do Governador, dando o seu acordo ao empréstimo.

Nas suas linhas essenciais, o financiamento do Aeroporto Internacional de Macau ficou estruturado em três segmentos. Assim, 4 mil milhões de patacas vieram de capitais próprios, sendo 54,86% do governo de Macau, 35,81% da STDM, 3,93% da Admont, 3,25% da China Union e 2,15% da Tai Fok Wa. Os empréstimos bancários perfizeram 3256 milhões de patacas do BNU/BCP, do New Zealand Bank e do Banco da China. Os dois primeiros empréstimos foram liquidados até à transferência. O do Banco da China, no montante de 1236 milhões de patacas, tinha um prazo de liquidação alongado. Por fim, havia uma previsão de 2280 milhões de patacas de ganhos de desenvolvimento, através da venda de terrenos na área do aeroporto. Esses terrenos foram cedidos à CAM pelo governo de Macau, como reforço das suas disponibilidades financeiras. Ainda durante a administração portuguesa, a CAM realizou proveitos, nomeadamente com a venda de um lote para a construção de um hotel junto do aeroporto.

A nova Macau

Além do aeroporto, houve outras obras prosseguidas ou lançadas durante o mandato do Governador Rocha Vieira, todas elas orientadas para garantir a capacidade de afirmação de Macau no segundo sistema. Pequeno território, Macau crescera muito nas últimas décadas. Graças aos aterros, tinha passado de 12,69 quilómetros quadrados em 1912 para 15,515 a meio da década de 60 do século xx, e para cerca de 25 quilómetros quadrados na altura da transferência de poderes. Também a sua população mais

do que duplicou em meio século, ultrapassando os 400 mil habitantes. Um dos aterros que dilataram Macau foi o do Cotai, um acrónimo formado pelas sílabas iniciais dos topónimos Coloane e Taipa, duas ilhas que ficaram ligadas e se tornaram apenas uma. É do Governador a ideia do aproveitamento dos fundos que estavam a ser dragados na zona de construção da pista do aeroporto para o aterro do Cotai. Os Chineses pediram negociações sobre essa medida. As negociações foram longas, mas a operação nunca parou.

Embora o aterro do Cotai não tivesse ficado concluído durante a administração portuguesa, a área entretanto conquistada também serviu para assentar uma nova ponte que liga Macau à China — a Ponte Flor de Lótus —, abrindo mais uma fronteira. A ponte foi inaugurada em 10 de Dezembro de 1999. O aterro também permitiu alargar as faixas rodoviárias do istmo entre as duas ilhas. O projecto do Cotai estava integrado na ideia de que o aeroporto e o porto de Ka-Ho deviam ter uma ligação por terra (auto-estrada e caminho-de-ferro) ao interior da China.

A ideia foi dispor de um nó de comunicações junto daquelas infra-estruturas, proporcionando ao mesmo tempo uma nova área para o desenvolvimento de Macau moderno de acordo com a sua vocação turística.

Na zona do fecho da Baía da Praia Grande, um projecto executado já no tempo de Rocha Vieira, ergue-se a Torre de Macau e o Centro de Convenções, uma ideia de Stanley Ho que, não estando prevista no projecto inicial, viria a receber luz verde do Governador. No momento da transferência, a torre já se erguia mas ainda não estava concluída.

No capítulo do saneamento destaca-se o prosseguimento da central de incineração, que estava numa fase inicial; a privatização da recolha do lixo, o que valeu ao general as únicas greves e manifestações durante o seu mandato; e, sobretudo, a rede de tratamento de esgotos, com a instalação das ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) em Macau, Taipa e Coloane. Dotadas de tecnologia muito avançada, estas ETAR desfazem tudo o que

recebem para ser tratado até se obter o «produto zero» em termos de poluição, evitando assim a descarga de lamas no alto mar.

Pelo seu significado na consolidação da identidade do Território destacam-se da herança dos últimos anos da administração portuguesa o Museu de Macau e o Centro Cultural de Macau, além da recuperação de monumentos e igrejas e da área antiga de Macau, incluindo a zona do Leal Senado.

«Eu procurava sempre que as grandes obras fossem inauguradas pelas autoridades portuguesas, nomeadamente pelos representantes dos órgãos de soberania. Era Portugal que estava ali», diz Rocha Vieira. «Foi o que aconteceu, por exemplo, com a Ponte da Amizade, que liga Macau à Taipa, inaugurada por Cavaco Silva enquanto primeiro-ministro, e com o Aeroporto de Macau, inaugurado por Mário Soares.»

Com um projecto do arquitecto Carlos Bonina Moreno (anos antes já tinha projectado o Museu da Marinha de Macau), o Museu de Macau, nas palavras do Governador «uma expressão do entendimento entre os dois grandes povos português e chinês», foi inaugurado em 18 de Abril de 1998 pelo primeiro-ministro António Guterres. Na conferência de imprensa, numa pergunta ao primeiro-ministro, um jornalista considerou que o governo de Macau estava a branquear a história com um museu de submissão à China. «No fundo era um ataque político ao Governador», recorda Rocha Vieira. Mas Guterres não deixou dúvidas quanto à sua posição. «Tenho visto muitos museus», disse, «e este é um grande museu. Estou muito satisfeito pelo facto de deixarmos aqui um museu como o de Macau.» No mapa de museus de Macau assinalam-se, entre outros, os do Vinho, de Arte Sacra e do Grande Prémio. Quem visitar este último museu fica a saber, entre outras coisas, que campeões do mundo de Fórmula 1 como Ayrton Senna e Michael Schumacher também passaram pela Fórmula 3 em Macau. Entre muitas outras peças, pode ainda observar um Austin Princess de 1956, conhecido por «carro do Governador». Oferecido ao museu em 1997 pelo último Governador de Macau, costumava ser utilizado na

abertura do Grande Prémio, fazendo a volta inaugural do Circuito da Guia.

O Centro Cultural de Macau foi inaugurado pelo Presidente Jorge Sampaio na presença do vice-primeiro-ministro Qian Qichen, em 19 de Março de 1999. O projecto é do arquitecto António Bruno Soares. O Centro Cultural de Macau tem uma área de 45 mil metros quadrados, que inclui uma zona ajardinada, dois auditórios, uma biblioteca e Museu de Arte. No jardim ao lado do Centro Cultural situa-se a Cápsula do Tempo, balizada pelas datas 19.12.1999 e 19.12.2049, correspondentes ao período de 50 anos da Região Administrativa Especial de Macau. O encerramento da cápsula, que contém, entre outros documentos, os textos em português, chinês e inglês da Declaração Conjunta Luso-Chinesa e da Lei Básica, foi feito a quatro mãos pelo Presidente Jorge Sampaio e pelo Governador Rocha Vieira, em 18 de Dezembro de 1999. A cerimónia final da transferência também se fez na mesma zona, numa instalação provisória construída para o efeito.

Também no ensino, a última década de governo português de Macau representou uma transformação significativa em todos os escalões, ampliando um processo que já vinha de anteriores administrações, nomeadamente da administração Melancia. Houve obras, mas não só, indo-se assim ao encontro da procura de qualificações e de competências. «O chinês olha para o ensino como investimento», diz Jorge Rangel, secretário-adjunto para a Administração, Educação e Juventude do Governador Rocha Vieira.

A criação da Universidade de Macau e do Instituto Politécnico de Macau data de 1991. Com o apoio do governo local, também surgiu no Território o Instituto Interuniversitário (desde 2009, Universidade de São José), ligado pedagógica e cientificamente à Universidade Católica Portuguesa. Desde o final dos anos 70 que existe em Macau ensino não superior na área turística. No entanto, tendo em conta um dos principais vectores económicos do Território, era preciso ir mais longe, o que aconteceu com o Instituto Superior de Turismo, que conquistou ainda projecção regional e é apoiado pela PATA (Pacific Asian Travel Association).

Para lá destes e de outros estabelecimentos de ensino superior, na década de 90 Macau contava ainda com 2 mil bolsheiros espalhados pelo mundo, apoiados pelo governo através de bolsas de mérito e de empréstimo.

No domínio do ensino básico e secundário, que corresponde a doze anos divididos em dois períodos de seis, destaca-se a aprovação de um sistema educativo, incluindo um serviço de inspeção escolar. Trata-se, segundo Jorge Rangel, de um «sistema flexível», com grande abertura para cada instituição completar os planos curriculares. Num panorama muito disperso, onde 93 por cento do ensino era privado, sendo metade da responsabilidade da Igreja Católica, mas onde as escolas eram geralmente gratuitas, graças ao apoio do governo às instituições, aos professores e aos alunos, foi possível criar uma identidade educativa no Território, respeitando a cultura própria de cada organização. Ao longo do mandato do último Governador, o forte investimento no ensino também se traduziu na construção de escolas: meia centena, com uma capacidade média de 800 a mil alunos.

O destino de uma estátua

Houve uma obra que *caiu em cima* de Rocha Vieira poucos dias antes de tomar posse. Em meados de Abril de 1991, Luís Pinto de Vasconcelos, secretário-adjunto dos Transportes e Obras Públicas, mas na altura encarregado do governo, anunciou que, de acordo com o plano de construção de um auto-silo na Rotunda Ferreira do Amaral, a estátua que lhe dava o nome teria de ser retirada a título definitivo. Dadas as características da obra, o monumento não poderia voltar ao mesmo local. À pergunta «depois para onde vai?», o encarregado de governo respondeu: «Isso já não é comigo, é com o próximo Governador.»

Quando Rocha Vieira chega a Macau toda a gente quer saber qual será o destino da estátua de Ferreira do Amaral, o Governador degolado e a quem o único braço fora decechado (o braço

direito tinha-o perdido em combate, em Itaparica, Brasil) por um grupo de chineses, em 22 de Agosto de 1849, durante um passeio a cavalo fora das Portas do Cerco. Este acto foi sempre visto como uma vingança pelo facto de ter enfrentado o poder dos mandarins, abolindo a alfândega chinesa (Ho-pu) e expulsando-os do Território. Houve ainda outra iniciativa que terá contribuído para adensar o clima de hostilidade ao Governador Ferreira do Amaral. Foi a abertura de uma avenida por cima de campas chinesas, considerada uma afronta aos valores culturais da população.

Em Julho de 1991, a primeira vez que voltou a Lisboa, Rocha Vieira foi à Praia do Vau falar com Mário Soares. Ao abordar a questão da estátua, inaugurada em 24 de Junho de 1940, o ano dos Centenários, exprimiu ao Presidente da República a opinião de que não faria sentido instalá-la noutro ponto de Macau. Rocha Vieira não teria feito nenhuma obra na Rotunda Ferreira do Amaral e teria deixado a estátua onde ela se encontrava. No entanto, posto perante uma decisão do governo anterior, considerou que o melhor seria transferi-la para Portugal. Mário Soares concordou. Também o antigo ministro Joaquim Ferreira do Amaral, descendente do Governador assassinado, ouvido por uma questão de deferência, não levantou qualquer objecção ao encaminhamento que Rocha Vieira entendesse dar ao assunto. A estátua equestre viria a ser içada à luz do dia, em 28 de Outubro de 1992. Correu mundo a fotografia com a representação em bronze de Ferreira do Amaral a cavalo, suspensa de um guindaste. Transportada para Lisboa, a estátua, da autoria do escultor Maximiano Alves, ficou nos armazéns da câmara. Mais tarde foi colocada no Bairro da Encarnação, mas sem o imponente pedestal com quatro colunas e 10,5 metros de altura da autoria de Carlos Rebelo. A altura total do conjunto era de 15 metros. Rocha Vieira nunca recebeu «recados» da parte chinesa quanto a retirar ou não a estátua. Aliás, em Macau, continua a haver uma Praça de Ferreira do Amaral. No entanto, em meados de 1990, Lu Ping, na altura director-adjunto do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau, tinha afirmado que a estátua do Governador assassinado

tinha de ser retirada do Território, dado ser um símbolo colonialista.

Na sequência da polémica da estátua, Rocha Vieira decide deixar em Macau testemunhos de artistas portugueses, apostando fortemente na via escultórica. Salvo uma ou outra exceção, por regra as obras eram inauguradas no contexto das comemorações do 10 de Junho, Dia de Portugal. Graças a esta iniciativa, numerosos artistas plásticos entraram na paisagem de Macau, nomeadamente Charters de Almeida, Lagoa Henriques, Soares Branco, Irene Vilar, Eduardo Nery, Augusto Cid, José Rodrigues, Zulmiro de Carvalho, Cristina Leiria, José de Guimarães, Bartolomeu Cid e David de Almeida.

Não à pena de morte

Menos visível mas não menos decisiva para o futuro de Macau foi a construção de um ordenamento jurídico próprio e de uma organização judiciária autónoma, ambos adequados à especificidade social e cultural do Território, como garantias do modo de viver e dos direitos individuais da população após 1999.

As leis estavam redigidas apenas em português. Foi por isso necessário, depois de um trabalho de recensão de cerca de 30 mil diplomas, deitar fora o que era obsoleto, adaptar outras, confirmar uma grande parte e finalmente proceder à sua tradução em chinês. Só depois foram aprovadas pelos órgãos próprios do Território em versão bilingue. A chamada «localização das leis» foi uma tarefa gigantesca da administração de Macau, sobretudo nos primeiros anos do mandato de Rocha Vieira. Aliás, cedo se concluiu que todo o trabalho de revisão, adaptação e tradução em língua chinesa das principais leis em vigor no Território, com especial destaque para os grandes códigos, dependia do governo de Macau, dos seus serviços especializados e dos seus técnicos.

Noutra vertente, a Lei de Bases da Organização Judiciária de Macau, aprovada pela Assembleia da República em 1991, consa-

grou uma ampla autonomia para os novos tribunais. Rocha Vieira conferiu prioridade aos trabalhos de instalação dos novos tribunais de primeira instância e dos recém-criados Tribunal Superior de Justiça e Tribunal de Contas, bem como ao funcionamento imediato dos órgãos de gestão e disciplina dos magistrados (Conselho Superior de Justiça e Conselho Judiciário de Macau), que deviam integrar todos esses tribunais.

Passou-se de imediato à elaboração e à aprovação pelo governo de Macau de um vasto conjunto de diplomas regulamentares relativos à orgânica dos diferentes tribunais, à aprovação de estatutos próprios dos magistrados, que consagrassem a sua independência e autonomia, bem como ao recrutamento e à formação de magistrados bilingues que assegurassem, no futuro, o funcionamento do sistema judicial. Neste último aspecto, é de realçar o esforço de formação de juristas bilingues, conhecedores do direito português e capacitados para a administração qualificada da justiça, tarefa de que se incumbiu, com êxito, o Centro de Formação de Magistrados de Macau.

Um dos objectivos maiores do governo do Território foi a aprovação de novos códigos estruturantes do sistema legal de Macau, dando assim continuidade ao ordenamento jurídico de matriz portuguesa do Território. Entre eles avulta o Código Penal de Macau, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1996, após um longo processo de consultas no âmbito do Grupo de Ligação Conjunto e a subsequente aprovação pela Assembleia Legislativa.

«Este código é para nós uma peça essencial no objectivo estratégico da autonomia jurídica do Território e representa um factor de segurança e afirmação dos direitos fundamentais da sua população, agora e no futuro», afirmou António Macedo de Almeida, secretário-adjunto para a Justiça de Macau, ao intervir em 14 de Março de 1996 nas Jornadas de Direito Penal promovidas pela Faculdade de Direito da Universidade de Macau. Com projecto do professor Figueiredo Dias, da Universidade de Coimbra, o Código Penal de Macau, segundo Macedo de Almeida, «assume-

-se deliberadamente como ordenamento jurídico-penal de uma sociedade aberta e pluralista».

Até à adopção do Código Penal de Macau, a questão da pena de morte, em vigor no sistema jurídico chinês, pairava sobre as negociações entre Lisboa e Pequim. É verdade que, na sua visita à China no Verão de 1994, o Governador obtivera a garantia de que não haveria pena de morte em Macau. Mesmo assim, com razão ou sem ela, a ausência de qualquer menção à proibição da pena de morte na Lei Básica tinha criado algumas interrogações sobre a possibilidade de a punição máxima vir a ser aplicada na RAEM. Daí que Macedo de Almeida classifique a consagração da interdição da pena de morte, em norma específica do Código Penal, como «uma das mais relevantes questões» que foram objecto de acordo no Grupo de Ligação Conjunto. «A parte chinesa deu o seu acordo a que no sistema punitivo delineado pelo código fosse expressamente afastada a aplicação da pena capital, bem como de penas ou medidas de segurança com carácter perpétuo», salientou nas referidas Jornadas de Direito Penal.

Na abertura do ano judicial de 1995, Rocha Vieira já havia afirmado que o novo Código Penal «procurou afastar o peso dos dogmatismos culturais e afirmar o primado absoluto da dignidade humana». Um ano antes, em idêntica ocasião, sublinhara que a construção de um sistema judiciário autónomo constituía «um ponto de honra da presença portuguesa em Macau e das responsabilidades da sua administração».

A aprovação deste e de outros grandes códigos foi um exemplo da capacidade recíproca de entendimento e da capacidade de diálogo entre Portugal e a China sobre o futuro de Macau. Noutros domínios, porém, a situação foi mais complicada, por causa da areia que ia aparecendo na engrenagem da transição.

XV

A questão da Fundação Oriente

Quando Vasco Rocha Vieira assumiu as funções de Governador de Macau, em meados de 1991, a polémica em torno da Fundação Oriente estava a crescer como uma bola de neve. O grosso da opinião pública no Território e as autoridades de Pequim contestavam a legitimidade de um contrato nos termos do qual uma entidade com sede em Lisboa era alimentada com recursos gerados em Macau.

O caso Fundação Oriente atravessou quase todo o mandato de Rocha Vieira, tornando-se um factor permanente de perturbação, não só na administração do Território e nas relações luso-chinesas, mas também na própria articulação do governo local com o poder central. A situação só foi superada após a consagração de um acordo no âmbito do Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês, em Junho de 1997, mas deixou sequelas na qualidade e na intensidade da cooperação entre Portugal e Macau.

Em Setembro de 1986, através de Carlos Monjardino, secretário-adjunto para a Economia, Finanças e Turismo do Governador Joaquim Pinto Machado, a administração de Macau estabeleceu

um novo Contrato de Concessão do Exclusivo da Exploração dos Jogos de Fortuna ou Azar com a STDM (Sociedade de Turismo e Diversões de Macau), liderada pelo empresário Stanley Ho, válido até 2001.

A revisão dos termos da concessão outorgada em 1982 inclui, entre outras contrapartidas, segundo as próprias palavras de Carlos Monjardino na Assembleia Legislativa de Macau, «a constituição de uma fundação que terá sobretudo finalidades no campo científico, filantrópico e cultural e que, para além de uma dotação inicial vultuosa, beneficiará de uma prestação anual de 5% das receitas líquidas do jogo». Como objectivo primordial da entidade a criar, aponta «a preservação dos resultados de mais de quatro séculos de coexistência e de fusão de culturas».

Celebrado em 29 de Setembro de 1986 no Salão Verde do Palácio da Praia Grande, em Macau, o novo contrato do jogo prescreve no número um da cláusula 21.^a que «a sociedade concessionária se compromete a apoiar acções com fins de ordem científica, filantrópica, cultural e académica, nomeadamente através do patrocínio de uma *instituição*, atribuindo para o efeito, inicialmente, o montante de quatrocentos milhões de patacas e, anualmente, uma importância correspondente a cinco por cento dos lucros líquidos apurados».

Mais tarde, em Março de 1989, no tempo do Governador Carlos Melancia, por acordo informal entre a Fundação Oriente e a STDM, a prestação anual foi alterada de 5 por cento dos lucros líquidos do jogo para 1,6 por cento sobre os resultados brutos, de modo a permitir o cálculo e o pagamento mensal do montante exacto da receita do jogo destinada à instituição.

Uma vez que a alteração ao acordo teve um carácter particular, a Fundação Oriente chegou a abordar Vítor Pessoa, secretário-adjunto para a Economia e Finanças do Governador Rocha Vieira, no sentido de obter o reconhecimento oficial da nova fórmula de cálculo. A solicitação, porém, não foi aceite, porque implicaria uma revisão do contrato do jogo. Mesmo sem ser oficializada, vigorou a da alteração do método de apuramento da verba con-

tratual para a fundação. Rocha Vieira decidiu não tocar numa prática que vinha do tempo do seu antecessor.

A aplicação de 1,6 por cento sobre a receita bruta da exploração do jogo revelou-se positiva para a Fundação Oriente. De 1989 a 1993, de acordo com documentos da administração do Território, teve um acréscimo na receita de quase 96 milhões de patacas. Se a fórmula de cálculo tivesse sido de 5 por cento dos resultados líquidos, a parte da receita para a fundação teria sido de cerca de 647 milhões, e não de cerca de 743 milhões de patacas.

O contrato do jogo celebrado em 29 de Setembro de 1986 ainda não tinha produzido resultados palpáveis quando, no último dia do ano, sofreu uma revisão de alcance significativo no que toca à futura fundação. Com a alteração sobrevinda, o número um da cláusula 21.^a passa a ser mais explícito em relação à instituição a criar: «A concessionária compromete-se a patrocinar a constituição de uma *fundação* [já não de uma *instituição*] com fins de ordem científica, filantrópica, cultural e académica [...]» Além disso, na nova versão do contrato, o teor do número dois da referida cláusula leva uma volta completa. Originalmente, prevê-se que, «após a assinatura do presente contrato, a concessionária, após parecer vinculativo da entidade concedente [isto é, o governo de Macau], deverá designar, no prazo de trinta dias, a comissão instaladora dessa instituição, concedendo-lhe os poderes necessários ao preenchimento das condições legais à constituição, instalação e início de actividade dessa instituição.» Por razões desconhecidas, a tal comissão nunca terá saído do papel. Entretanto, o número dois da cláusula 21.^a, reformulado no último dia do ano, já não contempla a criação de uma «comissão instaladora».

A Comissão de Administração e Finanças Públicas (CAFP) da Assembleia Legislativa de Macau, no seu parecer de 11 de Julho de 1994 sobre o Contrato de Jogos de 1986, refere-se à «omissão» da comissão instaladora:

«O Governo de Macau desconhece se alguma vez existiu uma comissão instaladora da instituição/fundação prevista na versão

inicial da cláusula 21.^a do Contrato de Jogos de 1986 e quais possam ter sido os eventuais resultados dos seus trabalhos, bem como não dispõe de elementos sobre os motivos da sua omissão, aquando da revisão, três meses mais tarde, da mesma cláusula», escreve-se no referido parecer, do qual foi relator o presidente da CAFP, Rui Afonso.

Cresce a polémica

O novo contrato do jogo antecedeu pouco tempo a Declaração Conjunta Luso-Chinesa, assinada no Grande Palácio do Povo, em Pequim, em 13 de Abril de 1987, pelos primeiros-ministros de Portugal e da China, Aníbal Cavaco Silva e Zhao Ziyang, na presença de Deng Xiaoping. A Declaração Conjunta estabeleceu o sistema da Região Administrativa Especial e os princípios que deveriam reger a administração de Macau até à transferência de poderes, em Dezembro de 1999. O facto de esse instrumento ainda estar em preparação permitiu que o novo contrato do jogo fosse assinado sem interferência do governo chinês, apesar de a sua vigência se estender até 2001, isto é, dois anos para lá da data que ficou acordada para a transferência da administração.

Só em 18 de Maio de 1988, a STDM viria a instituir a Fundação Oriente, com sede em Lisboa, por escritura pública lavrada no 9.º Cartório Notarial de Lisboa. O fundo inicial da fundação, de acordo com ajustamentos feitos na revisão do contrato do jogo no último dia de 1986, foi de 212 milhões de patacas, acrescido de uma contribuição de 100 milhões de patacas, entregue em três prestações.

A cúpula da Fundação Oriente fica formada por quatro órgãos: o conselho de curadores, com sete elementos; o Conselho de Administração, com três; o Conselho Consultivo, com 12; e o Conselho Fiscal, com três. Na altura da sua criação, as individualidades de Macau estão em minoria no conjunto das referidas instâncias. No conselho de curadores são duas: Stanley Ho e

Edmund Ho, e seis no Conselho Consultivo: Carlos d'Assumpção, Graciete Batalha, Roque Choi, Susana Chou, Charles Hsueh Shou Sheng e Jorge Neto Valente.

Em termos globais, os órgãos da Fundação Oriente contam com várias personalidades da área do PS e do PSD. A Fundação Oriente foi reconhecida pelo Governo português em 13 de Julho de 1988. Em 6 de Março de 1989 foi declarada a sua utilidade pública em Portugal. Dois dias mais tarde, a utilidade pública administrativa da Fundação Oriente foi declarada pelo governo de Macau para todos os efeitos legais, designadamente os fiscais. Em relação ao Território, a utilidade pública implica um dever de informação e a colaboração com a administração na prestação de serviços ao seu alcance.

A primeira opinião irónica e acidamente crítica em relação à Fundação Oriente terá surgido, em Macau, apenas em 3 de Março de 1989, pela pena do advogado Carmona e Silva, fundador de três jornais locais. Henrique Rola e Silva cita-o num artigo no *Público* de 22 de Novembro de 1994: «A empresa concessionária levou prazo até 2001, ou seja, para lá da transferência de soberania, libertando-se assim da permanente pressão da administração portuguesa, que trazia à rédea curta, com contrato a curto prazo, o que dava aos portugueses um forte poder negocial. E Carlos Monjardino levou uma vaga fundação, cuja presidência ocupa, ainda a tinta das assinaturas não tinha secado no papel do contrato.»

Com o passar do tempo, a curiosidade em relação à génese da fundação começa a aparecer aqui e ali. Na sua edição de 5 de Janeiro de 1991, o diário *Ou Mun* faz-se eco de uma entrevista concedida por Carlos Monjardino à revista *Sábado* em Dezembro de 1990. Nessa entrevista explica «como nasceu a ideia» da instituição:

A fundação foi criada um pouco por acaso. Estava a negociar o acordo do jogo e, quando cheguei ao fim, não tinha mais nada para pedir. Então, a STDM perguntou-me se não havia ideias. E havia uma ideia: a Fundação Oriente.

Mais tarde, em 1997, de acordo com transcrições registadas em documentos da época, no programa televisivo da SIC *Viva a Liberdade*, Monjardino seria mais específico em relação à génese da fundação. «A criação de um fundo», lê-se na transcrição, «foi uma sugestão do próprio Stanley Ho.» Mais adiante, à pergunta sobre se «a fundação foi uma ideia sua apoiada pela STDM», responde:

É verdade. E ficou no contrato do jogo com a administração de Macau uma cláusula prevendo a criação de uma fundação dotada de uma verba de 312 milhões de patacas. A partir daí criou-se a Fundação Oriente com sede em Portugal [...]

Monjardino não concretiza ao que se refere e a quem se refere, mas, na citada entrevista, diz:

Em Portugal é assim. Fazem-se sempre muitas críticas. Em vez de tentarem perceber os objectivos da Fundação Oriente, começam a criar algumas atoardas. É óbvio que era tudo falso. Nunca eu ou outras pessoas que estão na Fundação Oriente se sujeitariam a fazer o que foi insinuado.

Para Monjardino, a «desconfiança injustificada» viria exclusivamente de Portugal.

Em Macau não. No território começámos por fazer um protocolo com o governo local definindo as nossas acções. Um protocolo que tem em conta um certo número de iniciativas do governo que nós apoiamos.

Os primeiros comentários surgidos em 1988 na imprensa macaense de língua chinesa acerca da aplicação dos fundos da Fundação Oriente traduziam uma expectativa favorável em relação à sua acção.

A atmosfera em torno da instituição presidida por Carlos Monjardino só se virou em sentido negativo quando, na primeira metade

de 1989, foi conhecido que a Fundação Oriente adquirira à Santa Casa da Misericórdia e ao Leal Senado imóveis muito representativos do património histórico-cultural de Macau. Acresce que em artigos publicados nos jornais *Ou Mun* e *Va Kio* se considerou que os preços dessas operações se situaram abaixo dos valores correntes do mercado. Monjardino respondeu a essa crítica com os gastos em obras de recuperação dos imóveis em causa, invocando ainda que os estatutos da fundação prevêm «a preservação de edifícios antigos de Macau», como «forma de preservar a cultura especial» do Território. Os imóveis da discórdia eram a Casa Garden, onde funcionou o antigo Museu Luís de Camões e que viria a receber a delegação da fundação em Macau, o antigo Hospital de São Rafael e um conjunto de edifícios situados na zona designada por Tap Seac e na Avenida Conselheiro Ferreira de Almeida.

A torrente de críticas iniciada em 1989 vai engrossando ao longo dos anos. Fala-se de «roubo» do dinheiro de Macau. Vítor Ng, um chinês de nacionalidade luso-canadiana, deputado à Assembleia Legislativa de Macau, define a Fundação Oriente como «uma instituição de carácter colonial». Vítor Ng é autor da proposta de resolução que esteve na origem de um parecer da Comissão de Administração e Finanças Públicas da Assembleia Legislativa sobre a fundação.

O artigo do advogado Meira Burguete no *Macau Hoje* de 27 de Maio de 1992, numa altura em que o Governador Rocha Vieira já levava mais de um ano de mandato, é uma das excepções à regra: «O montante que sustenta a Fundação Oriente foi retirado dos lucros dos accionistas por vontade expressa do principal subscritor do contrato, Stanley Ho.» Em todo o caso, o próprio Stanely Ho, citado pela imprensa de Macau de 24 de Março de 1993, declarou publicamente que a administração devia assentir na revisão do contrato, no sentido de possibilitar uma maior aplicação no Território das verbas de que a Fundação Oriente anualmente é dotada.

Jorge Neto Valente, advogado e figura destacada de Macau, defendeu a Fundação Oriente «quando ela se constituiu e quando

começou a ser criticada por deputados chineses e outros responsáveis, que diziam que o dinheiro tinha sido roubado a Macau para financiar a política em Portugal». Tendo em conta os seus estatutos, convenceu-se de que a fundação iria gastar em Macau o dinheiro do jogo. Foi por isso que «as pessoas favoreceram muito a fundação e se calaram com as colecções do museu [espólio do Museu Camões, na Casa Garden], que foi fechado. O bairro Tap Seac, tudo aquilo foi comprado a preços muito módicos pela fundação porque as pessoas acharam que ela iria preservá-lo.» Com o tempo, a avaliação do advogado do papel da Fundação Oriente deu uma volta de 180 graus. Segundo Neto Valente, a fundação só não vendeu património comprado a preço de saldo porque Rocha Vieira se opôs à transacção.

Durante um almoço na Casa Garden, Stanley Ho, «que sabe fazer as coisas e nunca quer estar mal com o Governador», disse-lhe: «Sabe que já combinei com o Carlos e vou comprar-lhe aqueles prédios.» O Governador, que tinha Carlos Monjardino à sua esquerda e Stanley à direita, fez uma careta. «Bem, compro se você achar bem. Se não achar, não compro», esclareceu o patrão da STDM. Rocha Vieira ripostou: «Quer mesmo a minha opinião? Eu acho mal.» Stanley Ho tirou logo a conclusão: «Olhe, Carlos, já não há negócio.»

Passada uma década sobre a transição, Neto Valente diz que «a Fundação Oriente só não prejudica as relações de Portugal com Macau porque já ninguém se lembra dela. É um assunto arrumado, mas mal arrumado. As pessoas em Macau e os Chineses ficaram com a ideia de que a fundação levou dinheiro indevidamente de Macau e o aplicou em Portugal na política de apoio ao Partido Socialista».

A posição de Cavaco Silva

No quadro dos órgãos de soberania portugueses, o território de Macau encontrava-se partilhado e, de certo modo, espartilhado, por uma dupla tutela. Assim, a delegação portuguesa ao

Grupo de Ligação Conjunto dependia do Governo, na medida em que era matéria de política externa. Já o Governador, bem como o acompanhamento da política interna e a representação exterior de Macau estavam sob a alçada directa do Presidente da República. Na prática, verificava-se uma sobreposição e uma certa interpenetração de competências, o que exigia um permanente diálogo com o Presidente da República e o Governo.

Ao mesmo tempo que cresce o azedume na sociedade macaense em relação à Fundação Oriente, a parte chinesa força a entrada dessa questão na agenda diplomática das relações entre Lisboa e Pequim. Primeiro, no âmbito de quatro reuniões informais entre os chefes de delegações do Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês, duas em Junho e outras duas em Setembro de 1991. Depois, no início de Dezembro do mesmo ano, quando o tema foi levado pela primeira vez a uma reunião plenária do Grupo de Ligação Conjunto. Para Pequim, a Fundação Oriente não era uma instituição privada e o governo de Macau deveria ter direito de fiscalização sobre a sua actividade. Mais ainda: segundo uma carta dirigida pelo chefe da delegação portuguesa, embaixador Pedro Catarino, ao Governador de Macau, em 30 de Dezembro de 1991, o seu colega da delegação chinesa sublinhou «com toda a ênfase» na 12.^a reunião plenária do Grupo de Ligação Conjunto «que não era aceitável que dinheiros de Macau fossem gastos fora de Macau». Sendo assim, o que estava em causa não era apenas esta ou aquela acção da fundação, como a compra de edifícios que a China considerava património de Macau, mas os próprios termos da sua constituição, funcionamento e financiamento.

Face à turbulência provocada pela questão da Fundação Oriente, Vasco Rocha Vieira vai «tentar gerir o melhor possível» a situação, não só para evitar que ela contamine a acção governativa mas também para ajudar a encontrar uma saída para o diferendo, sem vencedores nem vencidos, através de um compromisso com a China. Mexer no contrato do jogo estava fora de causa. Reconhece, todavia, que os Chineses bem gostariam que ele denun-

ciasse a cláusula 21.^a do contrato, que servia de base ao patrocínio da STDM à Fundação Oriente. Mas dizia à Xinhua que não contassem com ele para tal, convicto de que os responsáveis da delegação oficial chinesa percebiam o porquê da sua atitude.

Quanto ao Governo português, presidido por Aníbal Cavaco Silva, entendia que a Fundação Oriente, sendo uma instituição de direito privado, não tinha de ser discutida no Grupo de Ligação Conjunto. Vão nesse sentido as instruções que transmite à delegação portuguesa ao Grupo de Ligação Conjunto. «Eu, que tinha sérias dúvidas quanto aos benefícios para Portugal e para Macau dos milhões de patacas que eram encaminhados do negócio do jogo para a fundação, procurei afastá-la do meu caminho e manter-me à margem da controvérsia que a envolvia», escreve o ex-primeiro-ministro e futuro Presidente da República no seu livro *Autobiografia Política II*, ao relatar os preparativos da sua visita à China em Abril de 1994. No mesmo relato faz ainda uma revelação: «Num dos meus encontros de quinta-feira com o Presidente da República [Mário Soares], não deixei de lhe dizer que não estavam na Fundação Oriente os interesses de Portugal e de Macau.»

Nos contactos com o Grupo de Ligação Conjunto, Rocha Vieira agia em sintonia com aquilo que sabia ser a posição do Governo. O Grupo de Ligação Conjunto não interferia na administração de Macau. Apesar disso, o chefe da delegação chinesa, nos encontros com o Governador, gostava de falar sobre a Fundação Oriente. Quando tal acontecia, a resposta era sempre a mesma: «Isso é uma instituição privada. Não tem de falar comigo acerca de questões da administração de Macau. Se tem de dizer alguma coisa, diga-o no Grupo de Ligação Conjunto.»

Embora se mantivesse afastado de um caso que se situava fora do perímetro das atribuições do Governo, o primeiro-ministro não podia ignorar os sobressaltos que a Fundação Oriente estava a provocar no Território e no Grupo de Ligação Conjunto. Assim, quando visita Pequim em Abril de 1994, não chega de mãos vazias.

«Antes de partir para a visita à China, fui informado de que a Fundação Oriente era ‘a pedra no sapato’ que prejudicava as relações entre Portugal e a China», conta Cavaco Silva no citado livro de memórias políticas.

Como a parte chinesa levantava frequentemente a questão da Fundação Oriente, antes da minha visita dei o acordo para a constituição, à margem do Grupo de Ligação Conjunto, de um grupo informal, integrando um representante da Fundação, para abordar o assunto. Para Pequim levei uma resposta preparada para quando a questão me fosse levantada: ‘a Fundação Oriente é uma entidade de direito privado, pelo que o Governo português não pode interferir na sua acção’. Aceitei a sugestão do Presidente Mário Soares para que Pedro Pires de Miranda, membro da administração da Fundação, me acompanhasse na visita, e para ele os meus assessores remeteram os pedidos de esclarecimento dos jornalistas, sempre ávidos em explorar eventuais fricções entre os governos.

Na visita a Macau, depois de deixar a China, o problema da Fundação Oriente volta a cruzar-se com o primeiro-ministro, sob a forma de uma carta que lhe foi entregue pelo deputado Ng Kuok Cheong. Nessa carta, nove associações macaenses interpe-lam Cavaco Silva em termos agrestes:

Somos de parecer que esta ilegalidade descarada, cometida pelo Governo, que assim, toma a população de Macau como parva, deverá merecer correcção imediata e investigação, até porque, caso assim não fosse, o Governo português veria a sua boa reputação prejudicada na comunidade internacional.

Protocolo com o governo de Macau

No meio dos «constrangimentos» em que se movia, o Governador de Macau actuava no sentido de aliviar as tensões à volta do caso. Vai nesse sentido o protocolo de cooperação assinado em 6 de Agosto de 1992 por Vasco Rocha Vieira e Carlos Monjar-

dino, que exprime o entendimento mútuo entre Macau e a Fundação Oriente para o desenvolvimento de iniciativas sociais e culturais no Território.

Graças à sua disponibilidade financeira, o governo de Macau não precisa do protocolo para concretizar os projectos aí previstos. Ao aceitar a parceria, pretende valorizar a posição da instituição no Território, com o intento de melhorar a boa vontade à sua volta e abrir um espaço para a solução do conflito. O protocolo não existe para a Fundação Oriente ajudar o governo de Macau. Pelo contrário, é o governo de Macau que está a ajudar a Fundação Oriente a mostrar que é útil e investe no Território. De resto, os próprios considerandos do documento apontam para a importância que o mesmo assumia para a imagem da Fundação Oriente. Num deles lê-se: «Tendo em conta que é em Macau que a fundação desenvolve com especial sentido e com redobrado empenho as suas actividades estatutárias...» E, no último considerando: «A Fundação Oriente, desejando reforçar a sua forte ligação ao Território e às suas comunidades...»

O protocolo oferece a Monjardino a possibilidade de desfraldar a bandeira da aplicação de fundos no Território, enquanto a fundação consegue ganhar tempo e continuar a beneficiar das dotações proporcionadas pela expansão do negócio do jogo. Estima-se que, até 1995, a Fundação Oriente terá recebido, só nos termos do contrato do jogo, cerca de 1650 milhões de patacas e que, de 1986 a 1997, a STDM terá canalizado para a fundação, a título de patrocínios e dotações anuais, um montante superior a 2 mil milhões de patacas.

«Nós nunca hostilizámos a Fundação Oriente. O meu objectivo era que ela desempenhasse um papel útil a Macau», salienta o antigo Governador, para logo relativizar o empenho da fundação no Território. «A fundação queria mostrar que era muito útil.» Contudo, os números evidenciam que eram mais as vozes do que as nozes.

Quando tiveram a percepção de que o protocolo com Macau não estava a ser cumprido, a situação gerou críticas à Fundação

Oriente e ao seu presidente. O contraste entre os números das verbas previstas e os das verbas aplicadas pela fundação em acções em Macau fala por si. Embora o protocolo terminasse em 1995, o balanço da sua execução, de meados daquele ano, indicava que «a realização das acções ficou aquém do previsto, o que contribuiu para que, dos 88,05 milhões de patacas possíveis, apenas fossem aplicados 34,462 milhões».

Parecer da Assembleia Legislativa

Com a Fundação Oriente entrincheirada numa posição jurídica inexpugnável e gozando do conforto político do Presidente Mário Soares, o deputado Vítor Ng apresenta em 18 de Maio de 1993 na Assembleia Legislativa de Macau um projecto de resolução no qual solicita ao executivo a revisão do artigo 21.º do contrato do jogo. O que pede é uma mudança radical das condições de existência da fundação: «Legalizar e localizar a instituição da Fundação Oriente, com a transferência da sua sede para o Território, e redefinir os objectivos de funcionamento e a utilização dos recursos da Fundação Oriente.» É sobre este projecto de resolução que a Comissão de Administração e Finanças Públicas da Assembleia Legislativa emite o longo e pormenorizado parecer n.º 8/94, cerca de 14 meses mais tarde, em 11 de Julho de 1994.

Uma das conclusões do parecer resume o essencial da posição dos deputados quanto à criação de uma instituição à sombra do Contrato de Jogos de 1986:

As causas que estão na origem da proposta da STDM de criar uma fundação com as receitas provenientes do Contrato de Jogos de 1986 parecem à CAFM correctas e justas, quer na fórmula inicialmente pretendida — dar apoio à comunidade —, quer na posteriormente elaborada — criar condições para a valorização e continuidade das relações entre Portugal e a China e apoiar a perpetuação do que Macau tem de peculiar, que são as suas duplas raízes portuguesas e chinesas.

É por isso que a Comissão entende que «a Fundação deve ter a sua sede e administração em Macau e aqui, maioritariamente, serem aplicados os seus recursos financeiros». Do mesmo passo, porém, reconhece que «só a Fundação Oriente, através dos seus órgãos competentes, poderá tomar as necessárias medidas para que a sua sede e administração sejam transferidas para Macau». Se tal não se verificar, «então o Governo de Macau e a STDM deveriam acordar na instituição de uma fundação em Macau [...] dotada de receitas provenientes do Contrato de Jogo». Neste caso cessariam as transferências para a Fundação Oriente. E foi o que, depois de muitas voltas, veio a acontecer, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

XVI

Convergências em Pequim

Quase em simultâneo com o parecer da Assembleia Legislativa de Macau, a ideia do termo das transferências de uma percentagem dos lucros do jogo para a Fundação Oriente começava a fazer o seu caminho no grupo de trabalho tripartido, cuja constituição fora anunciada pelo primeiro-ministro Cavaco Silva, em Pequim, na primeira metade de Abril de 1994, depois de ter sido aprovada na reunião plenária de Dezembro de 1993 do Grupo de Ligação Conjunto. A criação de um grupo com representantes das delegações portuguesa e chinesa e da Fundação Oriente, sob os auspícios do Grupo de Ligação Conjunto, foi o subtil compromisso para responder às exigências contraditórias das duas partes no enquadramento do diferendo. Lisboa defendia que a Fundação Oriente, sendo uma instituição privada e não estando abrangida pelos termos da Declaração Conjunta, não podia fazer parte das discussões no seio do Grupo de Ligação Conjunto. Pequim, por seu turno, insistia que o Grupo de Ligação Conjunto era o fórum adequado para negociar a questão. A pri-

meira reunião do grupo de trabalho tripartido sobre a Fundação Oriente realizou-se em 24 de Junho de 1994, em Cantão, envolta em grande secretismo. Em representação da Fundação Oriente, participou na reunião João de Deus Ramos, um dos seus administradores. Diplomata de carreira, a partir de 1993 na situação de licença sem vencimento de longa duração, a seu pedido, João de Deus Ramos conhecia bem o terreno que pisava. Fora encarregado de negócios da embaixada em Pequim, membro da Comissão Interministerial sobre Macau, chefe da Base Principal em Macau e secretário-adjunto do Governador Melancia.

Enquanto a frente da polémica avança, Carlos Monjardino salvaguarda a frente financeira. Em Março de 1991, a STDM autorizou a emissão a favor da Fundação Oriente de vinte livranças, com o valor de 15 milhões de patacas cada uma, o que perfaz 300 milhões de patacas. Para os vencimentos das livranças subscritas pela STDM ficou estabelecida uma periodicidade trimestral, de Julho de 1991 a Abril de 1996. Um ano mais tarde, novamente em reunião do conselho de administração da STDM, por proposta do administrador-delegado, Stanley Ho, foi antecipada a receita da Fundação Oriente de 180 milhões de patacas. A antecipação concretizou-se através da emissão de mais 12 livranças, com um valor de 15 milhões de patacas cada, com vencimentos trimestrais a partir de Julho de 1996 até Abril de 1999. As livranças de 1991 e 1992 representavam um adiantamento parcial das verbas do contrato do jogo.

Um dos destinos dos montantes antecipados era a participação no financiamento do Aeroporto Internacional de Macau. Essa participação, porém, não chega a concretizar-se. Havia um compromisso de financiamento até 75 milhões de patacas, que viria a ser declinado pelo governo do Território. Em contactos com Mário Brandão, administrador da Fundação Oriente, o secretário-adjunto para as Finanças, Vítor Pessoa, e o presidente do conselho de administração da Sociedade do Aeroporto de Macau, António Diogo Pinto, transmitiram-lhe que era inoportuno o apoio daquela entidade. Com efeito, os anticorpos gerados pela

Fundação Oriente em Macau fariam de um eventual contributo para o financiamento do aeroporto uma menos-valia política.

Em busca de um entendimento

Apesar de, em termos estritos, o governo de Macau não ser parte directa na contenda, Vasco Rocha Vieira «tentava ver informalmente se havia maneira de se chegar a um acordo entre os Chineses e a Fundação Oriente». Para tanto, explorava canais informais de ligação à China, para aquilatar das possibilidades de um entendimento e abrir caminho a uma resolução do conflito.

Na estrutura de poder chinesa, o território de Macau era seguido em Pequim por dois órgãos distintos. Por um lado, enquanto assunto da agenda externa, era o Gabinete de Hong Kong e Macau a ocupar-se do enclave sob administração portuguesa. A extensão natural e imediata do referido gabinete, em Macau, era a delegação chinesa ao Grupo de Ligação Conjunto. Por outro lado, enquanto território chinês, ainda que sob administração portuguesa, Macau estava no radar do Conselho de Estado (designação do governo chinês), que tinha na agência Xinhua o seu braço local. A Xinhua, *agência de notícias* na tradução literal mas que na verdade constituía uma representação de Pequim, acompanhava a vida do «território chinês sob administração portuguesa» *pari passu*. O seu director era apoiado por vários subdirectores, com pelouros correspondentes aos dos secretários-adjuntos, formando uma espécie de gabinete-sombra. Esta situação era conveniente porque facilitava informações e entendimentos necessários, mas obrigava o governo de Macau, na forma e na substância, a ter sempre muito presente que era o Governador que administrava o Território. Rocha Vieira refere que a relação com a Xinhua foi sempre respeitadora de parte a parte, dialogante e correcta. Aliás, recorda com apreço os dois directores da agência com os quais se relacionou no período de transição: Guo Dong Po (1990-1995), de quem ficou amigo, e Wang Qireng (a partir de 1995).

O segundo faleceu de doença em 2001 e o primeiro voltou a encontrá-lo na sua visita a Pequim, em meados de 2009. Um dos momentos mais calorosos dessa visita foi o jantar oferecido pelo Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, para o qual, indo ao encontro de um desejo do antigo Governador, também foi convidado Guo Dong Po.

O director da Xinhua só excepcionalmente pediu para ser recebido no Palácio da Praia Grande por Rocha Vieira, não porque as relações não fossem boas, mas porque isso poderia sugerir alguma forma de subordinação ou de ingerência. Com certa regularidade, porém, Rocha Vieira e o director da Xinhua trocavam convites para jantar. Nunca estavam sozinhos. O Governador fazia-se sempre acompanhar pelo seu chefe de gabinete, Elísio Bastos Bandeira, e pelo assessor diplomático — Fonseca Ferreira até 1993, João Mira Gomes, de 1993 a 1996, e Domingos Fezas Vital, de 1996 até à transferência da administração para a China. Cada lado tinha o seu próprio intérprete.

Nesses contactos eram tocados vários assuntos em foco, designadamente a Fundação Oriente. O responsável da Xinhua mostrava-se preocupado com os problemas que poderiam advir do diferendo. O Governador contrapunha a sua confiança na possibilidade de se chegar a uma solução, explicando ainda qual a posição de Portugal no Grupo de Ligação Conjunto em relação à Fundação Oriente.

Até ao restabelecimento das relações diplomáticas luso-chinesas, em 8 de Fevereiro de 1979, o delegado não oficial da China em Macau era O Cheng Peng (Ke Zhengping em cantonês), falecido em 2005, com 90 anos.

Fundador e dirigente da empresa Nam Kuong, foi uma das mais destacadas figuras do Território ao longo de meio século, exercendo um papel central no controlo das relações comerciais e políticas entre o Território sob administração portuguesa e a China. Fez parte da delegação chinesa ao Grupo de Ligação Conjunto e integrou a comissão de redacção da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau. Era ainda membro da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China.

No entanto, até à sua morte, em 1983, o principal interlocutor dos Governadores de Macau foi Ho Yin, fundador do Banco Tai Fung. Enquanto representante da comunidade chinesa, teve um papel de grande destaque, quer no relacionamento intercomunitário quer na dimensão externa, sobretudo até haver diálogo diplomático directo entre Portugal e a China. Ho Yin era pai de Edmund Ho, o primeiro Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau. O sucessor de Ho Yin como líder da comunidade chinesa e presidente da Associação Comercial de Macau foi Ma Man Kei.

Macau era uma realidade frágil e muito dependente da China. Cerca de 95 por cento da sua população era de etnia chinesa. Daí a importância do representante da comunidade chinesa e presidente da Associação Comercial na vida da comunidade portuguesa e luso-chinesa de Macau.

Antes da Declaração Conjunta, as relações de Macau com a China eram por norma guiadas pela amizade, pela simpatia, pela conveniência mútua. Porém, não havia nenhum documento a orientá-las. A tradição e a praxe é que serviam de referência na vida no Território.

Não é por isso de espantar que no período subsequente à Declaração Conjunta a administração portuguesa tenha desfrutado de um reconhecimento mais fácil e seguro. «A Declaração Conjunta dava-me uma grande força», diz Rocha Vieira, que se escudava naquele tratado quando alguém invocava tradições ou outras fontes de legitimidade que não constavam dos seus termos.

A despeito da fluidez das relações com a China, o representante da comunidade chinesa de Macau continuou a ser um parceiro informal de grande utilidade quando se queria deixar certos temas fora dos circuitos oficiais. Ma Man Kei, destacado homem de negócios, investido em altas funções na administração central da China, convidava muitas vezes Rocha Vieira para sua casa. O Governador, quer na condição de visita quer na condição de anfitrião do líder da comunidade chinesa e presidente da Associação Comercial, tinha sempre consigo Roque Choi, membro do Conselho Consultivo de Macau. Roque Choi fazia de intérprete,

mas era muito mais do que isso. Era o mensageiro discreto e disponível entre dois mundos. No desejo de conciliar posições, era sempre muito cauteloso na forma como traduzia as falas dos interlocutores de modo a facilitar o diálogo e o entendimento. Faleceu em 2006, aos 86 anos, levando consigo o segredo de muitas misérias e grandezas de longos anos de relacionamento de Portugal e de Macau com a China.

«Figura ímpar, de grande habilidade diplomática e de grande seriedade, Roque Choi sabia dizer a verdade a cada uma das partes sem ser parte de nenhuma delas. Era apenas um canal de comunicação e parte da conciliação. Não queria nada para si. Homem de sinceridade, independência e verdade, os Portugueses confiavam nele e os Chineses confiavam nele. Todos os Governadores ficaram amigos de Roque Choi», diz Rocha Vieira.

A Fundação Oriente foi muitas vezes tema de conversa entre Rocha Vieira e Ma Man Kei. Essas conversas tinham depois um prolongamento através de Roque Choi, que, passado algum tempo, se dirigia ao Governador com a fórmula clássica: «O sr. Ma Man Kei pede que lhe diga...» Ou então a origem do recado estava do outro lado das Portas do Cerco e as palavras introdutórias eram estas: «Os meus amigos da China...» Volta e meia, no final das reuniões semanais do Conselho Consultivo, do qual fazia parte, Roque Choi aproximava-se do Governador para lhe dizer que queria falar com ele. Com ou sem motivos imediatos e específicos, as conversas tinham muitas vezes como cenário o próprio gabinete de Rocha Vieira.

Ao longo desse processo de diálogo, Roque Choi, também ciente da dimensão e das implicações do problema, foi sempre dando conta da evolução da posição da China em relação à Fundação Oriente.

«Saco azul»

Para a parte chinesa, o diferendo tinha muito a ver com a necessidade de salvar a face. Na cultura do Império do Meio, a face está acima dos negócios. Mas acima da face ainda está a

soberania. Num primeiro tempo (1991/1992), que coincide com a tentativa da China de introduzir o tema nas discussões no Grupo de Ligação Conjunto, Choi diz que a nomeação de alguém indicado por Macau para um órgão de fiscalização da fundação seria uma solução possível.

Numa segunda etapa, Roque Choi ainda foi portador de uma proposta de repartição do dinheiro recebido pela Fundação Oriente com uma instituição em Macau de apoio aos interesses sociais locais. Quando se começou a falar nessa hipótese, a partilha de verbas entre a Fundação Oriente e uma fundação local apontava para valores, respectivamente, de 1,2/0,4 por cento ou de 1/0,6 por cento.

Só que a atitude da Fundação Oriente e as declarações muito duras de Carlos Monjardino em relação à China não facilitaram uma saída intermédia. Parecia haver uma coincidência entre os momentos em que se abriam perspectivas de uma solução e as posições públicas de dureza e confronto, saudadas pelos jornais portugueses de Macau como posições de firmeza, mas que faziam o processo retroceder. Isso era interpretado como uma forma de manter o *statu quo* e de continuar a receber por inteiro as dotações da STDM.

Contudo, há um momento em que os Chineses vêm dizer que a Fundação Oriente tem de deixar de receber o dinheiro do jogo. Foi uma espécie de «acabou-se».

Quando Monjardino tenta um terceiro pacote de antecipação do financiamento, o «não» da administração da STDM, numa reunião presidida por Stanley Ho, em 2 de Setembro de 1992, foi lido como um sinal muito forte da mudança de vento do lado de Pequim. Segundo a versão benigna, foi «posto à apreciação e decisão o pedido da Fundação Oriente de que a STDM lhe entregue livranças correspondentes às contribuições da STDM, até ao ano de 2001». O conselho, de acordo com a acta da reunião, tendo considerado que «já foram entregues livranças até quase terminar o contrato de concessão do jogo», decidiu rejeitar o pedido. A versão pura e dura, porém, parece ser outra. Todos os bancos de Macau terão feito saber que recusariam este tipo de acordo financeiro.

Menos de um ano após o episódio das livranças, a China deu um novo sinal de grande acrimónia, não só em relação à Fundação Oriente, mas também em relação ao Partido Socialista e a Mário Soares. Segundo o semanário *Expresso* de 5 de Junho de 1993, «o vice-director do Departamento de Hong Kong e Macau do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Shao Guangfu [mais tarde embaixador em Moçambique], acusou a Fundação Oriente de ser ‘o saco azul’ do Partido Socialista e do Presidente da República, afirmação feita no seu encontro oficial com um dos elementos da comitiva de Durão Barroso [à data, ministro dos Negócios Estrangeiros], durante a sua recente visita a Pequim».

A acusação suscitou três desmentidos igualmente liminares, embora em registos diferentes. Citado na referida notícia do *Expresso*, Carlos Monjardino considerou «a afirmação ‘um disparate’, dizendo não acreditar que tivesse sido proferida por um diplomata chinês, ‘pelo menos nesses termos’, mas reconhecendo que ‘está a fazer pressão’ para tentar controlar a Fundação Oriente». António Guterres, então líder do PS na oposição, limitou-se a uma constatação: «Não tenho conhecimento, e teria se tivesse existido qualquer actividade do PS que, directa ou indirectamente, tenha tido o apoio da Fundação.» Em terceiro lugar, um colaborador do Presidente Mário Soares, além de negar a acusação, lembrou que o Governador tinha competência para denunciar o contrato do jogo: «Se existirem dúvidas sobre a forma como a Fundação Oriente aplica as suas receitas», lê-se no *Expresso*, «é fácil fazer-lhe uma auditoria’. O que está por detrás de tudo isso é o desejo dos Chineses de levarem a Fundação para Macau. É um disparate se Portugal cede e isso depende da força ou da fraqueza dos interlocutores, referindo-se explicitamente ao governador Rocha Vieira.»

A referência à existência de um «saco azul» poderá não ter nascido do nada. Com efeito, Rocha Vieira conta que Stanley Ho lhe explicou que, à margem da cláusula do contrato do jogo que previa a criação de uma fundação, fizera com Carlos Monjardino um *gentlemen agreement* para o estabelecimento de um *excess fund*. Nos termos desse acordo informal entre Stanley Ho e Carlos

Monjardino, conforme refere Rocha Vieira, a STDM disponibilizava anualmente 60 milhões de patacas para apoio de actividades que ambos considerassem de interesse, sem passar pelos trâmites convencionais.

Com Pequim a subir de tom, o presidente da Fundação Oriente esboça um gesto de entendimento com o governo da China. Assim, na sua edição de 23 de Outubro de 1993, o semanário *Expresso* anuncia: «Carlos Monjardino oferece minifundação à China com sede em Macau e capital social constituído por um terço das verbas do jogo, que a Fundação Oriente vai receber de 1994 a 1999. [...] Em contrapartida, Monjardino quer a garantia de que a Fundação continuará a beneficiar até 2001 da percentagem de lucros estabelecidos com a STDM.» Um mês e alguns dias mais tarde, em entrevista ao jornal macaense *Ponto Final*, Monjardino dá sinais de que a proposta de uma «minifundação» tinha ficado para trás, por recusa da parte chinesa. «O que afirmo é que se podia encontrar uma solução, em termos locais, que poderia ganhar corpo através dessa figura ou de qualquer outra, mas de molde a demonstrar que isso não é preciso...»

Pela mesma altura, isto é, Outubro de 1993, uma carta do embaixador Andresen Guimarães, chefe da delegação portuguesa ao Grupo de Ligação Conjunto, dirigida a Carlos Monjardino, refere que o lado chinês lhe tinha assinalado «a moderação e discrição» ultimamente demonstradas pelo presidente da Fundação Oriente, «recusando-se, apesar de todas as insistências da imprensa, a fazer comentários sobre o assunto...». A mudança de tom de Monjardino era um facto. Mas a possibilidade de um compromisso de meio termo já se tinha esgotado.

A visita de Mário Soares

No demorado e aturado confronto com a Fundação Oriente e com as autoridades portuguesas, há um acontecimento que vai marcar um antes e um depois no diferendo: a visita oficial do

Presidente da República à China, em Abril de 1995. Se até essa data se estava num impasse, depois ficou aberto o caminho para a formalização do entendimento estabelecido nessa visita. Com o seu mandato a aproximar-se do ocaso, Mário Soares sabia que não podia deixar o Palácio de Belém sem patrocinar um acordo para desatar o nó górdio em que a Fundação Oriente se tinha transformado nas relações luso-chinesas.

Divergências protocolares acompanharam os preparativos da visita, com o governo chinês a recusar a inclusão na comitiva presidencial de Carlos Monjardino, na sua qualidade de presidente da Fundação Oriente. Monjardino deslocou-se a Pequim, mas a título de convidado pessoal de Mário Soares. Na bagagem, o Presidente da República levava o propósito de transmitir ao Presidente Jiang Zemin que, a partir de Janeiro de 1996, a Fundação Oriente deixava de receber qualquer prestação financeira a que tinha direito nos termos do contrato do jogo. Para tal, assegurou-se previamente junto de Stanley Ho de que ele transferiria para a Fundação Oriente a verba que esta deixava de receber em consequência do acordo.

É com este pano de fundo pré-estabelecido que, na noite anterior ao encontro entre os dois Presidentes, Mário Soares, Vasco Rocha Vieira, Carlos Monjardino e Stanley Ho se encontram no n.º 18 do Diaoyutai, o complexo de residências em Pequim reservado a chefes de Estado e comitivas oficiais. Mário Soares ainda sugeriu que o Governador de Macau aceitasse que, a partir de Janeiro de 1996, a STDM não teria nada a pagar a qualquer entidade por via do artigo 21.º do contrato do jogo celebrado em 1986. Tal hipótese, porém, nunca seria possível, pois feria os termos do contrato por cujo cumprimento o Governador era responsável. Com efeito, enquanto tal, o Governador nada tem a ver com o acordo da Fundação Oriente com o dr. Stanley Ho. No entanto, tem tudo a ver com o cumprimento do contrato do jogo entre a STDM e o executivo de Macau.

Apesar de a Fundação Oriente deixar de receber 1,6 por cento sobre os resultados brutos do jogo, a cláusula 21.^a continuava em

vigor e aquela verba teria de encontrar um destinatário ajustado à sua vocação contratual, isto é, uma fundação, já existente ou a criar, que, segundo Rocha Vieira, «deveria servir também para apoiar instituições de raiz portuguesa no Território, de modo a sustentar a identidade de Macau».

No dia seguinte, o Presidente Mário Soares selou com o presidente da República da China, Jiang Zemin, o entendimento de que a Fundação Oriente deixaria de receber a verba do contrato do jogo a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Na sequência da solução política saída do encontro entre os dois presidentes em Abril de 1995, o assunto ainda teve de fazer um longo caminho no âmbito do Grupo de Ligação Conjunto. Só em 20 de Junho de 1997, os chefes das delegações portuguesa e chinesa assinaram em Lisboa a «Acta de Conversa do Grupo de Ligação Conjunto sobre a Questão da Fundação Oriente». Aí se apontava para a criação de uma nova fundação, «pessoa colectiva de direito público, sediada em Macau e alimentada pelos fundos estipulados no Contrato para a Concessão do Exclusivo da Exploração de Jogos de Fortuna ou Azar no Território de Macau», que a partir de 1 de Janeiro de 1996 deixaram de ser atribuídos à Fundação Oriente.

A reorientação da verba que a STDM deixou de entregar à Fundação Oriente, tal como ficou estipulado na citada acta do Grupo de Ligação Conjunto, e a definição do perfil e dos objectivos da «nova fundação» fora tudo menos fácil. Depois do acordo entre os Presidentes Mário Soares e Jiang Zemin sobre a Fundação Oriente, o Governador voltou a falar com Ma Man Kei e Roque Choi sobre o destino das verbas do contrato do jogo, antes atribuídas à Fundação Oriente. As conversas com Ma Man Kei, presidente da Associação Comercial e líder da comunidade chinesa de Macau, permitiram-lhe delinear uma solução binária de aplicação da verba contratual de 1,6 por cento dos resultados ilíquidos do jogo. Metade seria destinada à pré-existente Fundação Macau, com sede no Território. A outra metade seria canalizada para uma nova instituição, voltada para a componente por-

tuguesa da identidade de Macau, designadamente nas áreas do ensino e da cultura. Por fim, num jantar em que recebeu Rocha Vieira em sua casa, Ma Man Kei anunciou-lhe informalmente que a solução da partilha igualitária da verba do jogo que foram esquematizando em sucessivas conversas tinha condições para vir a ser discutida e aceite pela parte chinesa. Tendo em conta essa indicação favorável, o responsável da Xinhua iria no dia seguinte ao gabinete do Governador para dar o sinal de que podia formalizar uma proposta nesse sentido. Na verdade, estava aberto o caminho à partilha paritária da verba de 1,6 por cento do contrato do jogo entre a Fundação Macau e uma fundação estabelecida de raiz com o fito de apoiar a presença portuguesa em Macau. «Foi das poucas vezes que o director da Xinhua veio ao meu gabinete», observa Rocha Vieira.

Tudo parecia navegar em águas calmas. Puro engano. Rocha Vieira não contou com a recusa do Presidente da República, Jorge Sampaio, que, a contragosto, o tinha confirmado nas funções de Governador de Macau em Março de 1996. É essa recusa, manifestada durante a visita a Macau em Fevereiro de 1997, que vai influenciar a formulação dos termos da referida «Acta de Conversa do Grupo de Ligação Conjunto sobre a Questão da Fundação Oriente», restringindo o âmbito da solução e o propósito de Rocha Vieira em relação aos objectivos da nova instituição.

XVII

Governador põe lugar à disposição

Na viragem de 1995 para 1996, as eleições legislativas levam ao poder um Governo presidido por António Guterres e as eleições presidenciais põem Jorge Sampaio no Palácio de Belém. Para o Governador de Macau encerrava-se um tempo no qual o relacionamento institucional, quer com o Presidente da República, Mário Soares, quer com o primeiro-ministro, Cavaco Silva, e o seu Governo, se processou de forma tranquila, fluida e eficaz. O novo tempo trazia consigo algumas interrogações, a primeira das quais era a confirmação ou não da permanência de Vasco Rocha Vieira à frente dos destinos de Macau.

«Quando fui para Macau não sabia como as coisas iam correr e quanto tempo ia lá ficar. Ainda sou do tempo em que os Governadores eram nomeados por um mandato de quatro anos, mas não sabia se ia ficar um dia, um ano ou quatro anos», diz Rocha Vieira, que, na verdade, «tal como aconteceu nos Açores, não estava preocupado com isso.» Em todo o caso, sempre considerou que o seu mandato corresponderia ao tempo de Mário Soares como Presidente da República. Aliás, disse-o em Macau e em

Lisboa, dois meses antes das eleições para o Palácio de Belém. «Quem quer que seja eleito [a disputa estava centrada entre Jorge Sampaio e Cavaco Silva], ponho o meu lugar à disposição, para que o futuro Presidente decida sem qualquer constrangimento.» E não esperou que Jorge Sampaio tomasse posse para fazer o que anunciara, apesar de a mudança no topo do Estado não implicar a cessação da função de Governador de Macau. É isso que o leva ao primeiro encontro com o novo Presidente, em meados de Fevereiro, no Forte de Catalazete, instalações que Sampaio ocupou após a eleição, em 14 de Janeiro de 1996, até à sua investidura no cargo, em 9 de Março.

Nesse encontro, Rocha Vieira diz ao Presidente eleito que compreende perfeitamente que queira nomear outra pessoa para Governador de Macau e que poderia contar com ele para uma substituição tranquila.

Naquela altura, se Rocha Vieira se viesse embora, era um ciclo que se fechava com toda a naturalidade. O aeroporto, que muitos viam como um desafio impossível, tinha sido inaugurado no final do ano anterior e as principais questões do processo de transição estavam resolvidas ou encaminhadas. No plano pessoal, a sua família, nomeadamente a sua mulher, não estava presa a Macau. Aliás, Pedro, o filho mais velho, tinha partido em 1995 para Lisboa, para a universidade. Quanto a Vasco Rocha Vieira, aos 56 anos desfrutava de amplas e estimulantes perspectivas de vida profissional. E não só na carreira militar. Com efeito, na altura recebeu ofertas tentadoras do sector privado.

O Governador esperava sair do Forte de Catalazete com um «sim» ou um «não» à sua permanência em Macau. Acabou por sair com um adiamento da decisão, cujo sentido só mais tarde se lhe revelaria.

Ao visitar Macau pela primeira vez, em Fevereiro de 1997, quase um ano depois de ter iniciado funções, Jorge Sampaio evocou essa atitude de disponibilidade do general Rocha Vieira num contexto em que vincava a sua própria autoridade. «Com elevado sentido ético-político e de clara consciência da fonte de legiti-

midade do Governador do Território», afirmou no Palácio da Praia Grande, «teve V. Ex.^a o gesto de colocar o lugar que vinha exercendo à disposição do Presidente da República recém-empossado.»

Vasco Rocha Vieira conheceu Jorge Sampaio na crise académica de 1962, quando o futuro presidente era secretário-geral da RIA (Reunião Inter-Associações). Um dos seus melhores amigos, Alberto Arez da Silva, um cirurgião falecido em 13 de Fevereiro de 2002, era igualmente amigo de Sampaio. Rocha Vieira aparecia uma ou outra vez nos plenários da RIA. A amizade com Arez, então estudante de Medicina, já vinha do tempo do Colégio Militar. O pai era cirurgião na Beira, onde também viviam os pais de Rocha Vieira. Quando chegavam as férias grandes, iam juntos para Moçambique. Em Lisboa, um dos pontos de encontro de Vasco Rocha Vieira e Alberto Arez era o chamado Café dos Pretos, na Feira Popular. O espaço, onde se bebia bom café, recriava um aglomerado de cubatas com troncos de árvore adaptados a mesas e bancos. E Sampaio, de vez em quando, também ia até lá.

Muito mais tarde, Rocha Vieira encontrou-o duas ou três vezes em casa de amigos comuns. No Verão de 1995, a poucos meses das eleições para Belém, quando era presidente da câmara, Jorge Sampaio manifestou o desejo de falar com o Governador sobre Macau. «Vou ter consigo onde quiser», disse-lhe Sampaio. Rocha Vieira, porém, ofereceu-se para ir aos Paços do Concelho falar com o pré-candidato presidencial.

Durante o processo revolucionário, nem teve contactos nem esteve em sintonia com o dr. Jorge Sampaio. Diz: «Sampaio estava noutro lado. Nunca o vi nas lutas contra a tentativa não democrática de tomada do poder durante o período de 1974/1975.»

Esses tempos, porém, tinham ficado para trás. No início de 1996, por maiores que fossem as suas divergências, havia pelo menos um objectivo em que só podiam estar do mesmo lado, o encerramento com dignidade e grandeza do ciclo do Império, na transição de Macau para a China.

Rocha Vieira deixou o Forte de Catalazete numa situação de indefinição quanto à sua continuação em funções, uma vez que, segundo diz, Jorge Sampaio «foi redondo, foi dúbio», protelando a decisão com um «vou pensar, vou ver». Só voltaria a falar com o Presidente da República no Palácio de Belém, seis dias depois da sua tomada de posse, a 9 de Março de 1996. A audiência, em 15 de Março, serviu apenas para receber a confirmação de que continuaria à frente de Macau. Após o encontro, a decisão foi divulgada publicamente através de um comunicado lido pelo chefe da Casa Civil do Presidente da República, o diplomata António Franco. Tratou-se de uma confirmação e não de uma recondução, uma vez que, de acordo com o Estatuto Orgânico de Macau, o Governador não cessava funções com o fim do mandatado Presidente da República.

A decisão estava tomada, mas Sampaio nunca se libertou completamente da hesitação que a antecedeu. No fundo, segundo o antigo Governador veio a perceber mais tarde, «a vontade dele não era essa». Como se explica então que o Presidente Sampaio tivesse seguido um caminho em contradição com aquilo que foi o seu impulso inicial e mais profundo?

Sampaio queria mudar o Governador

Após a decisão de se candidatar a Presidente da República, Jorge Sampaio convidou Jorge Neto Valente para ser seu mandatário em Macau. «Ele telefonou-me a dizer que gostava de falar comigo quando viesse a Lisboa», conta. Neto Valente, seu antigo colega de escritório, foi mobilizado para Macau no início da década de 70 do século xx. Depois de passar à disponibilidade, instalou-se no Território como advogado.

Numa viagem a Lisboa, ouviu sem surpresa o convite para mandatário, mostrando logo abertura para o aceitar. No entanto, o advogado de Macau quis primeiro saber qual seria a atitude de Sampaio em relação a alguns pontos que tinha por sensíveis.

Disse: «Com certeza, fico muito honrado, mas estou lá, vivo lá, não estou para me vir embora, tenho amor àquela terra, tenho amor às pessoas. As pessoas sabem onde é que eu estou, confiam em mim e vão perguntar-me: ‘Qual é a ideia do teu candidato quanto ao período de transição, aos temas mais importantes e à permanência ou não do Governador?’ E o dr. Sampaio disse-me: ‘Eu não percebo nada disso. Tu é que sabes.’»

Para Neto Valente é claro que «a parte chinesa da China e a parte chinesa de Macau esperam que não haja mudanças importantes, porque, se houver, vai ser muito difícil acelerar a transição. Conviria por isso dar uma noção de continuidade». E também se pronuncia sobre a questão concreta da saída ou não do Governador:

«Não foi por sugestão minha que Rocha Vieira foi para Macau. Na altura, devo dizer que achava mal que fosse um militar, por muito civilizado que esse fosse e tivesse o palmarés que este tem. Neste momento, porém, considero que é um enorme disparate e muito mau para os interesses de Portugal tirar de lá o general Rocha Vieira.»

Posto isto, Neto Valente vinca que o seu único interesse é Macau:

«Eu preciso de saber o que é que digo às pessoas, qual é a posição do candidato. ‘Olhe, o Governador é para ficar, não sei quê é para mudar.’ Não tinha nenhum interesse em particular em coisa nenhuma em Macau. Tinha o interesse de Macau. E aquilo que disse ao dr. Sampaio era o que eu pensava que era bom para Macau. Eu não dependia em rigorosamente nada do general Rocha Vieira.»

Quando o candidato apoiado pelo Partido Socialista é eleito Presidente da República, no início de 1996, Neto Valente vem a Lisboa para a sua tomada de posse, em 9 de Março. Em 2009 reconstituiu de memória o diálogo que teve com o Presidente eleito:

«Algures em Fevereiro, duas semanas, dez dias antes, fui almoçar com ele à Gôndola [restaurante A Gôndola], e o dr. Sampaio disse-me: ‘Sabes, estava a pensar mudar o Governador de Macau.’» Foi uma surpresa completa. «Eu *branqueei-me*. ‘O quê?’

Eu senti-me... não é traído, senti-me ferido. Com que cara andei a dizer às pessoas que este é que é o bom candidato, porque vai manter e tal...» E interpela o Presidente eleito: «Não acredito. Não é verdade. Então tu disseste-me isto e agora o que é que eu vou dizer às pessoas? Não é só mudar. É uma vergonha total.»

Sampaio justifica-se por estas ou por outras palavras idênticas, relatadas pelo advogado luso-macaense:

«Chegaram-me muitas queixas do Governador. Os Chineses não gostam do Governador.»

Neto Valente contrapõe:

«Isso é falso. Isso é *mentiríssimo*. Está na cara que alguém que quer ir para lá, que quer ser Governador, te convenceu disso. Eu até desconfio que sei quem é. Foi um mau secretário-adjunto. Houve pior. Mas o dr. Manuel Jorge Magalhães e Silva não foi bom, por feitio dele. Ouve mal, é *preconceituado*, é complicado. Tem um mau relacionamento com a política e uma percepção errada das coisas. É uma pessoa cheia de si própria, muito convencida. Foi para Macau, só arranjou problemas. E com toda a gente. Dava-se mal com a Assembleia Legislativa, mal com os funcionários. Tem um feitio muito pesporrente. Era muito criticado.» No entanto, nem tudo era mau... «A parte boa dele, gostou muito de lá ter estado.»

Neto Valente pergunta então a Jorge Sampaio:

«Veio alguém falar contigo?»

Responde o Presidente eleito, segundo o seu interlocutor:

«Não, mas fizeram-me chegar recados.»

Neto Valente:

«Eu faço-te chegar recados absolutamente contrários. Com uma diferença, os meus são verdadeiros e os teus são falsos.»

Jorge Sampaio, sempre de acordo com o testemunho do seu antigo mandatário:

«Porque dizes isso?»

Neto Valente:

«Eu sei. Manda lá alguém independente, não aquele que quer ser Governador, para ver se é ou não como eu te digo.»

E, num aparte, desabafa:

«Almoço na Gôndola... Sofri muito por causa disso.» Até comentou o assunto com Mário Soares. «Estava aflito», confessa.

O advogado, agora com a dupla nacionalidade, portuguesa e chinesa, diz que foi «muito contrariado que o novo Presidente se limitou a designar o dr. Manuel Jorge» para consultor para os assuntos do Território. «Telefonou-me para Macau para me dar a notícia de que tinha nomeado dois consultores. Gostava que eu soubesse em primeira mão quem eles eram.»

Não esperou para ouvir os nomes:

«Um já sei, é o Silva.» [O outro foi Carlos Gaspar.] E reconstitui a continuação do diálogo.

Sampaio:

«Tens alguma coisa contra o Silva?»

Neto Valente:

«Não, mas sei o mal que ele fez a Macau e suspeito que vai continuar a fazer.»

Sampaio, por estas palavras ou outras semelhantes:

«Mas ele conhece Macau.»

Neto Valente:

«Ele julga que conhece. Não conhece, não. É das pessoas mais prejudiciais, porque não conhece.»

Não foi só o advogado a defender a permanência do Governador. A opinião do Presidente cessante também terá pesado no recuo do novo inquilino do Palácio de Belém. Com efeito, passado muito tempo, Mário Soares contou a Rocha Vieira que tinha pressionado repetidamente Jorge Sampaio para o confirmar no cargo, com o argumento de que a transição estava a correr com normalidade e de que o Governador estava a conduzir bem os dossiês e era respeitado pelos Chineses. Além disso, a sua substituição iria afectar a regular sequência do processo e criar os naturais problemas de ajustamento decorrentes da entrada em funções de uma nova personalidade, numa altura em que já estava à vista a passagem da administração do Território para a China.

No livro *Soares — O Presidente*, de Maria João Avillez, publicado em 1997, o antecessor de Jorge Sampaio refere-se nos seguintes termos ao então Governador de Macau:

A nomeação de Rocha Vieira estabilizou e apaziguou, de facto, o Território. Tem sido, do meu ponto de vista, um excelente Governador, conforme tive ocasião de confirmar *in loco*, por mais de uma vez, nas missões sucessivas que fiz ao Território. O relacionamento com a China tem sido feito com muito rigor e exigência, mas também com a necessária firmeza. Criou, criteriosamente, uma espécie de guarda-vento entre mim e Macau, que me protegeu relativamente à imprensa e ao dia-a-dia, às vezes desgastante, da vida do Território.

Cerca de um ano depois da confirmação do Governador no cargo, Jorge Sampaio ainda parece preocupado com desfazer eventuais dúvidas sobre a existência de pressões por detrás da opção tomada. Assim, no aludido discurso no Palácio da Praia Grande, volta aos motivos da sua decisão e reafirma a confiança no Governador, afastando qualquer ideia de que poderia ter cedido a quem quer que fosse. «Os méritos evidenciados por V. Ex.^a na condução dos destinos do Território [...] tornaram inequívoca a decisão que tomei de reconduzir V. Ex.^a como Governador de Macau e de manifestar, então como agora, a integral confiança do Presidente da República em V. Ex.^a e no modo como saberá exercer a sua função ao serviço desta comunidade.»

Secretários-adjuntos tirados a ferros

Apesar da «inequívoca decisão», sobravam sinais de que o Presidente da República vendia cara a confirmação do Governador no cargo. Precedendo o regresso a Macau após a investidura do Presidente da República, Rocha Vieira voltou ao Palácio de Belém em 18 de Março de 1996 para falar com Jorge Sampaio sobre assuntos relativos ao Território. Entre eles, avultava a subs-

tituição de quatro secretários-adjuntos, que tinham pedido para cessar funções por motivos de natureza pessoal. Contudo, na sequência de um almoço na zona do palácio destinada a residência privada, no qual também participaram o primeiro-ministro, António Guterres, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, há um quiproquó prenunciador dos problemas que o esperavam. Quando, ainda antes de entrarem no gabinete presidencial e na substância das questões, se apercebe de que o Presidente da República se faz acompanhar para a audiência pelo menos por um dos seus consultores, Magalhães e Silva, o Governador observa: «Não posso obrigar o senhor Presidente a receber-me a sós, mas quero dizer-lhe, com toda a lealdade, que há assuntos de que apenas falo com o Presidente da República.» A atitude de reserva de Rocha Vieira decorria do facto de ir apresentar nomes para secretários-adjuntos. Jorge Sampaio esboçou um esgar de contrariedade, mas aceitou que a conversa fosse apenas a dois, o que voltou a acontecer sempre que se tratava de falar de pessoas em concreto para a sua equipa governativa.

Ligado ao novo Presidente por laços profissionais — partilharam o mesmo escritório de advocacia — e de amizade, Manuel Jorge Fonseca de Magalhães e Silva nasceu no Porto em 1944, mas licenciou-se na Faculdade de Direito de Lisboa. Nas eleições para a Assembleia Nacional promovidas por Marcelo Caetano em 1969 foi candidato a deputado pela Comissão Eleitoral Monárquica. Agora era a principal voz do círculo de conselheiros do Presidente da República em tudo o que dissesse respeito a Macau. Aliás, fora secretário-adjunto para os Assuntos de Justiça do Governador Carlos Melancia, entre 1988 e 1990, e voltaria a ter responsabilidades relevantes associadas ao Território como membro do Conselho Superior de Justiça e do Grupo de Ligação Conjunto no tempo de Jorge Sampaio.

Apesar da proximidade pessoal e política ao seu consultor para os assuntos de Macau, o Presidente da República viria a aceitar as observações críticas do Governador à acumulação das referidas posições institucionais. «Um dia», conta Rocha Vieira, «disse ao

dr. Sampaio que não era compatível estar nos dois órgãos ao mesmo tempo. Ele concordou e Magalhães e Silva deixou o Conselho Superior de Justiça e ficou apenas como membro do Grupo de Ligação Conjunto.»

Rocha Vieira não imaginava como ia ser a sua relação de trabalho com o novo Presidente. Com Soares, as conversas eram sempre a sós e raramente o Governador lhe dava um papel. Com Sampaio, a maior parte das reuniões tinha lugar à volta de uma mesa na sala do Conselho de Estado, com a participação de Magalhães e Silva e Carlos Gaspar, os dois assessores para Macau, diante de relatórios e dossiês.

Voltando à conversa a sós em 18 de Março de 1996, Sampaio ainda prolongou algum tempo a muda encenação, ficando a dar despacho a uns papéis, enquanto ia interpelando com o olhar o seu expectante interlocutor. Por fim, Rocha Vieira pôde apresentar o nome da pessoa que propunha para secretário-adjunto para a Saúde e Assuntos Sociais.

Ao contrário dos outros três pelouros que também iriam receber novos titulares, o da Saúde e Assuntos Sociais já estava vago. Na verdade, a secretária-adjunta Ana Maria Basto Perez, conquanto só tenha sido exonerada em 9 de Fevereiro de 1996, deixara Macau no final de 1995, quando o seu marido, Jorge Alberto Aragão Seia, foi nomeado juiz-conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, do qual viria a ser presidente desde 2001 até à sua morte, em 2005. Aragão Seia, na altura juiz-desembargador, tornou-se em Novembro de 1991 o primeiro Alto Comissário contra a Corrupção e a Ilegalidade Administrativa de Macau. Fora Rocha Vieira a nomeá-lo, apesar de o Presidente da República ser de opinião que o preenchimento daquele cargo não era necessário. «Mas disse a Mário Soares que o lugar existe e que não gostaria que ficasse alguma dúvida quanto à determinação no seu preenchimento.» Soares acabou por concordar com a posição de Rocha Vieira.

Para mostrar a sua isenção e independência, o Governador não só não designou ninguém da sua confiança, mas também fez

questão de que o Alto Comissário fosse alguém independente e um magistrado sénior. Pediu, assim, a Laborinho Lúcio, magistrado e ex-director do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), que fora ministro da Justiça do XI Governo, que lhe sugerisse uma personalidade com o perfil desejado. Rocha Vieira conhecia-o do tempo em que, enquanto Ministro da República para os Açores, participava nos Conselhos de Ministros do referido Governo.

«Laborinho Lúcio indicou-me Aragão Seia, de quem eu nunca tinha ouvido falar», diz o antigo Governador. No estado de viúvo, o juiz-desembargador viria depois a casar-se com Ana Perez, secretária-adjunta para a Saúde e Assuntos Sociais.

Logo na apresentação da proposta para os Assuntos Sociais, Rocha Vieira ouviu uma recusa do Presidente da República, o que o deixou completamente espantado. Nunca lhe passou pela cabeça que isso pudesse acontecer. É verdade que, segundo o Estatuto Orgânico de Macau, era o Presidente da República que nomeava e exonerava os secretários-adjuntos, sob proposta do Governador. Assim, Rocha Vieira nunca pôs em causa a legitimidade presidencial para o fazer. No entanto, achava estranho o comportamento de Sampaio, que praticamente não dava razões para recusar os nomes que ele lhe submetia. «Temos de estudar isso e ver», dizia.

Rocha Vieira não tem conhecimento de que alguma vez um Presidente da República tenha vetado uma proposta para secretário-adjunto. Aliás, o normal era a aceitação, a não ser que sobreviesse uma situação excepcional. Os secretários-adjuntos eram colaboradores do Governador. «A função executiva será exercida pelo Governador, *coadjuvado pelos secretários-adjuntos*», lê-se no artigo 6.º do Estatuto Orgânico de Macau então em vigor. Aliás, era ao Governador que cabia dar-lhes posse.

«Foi aqui que eu percebi que o relacionamento ia ter grãos de areia. Só que nunca julguei que iam ser tão grandes», lembra Rocha Vieira. «Estava a criar-me dificuldades, a moer-me.»

Uma situação casual, no entanto, permitiu nomear Alarcão Troni sem grandes delongas para o lugar de Ana Perez. Ex-secretário de Estado-adjunto do ministro da Educação em Executivos

de Cavaco Silva, o Governador conhecia-o dos Conselhos de Ministros, quando ele substituía o ministro Roberto Carneiro.

Troni escrevera-lhe uma carta manifestando a sua disponibilidade para o exercício de funções na administração do Território. Sabendo que ele tinha um bom relacionamento com Sampaio, Rocha Vieira propô-lo poucos dias depois ao Presidente da República e a escolha foi aceite, tendo sido nomeado em 10 de Abril de 1996. Antes de regressar ao Oriente, o Governador ainda se encontrou com Alarcão Troni na Missão de Macau em Lisboa.

Num segundo e prolongado tempo, que se estendeu por meio ano, o Governador teve de percorrer uma via-sacra de propostas recusadas até dar posse a mais três secretários-adjuntos.

O último secretário-adjunto a ser nomeado foi o engenheiro civil José Alves Paula, em 20 de Setembro de 1996, que tomou posse em 18 de Outubro.

O preenchimento do pelouro da Justiça também tardou, mas, depois de várias recusas, houve um momento em que se «descobriu um nome irrecusável» pelo Presidente da República. A aguardar a sua própria substituição como secretário-adjunto da Justiça, foi António Macedo de Almeida que alertou o Governador: «Há alguém muito bom, amigo de Sampaio, impecável, isento e sério, o procurador-geral-adjunto Luís Novais Lingnau da Silveira.» Macedo de Almeida conhecera-o no gabinete do ministro da Educação do IV e V Governos Provisórios, major de Engenharia José Emílio da Silva, em 1975.

Num esforço para desbloquear a situação, Rocha Vieira ligou para o Palácio de Belém e propôs para a Justiça, ao Presidente Sampaio, uma personalidade que ele conhecia muito bem. Não o fez para agradar ao Presidente da República. Pelo contrário. Ao chegar ao absurdo de apontar para seu colaborador em Macau alguém que não conhece mas que é amigo de Sampaio, Rocha Vieira quis mostrar-lhe que não fazia sentido a sua atitude de resistência às propostas para a substituição dos secretários-adjuntos.

«Senhor Presidente, tenho uma proposta para secretário da Justiça.» Depois de ouvir o nome adiantado, «Sampaio fez um silêncio». Por fim, respondeu: «Em relação a esse, não tenho nada a opor.»

O Governador liga então para Luís Lingnau da Silveira e, depois de lhe falar sobre o enquadramento da situação em Macau, diz-lhe: «Eu não o conheço e o senhor não me conhece. Tenho óptimas referências suas. O motivo do contacto é a substituição do secretário-adjunto para a Justiça. Pergunto-lhe se aceita vir trabalhar comigo.» O procurador-adjunto pediu tempo para pensar. «Passados dois dias ligou-me, agradeceu-me muito e disse-me: ‘Estive a ponderar e não posso aceitar por razões profissionais.’» O Presidente ainda terá falado com ele, mas não conseguiu convencê-lo a ir para Macau. Alguns anos mais tarde, em 2001, Luís Lingnau da Silveira seria nomeado presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados.

A recusa do amigo de Sampaio acabou por abrir espaço para uma hipótese que já tinha sido pensada. Acontece que, independentemente da pessoa em causa, cujo trabalho conhecia e via com apreço, Rocha Vieira evitava tal hipótese, por implicar a promoção de um chefe de gabinete. Mas foi isso mesmo que aconteceu. O chefe de gabinete de Macedo de Almeida, Jorge Correia de Noronha e Silveira, foi nomeado secretário-adjunto da Justiça, em 24 de Julho de 1996. Fora professor da Universidade de Macau e tinha estado no Gabinete de Assuntos Legislativos de Macau, no âmbito do qual trabalhou com Magalhães e Silva. Não era, portanto, um estranho no círculo presidencial. Após a transição, Jorge Noronha e Silveira retomou as suas funções docentes na Faculdade de Direito de Lisboa. Mais tarde ingressou na Provedoria de Justiça como provedor-adjunto de Henrique do Nascimento Rodrigues, tendo continuado em funções com o provedor Alfredo José de Sousa.

O caso mais bicudo e demorado foi o da personalidade proposta logo em Março de 1996 para secretário-adjunto para a Segurança, brigadeiro Manuel Monge. «Mantive sempre o Monge», afirma Rocha Vieira, recordando os meses de persistência

para levar Sampaio a ceder à designação do antigo membro da Casa Militar de Mário Soares.

O ex-Governador ainda tem presente o dia de calor na sexta-feira 19 de Julho de 1996, na véspera de regressar a Macau. Mal entra em Belém, Sampaio diz-lhe que no dia seguinte vai sair uma notícia no semanário *Expresso* sobre o brigadeiro Monge. «Considero importante que o senhor esclareça isso com o jornalista», observa. Rocha Vieira vê-se perante um enigma, mas responde: «Não sei do que o senhor Presidente está a falar. Eu não falei com ninguém. Já propus o brigadeiro Monge várias vezes. Se falasse com o *Expresso* a única coisa que teria a dizer é que o senhor Presidente não nomeia o brigadeiro Monge porque ele foi da Casa Militar de Mário Soares.»

Jorge Sampaio chamou então alguém a quem disse que ligasse a Orlando Raimundo, jornalista do semanário *Expresso*. «Gerou-se um silêncio pesado» até Sampaio receber o telefonema e dizer: «Olhe, está aqui o Governador, que lhe vai explicar que está tudo bem.» Em seguida passa o telefone ao Governador, que, por seu turno, diz: «Não tenho nada a acrescentar àquilo que o senhor Presidente da República lhe disse.» Este episódio, algo kafkiano, ficou por aqui. O texto de Pedro Correia, correspondente em Macau, publicado pelo *Expresso* no dia seguinte, ao mesmo tempo que confirma que Sampaio está a criar grandes dificuldades a Rocha Vieira na substituição dos secretários-adjuntos, apenas diz que «é possível que o Presidente acabe por dar luz verde a Monge». A notícia do *Expresso* tem algumas indicações objectivamente erradas. Assim, o juiz Sebastião Póvoas para a Justiça e o eng.º Rangel de Lima para as Obras Públicas nunca foram hipóteses que tivessem aflorado ao pensamento de Rocha Vieira. «São nomes que eu nunca apresentei ao Presidente da República», afirma. Do mesmo modo, ao contrário do que se diz no texto do semanário, nunca pediu a demissão de José Manuel Machado de secretário-adjunto para os Transportes e as Obras Públicas. Pelo contrário, gostaria de ter continuado a contar com a sua colaboração.

A referida notícia tem também revelações sobre propostas de que Rocha Vieira só falou com Jorge Sampaio. Assim, o primeiro nome apresentado para os Assuntos Sociais foi o de Leonel Miranda, responsável pelo plano a médio prazo no gabinete do Governador. Para a Justiça, a escolha inicial incidiu sobre Borges Soeiro, juiz do Tribunal Superior de Justiça de Macau e ex-secretário de Estado-adjunto do ministro da Justiça em dois Governos de Cavaco Silva. Em 2005, Borges Soeiro foi nomeado juiz do Supremo Tribunal de Justiça.

A luz verde para o brigadeiro Manuel Monge acabou por chegar nesse Verão. O decreto presidencial da sua nomeação é de 25 de Julho, mas só foi publicado em 21 de Agosto de 1996. E só em 20 de Setembro de 1996 o novo secretário-adjunto para a Segurança entrou em funções.

XVIII

Mudam-se os governos e as vontades

Sentando-se uma nova personalidade no Palácio de Belém, é natural que o estilo de relacionamento com o Presidente da República também fosse diferente. Mas não foi só o estilo a mudar. O que mudou, e muito, foi a articulação com a primeira figura do Estado e com o Governo, complicando a tomada de decisões e enfraquecendo a posição de Portugal no relacionamento com os Chineses. Perceberam que do lado português não havia só uma voz. Rocha Vieira ressalva, no entanto, que «a relação com Sampaio se processou sempre de uma forma polida».

O artigo 137.º da Constituição da República Portuguesa preceituava que «compete ao Presidente da República, na prática de actos próprios», segundo a alínea *h*), «praticar os actos relativos ao território [de Macau] previstos no respectivo estatuto». Trata-se do Estatuto Orgânico de Macau, uma espécie de mini-Constituição de Macau aprovada em 1976, que, no n.º 1 do artigo 20.º, estabelecia que «o Governador é politicamente responsável perante o Presidente da República», mas que logo no artigo 2.º consagrava a ampla autonomia do território. De acordo com essa disposição, Macau gozava «de autonomia administrativa, económica, financeira,

legislativa e judiciária». Só nas relações com países estrangeiros e na celebração de acordos ou convenções internacionais, o Estatuto (artigo 3.º, n.º 2) estabelecia que a representação de Macau competia ao Presidente da República. No entanto, o Presidente podia delegar essa competência no Governador quanto a matérias de interesse exclusivo do Território. O Governador dispunha assim de um vasto leque de competências próprias executivas e legislativas. Poucas eram as matérias reservadas aos órgãos de soberania da República. No âmbito de uma dessas matérias, aliás de grande relevância, a Assembleia da República aprovou a Lei de Bases da Organização Judiciária de Macau em Junho de 1991.

No plano diplomático, o Grupo de Ligação Conjunto constituía a instância permanente onde os dois governos negociavam as questões relacionadas com o compromisso resultante dos termos da Declaração Conjunta, assumidos por Portugal e pela China. Cada parte designava um chefe, a nível de embaixador, e mais quatro membros para o Grupo de Ligação Conjunto. Um dos vogais da delegação portuguesa ao Grupo de Ligação Conjunto era indicado pelo Presidente da República, uma prática informal desde o início da sua instituição. Os outros três eram do Ministério dos Negócios Estrangeiros, neles se incluindo o chefe da Base Principal do Grupo de Ligação Conjunto em Macau e, simultaneamente, chefe do Grupo de Terras, e ainda o n.º 2 da embaixada de Portugal em Pequim.

Com Jorge Sampaio no Palácio de Belém, Magalhães e Silva rendeu Alexandra Costa Gomes no Grupo de Ligação Conjunto, em 1997. Alexandra Costa Gomes, que tinha sido indicada por Mário Soares para substituir António Vitorino, foi ainda coordenadora da Missão de Macau em Lisboa desde 1989 até ao final do período de transição.

Na chefia da delegação portuguesa ao Grupo de Ligação Conjunto sucederam-se os embaixadores Carlos Simões Coelho (1988-1989), Pedro Catarino (1989-1992), Fernando Andresen Guimarães (1992-1995), Jorge Ritto (1995-1996) e António Santana Carlos (1996-1999).

O Grupo de Ligação Conjunto não interferia na administração de Macau. Essa responsabilidade, segundo o artigo 4.º do Estatuto Orgânico de Macau, cabia aos órgãos de governo próprio de Macau, o Governador e a Assembleia Legislativa. De acordo com o n.º 1 do artigo 3.º do referido estatuto, o Governador era ainda o representante no Território dos órgãos de soberania da República, à excepção dos tribunais. No entanto, isso não lhe conferia qualquer autoridade política no âmbito do Grupo de Ligação Conjunto, que dependia dos Governos de Lisboa e de Pequim. Porém, na prática, poucos assuntos podiam ser resolvidos sem a participação activa ou o apoio do governo de Macau, quer a montante, quer a jusante dos trabalhos do Grupo de Ligação Conjunto. «O trabalho do Grupo de Ligação Conjunto apoiava-se no governo de Macau», salienta o embaixador Pedro Catarino, antigo chefe da parte portuguesa, adiantando que eram as autoridades locais que asseguravam a ligação, «absolutamente essencial», às várias sensibilidades de Macau. Foi assim com o Grupo de Terras, a Escola Portuguesa, a língua, os códigos, o Consulado Português e muitos outros domínios.

A ligação do Governador à República era feita através do Presidente da República, de quem dependia institucionalmente, e através do Governo, do qual precisava para executar algumas das políticas necessárias a Macau e resolver as questões ligadas a Portugal ou de interesse para o País.

Com Soares e Cavaco

Quando o Governador se deslocava a Lisboa tinha sempre audiências com o Presidente da República e o primeiro-ministro. A Mário Soares interessava sobretudo saber se havia alguma situação mais complicada que justificasse a sua intervenção. De qualquer modo, o Governador punha-o ao corrente da evolução das grandes questões de Macau. O Presidente dizia ainda a Rocha Vieira que lhe desse conta de algum eventual problema com o Governo, que ele falaria com o primeiro-ministro. No entanto, tal

nunca aconteceu. À margem do dossiê de Macau, Soares gostava de falar a Rocha Vieira da situação do País.

O encontro com Cavaco Silva desenrolava-se em dois tempos. No primeiro, o Governador informava-o do andamento do processo de transição. No segundo, apresentava-lhe os pontos de agenda a tratar com vários ministros. O primeiro-ministro ouvia e fazia perguntas, ficando depois assentes as instruções a transmitir e as medidas a tomar. O assessor diplomático, António Martins da Cruz, que secretariava a reunião, ia tomando as devidas notas.

Quando no mesmo dia ou nos dias subsequentes Rocha Vieira batia à porta dos ministros, estes já tinham recebido as indicações de São Bento e tudo se desenrolava com eficiência e fluidez.

Especialmente importantes eram as questões que corriam através do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Por um lado, no âmbito das suas funções específicas e responsabilidades próprias, o Governador tinha de tomar decisões *in loco* nas negociações com a parte chinesa. Por outro lado, as questões relacionadas com o Grupo de Ligação Conjunto implicavam o diálogo e o entendimento entre o Governador e o chefe da delegação portuguesa àquela instância político-diplomática ou o chefe da Base Principal da delegação em Macau, que era também chefe do Grupo de Terras. Embora as matérias da Declaração Conjunta fossem, em última análise, decididas no quadro dos Governos de Portugal e da China através do Grupo de Ligação Conjunto, a verdade é que o seu conhecimento, viabilidade, preparação, execução e apoio técnico vinham da administração e do governo de Macau.

A posição de Portugal era tanto mais forte quanto mais coerentes, sólidas e sopesadas fossem as suas propostas. Para isso, era muito difícil ou quase impossível passar ao lado do Governador de Macau e dos seus secretários-adjuntos. Eram eles que estavam no terreno e conheciam as situações e o ambiente, dispunham de informação e tinham um relacionamento pessoal com os elementos da parte chinesa: a Xinhua, o Grupo de Ligação Conjunto e canais informais. A única pessoa que podia ter uma visão transversal das questões era o Governador.

«Nesse período, a ligação com a parte chinesa correu muito bem», afirma Rocha Vieira. Assim, na primeira parte do seu mandato foram lançadas as grandes linhas de política para Macau e foram discutidos os principais pontos relativos ao futuro do Território. Graças ao clima de confiança mútua, ficou definido o rumo do processo de transição.

«A execução no terreno», observa Rocha Vieira, «exigiu sempre grande rigor e atenção, e não poucas vezes as diferenças de opinião levaram a longas e difíceis conversações formais e informais.»

Na afirmação da posição portuguesa junto da parte chinesa foi determinante o suporte político do Presidente Mário Soares e a confiança por ele transmitida, em conjugação com o facto de haver sintonia do Governador com o Governo da República. Para Rocha Vieira, essa sintonia resultou da orientação e da coordenação do primeiro-ministro, Cavaco Silva. E garante que o apoio sem fissuras de Lisboa ao Governador era sentido em Macau, quer pela parte chinesa, quer pela população.

Com Jorge Sampaio em Belém e António Guterres em São Bento, a ligação do Governador a Lisboa passou a ter contornos diferentes. Assim, o Presidente da República passou a ter um papel mais interveniente. Através de extensos relatórios da administração de Macau ou de relatos pessoais, Rocha Vieira propiciava a Jorge Sampaio toda a informação sobre o Território.

Por outro lado, o Governador, sempre que vinha a Lisboa, era recebido pelo primeiro-ministro, António Guterres. A ocasião era aproveitada para o pôr ao corrente das grandes linhas de evolução do Território, de modo comparável ao que antes acontecia com o Presidente Mário Soares. «Ouvia-me, prestava atenção e percebia-se que queria saber como estava a decorrer o processo de transição», diz Rocha Vieira. No entanto, nunca assumiu a posição de querer ser no Governo o ponto focal de ligação a Macau. E cedo desfez as suas apreensões em relação a dois dossiês concretos. Muito pouco tempo depois de tomar posse, Guterres convidou Vasco Rocha Vieira para uma refeição em São Bento. O novo primeiro-ministro estava preocupado com o custo da integração

e da aposentação dos funcionários públicos que regressassem a Portugal e com a factura do Aeroporto de Macau.

Quanto ao primeiro ponto, os encargos financeiros com os servidores públicos que quisessem desligar-se do Território antes da transferência para a China, incluindo os compromissos relativos às pensões, já estavam assegurados pelo governo de Macau.

Em relação ao segundo ponto, Guterres queria saber que custos o aeroporto acarretaria para Portugal. Receava que essa infra-estrutura se transformasse na «Cahora Bassa de Macau». O receio rapidamente se desvaneceu. Com efeito, de acordo com a autonomia financeira do território, os encargos económicos da obra esgotavam-se na responsabilidade dos órgãos de governo próprio do território, não extravasando para a República. Além disso, a construção dentro dos custos e a concessão da exploração do aeroporto garantiam uma situação equilibrada e a sustentação de um projecto em si próprio economicamente viável. E ainda gozava de um reforço adicional: sem passivo, o território dispunha de alguma folga nas suas reservas financeiras. Por outro lado, em relação à China, todos os passos com implicações futuras estavam resolvidos e discutidos. Sossegado com as explicações de Rocha Vieira, a administração de Macau deixou de lhe merecer um interesse premente e directo.

«Macau não foi um fardo para Portugal», ressalta, a propósito, o último Governador, reportando-se ao período de transição. Bem pelo contrário. Macau apoiou de forma significativa a presença portuguesa na região do Índico e do Pacífico em diversas situações. Por exemplo, de acordo com o protocolo de cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o governo do território, celebrado em 1989 e revisto em 1993, Macau contribuiu para a sustentação financeira dos centros culturais portugueses em Pequim, Banguecoque, Tóquio, Seul e Nova Deli.

Também em relação a Timor e ao seu processo de independência, Macau teve um papel activo. A primeira ajuda em dinheiro, apoiando as organizações timorenses com vista a viabilizar a maior participação possível no referendo de 30 de Agosto de

1999, veio do governo do Território. Posteriormente, a pedido de Xanana Gusmão, foi canalizado um milhão de dólares para diversas despesas, incluindo a aquisição de tractores, de modo a permitir que as colheitas fossem feitas antes do período das chuvas. Na ocasião, o Governador falou com Ana Gomes, representante de Portugal em Jacarta, e teve a sua ajuda para se encontrar a melhor forma de concretizar a transferência de verbas.

Na sequência da ocupação indonésia de Timor, em 1975, houve sempre centenas de timorenses ligados a Macau e apoiados pelo governo local ao longo dos anos. Aliás, a Cidade do Nome de Deus constituiu para eles não só um ponto de passagem e de encontro, mas também um centro de acolhimento e uma plataforma para troca de informações.

Depois do referendo, tendo em conta as novas condições políticas em Timor, algumas dezenas de timorenses manifestaram vontade de regressar à sua terra. O governo de Macau organizou o seu repatriamento e fretou um avião da Air Macau para os transportar até Baucau em 18 de Novembro de 1999. Foi o primeiro avião sob jurisdição portuguesa que aterrou em Timor depois de 1975. Os refugiados foram acompanhados pelo coronel Alcino Raiano, assessor do gabinete do Governador. Raiano já conhecia Timor, porque tinha prestado serviço militar no enclave de Oecussi. Rocha Vieira foi despedir-se dos timorenses à entrada do avião, na placa do aeroporto. «Havia casais apenas com os filhos pela mão e segurando uma única mala como bagagem», diz, destacando uma das imagens que guardou dos refugiados. «Mas partiam cheios de fé e de esperança em melhores dias, ao reencontro da sua pátria.»

Rocha Vieira menos ouvido

Ao invés do que acontecia no tempo da dupla Soares-Cavaco, a ligação operacional ao Governo da República deixou de ser feita pelo primeiro-ministro. Os assuntos do Grupo de Ligação Con-

junta passaram a ser orientados directamente pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama. Além disso, foi reactivada a Comissão Interministerial sobre Macau, criada na sequência da Declaração Conjunta e presidida pelo embaixador que chefiava a delegação portuguesa ao Grupo de Ligação Conjunto. Por razões de ordem prática, essa comissão nunca tinha funcionado e, depois dessa altura, bastaram poucas reuniões para ficar evidente a sua inadequação às necessidades de Macau. Na verdade, não havia possibilidade de fazer em Lisboa a articulação entre os Ministérios e o governo do Território. O delegado vindo de Macau para as reuniões da Comissão Interministerial acabava por ser apenas um veículo informativo. Os factos demonstraram que nada podia ser tratado sem a ligação directa do governo de Macau com os respectivos ministérios, cuja cooperação, de resto, nunca faltou. Rocha Vieira considera, no entanto, que a situação poderia ter-se complicado se as questões centrais para o futuro de Macau não estivessem já resolvidas ou a caminho de uma solução.

A partir de 1996, Rocha Vieira falava mais com o Presidente da República do que com o Governo. «Sampaio queria saber de tudo. Não podia decidir praticamente nada, mas queria fazer a articulação com o Governo e com o Grupo de Ligação Conjunto», diz. A forma como Jorge Sampaio acompanhou os assuntos do enclave administrado por Portugal no Extremo Oriente é bem ilustrada pelo facto de, em menos de quatro anos, o Conselho de Estado ter ouvido seis vezes o Governador sobre o processo de transição no Território. Enquanto Rocha Vieira foi Governador, Mário Soares nunca levou Macau ao Conselho de Estado.

Fim da ligação da TAP a Macau

Uma das poucas vezes que o Presidente Sampaio convidou Rocha Vieira para almoçar a sós com ele foi para tentar obter a sua concordância com a suspensão dos voos regulares da TAP entre Lisboa e Macau. A TAP manteve uma ligação bissemanal

com o território de 1996 a 1998. O início da carreira provocou uma grande comoção na comunidade portuguesa de Macau, que ocorreu em massa ao aeroporto, inaugurado de fresco, para assinalar o acontecimento. O avião andava sempre cheio ou quase cheio. No entanto, a versão do Airbus 340 da Air Portugal não era a mais indicada para voos de muito longo curso e sem escala. Apesar do recurso a escalas, em algumas ocasiões os condicionamentos do plano de voo obrigavam a deixar carga em terra.

Na altura era presidente da TAP Manuel Ferreira Lima (1939-2001), por casualidade um amigo de Rocha Vieira desde os tempos da juventude na Praia da Rocha. Ferreira Lima estava a ser pressionado pelo ministro do Equipamento, João Cravinho, para cancelar a rota de Macau, com o argumento de que dava prejuízo. A ligação só poderia continuar se o prejuízo fosse coberto pelo governo de Macau. Ainda se estudou a possibilidade de subsidiar o voo. Contudo, isso não era possível, atendendo às restrições dos tratados da União Europeia relativas aos auxílios concedidos pelos Estados. Em alternativa, considerou-se a hipótese da compra permanente pela administração do território de um determinado número de lugares no avião. Depressa, porém, se concluiu que não tinha sentido comprar bilhetes de um voo que estava quase sempre esgotado.

Lisboa decide então pôr fim à carreira da TAP para Macau. É esta a mensagem que Jorge Sampaio transmite ao Governador. Rocha Vieira, no entanto, diz-lhe que não compreendia por que motivo se cortava um voo com uma boa taxa de ocupação, manifestando-lhe ainda a sua discordância em relação a essa medida, uma vez que «a ligação aérea é muito importante, até por razões de imagem de Portugal».

Perante a posição do Governador, Jorge Sampaio propõe-lhe que seja a Air Macau a assegurar os voos entre o território e a capital portuguesa. Rocha Vieira observa que a Air Macau tem apenas dois anos e não dispõe de uma rede comercial. Acresce que não possuía aviões ajustados a rotas de longo curso, apenas de médio curso. E insiste: «Pelo menos enquanto a administração for

portuguesa não se deve interromper o voo da TAP. É uma questão política. Eu estava à espera que o senhor Presidente se dispusesse a convencer o Governo de que a carreira deve continuar, em vez de procurar convencer-me a mim de que tem de acabar.»

Apesar de estar ciente do quase ridículo da situação, Rocha Vieira dá seguimento à sugestão do Presidente Sampaio e solicita à administração da Air Macau que avalie a referida possibilidade. Na resposta, a Air Macau informou que, de momento, não tinha condições para lançar uma carreira para Lisboa, mas que o faria assim que fosse possível. Na verdade, ao contrário da TAP, a empresa não dispunha de uma rede comercial que aconselhasse a alugar aviões.

Por fim, o Governador informou o Presidente da República de que a Air Macau tinha tomado boa nota do interesse de Portugal em que a operadora local oferecesse uma ligação aérea regular com Lisboa, acrescentando que a empresa a concretizaria assim que tivesse meios para tal.

Com a descolagem do A-340 *Wenceslau de Moraes* da pista da Taipa, em 31 de Outubro de 1998, a TAP pôs fim a cerca de dois anos de voos regulares Lisboa-Macau. O fim da rota provocou um sentimento de abandono na comunidade portuguesa do território, que vivia um período de alguma ansiedade em relação ao futuro: em Julho de 1997 tinha-se consumado a entrega de Hong Kong à China e em Macau faltava pouco mais de um ano para a noite da transferência.

Houve um período em que o Governador falou de alguns assuntos de Macau com António Vitorino. Ministro da Presidência e da Defesa, Vitorino estava familiarizado com a vida do território, pois tinha sido secretário-adjunto do Governador Joaquim Pinto Machado e membro do Grupo de Ligação Conjunto. Aliás, Rocha Vieira disse-lhe um dia: «O senhor conhece bem Macau. Alguns dos domínios — justiça, língua, leis — que foram bem encaminhados em Macau, foram-no graças a si.» Embora o governo de Macau tivesse relações com quase todos os ministérios, era com o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Jaime

Gama que a relação era mais intensa, uma vez que Macau era um assunto de política externa e o Grupo de Ligação Conjunto dependia do Palácio das Necessidades.

A intenção presidencial de intervir e interferir no processo de Macau levou Jorge Sampaio a procurar que a tomada de decisões se fizesse mediante a ligação entre Belém e as Necessidades, não só ao nível do Presidente da República e do ministro dos Negócios Estrangeiros, mas também entre Magalhães e Silva (consultor de Jorge Sampaio e membro do Grupo de Ligação Conjunto) e Santana Carlos (chefe da parte portuguesa no Grupo de Ligação Conjunto e presidente da Comissão Interministerial sobre Macau). Os poderes presidenciais consagrados na Constituição da República e no Estatuto Orgânico de Macau não evitaram que Jorge Sampaio se confrontasse com limitações e dificuldades decorrentes da ausência de meios ou de competências para solucionar questões de Macau que eram da esfera própria de actuação do Governo da República.

Em relação a muitos dos pontos que deviam ser discutidos no Grupo de Ligação Conjunto, as decisões eram tomadas em Lisboa, sem grande participação de Macau. Em certas ocasiões, ou não tinham em conta aspectos locais que o poder central desconhecia ou o governo de Macau inclinava-se para a adopção de outras decisões que considerava melhores. Volta e meia, as objecções do Governador ou dos secretários-adjuntos mereciam a concordância de Santana Carlos. No entanto, o diplomata remetia-se à posição de que eram orientações de Lisboa. «Se também não concorda, deve explicar isso ao ministro», diziam-lhe então alguns dos seus interlocutores.

Nos temas submetidos ao Grupo de Ligação Conjunto, o governo de Macau procurava defender o que entendia ser a melhor solução. Em alguns casos conseguiu-o. Foi assim com as instalações para a residência do futuro cônsul-geral na Região Administrativa Especial, com a questão do estabelecimento e da entrada das tropas chinesas, com certos diplomas estruturantes do ordenamento jurídico de Macau ou ainda com os pormenores da cerimónia de transferência. Noutros casos não. Entre eles, a

Escola Portuguesa, o apoio no futuro às instituições de raiz portuguesa no Território ou o período em que o Banco Nacional Ultramarino viria a ter a função de emissão da moeda em Macau, apenas de 15 anos, e alguns diplomas em que o governo de Macau se empenhara (lei da greve, direito de associação e liberdade sindical), que não foram considerados prioritários e que acabaram por não ser discutidos no Grupo de Ligação Conjunto.

Uma escola portuguesa, com certeza...

Se há iniciativa que ilustra as atitudes de auto-suficiência da República em relação a Macau, essa iniciativa é a da Escola Portuguesa de Macau.

Instalada na antiga Escola Comercial Pedro Nolasco, projectada pelo arquitecto Raul Chorão Ramalho, a Escola Portuguesa de Macau iniciou o seu funcionamento em 1998, do ensino básico ao 12.º ano, com mil e cem alunos, na sua grande maioria da comunidade luso-macaense. A sua viabilização foi possível graças à criação da Fundação da Escola Portuguesa de Macau, instituída pelo Estado português, pela Fundação Oriente e pela Associação Promotora da Instrução dos Macaenses (APIM), com sede em Macau e presidida por Roberto Carneiro, ex-ministro da Educação.

Em linhas gerais, no tripé onde a escola assenta no momento do seu nascimento, o Estado, através do Ministério da Educação, além de garantir uma parte do seu financiamento, é a entidade responsável pelo ensino, designadamente pelos programas, pela pedagogia, pela didáctica e pelo corpo docente. A Fundação Oriente representa uma fatia significativa do vector financeiro do estabelecimento. Quanto à APIM, é proprietária das instalações (mas não do terreno) da Escola Portuguesa e encarna o envolvimento da comunidade macaense na instituição.

Pela sua localização, na Avenida Infante D. Henrique, perto do Casino Lisboa, o terreno da escola chegou a ser objecto do interesse de Stanley Ho. Em compensação, o magnata do jogo propunha-se

construir um novo estabelecimento de raiz noutra zona de Macau, porventura mais adequada à vocação educativa da instituição.

Nos termos dos Estatutos da Fundação da Escola Portuguesa de Macau, o Ministério da Educação e a Fundação Oriente obrigam-se a garantir nas percentagens de 51 por cento e 49 por cento (as mesmas percentagens do fundo financeiro inicial constituído por aquelas duas entidades) os meios financeiros necessários ao funcionamento anual da Escola Portuguesa de Macau. Na prática, porém, o seu financiamento nunca foi um processo simples, em parte devido à retracção da Fundação Oriente. Os próprios custos com a recuperação, a adaptação, o equipamento e o alargamento possível das acanhadas instalações destinados à Escola Portuguesa foram suportados pelo governo de Macau. «A Fundação Oriente já tinha dado provas suficientes de entender não ser esse o seu papel e de não estar empenhada nisso», observa Rocha Vieira. Aliás, receava que ela viesse a interferir em aspectos de natureza formativa em vez de dar apoio àquilo que outros tinham a responsabilidade de definir. «Foi o que aconteceu.»

Para o advogado Jorge Neto Valente, «a escola é o que a Fundação Oriente quis que fosse, não é o que o Estado quis que fosse. A Fundação Oriente tem sido sempre a causadora de todos os problemas. Com o Governo consegue-se falar. Com a fundação foi sempre difícil. Qualquer coisa que fosse diferente da solução minimalista, era contra. A fundação pensou: ‘Se vão ficar com uma escola grande, vai custar muito dinheiro.’»

Numa entrevista à revista *Elite* (Dezembro de 2008), Carlos Monjardino confirmou de certo modo a relatividade do empenho da Fundação Oriente na Escola Portuguesa de Macau: «O caso da Escola Portuguesa arrasta-se há cerca de três anos. Quando assumimos a nossa parte no Instituto Português do Oriente e na Escola Portuguesa de Macau não foi para sempre. Não podemos ficar escravos de instituições que se vão prolongando no tempo e que são mais uma responsabilidade do Estado do que de uma fundação privada. Para a escola pagávamos uma percentagem e fomos avisando que não podíamos continuar eternamente nesta situa-

ção. Sugerimos alterações, partindo da ideia de que esta instituição, sendo pública, tem todas as vantagens de uma escola privada. As propinas são muito baixas.»

A escola «minimalista» não era, nem podia ser, a escola desejada e perspectivada por Rocha Vieira. Nem no objectivo, nem no local, nem no enquadramento institucional e financeiro. O último Governador de Macau «fez tudo o que poderia ter feito» em favor de uma solução que desse uma dimensão internacional à Escola Portuguesa e garantisse de forma sólida a conjugação da sua sustentação financeira com a sua inserção no Território. Prevaleceu, porém, a vontade de Lisboa. Assim nasceu uma Escola Portuguesa com certeza, mas de cariz mais fechado e paroquial. Que Rocha Vieira, no entanto, acabaria por adoptar como se fosse sua. «Mesmo estando convicto de que tinha razão, o meu dever era apoiar a decisão de Portugal. E fizemos isso até ao último dia.»

Ao pôr em causa o modelo adoptado, Rocha Vieira salvaguarda o funcionamento da escola e da sua direcção, presidida por Maria Edith da Silva. «No enquadramento em que trabalha, a direcção da escola não pode fazer melhor», disse após a sua visita a Macau em meados de 2009.

Para o Governador que conduziu o Território até à transferência de soberania, depois de Portugal ter estado mais de 400 anos em Macau e de um período de transição com sentido de futuro, a escola «não devia depender só da ajuda ou das orientações de Lisboa». Deveria ser uma escola «integrada no Território», na qual «o governo da futura Região Administrativa Especial de Macau estivesse empenhado e comprometido». Preconizava, por isso, que o assunto fosse discutido com a parte chinesa nessa perspectiva. «Porque Macau não é uma colónia. É diferente. Não é um problema só de Portugal.»

Não se tratava apenas de deixar lá uma escola para os portugueses de Macau. «Devíamos lá deixar uma escola para Macau, para os Chineses, para quem quisesse utilizar uma escola que não fosse só para os filhos dos portugueses que estão lá. E isso tinha a ver com o governo de Macau. Porque isso era do interesse de

Macau, também. Uma escola destas não podia ser só administrada e subsidiada à distância por Portugal. Devia também ser apoiada através da futura Região Administrativa Especial, e esse compromisso devia e podia ter sido adquirido.»

Era com este pensamento que o Governador defendia que a Escola Portuguesa e outras instituições de raiz portuguesa ficassem reunidas numa zona «com dignidade, possibilidades de expansão e condições de funcionamento». Este conjunto seria o cerne do contributo da cultura portuguesa para o Macau do segundo sistema. A tal zona até existia e estava disponível. «Era o Liceu de Macau [do arquitecto Tomás Taveira, receberia mais tarde o Instituto Politécnico de Macau]. Tinha condições para ter a Escola, o Centro Cultural, a Casa Portuguesa. Não seria um gueto dos Portugueses, mas um núcleo forte. Depois haveria o Consulado e outras instituições.»

De acordo com a solução delineada por Rocha Vieira, seria obtida a anuência da parte chinesa para a escola ficar no liceu, financiada com os dinheiros que a Fundação Oriente deixou de receber a partir de 1996. Os diplomas conferidos pela escola seriam tão internacionais quanto portugueses, e dariam também acesso às instituições de ensino superior europeu. Os idiomas principais do ensino seriam o chinês, o português e o inglês. Não seria uma escola só para portugueses.

De qualquer modo, Rocha Vieira não se sente defraudado e prefere olhar para o futuro. Assinala assim que, alguns anos mais tarde, os responsáveis da escola decidiram introduzir o mandarim, «uma opção que tínhamos tomado desde o primeiro dia». A inclusão da língua oficial da China enquadra-se no «*curriculum* diferenciado», reflexo das circunstâncias históricas, políticas e culturais que dão razão de ser à sua existência. «Não se pode querer que, para ter um diploma do 12.º ano reconhecido em Portugal, a Escola Portuguesa de Macau siga rigorosamente o programa de outra qualquer escola em Portugal, por exemplo, em Lagoa, no Algarve», observa Rocha Vieira, considerando que «a compreensão dessa realidade local também tem a ver com um conceito mais

lato do que é Portugal, e do que é a presença portuguesa e do que são os interesses portugueses no mundo».

Se há aspectos do projecto inicial que são irrecuperáveis, há outros em que é possível dar um novo rumo à Escola Portuguesa. Até há pessoas que não concordavam com o Governador e que mais tarde mudaram de ideias. O próprio Carlos Monjardino, presidente da Fundação Oriente, ao mesmo tempo que pretende afastar-se da escola para cuja configuração contribuiu, disse na referida entrevista: «Não faz sentido que continue a ser uma escola exclusivamente portuguesa. Deve ser sim internacional, sem abandonar o ensino do Português, mas tem de se ensinar obviamente o Inglês e o Mandarim.»

Apesar da ligação vital da Escola Portuguesa ao Ministério da Educação, o general Vasco Rocha Vieira, quando visitou Macau em Junho de 2009, ouviu «esta coisa fantástica» da boca de Edmund Ho, primeiro Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial: «Nós já percebemos que o governo de Macau um dia destes vai ter de apoiar a sobrevivência da Escola Portuguesa.» Para Rocha Vieira, o sentido das palavras do anterior Chefe do Executivo da RAEM era só um: «A escola não vai aguentar-se sozinha, mas nós achamos que ela deve manter-se, que é importante.»

Um ano depois, no início da visita a Lisboa de Fernando Chui Sai On, novo Chefe do Executivo da RAEM, aquela perspectiva era confirmada. Assim, após um encontro com o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, em 18 de Junho de 2010, Chui Sai On classificou o projecto da Escola Portuguesa como «muito importante» para a RAEM e anunciou que iria apoiá-lo. As palavras do Chefe do Executivo foram acompanhadas pela garantia de respeito pela independência do estabelecimento de ensino: «Vamos continuar a apoiar o projecto da Escola Portuguesa de Macau ao nível da estratégia e do financiamento, mas sem interferir na sua gestão.»

O empenho do governo de Macau coincide com o progressivo desinteresse da Fundação Oriente pela Fundação Escola Portuguesa de Macau. Na verdade, as contribuições da fundação presidida

por Carlos Monjardino para a Escola Portuguesa de Macau têm sido marcadas por dificuldades, atrasos, reduções, adiamentos, sendo previsível que venham a cessar por completo num futuro não muito distante. Aliás, a provável saída da Fundação Oriente da Fundação Escola Portuguesa de Macau vai ao encontro de muitos sectores do território, desejosos de ver a situação clarificada.

Ainda em Lisboa, num pequeno-almoço com Rocha Vieira, Chui Sai On indicou-lhe o local que está em condições de disponibilizar para aí poderem ser construídas as novas instalações da Escola Portuguesa.

XIX

Opções inadiáveis

A visita presidencial a Macau em Fevereiro de 1997 constituiu uma oportunidade para Jorge Sampaio renovar a sua «integral confiança» no Governador. A renovação da «confiança», porém, não significou o fim dos problemas com o Palácio de Belém.

Logo na altura houve dois temas que tornaram a visita pouco pacífica para Rocha Vieira. O desaparecimento de Deng Xiaoping, o grande líder chinês pós-era Mao Tsé-Tung, e o destino das verbas que deixaram de ser encaminhadas para a Fundação Oriente.

Por um ditame imprevisível do calendário, o anúncio da morte de Deng Xiaoping, na madrugada de 20 de Fevereiro de 1997 (fim da tarde de 19 de Fevereiro em Lisboa), coincidiu com a presença do Presidente português em Macau, mas a uma hora em que ele se encontrava a descansar. Os meios de comunicação social em Lisboa pretendiam obter uma reacção de Jorge Sampaio à notícia e pressionavam os seus assessores nesse sentido. O mesmo acontecia em relação ao Governador. Só que o gabinete da Presidência decidiu não interromper o descanso de Sampaio. Decisão diferente foi a de José Carlos Vieira, assessor de Imprensa de Rocha

Vieira. «Ligou para mim às 3 da manhã e perguntou-me se achava bem que avisasse o gabinete da Presidência», recorda. O Governador concordou e José Carlos Vieira ligou para António Manuel, assessor de Imprensa do Palácio de Belém, que já estava ao corrente da morte de Deng Xiaoping. A partir daí, o gabinete do Governador manteve um contacto regular com o gabinete do Presidente da República. Rocha Vieira dirigiu-se bastante cedo para o Palácio da Praia Grande. À medida que as horas corriam, subia a pressão para que o governo de Macau reagisse ao acontecimento. Os organismos públicos e outras instituições perguntavam se as bandeiras eram postas a meia haste. Os órgãos de comunicação social pediam reacções. A meio da manhã, o Presidente da República e os seus conselheiros, reunidos na Sala Azul do Palácio da Praia Grande, continuavam a reflectir sobre a situação gerada pelo desaparecimento de Deng (havia dúvidas compreensíveis quanto à manutenção da visita à China, que acabaria por ser confirmada) e a ultimar uma declaração, não estando esclarecido a que horas seria tornada pública.

Tendo em conta a responsabilidade própria do governo de Macau e a atenção devida à população do território, em mais de 90 por cento chinesa, Rocha Vieira informou que considerava seu dever divulgar um comunicado sobre o acontecimento. Foi o que fez, pelas 10.30, depois de dar conhecimento do conteúdo do referido comunicado. De acordo com as suas próprias obrigações enquanto Governador, Rocha Vieira entendeu que o comunicado não interferia com as responsabilidades do Presidente da República e com a posição nacional que ele simbolizava.

Também nessa manhã, nos termos de um despacho datado de 20 de Fevereiro de 1997, «considerando que o Território se deve associar às manifestações públicas de pesar pela morte de Deng Xiaoping», o Governador determinou: «A bandeira nacional é colocada a meia haste no território de Macau, nos dias 20, 21 e 22 do corrente mês.»

Um pouco mais tarde, Sampaio fez alguns comentários de viva voz sobre o acontecimento perante a comunicação social presente

no Palácio da Praia Grande. Posteriormente, viria a emitir uma nota oficial.

A natural preocupação de Rocha Vieira de que Macau se manifestasse em tempo oportuno em relação ao falecimento do líder chinês acabaria por ser vista em círculos de Belém como uma forma de evidenciar o que poderia ser considerado um excessivo compasso de espera de Sampaio.

Uma vez que Deng era idoso e estava enfraquecido, o gabinete do Governador há algum tempo que tinha preparado uma nota e as acções a desenvolver caso o seu desaparecimento viesse, ou quando viesse, a ocorrer. Essas acções incluíam, entre outros pontos, as condolências e o contacto com a Xinhua e a imprensa. No entanto, atendendo à presença do Presidente da República em Macau, Rocha Vieira entendeu que a iniciativa face à situação deveria pertencer a Jorge Sampaio e só avançou a meio da manhã, na sua esfera própria, porque Macau não podia ficar em silêncio. «Ficar calado já tem um significado», diz.

No dia seguinte, depois de contactos prévios com a Xinhua, o Presidente da República e o Governador prestaram homenagem pública a Deng Xiaoping, deslocando-se às instalações da Xinhua, onde, de acordo com a tradição chinesa, estava exposta a fotografia do líder desaparecido. Nesse local foram recebidos pelos representantes de Pequim e assinaram o livro de condolências.

«Não estou convencido, nem concordo»

Em Fevereiro de 1997, na altura da visita presidencial a Macau, o acordo político de Mário Soares com Jiang Zemin sobre a Fundação Oriente, datado de Abril de 1995, ainda não tinha sido concretizado em termos formais no quadro do Grupo de Ligação. Em causa estava a reorientação de uma verba que, nos termos do contrato do jogo celebrado com Stanley Ho, devia destinar-se a uma fundação «com fins de ordem científica, filantrópica, cultural e académica».

O tema da aplicação das verbas que ficaram disponíveis na sequência do acordo sobre a Fundação Oriente está na ementa de um almoço com Jorge Sampaio no Hotel Bela Vista, depois transformado em residência do cônsul português em Macau. O Governador fala ao Presidente da intenção de criar uma instituição em Macau, com uma constituição e um estatuto a definir entre as duas partes, para apoiar instituições macaenses de raiz portuguesa e preservar a singularidade histórica do território após a passagem de testemunho, em 1999. Já existia um acordo informal com os Chineses, através de Ma Man Kei, para levar por diante esse projecto, mas haveria ainda que ser negociado no Grupo de Ligação Conjunto.

Rocha Vieira está sentado à direita do Presidente da República no almoço no Hotel Bela Vista. Entre os convivas contam-se ainda o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, o chefe da delegação portuguesa ao Grupo de Ligação Conjunto, António Santana Carlos, o assessor para as Relações Internacionais da Casa Civil do Presidente da República, José Filipe Moraes Cabral, e o consultor do Palácio de Belém, Magalhães e Silva. Após a explicação de Rocha Vieira sobre o referido acordo informal, acontece algo que não fazia parte sequer dos seus cenários mais pessimistas. O Presidente da República exprime o entendimento de que a tal instituição não tinha interesse, não era necessária e por isso não devia ser discutida.

Face à posição presidencial, o Governador não se mostra convencido e insiste, tentando perceber as causas que a fundamentam. «Não preciso que esteja convencido. Só preciso que concorde», responde o Presidente da República. Depois de uma breve pausa, Rocha Vieira devolve o argumento de Sampaio com as próprias palavras que acabara de ouvir. «Conhece-me mal, senhor Presidente. Não estou convencido nem concordo.»

Perante a recusa de Sampaio, que sente como ilógica face ao que considera o interesse nacional, Rocha Vieira, já após o almoço, pergunta a Magalhães e Silva: «Explique-me por que motivo não propomos isto aos Chineses.» O consultor do Palácio de Belém dá-lhe então a chave do enigma: «É mais um preço que

temos de pagar pela Fundação Oriente.» Com efeito, evitava-se deste modo a emergência de uma entidade que poderia ser vista como concorrente da de Carlos Monjardino, mesmo à custa de um enfraquecimento dos laços que ligam Macau e Portugal. «É absurdo!», exclama Rocha Vieira. «Não vai ficar aqui qualquer instituição que apoie a presença portuguesa em Macau.»

A verdade é que o Presidente da República e o Governo, na pessoa do ministro dos Negócios Estrangeiros, a quem compete transmitir instruções à delegação portuguesa ao Grupo de Ligação Conjunto, não querem discutir mais a verba do contrato do jogo que era drenada para a Fundação Oriente. A verba iria para Macau, mas para aquilo que a China entendesse. E assim foi: nos termos do n.º 1 da «Acta de Conversa do Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês sobre a Questão da Fundação Oriente», assinada em Lisboa em 20 de Junho de 1997, «a partir de 1 de Janeiro de 1996, a Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, S.A.R.L., deixa de atribuir à Fundação Oriente os fundos estipulados no Contrato para a Concessão do Exclusivo de Jogos de Fortuna ou Azar no Território de Macau». E, logo a seguir, no n.º 2, indica o destino exclusivo dessa verba, que representava 1,6 por cento dos resultados brutos da STDM: «Os fundos acima mencionados serão totalmente aplicados em Macau e administrados por uma Fundação, pessoa colectiva de direito público, sediada em Macau.»

Ainda segundo a referida Acta de Conversa, «a nova Fundação prosseguirá actividades de natureza académica, cultural, científica, educativa, social e filantrópica, incluindo actividades que visem a preservação da singularidade de Macau».

No seguimento do acordo estabelecido em Pequim, em Abril de 1995, entre os Presidentes Mário Soares e Jiang Zemin, desde 1 de Janeiro de 1996 que a concessionária do jogo entregava mensalmente às Finanças de Macau 1,6 por cento dos seus lucros brutos. Esse valor foi ficando à guarda do Tesouro do território até ser entregue à «nova Fundação» prevista na Acta de Conversa de 20 de Junho de 1997, que viria a ser a Fundação para a Cooperação e o Desenvolvimento de Macau, instituída em Maio de 1998.

A futura Fundação para a Cooperação e o Desenvolvimento tem um carácter muito diferente daquele que Rocha Vieira desejava e defendia. «A fundação que eu queria que fosse criada era de portugueses, chineses e macaenses. Portugal teria lá gente.» O Governador chegou a pedir ao escritório de advocacia de André Gonçalves Pereira um projecto de estatutos para essa tal fundação que ficaria pelo caminho.

Apesar da falta de empenhamento de Lisboa, Rocha Vieira mantém viva a preocupação com a ligação Macau-Portugal e, na criação da Fundação para a Cooperação e o Desenvolvimento, põe o pé na porta para que ela não se feche totalmente. Trava então duas batalhas inadiáveis, uma financeira e outra semântica.

Quanto à primeira, o objectivo é que a nova fundação tenha uma verba autónoma para apoiar a ligação entre Portugal e o território. Na sequência de conversações com Stanley Ho, envolvendo, directa ou indirectamente, o próprio Presidente da República e ainda o Governador, Santana Carlos e Magalhães e Silva, chegou-se a um acordo em relação a um montante de 180 milhões de patacas, atribuído à nova fundação pela STD. O valor de 180 milhões de patacas era algo à parte, independente da contribuição de 1,6 por cento sobre os resultados líquidos do jogo. São questões separadas, apesar da coincidência temporal no seu tratamento. Esta contribuição tem a ver com as receitas do jogo e prolonga-se pelo tempo da vigência da concessão do contrato do jogo. Aquela é uma contribuição avulsa da responsabilidade da STD.

A segunda batalha travada por Rocha Vieira foi de natureza político-semântica. É convicção de Rocha Vieira que a parte portuguesa estava desinteressada dos objectivos do Governador e que deste modo a China entendia como desajustada a designação «cooperação» proposta para a nova entidade. O Governador, porém, considerava que a palavra «cooperação» era importante pelos objectivos que encerra e para estabelecer a diferença entre a nova fundação e a Fundação Macau, que tinha objectivos estritamente sociais e culturais. Insiste por isso que a designação seja discutida no Grupo de Ligação Conjunto. Para tal, teve de con-

vencer o chefe da delegação portuguesa, Santana Carlos, a não desistir do tema. Acabou por se chegar a um compromisso engenhoso. Na versão em língua portuguesa ficou instituída a Fundação para a Cooperação e o Desenvolvimento e na versão em língua chinesa, a Fundação para o Desenvolvimento e a Cooperação. Dos fins da fundação consignados nos seus estatutos destaca-se «a promoção de acções de carácter cultural, científico, educativo, social, filantrópico e académico, incluindo actividades que visem a preservação da singularidade de Macau». Esta formulação retoma, quase *ipsis verbis*, um dos pontos da «Acta de Conversa do Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês sobre a Questão da Fundação Oriente».

Depois da transição, em meados de 2001, no primeiro mandato de Edmund Ho como Chefe do Executivo de Macau, é instituída uma nova Fundação Macau, que resulta da fusão entre a Fundação para a Cooperação e o Desenvolvimento e a Fundação Macau, extintas na mesma altura. A Fundação Macau original havia sido criada em 1984 pelo Governador Vasco de Almeida e Costa (1932-2010).

Revisão do contrato do jogo

Desde muito cedo que o Governador queria rever o contrato do jogo, de forma a aumentar o imposto especial e assim responder melhor às necessidades de financiamento do território. Uma vez que o contrato se estendia para lá de 1999, a sua alteração tinha de ser discutida com a parte chinesa, no âmbito do Grupo de Ligação, em todos os seus aspectos. No entanto, foi preciso esperar pela resolução da questão da questão da Fundação Oriente para abrir o processo de revisão do contrato do jogo.

O aditamento ao Contrato de Concessão do Exclusivo dos Jogos de Fortuna ou Azar, celebrado em 23 de Julho de 1997 com o governo de Macau, não mudou a contribuição de 1,6 por cento sobre os lucros ilíquidos do jogo que a STDM nunca deixou de

pagar desde o contrato celebrado no final de 1986. O que mudou foi o destinatário desse valor, que viria a ser a Fundação para a Cooperação e o Desenvolvimento, nascida dez meses depois do aditamento ao contrato. É o que diz o n.º 1 da Cláusula 21.^a do contrato de concessão, retomando em parte os termos da «Acta de Conversa sobre a Questão da Fundação Oriente»:

A Concessionária atribuirá uma dotação anual de valor correspondente a um vírgula seis por cento das receitas brutas anuais da exploração de jogos, obtidas desde um de Janeiro de mil novecentos e noventa e seis, a uma Fundação, a ser instituída pelo Governador de Macau [...]

O n.º 2 da mesma cláusula refere-se à atribuição de 180 milhões de patacas, «de uma só vez», à mesma fundação. Essa verba não estava sujeita às restrições que pendiam sobre a dotação de 1,6 por cento. Aliás, desde a sua génese que tal montante foi assumido como «um suporte, um amparo» à disposição do governo de Macau, para apoiar a referida ligação entre Portugal e o território. Uma espécie de compensação.

Quando o acordo relativo a esta verba fica concluído, o Governador aproveita uma reunião do conselho de curadores da Fundação para a Cooperação e o Desenvolvimento, onde também se encontrava Edmund Ho, futuro chefe da Região Administrativa Especial de Macau, para explicar a sua especificidade e o seu alcance. Na mesma altura, Rocha Vieira encomendou um estudo ao ex-ministro das Finanças, Ernâni Lopes, e à sua empresa, sobre a melhor maneira de atingir o objectivo de apoiar o futuro da presença portuguesa em Macau. O próprio Ernâni Lopes apresentou esse estudo, já em 1999, numa das reuniões do conselho de curadores da Fundação para a Cooperação e o Desenvolvimento, com a presença de Edmund Ho enquanto membro desse conselho.

Na linha de uma política de apoio a instituições de raiz portuguesa em Macau ou de instituições capazes de projectar a ligação entre Portugal e aquele território, foi graças ao «bónus» de 180

milhões de patacas que, entre outras acções, foi possível apoiar o Instituto de Estudos Orientais da Universidade Católica Portuguesa, instalado no *campus* de Sintra, e o Instituto Interuniversitário de Macau, igualmente ligado à Universidade Católica. Foi também dos 180 milhões de patacas atribuídos à Fundação para a Cooperação e o Desenvolvimento que saíram cerca de 5 milhões de patacas para adquirir ao coleccionador macaense António Sapage o Buda de Shek Wan, uma das peças mais valiosas do Museu do Centro Científico e Cultural de Macau. O essencial do acervo de arte chinesa do museu proveio, precisamente, da colecção de António Sapage e a sua aquisição contou com o apoio de dois grandes empresários amigos de Portugal: Ng Fok e António Ferreira. O Buda foi uma excepção. Por fim, também os 50 milhões de patacas canalizados para a Fundação Jorge Álvares pertenciam à referida verba.

O mais importante, porém, na alteração do contrato do jogo era aumentar a participação da STDM a favor do orçamento do território, um objectivo perseguido por Rocha Vieira desde o início do seu mandato. O momento acabou por ser providencial. O *crash* financeiro na Ásia, desencadeado em 2 de Julho de 1997 com a desvalorização da moeda tailandesa, provocou uma queda de receitas provenientes do jogo, naquele ano, em Macau, de 7 mil para 4 mil milhões de patacas. Japoneses, coreanos e tailandeses quase desapareceram dos casinos macaenses. Os Chineses só podiam ir a Macau em grupo, com um visto colectivo, sob o controlo de uma agência que tinha também de garantir o seu regresso. Rocha Vieira ainda falou com o primeiro-ministro chinês, Zhu Rongji, tentando sensibilizá-lo para o facto de ser bom para o território receber um número mais elevado de visitantes chineses. No entanto, Pequim nunca flexibilizou o sistema de vistos até ao fim da administração portuguesa.

Nas negociações com a STDM, o Governador conseguiu aumentar a percentagem contratual a favor dos cofres públicos, embora aquém do desejado. O imposto especial sobre o jogo era de 30 por cento. Rocha Vieira recorda que, enquanto Governador,

disse várias vezes a Stanley Ho: «A STDM devia pagar 40 por cento.» No entanto, já não havia condições para chegar àquele patamar. A meta da renegociação do contrato ficou nos 35 por cento. Mesmo assim, falando com a parte portuguesa e a parte chinesa, o magnata dos casinos logrou que o novo valor não fosse além dos 31,8 por cento. Este número arrebicado tem uma justificação. Stanley Ho argumentou que a STDM já estava vinculada ao pagamento de 1,6 por cento sobre os resultados brutos do jogo para a futura Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento, nos termos do contrato do jogo. Além disso, a STDM continuava a pagar 1,6 por cento à Fundação Oriente. A soma das duas parcelas de 1,6 por cento dá 3,2 por cento. Deduzidos aos 35 por cento que estavam nos objectivos da renegociação, atingiu-se o tal valor mitigado de 31,8 por cento no aditamento ao contrato do jogo celebrado em 23 de Julho de 1997.

Assessor e «perturbador»

Desde os primeiros dias do mandato presidencial, como ficou patente no processo ou substituição de quatro secretários-adjuntos, Rocha Vieira experimentou «dificuldades imensas» com o dr. Sampaio, muitas vezes por interposta pessoa, o consultor de Belém para os assuntos de Macau, Magalhães e Silva. «Penso que me criava dificuldades no sentido de me levar a apresentar a demissão», diz Rocha Vieira.

Outro caminho com o mesmo resultado seria o Governador deixar-se enredar de tal modo numa polémica que, a alturas tantas, o Presidente tivesse espaço e oportunidade para o demitir. Tendo em conta qualquer das situações, Rocha Vieira considera que só há uma conclusão plausível: «Não tendo tido a coragem de me afastar por uma decisão própria, quis transmitir para mim o ónus da minha saída de modo a poder nomear outro Governador.»

Manuel Magalhães e Silva passava muito tempo em Macau, onde por via das funções que lhe tinham sido atribuídas pelo Presidente

Jorge Sampaio desfrutava de influência e tinha capacidade de accionar mecanismos paralelos. «Era um perturbador, cuja actuação só podia ter como sentido fazer com que eu me viesse embora», diz o antigo Governador. «Quantas vezes o dr. Magalhães e Silva não me acordou a meio da noite para eu desmentir notícias que ele sabia que iam sair no *Independente* ou noutros jornais?!»

Um dos momentos paradigmáticos deste *modus operandi* foi a manchete do *Diário de Notícias* de 18 de Março de 1997 sobre a saída do arquivo histórico de Macau. O jornal sugeria que o Governador tomara a iniciativa de transferir para Portugal o espólio arquivístico do Território à revelia da parte chinesa. A notícia coincidiu com a 28.^a reunião plenária do Grupo de Ligação Conjunto (GLC), em Macau, o local que, na rotação dos encontros das duas delegações, sucedia sempre quer a Lisboa, quer a Pequim. O Governador não tardou a receber um telefonema de Magalhães e Silva, que se encontrava em Macau para participar na reunião do GLC. «Você tem que esclarecer isto», disse-lhe, alegando a suposta evidência de que o Governador não estava a ser leal com os Chineses porque andava a transferir os arquivos sem o seu conhecimento. Rocha Vieira limitou-se a replicar: «Não tenho nada a ver com o artigo.» Também Santana Carlos, chefe da delegação portuguesa ao Grupo de Ligação Conjunto, lhe ligou poucos minutos depois a falar da manchete do *Diário de Notícias* e a dizer que o Governador tinha de se pronunciar sobre o seu conteúdo. «Não tenho nada de me pronunciar», respondeu. «Então o que dizemos no Grupo de Ligação Conjunto?», pergunta o chefe da delegação portuguesa. «Diga o que entender», replicou Rocha Vieira.

Passado pouco tempo, Magalhães e Silva comparece no gabinete do Governador e continua a insistir com ele em relação à necessidade de esclarecer tudo o que foi feito com os arquivos de Macau. Ouve então da boca de Rocha Vieira a informação de que o anterior Presidente da República, Mário Soares, estava ao corrente da política seguida em relação aos arquivos e de que o actual Presidente, Jorge Sampaio, também estava por dentro desse assunto e que o assunto era do conhecimento da parte chinesa.

Isto provocou a surpresa do assessor presidencial. «Ah, mas isso eu não sabia!», exclamou.

Ainda no tempo do Governador Carlos Melancia, foi lançado um programa de microfilmagem em triplicado de todos os documentos com interesse histórico, tendo sido decidido que viriam para Portugal duas cópias do material microfilmado, uma de segurança, depositada no Arquivo Histórico Ultramarino, e outra para consulta, canalizada depois para o Centro Científico e Cultural de Macau. A terceira cópia ficou em Macau. O programa era público, pois tinha sido objecto de um despacho publicado no Boletim Oficial de Macau e envolvia toda a administração.

Com o lançamento do programa de microfilmagem, o governo de Macau concedeu um subsídio de 70 mil contos (cerca de 350 mil euros) ao Arquivo Histórico Ultramarino para o arquivo de segurança da documentação de Macau.

Ao assumir as funções de Governador, Rocha Vieira deu continuidade ao empenhamento na preservação da memória histórico-documental de Macau. Foi esse empenhamento que o fez acompanhar Luís Valente de Oliveira, à data ministro do Planeamento e da Administração do Território, numa visita ao Arquivo Histórico Ultramarino. Ao abrir uma das gavetas do arquivo, Rocha Vieira observou que era uma pena que a documentação de Macau ficasse ali, pouco acessível ao interesse de estudiosos. O ministro levou-o então ao pátio de acesso ao edifício em ruínas do Instituto Científico e Tropical, na Rua da Junqueira, em Lisboa. «Se eu lhe disponibilizar isto, serve?» E foi assim que nasceu o Centro Científico e Cultural de Macau, em instalações reconstruídas com dinheiros de Macau, quer do governo, quer da STDM de Stanley Ho e ainda dos empresários de Macau Ng Fok e António Ferreira. Portugal não gastou ali um centavo.

A coordenação da equipa encarregada de tratar dos arquivos macaenses foi confiada ao secretário-adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura, Salavessa da Costa. A triagem fez-se de acordo com critérios técnicos previstos para estas situações, sancionados por uma responsável da Torre do Tombo que se deslocou a Macau

para avaliar o processo *in loco*. Os documentos que tinham a ver com a soberania portuguesa e não podiam ser propriedade de Macau foram enviados para o Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, nos meses de Setembro e de Outubro de 1999, em 214 caixas. «Há coisas em que temos de tomar posição. Não vou discutir a nossa soberania», diz Rocha Vieira, salvaguardando que «são poucas matérias e que não têm a ver com a Região Administrativa Especial». Essencialmente, os arquivos do gabinete do Governador. Na verdade, esclarece, à excepção desses documentos, «ficou praticamente tudo lá». De qualquer modo, falava destes assuntos com a parte chinesa. «Uma coisa», diz, «é discutirlos formalmente no Grupo de Ligação Conjunto (GLC). Outra coisa é falar deles informalmente.» E havia questões, que considerava que não deviam ser discutidas no GLC, ou então, como no caso dos arquivos, só o deveriam ser no momento adequado.

A salvaguarda da herança cultural não se limitou aos arquivos históricos da administração e de outras instituições do território. Também a imprensa foi toda microfilmada. As operações de microfilmagem estenderam-se ainda à documentação sobre Macau existente no Vaticano.

Houve também uma aposta muito forte no audiovisual. A partir da TDM (Teledifusão de Macau) e de arquivos ingleses, americanos e outros reuniram-se mais de 16 mil horas de imagens sobre Macau, passadas pela TDM para Betacam Digital em três cópias. Os seus destinatários foram o Centro Científico e Cultural de Macau, a Cinemateca Portuguesa e a RTP.

Telefone cifrado

Logo na primeira oportunidade após o início do seu mandato, numa vinda a Lisboa, à clássica pergunta do Presidente Mário Soares — «tem algum problema?» —, Rocha Vieira respondeu que havia alguns problemas a pôr-lhe. E explicou-lhe o que pensava fazer em matéria de arquivos, tendo recebido acordo para o

seu programa. Do mesmo programa informou Jorge Sampaio, quando ele foi eleito Presidente da República. De qualquer modo, o Governador diz que nunca teve de se pronunciar sobre o destino a dar a um documento em concreto.

No processo dinâmico e veloz da transição de Macau, Rocha Vieira não podia confinar-se à gestão quotidiana do território ou estar à espera que viesse uma orientação já cozinhada de Lisboa. Tinha de ser ele a propô-la. Foi este o caso. E os responsáveis chineses, que queriam discutir tudo e a quem muitas vezes o Governador dizia que «há coisas que são só de Portugal», não ignoravam a questão do destino dos arquivos quando a suscitaram no Grupo de Ligação Conjunto. No entanto, segundo Rocha Vieira, o dossiê da transferência para a Região Administrativa Especial de Macau dos arquivos pertencentes ao território foi conversado e acordado com a parte chinesa na altura apropriada. Foi o dr. Isáú Santos, vice-presidente do Instituto Cultural de Macau que superintendia no Arquivo Histórico de Macau, do qual foi director, o responsável pela preparação da documentação e legislação, de acordo com regras internacionais, nomeadamente da UNESCO, que serviu de base às conversações no Grupo de Ligação Conjunto. «Essas conversações decorreram com sucesso e entendimento», observou Rocha Vieira.

Por uma vez, devido a uma fissura na corrente de informação de Jorge Sampaio para o seu consultor, Magalhães e Silva imaginou que Rocha Vieira fora apanhado num crime de lesa-Presidente.

O Palácio da Praia Grande e o Palácio de Belém estavam ligados por um telefone cifrado que Rocha Vieira nunca teve necessidade de utilizar. Ainda sob o efeito da surpresa provocada pela informação de que Sampaio estava a par do quadro em que se processava a transferência dos arquivos, Magalhães e Silva pede-lhe para falar pelo telefone do gabinete do Governador. «Fique aí que eu saio», disse-lhe Rocha Vieira. Um pouco depois, a secretária do Governador transmite-lhe que tinha recebido de Lisboa a indicação de que o Presidente da República ia falar-lhe pelo telefone cifrado. Estabele-

cido o contacto, a conversa vai direita ao artigo do *Diário de Notícias* e ao facto de o tema não ser estranho a Sampaio, que, por estas ou outras palavras com o mesmo sentido, comenta: «Sim, mas há coisas que o Presidente da República não deve saber.»

De saída para um acto público, Sampaio prevê uma barragem de perguntas dos jornalistas sobre a manchete do *Diário de Notícias*. Diz: «Agora vou fazer uma visita e queria estar fora deste assunto.» Rocha Vieira limitou-se a dar uma resposta que só podia ser tranquilizadora: «Se acha que ‘há coisas que não deve saber’, esteja descansado.»

Dos complexos problemas que teve de enfrentar no relacionamento com a Presidência da República, a questão dos arquivos foi a derradeira grande perturbação susceptível de pôr o Governador fora da carruagem. Aliás, três meses depois, numa das suas frequentes deslocações a Macau, em Julho de 1997, Magalhães e Silva esteve a explicar ao longo de quase uma hora que tinha havido problemas de entendimento mas que já não havia nem tempo para mudanças nem condições para pôr em Macau a pessoa que tinham querido pôr. «Deve ter-se arrependido desta confissão porque», diz Rocha Vieira, «já em 2000, no dia em que no seu gabinete lhe mostrei o artigo que tinha escrito para o *Expresso* de 27 de Maio a propósito da Fundação Jorge Álvares, esse assunto veio à baila e Magalhães e Silva disse que eu interpretara mal as suas palavras.»

As tréguas anunciadas pelo consultor presidencial tiveram um significado relativo para Vasco Rocha Vieira, que ouviu, calado, o que Magalhães e Silva lhe transmitiu. Só no final comentou: «O dr. Sampaio não precisava de usar estes procedimentos. Poderia ter nomeado quem quisesse. O estranho é que não o tenha feito, preferindo uma situação de desgaste para um Governador que precisava de ser apoiado e prestigiado num processo de negociação exigente e difícil, em que estava em causa o interesse nacional.»

Em todo o caso, a anos de distância, regista: «A verdade é que, a partir daí, as coisas começaram a correr melhor.»

XX

Na rota de Roma e Bruxelas

«Já percebi, então tenho de ir a Macau antes de Dezembro de 1999», diz o Papa João Paulo II, no final de uma audiência ao general Vasco Rocha Vieira, em 17 de Maio de 1999. «É exactamente isso», respondeu o Governador de Macau. E o Papa conclui: «Está bem. Fale na Secretaria de Estado.»

Terminada a audiência, já em pé e com os acompanhantes de Rocha Vieira na sala, João Paulo II toca-lhe no braço e repete a recomendação: «Fale na Secretaria de Estado.» No dia seguinte, o porta-voz da Santa Sé, Joaquín Navarro-Valls, reconheceu que o Vaticano estava a estudar a possibilidade de uma viagem do Papa a Macau antes da passagem para a China.

Desde finais de 1997, início de 1998, que Rocha Vieira vinha falando da possibilidade de o Papa visitar Macau. A introdução do tema coincidiu com o pedido do Governador de ser recebido por João Paulo II.

Já antes, em Março de 1995, na Cimeira Mundial para o Desenvolvimento, em Copenhaga, capital da Dinamarca, na qual

participaram representantes de 185 países, sendo 117 deles chefes de Estado e de Governo, Rocha Vieira tivera uma conversa «muito tranquila, distendida e sem pressas» com o cardeal Angelo Sodano, secretário de Estado do Vaticano, na área reservada à Santa Sé, numa das tendas provisórias montadas para as delegações. Nesse encontro, o Governador realçou a importância histórica e cultural da presença da Igreja em Macau e enfatizou a «relação óptima» que mantinha com o bispo de Macau, D. Domingos Lam, com quem estava a trabalhar para concretizar os compromissos e objectivos consagrados na Declaração Conjunta. Além da acção muito forte na área social e cultural, Rocha Vieira também salientou que 93 por cento da educação é privada e metade dela depende da Igreja. Indo mais longe, disse ao secretário de Estado que Macau, pelas suas características, tinha condições para ter um papel na aproximação e no diálogo entre o Vaticano e Pequim.

Na China existe uma Igreja dependente do Governo, controlada pela Associação Patriótica, desvinculada da Santa Sé, mas há também uma Igreja na clandestinidade, ligada ao bispo de Roma. No âmbito da máxima «um país dois sistemas», Hong Kong e Macau, depois do regresso à China, continuaram a viver em liberdade religiosa e as suas dioceses mantiveram a subordinação hierárquica ao Papa. A Igreja Católica também está implantada em Taiwan, a ilha que Pequim considera parte integrante do país. Aliás, o Vaticano é um dos poucos Estados — na ordem da vintena — que reconhecem o regime de Taipé, o que exclui a possibilidade de, ao mesmo tempo, reconhecer e ser reconhecido pela República Popular da China.

Este complexo xadrez dá a dimensão dos problemas de relacionamento do Vaticano com a China, sobre os quais o cardeal Sodano falou «de uma forma muito aberta, muito expressiva e muito simpática» com Rocha Vieira. No entanto, diz, «percebi que Macau era apenas um elemento dentro desta preocupação mais global e mais estratégica, mas que não entrava na linha de acção do Vaticano relativamente à China».

Convite a João Paulo II

A audiência com João Paulo II estava marcada para 19 de Dezembro de 1998. «Para nós, em Macau, foi logo um sinal muito positivo», observa Rocha Vieira. «Não é um acaso o Papa marcar a audiência precisamente para um ano antes do dia da transferência da administração de Macau para a China.»

Porém, em 18 de Dezembro, quando já estava em Roma, chegou a informação através da Embaixada de Portugal de que o Papa contraíra uma forte gripe, pelo que tinham sido cancelados todos os encontros previstos com Sua Santidade para os dias seguintes.

Rocha Vieira viria a ser recebido pelo cardeal Angelo Sodano, secretário de Estado do Vaticano. No dia 18 já se tinha avistado com o bispo francês Jean-Louis Tauran, secretário para as Relações com os Estados. Mons. Tauran repetiu-lhe muito do que Sodano lhe dissera em 1995 em Copenhaga e confessou-lhe que não percebia muito do Oriente e que nunca lá tinha estado, mas que estava a pensar ir no ano seguinte ao Japão. «Porque não passa por Macau?», pergunta Rocha Vieira. A sugestão fazia todo o sentido, uma vez que já existia a ideia formal e explícita de uma eventual ida do Papa a Macau. No entanto, as preocupações de Tauran eram diferentes. «Estou a pensar fazer uma paragem na Indonésia, o maior país muçulmano do mundo.»

O Governador de Macau esteve ainda com outras personalidades da Cúria Romana num jantar oferecido pelo embaixador junto da Santa Sé, António Pinto da França, na sua residência, a Villa Lusitana.

Adiada para uma data a marcar posteriormente, a audiência com o Papa acabou por se efectuar em 17 de Maio de 1999, véspera do dia do 79.º aniversário natalício de João Paulo II. Como pano de fundo do encontro, além da admiração pessoal de Rocha Vieira pelo Papa João Paulo II, estava a importância da presença da Igreja e o seu papel na formação e no desenvolvimento da identidade de Macau.

Antes de ser recebido para um diálogo a sós, o Governador perguntou em que língua devia falar. «Fale em português. Fale

devagar. O Papa fala português. Se porventura o Papa se cansar, poderá falar noutra língua, talvez em francês», disse-lhe um dos membros do gabinete do Sumo Pontífice.

O diálogo decorreu sempre em português e, até pelo olhar de João Paulo II, pelo seu semblante, Rocha Vieira teve a certeza de que ele percebeu tudo o que lhe dissera. Aliás, respondeu sempre em português correcto.

O Governador tinha duas mensagens para transmitir ao Papa. Com a primeira queria realçar a forma como o estatuto da Igreja tinha sido ressalvado por Portugal na preparação dos cinquenta anos seguintes de autonomia do território, enquanto Região Administrativa Especial. Foi tido em conta não só o seu papel evangelizador ao longo de quase cinco séculos, mas também «o aspecto social, educativo e cultural, como uma instituição agregadora de sentimentos e de vontades de um pequeno povo, para manter uma acentuada identidade e autonomia».

Com a segunda mensagem queria marcar que «era importante que o Papa fosse a Macau», em função, por um lado, do futuro do território e, por outro lado, do quadro mais vasto da problemática da aproximação da Igreja à China, tendo em conta a força simbólica que essa visita não deixaria de ter.

Rocha Vieira acreditava que os efeitos positivos da visita não ficariam circunscritos a Macau, mas que ela introduziria uma nova dinâmica nas relações entre o Vaticano e Pequim. «O Papa ouviu-me com muita atenção. Fez-me uma ou outra pergunta e, quando acabei as minhas explicações, disse-me: ‘Então tenho de ir a Macau antes de Dezembro de 1999.’»

A audiência durou vinte minutos. No final, foi altura de se lhes juntarem a mulher e os filhos, o embaixador António Pinto da França e a sua mulher, Sofia, e o tenente-coronel Tiago Vasconcelos, ajudante-de-campo do Governador. Seguiram-se as fotografias habituais nestas ocasiões. Rocha Vieira ofereceu ao Papa um livro sobre as igrejas de Macau. É um livro especial, que já existia, mas de que foi feito um exemplar expressamente para lhe ser oferecido. João Paulo II ofereceu a todos um terço numa caixa

branca com o emblema papal. Ao Governador ofereceu também um estojo com três moedas de ouro relativas ao seu pontificado.

Ao chegar a vez do ajudante-de-campo faltava um terço. Tanto Rocha Vieira como Tiago Vasconcelos, por força da condição militar habituados a dar e a receber ordens, ficaram impressionados com o tom de voz com que o Papa disse *anche uno* («mais um»), depois de não ter sido escutado uma primeira vez. «Embora fosse uma voz débil, era uma voz afirmativa, firme, que fez as pessoas saltarem e virem logo com um estojo na mão», contou Rocha Vieira. Já o seu ajudante-de-campo caracterizou-a como «uma voz de comando forte».

Tiago Vasconcelos reteve as impressões pessoais que o general Rocha Vieira lhe confiou logo após o encontro com o Papa. «É impressionante. Vê-se que este homem está doente, mas o espírito está a cem por cento. Tem uma lucidez e uma clarividência de raciocínio perfeitamente impressionantes, em contraste com o corpo, que dá sinais de alguns problemas.»

A visita do Papa a Macau nunca passou de um estádio de possibilidade. Em todo caso, no final de Maio, a agência noticiosa Zenit, especializada em assuntos da Igreja Católica, ainda admitia que João Paulo II se deslocasse a Macau, no âmbito de um périplo asiático, no qual procederia ao encerramento da Assembleia Especial para a Ásia do Sínodo dos Bispos. Sintomaticamente, a intenção missionária pela qual a Igreja era convidada a rezar no mês seguinte, Junho, era consagrada a Macau. «Para que a Igreja de Macau intensifique o serviço missionário ao povo chinês.» O Papa viria a encerrar a referida assembleia numa viagem a Nova Deli no início de Novembro de 1999.

Só o bispo de Macau partilhava activa e entusiasticamente o empenho do Governador em receber João Paulo II à sombra das ruínas da Igreja de São Paulo. Aliás, em 1999, numa conversa com Dinis de Abreu, autor do livro *Macau: Diário sem Dias* (Editorial Verbo), D. Domingos Lam (1928-2009) revelou que convidou o Papa três vezes para visitar o território, mas não conseguiu que ele tivesse disponibilidade para se deslocar a Macau.

Nas palavras de Rocha Vieira, «uma personagem pragmática, extrovertida», D. Domingos Lam tinha relações informais e bons contactos na China, incluindo com a chamada Igreja patriótica. Nas frequentes conversas com o Governador, ia-lhe dizendo: «Era óptimo ver se consegue que o Papa venha.» Um dia, estava Rocha Vieira de partida para Lisboa, D. Domingos Lam pediu para falar com ele com uma certa urgência. «Veio ter comigo e disse-me: ‘Recebi hoje um delegado da China.’ Ele não disse quem e eu não perguntei. ‘Veio dizer-me que, se o Papa vier a Macau, a China não vai tomar nenhuma posição contra.»

A vontade do Governador e do bispo, animada pelo recado da China, não foi, porém, suficiente para fazer avançar a ideia da visita. «Nunca vi nenhum interesse da parte das entidades portuguesas. O Presidente da República tomou sempre uma posição de cepticismo, nunca se pronunciou a favor», diz Rocha Vieira, que também falou algumas vezes sobre o tema com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama. Por razões institucionais, porém, o assunto passava essencialmente pelo Palácio de Belém.

A questão da visita chegou a ser ventilada num almoço em Pequim entre o ministro Jaime Gama e o seu homólogo, Tang Jia-xuan, em 19 de Maio de 1999. A audiência de João Paulo II ao Governador tinha ocorrido dois dias antes e a agência Lusa acabava de noticiar que o porta-voz da Santa Sé, Joaquín Navarro-Valls, reconheceu que a Índia e Macau estavam incluídas numa possível visita do Papa à Ásia. O ministro dos Negócios Estrangeiros chinês não se terá mostrado entusiasmado com a ideia, o que terá sido interpretado pelo chefe da diplomacia portuguesa como uma atitude desfavorável à visita de João Paulo II a Macau.

Também no Vaticano Rocha Vieira compreendeu que o objetivo de conseguir a liberdade de acção da Igreja Católica na China passava sobretudo por Hong Kong e Taiwan, e não por Macau. Hong Kong, que quis receber o Papa e não o conseguiu, compreenderia muito mal uma visita de João Paulo II a Macau. Além disso, de certo modo a diocese macaense estava subordinada à diocese de Hong Kong. Com efeito, era o núncio junto da colónia

inglesa que representava a Santa Sé na Cidade do Nome de Deus. Quanto a Taiwan, o Governo e a Igreja Católica olhariam com reserva uma visita papal a Macau, dado que poderia ser interpretada como um factor de fragilização da posição da chamada China Nacionalista perante a República Popular da China.

Face à sua insistência, tanto Portugal como a diplomacia do Vaticano contrapunham ao Governador a necessidade de a China dizer que não tinha objecções. No entanto, Rocha Vieira desaconselhava em absoluto o método de confronto com uma pergunta formal. Nesse caso, sublinha, a China tinha de responder que não ou mostrar reticências.

«A nossa posição», salienta, «devia ser a de que se tratava da visita de um chefe de Estado, idêntica à de outros que se deslocaram ao território. O que cabia, portanto, nas nossas responsabilidades administrativas e não podia ser entendido de modo algum como um acto hostil a Pequim.» Isso mesmo confirmou D. Domingos Lam nos contactos que teve com entidades chinesas.

Rocha Vieira chegou a dizer ao cardeal Sodano, apontando a diplomacia do pingue-pongue que precedeu a normalização das relações entre Washington e Pequim, que na China, em certas circunstâncias, os canais informais e as ligações paralelas são mais importantes do que os canais formais.

A não concretização da visita do Papa deixou no Governador o sentimento de uma importante oportunidade perdida para Macau e Portugal e também para a Santa Sé. Afinal quem tem boca nem sempre vai a Roma. Mas pode ir a Bruxelas.

Acordo com a CEE

Ao tomar posse das funções de Governador, em 1991, num dos dias que antecederam a sua partida para Macau, Vasco Rocha Vieira assistiu à apresentação de um estudo sobre o desenvolvimento de Macau no contexto regional. O estudo fora encomendado pelo Governador Carlos Melancia à McKinsey. Coube ao

responsável pelo escritório da consultora em Portugal, Manuel Violante, a sua apresentação na Missão de Macau, na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa, nas instalações que, em 1999, passaram a ser da Delegação Económica e Comercial da RAEM em Portugal. «Era um bom estudo, que incidia sobre política, economia e turismo, com o objectivo de propor ao governo acções para desenvolver o território», diz o ex-Governador. No entanto, logo que terminada, a exposição mereceu-lhe um reparo: «O senhor nunca falou sobre a Comunidade Europeia.» A resposta não se fez esperar: «Comunidade Europeia, esqueça. Japão, Japão, Japão.» Depois da chegada a Macau e dos primeiros contactos no território, Rocha Vieira, não pondo em causa a qualidade do estudo, *esqueceu-se* do Japão e disse: Comunidade Europeia.

A oportunidade não podia ser melhor. Portugal era o país tema da Europália e o Governador deslocou-se à capital belga em Setembro de 1991 para a inauguração do referido festival anual de arte e cultura, que contava com a participação de Macau. À margem da Europália, encontrou-se com o presidente da Comissão, o francês Jacques Delors, e com um dos vice-presidentes da instituição, o holandês Frans Andriessen, que detinha o pelouro das Relações Externas e Política Comercial, para falar de Macau e propor-lhes um acordo com a Comunidade Económica Europeia. Era também uma forma de evitar que Macau se diluísse na China. Ao invés, a institucionalização de ligações ao exterior, não só contribuiria para a sustentação da identidade histórico-cultural de Macau, mas também tornaria mais útil o papel do território no contexto da China.

«Parecia uma coisa esotérica, um acordo de terceira geração entre a Comunidade Europeia e Macau, com a nova base dos direitos humanos, o primeiro com um território da Ásia», diz Rocha Vieira, evocando o pioneirismo da sua proposta.

Delors e Andriessen mostraram-se abertos à iniciativa do Governador, mas antes de avançarem fizeram duas perguntas, reveladoras de outras tantas preocupações. A primeira foi quais seriam as implicações do acordo nas relações com Hong Kong.

Rocha Vieira nada via que pudesse prejudicar ou afectar a colónia britânica, mas comprometeu-se a falar do assunto com o seu Governador. Assim, na visita de cumprimentos a Lorde Wilson of Tillyorn, em 9 de Janeiro de 1992, teve a possibilidade de lhe pôr a questão, deixando claro que Macau não queria nem podia por esta via criar problemas a Hong Kong. A resposta do governador foi que, «para Hong Kong, o acordo não é problema».

A outra preocupação dizia respeito ao facto de haver em Macau cerca de cem mil chineses de nacionalidade portuguesa. Com efeito, todos os chineses nascidos em Macau até 1981, bem como os seus filhos, são reconhecidos como nacionais pela legislação portuguesa. Delors e Andriessen foram directos ao querer saber se, a coberto do acordo de Macau com a Comunidade, Portugal pretendia facilitar algo aos Chineses. Rocha Vieira esclareceu que o acordo tinha a ver com o território e a sua autonomia depois de 1999 e que por isso não influenciaria em nada o regime da nacionalidade. Era um regime baseado em legislação nacional própria, que Portugal executava com rigor, designadamente no capítulo da emigração ou da aquisição da nacionalidade portuguesa.

As negociações entre a Comunidade e Macau foram lançadas logo a partir do Outono de 1991 e ficaram concluídas a tempo de, em 15 de Junho de 1992, o Acordo Comercial e de Cooperação entre a Comunidade Económica Europeia (CEE) e Macau ser assinado no Luxemburgo pelo presidente em exercício do Conselho de Ministros da Comunidade, na altura o ministro dos Negócios Estrangeiros português, João de Deus Pinheiro. A entrada em vigor do acordo verificou-se em 1 de Janeiro de 1993. Com este instrumento foi institucionalizada uma comissão mista, que celebra reuniões anuais alternadamente em Macau e Bruxelas.

Estando a China interessada em que o acordo continuasse em vigor após a transição, o Grupo de Ligação aprovou a continuação da sua vigência para lá de 1999. Foi obtida também a necessária concordância de Bruxelas no mesmo sentido.

No âmbito dos projectos enquadrados pelo acordo, Macau foi um dos veículos para divulgar e explicar na região a divisa europeia criada pelo Tratado de Maastricht, assinado em 1992, e que chegou aos bolsos dos cidadãos sob a forma de notas e moedas de euro em 1 de Janeiro de 2002.

Logo em 1992, foi implantado em Macau um Euro-Info Center, ligado a uma rede desse tipo de agências na Europa. Vocacionado para as PME (Pequenas e Médias Empresas), o Euro-Info Center de Macau presta informações úteis sobre negócios e investimentos, não só localmente, mas também para outras zonas vizinhas.

Um dos programas de aplicação do acordo é a cooperação de Bruxelas com o Instituto de Formação Turística de Macau, que recebeu um Centro Regional para Estudos Avançados de Turismo para a Região da Ásia/Pacífico, o primeiro do seu género naquele continente, subsidiado pela União Europeia com um milhão de patacas por ano, e tem também um acordo com Bruxelas no domínio do *Train-the-Trainers Projects*. O Instituto de Formação Turística de Macau nasceu em 1995 e desde logo desenvolveu laços de cooperação com organizações similares em Portugal, no Reino Unido e nos Países Baixos. Era presidido por Virgínia Trigo, que foi também vice-presidente do Centro Regional para Estudos Avançados. Uma década após a transferência do território, o Instituto de Formação Turística de Macau mantinha relações com uma dezena de instituições europeias, entre as quais a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

«Com a denominação ‘Macau. China’, a RAEM (Região Administrativa Especial de Macau) pode manter e desenvolver, por si própria, relações económicas e culturais e nesse âmbito celebrar acordos com os países, regiões e organizações internacionais interessadas», estipula a Declaração Conjunta. Nestes termos, o território adquiriu um estatuto que o faz ser um actor na cena internacional com alguma personalidade. Até à transferência de poderes, foi autorizado a participar em quase meia centena de organizações internacionais representantes de múltiplas áreas de activi-

dade. Entre essas organizações destacam-se a Organização Mundial de Turismo, a Organização Mundial de Saúde e sobretudo o GATT (General Agreement on Tariffs and Trade/Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio), hoje OMC (Organização Mundial de Comércio). Segundo o embaixador Pedro Catarino, que foi chefe da delegação portuguesa ao Grupo de Ligação Conjunto e mais tarde embaixador de Portugal na China, o processo não foi fácil. «Estou convencido de que, sem a nossa intervenção, facilitada pelo facto de o então director-geral do GATT, sr. Dunkel, ser um grande amigo de Portugal, onde passara a sua juventude, Macau não se teria tornado membro da organização. Recordemos que a China não era membro do GATT e que os EUA não viam com bons olhos que a China pudesse um dia vir a ter três delegações e três votos na organização», disse, em 2007, num seminário parlamentar na Assembleia da República. Nem tudo foram êxitos. Ficaram frustradas as tentativas de Macau para ter um lugar próprio no Comité Olímpico Internacional. Houve muitas promessas, mas nunca foram concretizadas.

A identidade própria de Macau no contexto externo também ficou expressa no facto de terem sido estendidas ao território mais de uma centena de convenções internacionais. Além disso, na última década sob administração portuguesa, o Território recebeu o Instituto Internacional de Tecnologia do Software da Universidade das Nações Unidas e um Centro UNESCO. Com a sua sede central em Tóquio, a Universidade das Nações Unidas tinha então um reitor brasileiro, o professor Heitor Gurgulino de Souza.

Noutro plano, a entrada em funcionamento do aeroporto levou à prévia celebração de algumas dezenas de acordos de tráfego aéreo. Sem turbulência. À excepção do acordo com a Coreia do Norte, que provocou a indignação do cônsul da Coreia do Sul. Rocha Vieira explicou-lhe que era mais fácil perceber a actuação dos Norte-Coreanos quando passavam normalmente a fronteira do que quando entravam de forma disfarçada. «Ficou a olhar para mim», diz. «Passado algum tempo, recebi um convite para

visitar a Coreia do Sul.» Com tudo isto, era Macau, mais uma vez, a assumir a sua vocação histórica de plataforma de encontro, ou desencontro, de muitas e variegadas gentes.

XXI

O choque das extradições

Quase tão antiga como a presença portuguesa na China era a fuga para Macau de pessoas, condenadas ou não, procuradas pelas autoridades chinesas por prática de crimes. Sinal de que a questão não podia passar à margem das relações entre os dois países é o tratado de 1887, o qual acolhia normas sobre a entrega à China de criminosos chineses. Nunca aplicadas, porque o tratado nunca entrou em vigor. Habitualmente, a entrega de criminosos às autoridades do grande vizinho fazia-se através de processos expeditos de natureza administrativa, com pouca margem para o exercício do direito de defesa e para a intervenção do poder judicial. Tal *modus operandi* não se alterou de forma significativa nem mesmo após o reatamento dos laços diplomáticos entre Lisboa e Pequim, no início de 1979.

As entidades responsáveis pela segurança de Macau e do Sul da China mantinham canais abertos para troca de informações, faziam reuniões periódicas e cooperavam na perseguição aos alegados delinquentes que se refugiavam no território. Já na década de 80, após o estabelecimento de relações diplomáticas

luso-chinesas, os pedidos directos de intercepção à Polícia Judiciária de Macau passaram a ser feitos ao abrigo do Memorando de Cooperação subscrito em 15 de Novembro de 1983, sob o mandato do Governador Almeida e Costa, entre o subdirector do Departamento de Segurança Pública de Cantão, Luo Yue Kang, e o comandante das Forças de Segurança de Macau, coronel Manuel Maia de Amaral de Freitas. Três oficiais de ligação de cada lado respondiam pelos contactos correntes.

Posteriormente, as duas entidades alteraram o memorando na matéria relacionada com a melhor forma de concretizar o objectivo de «levar a efeito a procura e a captura de criminosos». Uma das medidas acordadas nesse sentido foi «a vinda a Macau da Polícia da República Popular da China para ouvir os criminosos que não desejassem ir voluntariamente». Neste contexto de entendimento recíproco, a detenção e entrega de presumíveis criminosos às autoridades administrativas chinesas era uma prática comum, com maior ou menor grau de consentimento dos visados.

Este tipo de procedimento é evocado num documento interno do governo de Macau de Junho de 1994. «Ninguém decerto ignorava a existência de acordos informais entre as autoridades de segurança de Macau e da República Popular da China quanto à entrega recíproca de indivíduos procurados para fins de julgamento penal por prática de delitos comuns», afirma-se no referido documento.

Quando Vasco Rocha Vieira chegou a Macau em 1991 havia um detido supostamente ligado às manifestações de Tiananmen que, em 1989, desafiaram e confrontaram o poder chinês. A sua detenção, contudo, decorria de actos praticados no território. As manifestações de Tiananmen e a forma como foram reprimidas deixaram um rasto de consequências políticas internas e externas. O detido escreveu numerosas cartas ao Governador, declarando-se um perseguido político e a pedir-lhe que não autorizasse o envio para a China após o cumprimento da pena.

A China reclamava a sua entrega, mas as autoridades de Macau recusaram-na. Além disso, deram-lhe protecção, de modo a evitar que, por um processo qualquer, ele viesse a aparecer na

China e se considerasse que tinha sido entregue por Macau. Assim, no dia em que deixou a cadeia, foi conduzido a Hong Kong por agentes de segurança do Território através de uma operação discreta. Esta solução permitiu à administração de Macau ficar em posição de dizer que não sabia do paradeiro do ex-detido. Não foi necessário fazê-lo, porque a parte chinesa nunca fez qualquer pergunta sobre o destino da pessoa em causa. Isto mostra o pragmatismo dos Chineses numa situação em que não estava em causa nenhum problema fundamental.

O Governador e seus colaboradores tiveram sempre a preocupação de proceder de modo a não haver situações de perda de face, sobretudo nos pontos mais delicados. E obteve sempre dos Chineses uma atitude de reciprocidade. Na verdade, desde que não houvesse alarde público e perda de face, os Chineses acabavam por compreender e aceitar certo tipo de casos e deixavam cair o assunto. De acordo com Rocha Vieira, isso permitiu criar «uma relação de confiança e de cumplicidade» e «um clima» propício a ultrapassar muitas dificuldades de um processo consabidamente complexo. De parte a parte, gerou-se um entendimento não explícito no sentido de que nos domínios não essenciais o lado chinês aceitava tacitamente que as autoridades de Macau tomassem determinadas atitudes e decisões. A outra parte não podia dizer que aceitava isto ou aquilo, mas deixava que aquilo ou isto passasse, desde que não provocasse danos colaterais e não envolvesse questões de princípio. Por outro lado, as autoridades do território agiam sempre com o cuidado de não serem provocados ou criados incidentes que pudessem originar dificuldades com a China.

Revogado em Lisboa, em vigor em Macau

O caso do detido alegadamente ligado a Tiananmen enviado para Hong Kong depois de ter sido libertado não podia ser a regra, tinha de ser a excepção. E os responsáveis de Macau tinham presente que a prática no tratamento dos pedidos de entrega tinha

de mudar. Num memorando sobre Macau e os direitos fundamentais, de meados de Junho de 1994, afirma-se em relação à cooperação judiciária em matéria penal com os Estados e os territórios vizinhos: «O objectivo essencial da administração foi sempre o de clarificar os procedimentos seguidos no passado e que eram baseados numa mera prática administrativa de índole discricionária, submetendo-os à lei e garantindo a sua jurisdicionalização.»

Em paralelo com a instalação em Macau do Tribunal Superior de Justiça, o caso de James Peng, chinês por nascimento mas de nacionalidade australiana, residente em Hong Kong, viria a ser a causa próxima e indirecta de uma mudança qualitativa no tratamento das extradições.

James Peng, advogado e homem de negócios, foi capturado pela Polícia Judiciária de Macau no Hotel Mandarin Oriental, em Outubro de 1993, e entregue às autoridades chinesas. Antes, porém, terá dado o seu assentimento à transferência, assinando o auto da sua detenção elaborado por Albano Cabral, um macaense bilingue director-adjunto da PJ de Macau. Teria a expectativa de chegar à China e resolver os seus problemas, mas a verdade é que ficou detido por alegado desfalque. O facto desencadeou uma campanha internacional, por parte da Austrália, contra a sua entrega e detenção. De visita a Macau, o governador-geral da Austrália, William George Hayden, foi recebido por Rocha Vieira, com o qual travou uma azeda discussão, não só sobre o caso de James Peng mas também sobre o direito de Timor-Leste à independência. Depois de cumprir seis anos de prisão na China, Peng viria a ser libertado, em Novembro de 1999, e expatriado para a Austrália.

Quando um mês depois se voltou a pôr um problema idêntico ao de James Peng, com a detenção de António Ti Lou, Albano Cabral tomou as devidas precauções e a PJ enviou o processo para tribunal.

Aprovado em 1975 pelo IV Governo Provisório, chefiado pelo general Vasco Gonçalves e tendo por ministro da Justiça Francisco Salgado Zenha, o Decreto-Lei n.º 437/75, de 16 de Agosto, sobre o regime jurídico de extradição, já estava revogado em Portugal

desde 1991, mas continuava em vigor em Macau. Só no final de 1977 se tinha tornado extensivo ao território, sem se adaptarem os seus termos à estrutura local de poder. Assim, foi necessário pedir um parecer do Procurador-Geral Cunha Rodrigues, no qual, de acordo com a interpretação por si determinada, para a aplicação do diploma no território se devia equiparar o Governador de Macau a ministro da Justiça, o procurador-geral-adjunto de Macau a Procurador-Geral da República e o Tribunal Superior de Justiça de Macau a Tribunal da Relação.

É ao abrigo do Decreto-Lei n.º 437/75 que o procurador-geral-adjunto de Macau, Rodrigo Leal de Carvalho, ainda numa fase preliminar de natureza administrativa, vai analisar o pedido de extradição apresentado pela China e verificar a sua regularidade formal, isto é, se está de acordo com os requisitos daquele diploma. Verificada a conformidade, o procurador submeteu o pedido ao Governador, acompanhado, portanto, de parecer positivo em relação à sua aceitação. Ainda na fase administrativa prevista na lei, o Governador, assumindo a qualidade de figura equiparada a ministro da Justiça, faz uma de duas coisas: decide se o pedido de extradição «pode ter seguimento» para apreciação judicial «ou se deve ser liminarmente indeferido por razões de ordem política ou de oportunidade ou de conveniência». Tendo decidido pela apreciação judicial, a última palavra sobre extradição ou não extradição será dos tribunais.

Foram estes os passos seguidos no processo de António Ti Lou (ou Liu Guo ou Liu Xu-Xi), um indivíduo de Xangai, com passaporte boliviano, capturado pela Polícia Judiciária de Macau em 25 de Novembro de 1993, a pedido da China, acusado de burla qualificada. Em Março de 1994, o tribunal decidiu-se pela não extradição, o que foi «lamentado» por Lou Kai, subchefe do gabinete dos Assuntos Externos da Xinhua em Macau. Após a decisão, António Ti Lou ausentou-se para parte incerta.

Seriam os três casos seguintes a alimentar uma grande polémica em Portugal, a provocar o endurecimento da China e a deixar um rasto negativo em Macau no capítulo da segurança.

Em três momentos próximos mas distintos, as autoridades chinesas solicitaram às autoridades portuguesas de Macau, através da Interpol, a detenção para efeitos de extradição de três indivíduos por crimes cometidos na China passíveis de pena de morte ou de prisão perpétua: Yeung Yuk Leung, de nacionalidade inglesa de Hong Kong, detido em Macau em 6 de Dezembro de 1993 por homicídio da ex-namorada, por estrangulamento; Lei Chan Wa, de nacionalidade chinesa, detido em 24 de Janeiro de 1994 por manipulação e tráfico de droga; e Leong Cheong Meng, chinês com passaporte malaio, que se provou ser falso, detido em 16 de Abril de 1994, por co-autoria de furto de veículos de forma continuada. Os dois primeiros, já condenados na China, foram presos quando chegaram a Macau vindos de Hong Kong no *jetfoil*.

Depois da avaliação do procurador-geral-adjunto, o Governador, nos casos de pena de morte ou de prisão perpétua, teve em conta a indicação dos termos em que essas penas seriam substituídas e a garantia dessa substituição. Aliás, essa garantia, que voltaria a ser formalizada noutras ocasiões, já fazia parte do conteúdo do pedido de extradição. Assim, em relação a qualquer dos três casos, considerou que não havia razões para o seu indeferimento e enviou-os para a fase judicial. É também no quadro das garantias dadas pela China e nos termos do Decreto-Lei n.º 437/75 que o Tribunal Superior de Justiça, ao invés do que acontecera com o boliviano, aprovou as três extradições referidas solicitadas pela China.

Ao longo de mais de um ano e meio de processo, com vários recursos da decisão de extradição, Pequim declarou diversas vezes que não aplicaria nem a pena de morte nem a prisão perpétua aos extraditandos. Por exemplo, numa nota de 3 de Julho de 1995, que parecia ser uma resposta antecipada ao acórdão do Tribunal Constitucional, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da China comunicava o seguinte à Embaixada de Portugal em Pequim:

O Tribunal de Segunda Instância do Município de Jiangmen, da Província de Guangdong da RPC, assume o compromisso de que, no julgamento de Yeung Yuk Leung, arguido de homicídio, este não será condenado à pena de morte nem à prisão perpétua.

Face à decisão inicial do Tribunal Superior de Justiça de Macau, que aprovou a extradição, a defesa apelou para a Comissão Europeia dos Direitos do Homem. No entanto, seria o recurso para o Tribunal Constitucional a abrir caminho à pretensão dos réus. Assim, por um acórdão do Tribunal Constitucional de 4 de Julho de 1995 e por dois acórdãos de 6 de Julho de 1995, de teor idêntico ao primeiro, «julga-se inconstitucional a norma do artigo 4.º, n.º 1, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 437/75, de 16 de Agosto, por violação do artigo 33.º, n.º 3, da Constituição, na parte que permite a extradição por crimes puníveis no Estado requerente com a pena de morte, havendo garantia da sua substituição». Isto é, nem com garantia da substituição da pena de morte por outra pena a extradição podia ser autorizada.

O Tribunal Superior de Justiça, presidido pelo juiz Amaro Farinha Ribeiros, tinha aprovado as extradições em 1994. Face ao decreto do Tribunal Constitucional, o Tribunal Superior de Justiça de Macau, em 18 de Outubro de 1995, alterou a decisão inicial no sentido de não autorizar as extradições.

Em todo o caso, a alteração à decisão do Tribunal Constitucional não foi assumida de forma linear e automática, tendo implicado uma inflexão do presidente do tribunal na ponderação que vinha fazendo do caso. Com efeito, Amaro Farinha Ribeiros sustentava que a decisão de aprovar as extradições não tinha por fundamento a norma que viria a ser declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional. Foi o que disse, previamente, numa entrevista ao *Diário de Notícias* de 1 de Agosto de 1994: «O Tribunal Superior de Justiça de Macau não decidiu as extradições baseando-se na Constituição e na lei de extradição que vigora em Macau. A decisão foi tomada com base num princípio do direito internacional público: a promessa proferida por um sujeito de direito internacional é fonte de direito.» Contudo, em 5 de Julho de 1995, logo que foi conhecida a declaração de inconstitucionalidade da referida norma, Amaro Farinha Ribeiros disse à agência Lusa: «A questão não se põe em o Tribunal Superior de Justiça de Macau acatar ou não a decisão do Tribunal Constitucional, mas

sim em reapreciar o processo, respeitando os termos do acórdão do Tribunal Constitucional.»

«Refúgio de criminosos»

A questão das extradições não se ficou pela ponderação dos tribunais ou pela reserva das chancelarias, mas transbordou para o espaço público. O deputado socialista Fernando Marques da Costa encabeçou uma campanha contra «uma situação [...] violadora dos nossos princípios fundamentais por parte do governo de Macau». Em carta de 3 de Junho de 1994 aos seus colegas da Assembleia da República, afirma que «o Governador de Macau tem, em fase administrativa, total margem de discricionariedade para atender às questões de direito e de oportunidade política sobre esses processos de extradição. [...] Tem sido outra a actuação do Governador de Macau. E esse julgamento diverso não pode deixar de merecer o nosso maior repúdio e de levantar vivas apreensões».

Em entrevista ao jornal *Macau Hoje* de 30 de Junho de 1994, reitera as críticas a Rocha Vieira: «O Governador de Macau tenta lavar as mãos num assunto em relação ao qual não pode aligeirar as suas responsabilidades políticas, porque são responsabilidades políticas que advêm da lei. [...] É a ele, em primeira instância, que compete emitir um parecer de recusa por extradição em caso de pena de morte.»

Contudo, um mês mais tarde, depois de analisar um conjunto de documentos sobre o tema, que lhe foram enviados pelo gabinete do Governador, Fernando Marques da Costa reconhece que a administração de Macau, ao «exigir a existência de processo judicial, deu um passo apreciável que demonstra uma sensibilidade às delicadas questões envolvidas no acto de extradição». Manifesta, no entanto, a sua perplexidade pela manutenção em Macau de uma «reliquia legislativa» (o Decreto-Lei n.º 437/75) e responsabiliza não só os órgãos de soberania da República mas

também a administração de Macau por essa situação. Além disso continua a criticar o Governador por não ter sustido em processo administrativo os casos pendentes.

Rocha Vieira também enviou um dossiê relativo ao processo de extradições ao deputado António Maria Pereira, presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia da República. A resposta de António Maria Pereira vai num sentido diferente ao da posição do deputado socialista: «A leitura destes textos confirma a minha convicção de que a actuação do Governador de Macau foi perfeitamente correcta em face das disposições legais aplicáveis e do contexto político existente.»

Com a sua campanha, Marques da Costa dava voz à posição política daqueles que sustentavam que não se podia nem devia confiar nas garantias dadas pela China. Ora, por razões de ordem política e de conveniência, determinadas pela protecção dos interesses do Estado, a decisão de Rocha Vieira na fase administrativa não podia ter sido outra senão o envio do processo para a fase judicial. O Governador não podia fazer tábua rasa do processo de transição e das boas relações entre Portugal e a China. Aliás, era seu entendimento e convicção que a China cumpriria aquilo a que se comprometia.

Numa exposição enviada pelo gabinete do Governador ao Palácio das Necessidades em Junho de 1994, escreve-se:

Não cabe ao Governador apreciar o valor jurídico das garantias oferecidas pelas autoridades chinesas quanto ao desenrolar do processo judicial pelos Tribunais da RPC. Nem se compreenderia que o mais alto representante dos órgãos de soberania da República no território, ao intervir na fase político-administrativa do processo, pudesse duvidar do compromisso de um Estado que assinou uma Declaração Conjunta com Portugal onde se regula o futuro de Macau.

Há ainda outra circunstância relevante ponderada na decisão, «a boa cooperação existente entre o território e as autoridades da RPC em matéria de segurança, área de grande sensibilidade tendo

em consideração as vulnerabilidades decorrentes da posição geográfica de Macau».

Ao fundamentar o prosseguimento do processo, Rocha Vieira evocou igualmente o «entendimento dominante em Portugal, na fase administrativa do processo de extradição, durante a vigência do Decreto-Lei n.º 437/75». Esse entendimento esteve presente num caso de extradição requerido pelo Governo belga ao Governo de Portugal recordado pelo advogado José António Barreiros, antigo secretário-adjunto para a Justiça do Governador Carlos Melancia, num artigo transcrito pelo *Jornal de Macau* de 11 de Julho de 1994. Com efeito, com base no compromisso do Governo belga de não aplicar a pena de morte ou a prisão perpétua, em 1985, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 437/75, o Governo chefiado por Mário Soares autorizou o prosseguimento do processo judicial de extradição de um súbdito belga acusado de crimes puníveis com a pena de morte.

A China seguiu com muita atenção todo o processo de extradições, colaborando com as autoridades portuguesas, ao mesmo tempo que transmitia os seus motivos de preocupação e assumia posições críticas. O simples facto de ter procedido aos pedidos de extradição constituiu uma forma indirecta de reconhecimento do exercício da soberania portuguesa em Macau, uma vez que estava em causa uma prerrogativa de países soberanos.

Não foram só as garantias que acompanhavam obrigatoriamente os pedidos de extradição, depois confirmadas noutras fases dos processos, designadamente em resposta a solicitações do Tribunal Superior de Justiça de Macau. Em vários contactos com as autoridades portuguesas, a China fez sentir a sua posição. Recebido no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, em 4 de Agosto de 1994, o encarregado de negócios Yu Caijun disse de viva voz: «As minhas autoridades reiteram a promessa de não condenar à morte os criminosos extraditados de Macau.» E acrescentou: «A República Popular da China respeita escrupulosamente as leis de Portugal e de Macau.» Advertiu, por fim, que «o seu país não pretendia ver o território de Macau convertido num

refúgio de criminosos, promotor da instabilidade social que faria perigar a transição tranquila para a administração chinesa». No mesmo dia, em Macau, Li Wanshan, um dos responsáveis da agência Xinhua, recebido pelo chefe de gabinete do Governador, expressava a sua «preocupação» pelas eventuais consequências negativas da questão das extradições para a cooperação judicial e policial entre Macau e a RPC: «Esperamos que a situação não seja complicada a propósito e não gostamos de ver que Macau se torne num local de refúgio para os criminosos. Se não isso vai afectar desfavoravelmente a estabilidade social e a transição pacífica de Macau.»

Mais tarde, a propósito de uma notícia segundo a qual o Tribunal Constitucional só queria decidir sobre a constitucionalidade da norma que fundamentava as extradições após uma visita programada de Mário Soares à China, em Abril de 1995, os responsáveis chineses comentavam informalmente: «Vocês dizem que os tribunais são independentes mas ficam à espera que a visita à China se efectue para anunciar a decisão.»

Em Outubro de 1995, após os acórdãos do Tribunal Constitucional, apesar de a Declaração Conjunta estabelecer que o Grupo de Ligação Conjunto não interfere nem desempenha qualquer papel de supervisão em relação à administração de Macau, o chefe da delegação chinesa à referida instância, embaixador Guo Jiading, disse à agência Lusa: «Pensamos que a decisão não é vantajosa para a cooperação judicial entre Macau e a China, não ajuda o combate à criminalidade, nem é vantajosa para a segurança do território.»

Em 18 de Janeiro de 1996, já muito perto da libertação dos detidos, a Xinhua envia o seguinte ofício ao Tribunal de Instrução Criminal de Macau: «No que concerne às extradições dos três réus, as entidades judiciais competentes da RPC prestaram a melhor colaboração a Macau, comprometendo-se a satisfazer o pedido apresentado por parte de Macau. É incompreensível, pois, mesmo face a esta situação, o TSM [Tribunal Superior de Macau] manter a não mandar extraditar os réus em questão.»

Do tribunal para o avião

A decisão final contrária à extradição não implicou a libertação dos detidos. Cabia agora a Macau instaurar-lhes procedimento criminal. Nesse sentido, o juiz do Tribunal de Instrução Criminal de Macau, António Proença Fouto, solicitou ao Estado requerente das extradições provas respeitantes aos crimes praticados. Na resposta, a China não cede um milímetro no que considera o seu direito a julgar os réus por crimes cometidos portas adentro: «Este país reserva, sem dúvida, o legítimo poder de administração judicial quanto aos aludidos factos, de acordo com a sua legislação em vigor.»

Não sendo possível instaurar procedimento criminal contra os réus, e terminado o tempo de prisão preventiva, dois dos detidos são libertados, em 23 de Janeiro de 1996. O terceiro continua detido, mas por delitos sob a jurisdição de Macau.

Yeung Yuk Leung e Lei Chan Wa seguiram imediatamente para Hong Kong com o apoio do Consulado britânico.

Quanto a Leong Cheong Meng, que não tinha vindo de Hong Kong, ainda teria de ser julgado por falsas declarações e por posse de passaporte falso. Uma vez que havia a possibilidade de vir a ser libertado logo após o seu julgamento, em 28 de Maio de 1996, as autoridades de Macau começaram desde esse momento a estudar o destino a dar-lhe.

A expulsão para a China, por se encontrar na situação de clandestinidade, seria legal. Porém, depois da decisão sobre a não extradição, a expulsão não era aceitável. Foi por isso recusada, apesar de o Governador estar ciente de que era admissível uma reacção negativa da parte chinesa, uma vez que a decisão de não expulsar estava em contradição com a necessidade de cooperação policial entre Macau e o interior da China. Encontrar uma solução para continuar em Macau também pareceu desaconselhável, pelo risco de vir a ser «informalmente transferido» para a RPC. Acresce que, a verificar-se tal cenário, isso traria grandes danos de imagem a Portugal. Acabou por prevalecer a solução da sua vinda

para Portugal. Leong Cheong Meng não só foi bafejado pela última hipótese, como enviou pedidos insistentes ao Governador para que a sua família fosse tirada da China, alegando que poderia sofrer represálias, incluindo a execução. Claro que tal não era possível por não ser da competência de Macau.

Obtido o consenso das autoridades da República para a operação, a transferência de Leong Cheong Meng para Portugal foi preparada em coordenação com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Os Serviços de Identificação de Macau emitiram um passaporte para cidadão estrangeiro em seu nome. Foram compradas duas passagens na TAP, uma para o cidadão chinês e outra para um acompanhante indicado pelo Corpo de Polícia de Segurança Pública. Finalmente, no dia 28 de Maio de 1996, após o julgamento e a sua libertação, seguiu directamente do tribunal, sob protecção da polícia, para o avião da TAP que estava de partida para Lisboa.

Cerca de um ano mais tarde, Leonor Rocha Vieira é procurada por religiosas de uma determinada congregação religiosa que acolhe mães solteiras. No âmbito da sua acção social, a mulher do Governador tinha um contacto regular com as irmãs dessa congregação. Desta vez, porém, queriam falar-lhe de um assunto melindroso. Há algum tempo que abrigavam na sua residência uma chinesa com duas filhas. As crianças não saíam de casa. Nem sequer podiam ir à escola. A chinesa acolhida pelas religiosas era a mulher de Leong Cheong Meng. O governo de Macau providenciou então para que mãe e filhas viessem para Portugal para se juntarem ao marido e pai.

O impacto da quebra da confiança e da cooperação judicial entre Macau e a China provocada pela recusa das extradições não se fez esperar. Não sendo a única, foi uma das razões pelas quais, a partir de 1995/1996, o território sofreu um aumento quantitativo e qualitativo da criminalidade, importada ou não, mas cada vez mais organizada e sofisticada. Nada que os responsáveis de Macau não receassem, uma vez que tinham levado a sério os avisos da parte chinesa, no âmbito do caso das extradições, como

o deixado pelo encarregado de negócios da China em Lisboa: «Não desejamos que o caso seja complicado artificialmente nem esperamos ver Macau um refúgio de criminosos penais.»

A tentativa de homicídio do tenente-coronel (mais tarde promovido a oficial general) Manuel António Apolinário, subdirector da Inspeção e Coordenação dos Jogos de Macau, em 26 de Novembro de 1996, é um marco na escalada da crise de segurança e do confronto com o poder legítimo. O tenente-coronel Apolinário foi atingido à queima-roupa na face e no pescoço com dois tiros, quando saía do serviço e entrava no seu carro, na Avenida da Praia Grande, ao fim da tarde. O atirador aguardava-o num motociclo. Um dos suspeitos da autoria moral do crime é Pang Nga Koi, o *Dente Partido*, líder da seita 14 Kilates, mas não chega a ser acusado. Pang Nga Koi tinha viajado na TAP para Portugal em 17 de Novembro de 1996, nove dias antes do atentado. O processo por tentativa de homicídio foi arquivado em 1998, mas o principal interessado apenas teve conhecimento dessa decisão nove anos mais tarde.

A espiral do crime só viria a ser sustida, de forma simultaneamente simbólica e efectiva, em 1998, a menos de dois anos da transferência de poderes, com a detenção e depois com o julgamento e condenação com trânsito em julgado do líder da seita 14 Kilates, e de muitos dos principais líderes desta e de outras seitas.

XXII

O desafio da segurança

Na manhã de 1 de Maio de 1998, pouco depois das 9 horas, Marques Baptista, director da Polícia Judiciária (PJ) de Macau, entrou numa viatura sem distintivo policial para ir correr para a zona de Coloane. Consigo levou o *Rote*, confinado à parte de trás da carrinha, uma Mitsubishi de cinco portas. Ao contrário do que era costume, achou que o cão estava muito nervoso. Decidiu por isso trocar Coloane pela Guia, um destino mais próximo. «Tive um pressentimento», diz. Quando abre a caixa do automóvel, o cão sai a correr. Ao mesmo tempo que procura segurá-lo, porque havia crianças ali perto a brincar, repara em qualquer coisa que estava a arder no interior da viatura, mas não atribui importância à situação. Pensa que se trata de um problema eléctrico. Até que a tranquilidade do feriado é abalada pela explosão de uma bomba colocada debaixo do assento do lado direito da frente da carrinha. É o assento do condutor, uma vez que em Macau se circula pela esquerda. O rebentamento provocou uma cratera no chão com mais de dois metros de diâmetro e 20 centímetros de profundidade.

Lançada estrada abaixo, por pouco a viatura não caiu sobre o Circuito da Guia. O cão, um Rottweiler que se revelou providencial, não só pelos sinais de nervosismo, mas também por puxar o dono quando ele o agarrou já fora do carro, apenas foi encontrado oito dias mais tarde junto do Jardim Vasco da Gama, magro e cabisbaixo. «Ainda fui pelo ar», conta Marques Baptista, que, no entanto, não sofreu mais do que alguns ferimentos sem gravidade, ao ser atingido por estilhaços numa perna. Grave, sim, era a escalada do crime em Macau, que já vinha de 1996 e que cresceu assustadoramente em 1997/1998.

Quando foi convidado para director da Polícia Judiciária de Macau, António Francisco Marques Baptista já se encontrava no território como magistrado do Ministério Público. Iniciou funções em 30 de Novembro de 1995 com a missão de lutar contra o crime organizado, uma nebulosa dominada por seitas ou tríades que, por sua vez, se digladiavam entre si. Sequestros, agiotagem, extorsão e sobretudo o jogo clandestino constituíam, no essencial, o negócio das seitas. Logo nesse dia recebeu o que, em declarações aos jornalistas, interpretou como «um sinal de boas-vindas um bocado ruidosas». Por volta das 6.30 da manhã, explodiram duas bombas junto da entrada principal da Polícia Judiciária. As bombas danificaram um portão de aço e algumas viaturas da corporação que se encontravam estacionadas nas proximidades. Até a PJ estava infiltrada por gente presumivelmente ligada às seitas, o que ajuda a explicar a ocorrência de casos como este.

Segundo Marques Baptista, o Governador nunca lhe faltou com apoio: aprovação de uma lei orgânica que permitiu aumentar os quadros da PJ, criação de novas instalações e modernização do laboratório da polícia científica, do sistema informático e de comunicações e de todos os laboratórios da Escola da Polícia Judiciária. «Só pedia que se apresentassem resultados», acrescenta o antigo director da PJ de Macau, sublinhando que «nunca houve um combate às seitas como no mandato do general Rocha Vieira». Um moderno sistema israelita de interceptação de telecomunicações adquirido no seu tempo revelou-se decisivo no com-

bate ao crime. Segundo Marques Baptista, esse sistema deixou «embasbacado» o então director-geral da Polícia Judiciária (1995-1999), Fernando Negrão.

Apesar dos «homens extraordinários» da sua equipa e da «consciência de que Portugal devia sair dali de cabeça erguida», os homicídios e os atentados não só aumentaram em 1996 e sobretudo em 1997, mas também passaram para patamares de violência mais elevados. Além disso, à violência decorrente da luta entre as seitas vieram juntar-se acções contra elementos ligados à própria administração do território.

A evolução negativa do clima de segurança tem várias explicações. Por um lado, a China ou não colaborava ou colaborava com menos empenho com as autoridades de Macau. Com efeito, o desfecho do caso das extradições afectara o nível de cooperação policial entre Macau e a China, o que deu mais liberdade de actuação às seitas, designadamente a 14 Kilates e a Soi Fong ou Gasosa. Por outro lado, com a melhoria da situação económica, fruto das reformas económicas introduzidas por Deng Xiaoping nos anos 80 e 90 do século passado, surgiu uma nova classe endinheirada. São elementos dessa nova burguesia que atravessam a fronteira para jogar em Macau e criam laços com as seitas, às quais proporcionam alguma cobertura da nomenclatura chinesa. Aliada à permeabilidade da fronteira, a situação de crescimento económico serve de catalisador à guerra das seitas, que ganham posições na disputa do bolo do crime organizado, associado, sobretudo, à indústria do jogo. Além disso, com a entrega de Hong Kong à China em 1 de Julho de 1997, há seitas da antiga colónia britânica que se deslocam para Macau. Aliás, por coincidência ou não, a criminalidade em Macau tem um dos seus picos precisamente naquele mês.

No plano político, terá havido da parte de alguns sectores chineses mais radicais o desejo de evidenciar a incapacidade da administração portuguesa para sustentar a criminalidade, criando condições para realçar o contraste com a imposição da autoridade após a transição do território para a soberania chinesa. Sempre

muito cauteloso nas referências à China, das poucas críticas públicas que Rocha Vieira lhe dirigiu foram na área da segurança.

A própria China, porém, vai confrontar-se com uma situação em que o controlo dos problemas de segurança parece escapar-lhe das mãos. Em Maio de 1996, Victor Li Tzar-kuoi, filho de Li Ka Shing, grande empresário de Hong Kong e um dos homens mais ricos do mundo, foi raptado por *Big Spender*, um dos principais chefes das máfias locais. O resgate exigido terá sido de mais de 150 milhões de euros; quanto ao pago, terá sido superior a 80 milhões de euros. Li Ka Shing não fez queixa às instâncias competentes mas foi falar com o presidente chinês, Jiang Zemin. O mesmo *Big Spender* raptou Walter Kwok, outro *tycoon* de Hong Kong, em Setembro de 1997, isto é, já depois do restabelecimento da soberania da China. Preocupado com a evolução da grande criminalidade, o governo central vai intervir em larga escala no Sul da China. Fiscaliza directamente a situação e, no final de 1997, promove uma grande operação na zona contígua a Macau. Numa acção saudada pela opinião pública macaense, forças de segurança enviadas por Pequim prendem centenas de pessoas, apreendem milhares de armas e fecham casas de massagens e cabeleireiros que serviam de fachada a organizações criminosas. Quanto a *Big Spender*, foi julgado em Guangzhou, condenado à morte e executado em Dezembro de 1998.

Resposta imediata

É neste contexto, marcado pela crescente insegurança no interior de Macau e nas áreas geográficas envolventes, mas também pela quebra na cooperação policial, que surge o atentado contra o director da Polícia Judiciária, num desafio cada vez mais arrojado à autoridade. «Percebi que estávamos a atingir um ponto em que tinha de dar um sinal de força, determinação e resposta. Se assim não fosse, as instituições ficavam em causa e a confiança das pessoas na administração do território seria seriamente aba-

lada», diz Rocha Vieira, reportando-se ao impacto do crime desse 1.º de Maio de 1998 e ciente do imperativo de «agarrar a situação», sob pena de Portugal se arriscar «a não sair de Macau com a devida dignidade». Logo que soube do atentado, convocou uma reunião com os secretários-adjuntos da Justiça e da Segurança, Jorge Silveira e o brigadeiro Manuel Monge, o presidente do Tribunal Superior de Justiça, o juiz conselheiro Manuel António Maduro, o procurador-geral adjunto, António Simões Redinha, e, claro, o director da Polícia Judiciária, que compareceu com as calças furadas e sangue numa das pernas, devido aos estilhaços. «Em relação a Marques Baptista, de certo modo, a sua determinação ainda foi exacerbada, ao contrário do que podia acontecer com outras pessoas», recorda Rocha Vieira.

O Governador está consciente de que o momento é crucial no combate ao crime organizado. E lança uma pergunta que vai direita a uma dúvida latente no espírito de todos os presentes. «Há juízes capazes de julgar Pang Nga Koi?» É Marques Baptista que se recorda da sintomática resposta dada pelo procurador-geral-adjunto. «Eu não tenho em Macau um Baltasar Garzón», disse, referindo-se ao juiz espanhol da Audiência Nacional, célebre pelos seus casos contra a ETA.

Na «luta desigual» contra o crime organizado, os suspeitos sabiam tirar todo o partido das garantias legais. Era o preço a pagar pelo respeito pelas regras, mesmo as mais elementares, que traduzem os princípios e valores da lei penal portuguesa.

Da reunião de emergência saiu a decisão de passar à acção e prender o principal suspeito da autoria moral da tentativa de homicídio. A operação decorreu à noite. Fecharam-se as saídas e as entradas no Hotel Lisboa. Quando Marques Baptista e os seus homens irromperam num reservado de um dos restaurantes do hotel, Pang Nga Koi estava com outros elementos da seita, todos na galhofa. Tinham droga em cima da mesa e no chão. Preparavam-se para ver o filme *Casino*. «Agarrei no Pang Nga Koi, encostei-o à parede e disse-lhe que lhe ia pôr algemas», conta o antigo director da PJ de Macau. O líder ainda pediu para ser atrás. Não, ponho-as à frente», respondeu Marques Baptista.

À mesma hora foram detidos outros colaboradores do chefe da seita 14 Kilates em diferentes locais de Macau.

«Não ofereceu resistência porque foi apanhado de surpresa. Só não queria ser algemado. Mas eu disse-lhe que tinha de ser algemado», conta Marques Baptista, alguns anos mais tarde. As imagens da detenção dos suspeitos passaram depois na televisão de Macau, o que permitiu à população tomar consciência de que as autoridades não se deixavam intimidar e mostravam sangue-frio e capacidade de actuação.

Pang Nga Koi tinha um processo-crime, já em fase adiantada, e andava a ser vigiado pela polícia. Entre outros delitos, era acusado da prática de associação criminosa, da autoria moral de vários homicídios, homicídio qualificado na forma tentada e tráfico de estupefacientes. A luz verde para avançar para a concretização da detenção acabou por surgir após o atentado falhado na Guia.

A prisão já não era uma novidade para Pang Nga Koi (também conhecido por Wan Kuok Koi), que sempre se desembaraçou dessas situações. Dizia-se que tinha conivências do lado de lá. Em 1987 esteve preso preventivamente em Coloane. E no final de 1996 tinha sido condenado a sete meses de prisão por desobediência, com pena suspensa, por ter entrado no casino do Hotel Lisboa. Com efeito, três anos antes fora proibido pela Inspeção de Jogos de aceder aos casinos de Macau, depois de um dia ter saltado para cima de uma mesa de jogo.

Em 1997, o Tribunal de Instrução Criminal de Macau cancela um mandado de captura contra Pang Nga Koi. No mesmo ano chega a ser procurado na China, mas um mandado de captura é anulado um mês depois de ter sido emitido.

Em 1998, a revista *Newsweek* inclui uma entrevista com Pang Nga Koi numa reportagem sobre criminalidade em Hong Kong e Macau. Uma semana mais tarde, num anúncio de meia página no diário *Ou Mun*, o entrevistado desmente as afirmações publicadas na *Newsweek*.

Uma existência tão movimentada merecia um filme. E Pang Nga Koi pagou-o, «tentando branquear a sua vida», segundo

Marques Baptista. O filme foi estreado em meados de 1998, em Hong Kong, mas em Macau não foi então autorizada a sua divulgação comercial. Até na sua rodagem, Pang Nga Koi infringiu a lei. Para filmar uma sequência, cortou o trânsito na Ponte Governador Nobre de Carvalho por volta das 2 ou 3 da manhã, à revelia de qualquer autorização. «Quando tomei conhecimento disso, fiquei irritado, mas, aparentemente, a polícia não soube», diz Rocha Vieira.

De novo apanhado nas malhas da justiça, será que mais uma vez ia libertar-se airoso do imbróglio, quase como uma vítima? Esse era o receio das autoridades, ao qual davam consistência os rumores sobre uma oferta de Pang Nga Koi no montante de 10 milhões de patacas para o juiz não o prender. O juiz, porém, ordenou que aguardasse julgamento na prisão. Já os seus ajudantes ficaram em liberdade. «Para nós, Pang Nga Koi era emblemático. E a verdade é que as coisas começaram a mudar a partir daí», comenta o antigo Governador. Seguiram-se prisões de cabeceiras de outras seitas, alterou-se o clima de impunidade que tendia a instalar-se e assegurou-se o respeito da parte da população de Macau e das autoridades chinesas na altura da transição da administração.

Pequim, que seguia com atenção e algum cepticismo o caso Pang Nga Koi, quis saber mais. Um dia, à saída de uma sessão do Conselho Consultivo, Rocha Vieira é abordado por Roque Choi, um dos tradicionais emissários oficiosos das autoridades chinesas quando era preciso dar um recado, superar uma dissensão ou esclarecer melhor um assunto. «Esta questão do Pang Nga Koi é mesmo para julgar e para condenar?», perguntou. O Governador disse: «Não percebo qual é a pergunta.» Roque Choi foi então mais claro: «É que os Chineses vão querer saber se o governo de Macau vai mesmo para a frente e está determinado a condenar o Pang Nga Koi.» Rocha Vieira também foi claro: «O que lhe posso dizer é que o governo de Macau está completamente determinado a que este processo vá até ao fim e que Pang Nga Koi seja julgado e, naturalmente, condenado.» Roque Choi logo viu que

as dúvidas dos seus mandantes se desfaziam: «Ah, isso é importante saber.»

No seu Relatório Genérico de Situação, a Polícia Judiciária de Macau assinala a mudança de atitude da China em relação às questões de segurança no território. Nele se escreve: «Reforço de cooperação e empenho por parte das autoridades chinesas é recente e notório.»

Gurkas contratados

Não tardaram, porém, a surgir dois problemas que puseram à prova não só a determinação, mas também o engenho do governo de Macau: a segurança na prisão de Coloane e a criação das condições para o pleno exercício da administração da justiça por parte do tribunal que iria julgar o chefe da seita 14 Kilates.

A partir do interior da prisão de Coloane, Pang Nga Koi continuava a dirigir os seus negócios ilícitos, graças à cumplicidade dos guardas prisionais. Estes, ou pertenciam às seitas ou estavam relacionados com alguém que, directa ou indirectamente, tinha a ver com elas. Além disso, mesmo os que estavam fora do círculo do crime organizado estavam reféns do temor pela sua segurança ou pela segurança das suas famílias. Para suprir este ponto fraco do funcionamento da prisão, o director da Polícia Judiciária, com a cobertura do governo do território, organizava de quando em vez rusgas em determinados sectores do estabelecimento. Nessas rusgas a polícia apreendia de tudo, de telemóveis a armas brancas.

Era, no entanto, preciso encontrar respostas menos contingentes. A primeira, impulsionada por Marques Baptista, foi solicitar a Lisboa um reforço de guardas prisionais com experiência. Foi enviado um pequeno número que não chegou à dezena. Rocha Vieira «queria muito mais». Os novos guardas ficaram num compartimento em que procuravam ter controlo sobre as entradas e saídas e determinar alguns procedimentos, mas sempre muito

resguardados. Até montaram câmaras numa das alas da prisão. Funcionaram pouco tempo; logo apareceram os cabos cortados. Não se apurou quem os cortou, situação que traduzia falta de autoridade. A situação viria a ficar muito desequilibrada quando, fora de serviço, um dos guardas morreu atingido por um tiro e outro ficou ferido. O Governador nunca acreditou na solução do reforço de guardas prisionais enviados de Portugal e os factos viriam a dar-lhe razão.

As outras respostas tiveram resultados mais positivos, a começar pela construção urgente de novas instalações de alta segurança para 20 a 30 detidos mais problemáticos e perigosos, acompanhada da contratação de Gurkas, no Nepal, para garantir a segurança das prisões. Chegaram em dois contingentes de meia centena cada um. Havia efectivos dos Gurkas, tropas de elite do Exército britânico, disponíveis depois da entrega de Hong Kong.

Quanto ao tribunal, o ambiente de familiaridade entre juízes e advogados era pouco propício a um exercício rigoroso e isento da justiça. Em todo o caso, o processo de Pang Nga Koi foi avançando até chegar às mãos do juiz que deveria presidir ao tribunal que iria julgá-lo. Nessa altura, Marques Baptista e outras pessoas transmitiram ao Governador a convicta previsão de que o magistrado a quem fora confiado o processo de Pang Nga Koi nunca faria o julgamento. Depois de uma primeira reacção de incredulidade, Rocha Vieira não tardou a convencer-se da razão de ser do alerta. O próprio juiz em causa lhe transmitiu os seus anseios e receios. A sua intenção era continuar em Macau para lá de 1999. A sua filha estava no 11.º ano e, se concluísse o 12.º ano no território, poderia beneficiar do ingresso automático na universidade graças ao sistema de quotas. Só que, se julgasse Pang Nga Koi, não poderia continuar em Macau. Rocha Vieira procurou contornar o problema oferecendo-lhe a garantia de uma solução para a filha. O juiz, porém, pediu que tal garantia lhe fosse dada numa declaração por escrito, o que não era possível. Tentou depois fazer-lhe ver que julgar quem tem de julgar faz parte da sua profissão e que todas as profissões têm os seus constrangimentos.

O juiz não ficou convencido. O Palácio da Praia Grande soube pelo presidente do Conselho Judiciário de Macau que ele pedira a antecipação das férias judiciais e que já não regressaria.

Juiz Estrela

Na sequência do atentado de 1 de Maio de 1998, Macau pediu a Lisboa um reforço em recursos humanos na área de investigação. A Polícia Judiciária disponibilizou alguns elementos, designadamente da DCCB (Direcção Central do Combate ao Banditismo) e do SIS (Serviço de Informações de Segurança), pessoal ligado à vigilância e à contravigilância. Restava um problema: quase em meados de 1999, o processo de Pang Nga Koi continuava sem juiz. A solução normal seria a sua rotação para outro juiz, mas Rocha Vieira percebeu que o assunto ameaçava andar de Herodes para Pilatos, sem solução à vista. «Não se pode ir ao fundo com o código na mão», diz. Confrontou então o presidente do Conselho Judiciário de Macau com uma pergunta decisiva: «Tem algum magistrado capaz de pegar neste processo e ir até ao fim com ele, dando garantias de o assumir com todas as consequências?» A resposta foi um «não».

Impunha-se dar o passo seguinte: descobrir alguém em Portugal, com provas dadas, capaz e que quisesse assumir um cargo em Macau. Surgiu então um magistrado judicial, Fernando Estrela, que manifestou vontade de ir para Macau a fim de preencher uma das vagas abertas pelo regresso de juizes portugueses ao País.

A presença de Fernando Estrela teve logo impacto no ambiente da justiça em Macau. Pouco tempo antes, também fora para Macau um magistrado do Ministério Público, Carlos Lobo, outro homem da linha rigorosa. «Esses dois homens foram muito importantes», face à «familiaridade existente entre os advogados das seitas e alguns magistrados».

Fernando Estrela tomou posse a 11 de Julho, pegou no processo durante as férias — um processo com milhares de páginas e

dezenas de volumes — e depois de dois adiamentos, no dia 11 de Outubro de 1999 dava início ao julgamento de Pang Nga Koi. Presidiu a um colectivo de juízes que, nos termos do acórdão proferido a 23 de Novembro, condenou Pang Nga Koi a 15 anos e meio de prisão. Ficou no referido estabelecimento de alta segurança, entretanto construído em ritmo acelerado, para retirar alguns elementos mais destabilizadores da prisão de Coloane. A condenação de Pang Nga Koi viria a ser confirmada já depois da transição para a China.

Quanto ao juiz Fernando Estrela, não esperou pela cerimónia de transição. Regressou a Portugal em 7 de Dezembro.

Anos mais tarde, Rocha Vieira teve a compensação de ver o seu empenho na defesa da lei e da ordem em Macau reconhecido por uma personalidade profundamente ligada ao território. Num depoimento para o documentário televisivo *Macau entre Dois Mundos*, da autoria de Fernando Lima, Stanley Ho enfatizou: «A administração portuguesa foi muito importante para o jogo em Macau nas questões de segurança: puseram na cadeia, julgaram e condenaram os principais responsáveis em Macau, que continuam presos. Isso foi muito bom. Em segundo lugar, meteram numa lista negra aqueles que fugiram, proibindo-os de entrar em Macau. Isso ainda hoje vigora e eles não entram em Macau.»

Pela sua acção destemida e isenta contra o crime organizado, Marques Baptista, Fernando Estrela e Carlos Lobo ficaram com a cabeça a prémio. Para as seitas, eram inimigos a abater, sobretudo os dois primeiros. Daí que Rocha Vieira, ainda antes da passagem da administração para a China, alertasse as autoridades de Lisboa para a necessidade de encontrar soluções de protecção, pelo menos para Marques Baptista e Fernando Estrela. Por analogia, as medidas poderiam ser idênticas às que foram adoptadas a favor de magistrados ligados ao processo das FP-25 de Abril. Tinha ficado assente que seriam objecto dessa medida especial de protecção, mas a sua concretização levou tempo. Um ano e meio depois do termo da soberania portuguesa em Macau, Fernando Estrela, embora dispusesse de segurança pessoal, ainda aguardava

uma colocação numa missão portuguesa no estrangeiro. Inicialmente tudo parecia fácil, dadas as promessas do ministro da Justiça, António Costa, que o recebeu a seu pedido, e do próprio Presidente da República. Depois, uma vez que não conseguia resposta do Ministério da Justiça e sem saber muito bem para quem se voltar, telefona para o antigo Governador. Apesar de já não ter responsabilidades institucionais, Rocha Vieira liga para o Palácio de Belém e fala com Carlos Gaspar, então a exercer funções de chefe da Casa Civil, a quem expõe o problema. Carlos Gaspar conhecia o caso, cuja resolução tardava. Passados alguns meses, por fim, foi possível encontrar um enquadramento seguro para o juiz que não teve medo de julgar Pang Nga Koi.

XXIII

Tropas, uma batalha diplomática

Em 30 de Junho de 1997, a poucas horas de a bandeira vermelha de cinco estrelas tomar o lugar da Union Jack sobre Hong Kong, uma declaração aparentemente anódina do porta-voz do Conselho de Estado da República Popular da China deixou em alerta o Governador de Macau. Com efeito, Shen Guofang não excluiu a possibilidade de a China estacionar tropas no território sob administração portuguesa, adiantando que «a política de defesa e de relações externas será a mesma para Hong Kong e Macau». O alerta era compreensível. Ao contrário do que ficara estabelecido com o Reino Unido em relação a Hong Kong, a Declaração Conjunta Luso-Chinesa não previa o estacionamento de forças militares em Macau após a transferência de poderes.

A diferença não era acidental. Londres tinha um contingente militar em Hong Kong. A presença das Forças Armadas Portuguesas em Macau cessara no início de 1976. Curiosamente, Rocha Vieira está associado a essa decisão. Quando veio a Portugal após 25 de Abril de 1974, o então chefe do Estado-Maior do Comando Territorial Independente de Macau, numa das conversas com o

general Costa Gomes, membro da Junta de Salvação Nacional e chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, exprimiu a opinião de que não fazia sentido ter tropas no território. Costa Gomes disse-lhe que pensava da mesma maneira e logo ali anunciou a decisão de «tirar de lá os militares».

Apesar de a Declaração Conjunta prever que a defesa, bem como as relações externas, passariam para a competência do governo central, naquela altura era pacífico que Pequim não enviaria tropas para Macau após o dia 19 de Dezembro de 1999. Isso mesmo fora dito por Lu Ping, director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau junto do Conselho de Estado, perante a Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu, em Bruxelas, a 23 de Abril de 1997: «Macau é tão pequeno que não será necessário manter lá tropas.»

Logo no dia 30 de Junho, com os olhos do mundo postos em Hong Kong, Rocha Vieira afirmou que nas negociações entre Portugal e a China ficou claro o não estacionamento das tropas chinesas em Macau após a transferência de poderes. Sendo assim, as impressionantes imagens nocturnas, difundidas para todo o mundo, de uma coluna de blindados a começar a entrar na grande metrópole aos primeiros minutos de 1 de Julho de 1997 não tinham de se repetir em Macau.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, que chefiou a delegação portuguesa no *handover* de Hong Kong, onde se encontrou com o vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Qian Qichen, fez depois uma breve visita a Macau. Em 1 de Julho, à partida para Lisboa, Gama afirma que o estacionamento de efectivos do Exército Popular de Libertação «não está na ordem do dia», mas salvaguarda que poderá «haver sempre diálogo com a parte chinesa». Apesar de as palavras do ministro terem um carácter genérico, Rocha Vieira pressente nelas uma «certa abertura» que não o deixa tranquilo.

A viragem de Pequim em relação ao envio de tropas para Macau não estava na ordem do dia, mas a batalha diplomática em torno da questão começara e iria estender-se por mais de dois

anos, até quase ao fim do período de transição. O chefe da delegação portuguesa ao Grupo de Ligação Conjunta não desperdiçou a oportunidade de pegar no assunto no almoço de despedida do seu homólogo, Guo Jiading, em 4 de Julho. «Se a parte chinesa tiver essa ideia, consideramos que não é uma posição adequada e procuraremos, pelos canais diplomáticos, e mesmo, se tal for necessário, a nível político, suscitar essa questão da parte chinesa», afirmou o embaixador Santana Carlos.

Em 14 de Julho de 1997, após uma reunião com o Presidente da República, Rocha Vieira voltou a falar sobre a eventual mudança de intenções de Pequim: «O entendimento que transparece é que, não havendo tropas em Macau, não haverá depois de 1999.» Retomaria o tema em entrevista publicada na edição de 27 de Julho de 1997 do *Diário de Notícias*, na qual põe sobre a China o ónus político de estacionar forças militares em Macau: «A ideia de forças militares chinesas no território seria pouco ajustada às realidades locais e, em termos simbólicos, seria de tal modo desproporcionada que se tornaria incompreensível. Nestas condições, é um tema que já se integra no que será a imagem que as autoridades chinesas querem dar aos observadores internacionais do seu objectivo ‘um país, dois sistemas’ e do modo como entendem a autonomia de Macau.»

Para Portugal, o facto de nem a Declaração Conjunta nem a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) preverem o envio de unidades militares do Exército Popular de Libertação para o Território após 1999 era a expressão visível da diferença entre Macau e Hong Kong, e um sinal de que a secular presença portuguesa naquele ponto não tinha sido imposta mas consentida pela China.

Não era esta, porém, a posição oficial de Pequim, que rejeitou como iníquos os tratados que consagravam o contrário. Num deles, o de 1887, escreve-se no artigo II: «A China confirma, na sua íntegra, o artigo 2.º do *protocollo* de Lisboa, que trata da perpétua ‘*ocupação*’ e governo de Macau por Portugal.» Não será por acidente que a Lei Básica, no seu preâmbulo, devolve a

Portugal a palavra «ocupar», apesar do empenho do advogado macaense Carlos d'Assumpção (1929-1992), que foi presidente da Assembleia Legislativa do Território e membro da Comissão de Redacção da Lei Básica da RAEM, para banir aquele termo. «A partir de meados do século XVI, [Macau] foi progressivamente 'ocupado' por Portugal», escreve-se naquele documento.

Em todo o caso, na forma como tratou a questão das tropas nas negociações da Declaração Conjunta, a China pareceu reconhecer que Hong Kong e Macau constituíam situações com géneses distintas. Em contraste com a dramatização das negociações sino-britânicas sobre os preparativos da entrada e do estacionamento de forças militares chinesas em Hong Kong, a Lei Básica de Macau, retomando a Declaração Conjunta Luso-Chinesa, ficou-se pelo princípio segundo a qual «o Governo Popular Central é responsável pela defesa da RAEM». No mesmo artigo da Lei Básica, o 14.º, acrescenta-se que «o Governo da RAEM é responsável pela manutenção da ordem pública na Região». Deste modo, a China permitiu que se enraizasse o entendimento de que não era necessário manter tropas em Macau. A inesperada inversão da sua posição era uma notícia preocupante, por não ter em conta a singularidade do perfil histórico, político e social de Macau. Afinal o território estava a ser nivelado por Hong Kong.

A situação era política e diplomaticamente delicada. Não tendo havido um compromisso formal da China de não estacionar tropas em Macau, qualquer atitude mais aguerrida das autoridades portuguesas poderia ter um efeito contraproducente. Portugal adoptou por isso uma postura discreta, de modo a retirar o assunto da agenda mediática e a remetê-lo para o limbo onde porventura ainda fossem possíveis entendimentos mais ou menos explícitos de que não haveria unidades militares chinesas no território. Quando muito, uma representação do Exército Popular de Libertação, com força de símbolo, mas sem o símbolo da força. Só que *alea jacta est*. A China não iria voltar atrás.

Em Macau, apesar de muitos dos vogais chineses locais da Comissão de Redacção da Lei Básica não se mostrarem receptivos

à ideia do estacionamento de tropas, tal eventualidade não suscitava sentimentos de rejeição entre a população. Pelo contrário, a entrada dos militares chineses encontrava uma justificação legitimadora nos problemas de segurança do território face à onda de criminalidade. Aliás, a exploração e a ampliação deste problema criaram um clima fragilizador da autoridade do governo de Macau e desfavorável à imagem do Governador e da administração portuguesa na memória colectiva da população. Em contraponto, crescia a expectativa quanto ao dia da redenção. No discurso político e mediático da parte chinesa, a falta de segurança e a entrada das tropas, precedida por uma guarda avançada, correm em paralelo. Induz-se assim a percepção de que existe uma ligação entre as duas situações.

Na audiência que lhe foi concedida pelo presidente Jiang Zemin, no início de Setembro de 1997, Susana Chou, deputada da Assembleia Legislativa de Macau e membro da Conferência Consultiva Política da República Popular da China, fez-lhe uma exposição sobre os problemas de segurança do território, considerando que o estacionamento de forças militares era uma medida positiva na luta contra a criminalidade organizada e para a estabilidade política do território.

Embora menos presente no espaço público, o tema das tropas continuava a mexer. O Governador recebeu repetidas solicitações de responsáveis chineses em Macau no sentido de libertar terrenos e edifícios para receberem as tropas do Exército Popular de Libertação. Para esses responsáveis tratava-se de uma mera questão doméstica. Procediam como se fosse um dado adquirido, sem contarem com a indisponibilidade de Rocha Vieira para colaborar numa intenção que não fora contemplada na Declaração Conjunta e que o Governador entendia que não estava de acordo com o caso específico de Macau e com o relacionamento de Portugal com a China. É só depois de baterem em vão à porta do Palácio da Praia Grande que o propósito de Pequim irrompe de forma categórica, em 18 de Setembro de 1998, na terceira reunião plenária da Comissão Preparatória da Região Adminis-

trativa Especial de Macau (RAEM). Nessa reunião, o vice-primeiro-ministro, Qian Qichen, anunciou que a China estacionaria «uma quantidade apropriada e eficiente de tropas em Macau depois de 1999». Na mesma altura também dissertou longamente sobre o problema de segurança de Macau, associando mais uma vez os dois temas.

Portugal tomou conhecimento da decisão do governo chinês nove dias antes do anúncio de Qian. Em 9 de Setembro de 1998, o encarregado de negócios da Embaixada de Portugal em Pequim, Joaquim Ferreira da Fonseca, foi convocado pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yingfan, que lhe transmitiu que a China instalaria um «número reduzido e limitado» de tropas em Macau após a transferência de poderes. A comunicação foi acompanhada por uma fundamentação e por um pedido. Quanto à primeira, nos termos da Declaração Conjunta e da Lei Básica, o governo chinês seria responsável pela defesa da RAEM. Quanto ao segundo, pedia a boa vontade das autoridades para a instalação das suas forças militares nos quartéis, devendo os aspectos concretos ser tratados no Grupo de Ligação Conjunto.

Preparados para resistir

Está o Governador de Macau na ilha do Sal, no termo de uma visita oficial a Cabo Verde, quando o seu ajudante-de-campo, tenente-coronel Tiago Vasconcelos, recebe uma chamada do próprio Jorge Sampaio, sem passar pelo seu gabinete. É um domingo, 13 de Setembro de 1998. O Presidente da República tem urgência em falar com Rocha Vieira e pede-lhe que vá ao Palácio de Belém antes de regressar a Macau. Quer falar com ele sobre o estacionamento de tropas no Território. O assunto não é novo nos contactos regulares com o Presidente, mas o Governador vê com satisfação um telefonema prenunciador da necessidade de concertar posições para responder à nova etapa da ofensiva chinesa. Rocha Vieira seguia nessa noite do Sal para Lisboa e por certo não

deixaria o país sem falar com o Presidente da República. Acontece, porém, que Jorge Sampaio partia na manhã de segunda-feira para a Polónia para uma visita de Estado de quatro dias. Deste modo, o encontro de Rocha Vieira com o Presidente da República teve de ficar para sexta-feira, 18 de Setembro.

O estacionamento de tropas chinesas em Macau, cujo anúncio público ocorre nesse mesmo dia, é o principal tema da troca de pontos de vista num almoço no Palácio de Belém. O Presidente da República quer ouvir Rocha Vieira, que lhe explica o trunfo que tem nas mãos face à mudança de posição de Pequim. Para pôr as tropas em Macau, a China precisa da ajuda das autoridades portuguesas e em particular do Governador. Só que ele, enquanto tal, não tem de colaborar nesse desígnio e está fora das suas intenções fazê-lo. Em jogo está não só a imagem internacional de Portugal e a singularidade de Macau, mas também ganhar margem negocial no Grupo de Ligação Conjunto. Desta feita, o tempo corria a favor de Portugal. Uma vez que a Declaração Conjunta não previa a instalação de tropas em Macau, o Governador não tinha de ser parceiro nessa iniciativa. Isso seria tarefa para o futuro Executivo da RAEM. Jorge Sampaio compreende a atitude de Rocha Vieira, que abre espaço para situar o problema no plano político-diplomático.

O Presidente da República diz-lhe então que vai escrever uma carta sobre a questão a Jaime Gama, antes da sua partida para a Assembleia-Geral das Nações Unidas. Com efeito, o ministro dos Negócios Estrangeiros está de saída para Nova Iorque, onde já tem agendada uma reunião com o seu colega chinês, Tang Jiaxuan, para discutir a transição de Macau e em particular o estacionamento das tropas.

Coincidindo com o encontro dos dois ministros, em 21 de Setembro de 1998, os jornais de Macau, Hong Kong e da Grande China são invadidos por uma torrente de notícias e comentários sobre a decisão do governo chinês de estacionar forças militares no território. Quase sempre, tropas e segurança vão a par. «Será que o assunto das tropas teria sido levantado se a segurança não se tivesse deteriorado tanto?», pergunta o jornal macaense

Va Kio. O porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, citado pelo *China Daily*, é menos explícito. Mesmo assim, afirma: «O estacionamento de tropas em Macau depois de 1999 não é só um símbolo da reassunção da soberania, mas também ajudará a prosperidade e a estabilidade social de Macau.»

Em Nova Iorque, ao abordar o problema das tropas chinesas em Macau, Jaime Gama mostrou-se surpreendido com a decisão e com o facto de a justificação que lhe subjaz ter a ver com a segurança e não com a defesa. Considera, portanto, que havia um problema de interpretação da Declaração Conjunta, que a parte portuguesa pretendia tratar fora do Grupo de Ligação Conjunta. Em resposta, o ministro Tang Jiaxuan disse que a imprensa dava uma visão distorcida do estacionamento de tropas, ao relacioná-lo directamente com a deterioração da situação de segurança. E invocou o facto de a defesa ser uma responsabilidade do governo central para dizer que Pequim «tem uma atitude firme e resoluta nesta matéria». Passando para o terreno do concreto, manifestou a esperança de que a parte portuguesa adoptasse uma atitude de cooperação amigável e concedesse as facilidades necessárias à instalação da guarnição militar chinesa em Macau.

O frente-a-frente de Nova Iorque traçou a matriz do que vão ser as posições de Portugal e da China em relação ao problema das tropas. Para Jaime Gama, o anúncio das autoridades chinesas criou uma situação «completamente nova», que deveria ser tratada a nível bilateral, fora do Grupo de Ligação Conjunta. Já o ministro chinês considerava que o assunto se situava no âmbito da transição e que, portanto, deveria ser tratado no Grupo de Ligação Conjunta. Portugal tinha uma leitura política da mudança de posição. A China queria reduzir a entrada das tropas a uma questão técnica para cuja resolução a parte portuguesa podia e devia contribuir. A China tinha pressa, Portugal não.

Nos encontros dos chefes de delegação, nos plenários do Grupo de Ligação Conjunta, nos contactos em Pequim com o embaixador Pedro Catarino, nos contactos em Lisboa com os directores-gerais de Política Externa e das Relações Bilaterais, João Salgueiro

e José Caetano da Costa Pereira, os dois países viriam a travar, por largos meses, uma batalha de trincheiras.

No essencial, a China dirigia três propostas a Portugal: o governo de Macau devia fazer os arranjos necessários nas antigas instalações militares portuguesas, deviam ser-lhe apresentados dados sobre as mesmas e organizadas visitas aos locais respectivos e a parte portuguesa deveria nomear pessoas que se dedicassem exclusivamente a ajudar a parte chinesa na resolução das questões concretas.

A posição portuguesa pode resumir-se nos três pontos da declaração de Vasco Rocha Vieira, quando comentou pela primeira vez a decisão chinesa, ao regressar a Macau em 22 de Setembro de 1998. Reproduzindo quase *ipsis verbis* as notas manuscritas tomadas no avião, foram estas as palavras do Governador, recebidas com grande impacto mediático:

A Declaração Conjunta não considera a presença de forças militares chinesas em Macau depois de 1999; a Declaração Conjunta estipula que a responsabilidade de defesa do Território compete à República Popular da China após a transferência de soberania; as autoridades portuguesas analisarão com as autoridades chinesas o sentido e o significado da nova interpretação da Declaração Conjunta dada pelas autoridades da República Popular da China.

Já com o assunto em ebulição, o gabinete do Governador de Macau envia em 9 de Outubro de 1998 para o gabinete do Presidente da República um memorando de quase oito páginas sobre as «implicações políticas» do envio de forças militares para o território. «O estacionamento de tropas na RAEM configura um claro desvirtuar da Declaração Conjunta, que não contempla tal situação», sentencia. O documento aponta para a necessidade de «exigir à República Popular da China uma clara definição do tipo e efectivo de forças militares a destacar»; «responsabilidade pelos custos inerentes à decisão»; e de obter da RPC o compromisso de que, em nenhuma circunstância, será autorizada a entrada de um único soldado chinês no território antes das zero horas do dia 20 de Dezembro de 1999. «Em resumo», considera o Governador,

«deve apostar-se na condução política da questão do estacionamento de tropas em Macau por forma a que a RPC aceite contrapartidas vantajosas para a transição de Macau, na óptica dos objectivos estratégicos de Portugal.»

O problema também foi trazido à União Europeia pelo eurodeputado socialista José Barros Moura (1944-2003), em Outubro de 1998. Tendo em conta a decisão de estabelecer em Macau uma guarnição do Exército Popular de Libertação, Barros Moura perguntou ao Conselho «como valora tal facto do ponto de vista da credibilidade dos compromissos chineses de manterem ‘no mesmo país dois sistemas’?»

A resposta do Conselho da União Europeia (UE), em Fevereiro de 1999, conforta a posição portuguesa. Com efeito, a UE «espera que o pleno respeito pelo elevado grau de autonomia da futura RAEM continue a garantir a conservação da identidade social, jurídica, económica e cultural específica de Macau». Em relação à presença militar, «confia em que a eventual colocação de tropas em Macau depois da transferência da administração se fará nos termos da Declaração Conjunta e com o único objectivo de manter a defesa do território».

No início do derradeiro ano da administração portuguesa de Macau, por altura de uma conversa entre chefes de delegação ao Grupo de Ligação Conjunto, a China introduz uma variação na sua posição. Pretende construir por si própria as instalações de comando das suas tropas. Pede, por isso, que a parte portuguesa disponibilize dois espaços: as instalações da Escola de Polícia do Comando da PSP, na Taipa, e mais um terreno de 25 mil metros quadrados de um novo aterro, situado em frente, para a unidade de combate das tropas. Tal, porém, não era possível, dada a posição portuguesa em relação à entrada das tropas. Já a atitude em relação ao terreno para a construção do edifício que viria a receber a Representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China no território foi completamente diferente, dado que se tratava de algo previsto nos acordos luso-chineses. O governo de Macau propôs três hipóteses e foi muito cooperante em relação

ao terreno que mereceu a preferência da China, situado em frente do Fórum de Macau.

Entretanto, em contactos diplomáticos em Lisboa, a China informa que pretende enviar para Macau um «grupo militar avançado» para preparar o estacionamento das tropas. O envio de um grupo avançado, porém, não estava previsto na Declaração Conjunta. Sendo assim, a concretização de tal pretensão esbarrava: o Governador de Macau não a aceitava. Isso mesmo ficou mais uma vez claro num documento de Rocha Vieira, enviado no final de Janeiro de 1999 para Santana Carlos, chefe da delegação portuguesa ao Grupo de Ligação, com conhecimento ao Presidente da República. Nas suas catorze páginas, analisa-se o comportamento negocial da China, não só em relação ao dossiê das tropas, mas também em relação a outros dossiês relevantes para Portugal, entre os quais os da organização judiciária, da nacionalidade, do direito de residência, do regulamento das línguas oficiais e da própria cerimónia de transferência de poderes. O Governador sustenta que «temos de evitar a ideia da nossa aceitação da inevitabilidade da concretização da decisão chinesa, designadamente não pactuando com arranjos logísticos durante a nossa administração» e recusando qualquer presença militar chinesa antes de 20 de Dezembro de 1999.

Macau e Hong Kong são diferentes

De todo em todo, Portugal não quer ficar ligado à entrada do Exército Popular de Libertação em Macau. Isso seria a denegação daquilo que o País considera serem as características próprias do território e da sua história, por contraste com a ex-colónia britânica. «A história e a idiossincrasia de Macau e Hong Kong são diferentes, exigindo por isso abordagens e soluções diferentes», diz-se no referido documento.

No percurso negocial entre Portugal e a China relativo ao estacionamento de tropas em Macau após a transição há duas visitas

de dignitários portugueses com grande significado político. O Presidente Jorge Sampaio desloca-se a Macau para inaugurar o Centro Cultural de Macau, na presença do vice-primeiro-ministro chinês, Qian Qichen, em 19 de Março de 1999. Na ocasião encontrou-se com Qian, tendo renovado o convite ao presidente Jiang Zemin para visitar Portugal. O dignitário chinês, por seu turno, falou ao Presidente da República da questão das tropas e quis saber também se ele iria estar presente na cerimónia de transição. Segundo o antigo Governador, Sampaio respondeu de maneira a manter o *suspense*. Não esclareceu se iria lá ou não e os Chineses continuaram na dúvida.

Após o encontro com o Presidente português, quando os jornalistas lhe perguntaram se ia haver tropas chinesas em Macau antes de 20 de Dezembro, Qian respondeu: *of course*. Vasco Rocha Vieira tem a convicção de que, se não fosse a incerteza quanto à participação de Sampaio na transferência de poderes, o vice-primeiro-ministro não teria estado na inauguração do Centro Cultural.

A dúvida sobre a ida de Jorge Sampaio a Macau para a cerimónia de transição, que provocava alguma ansiedade em Pequim, seria objecto de uma notícia na edição de 23 de Março de 1999 do jornal *New York Times*:

O Presidente da República está preparado para boicotar as cerimónias de transferência em protesto pela forma como a China está a tratar o processo de transição, particularmente a decisão de enviar tropas para Macau antes da passagem da soberania, uma vez que as explicações até agora dadas pela China sobre aquele assunto não são satisfatórias.

O assunto das tropas viria a estar no centro das conversações com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Tang Jiaxuan, em Maio de 1999, na visita oficial de Jaime Gama a Pequim, durante a qual inaugurou as novas instalações da Embaixada de Portugal. No início desse mês, Lisboa ainda propôs à China «um projecto de acordo complementar à Declaração Conjunta», mas da deslo-

cação do ministro não saíram resultados conclusivos, apesar do espírito de diálogo que a rodeou.

Uma troca de notas era vista pela China como algo de incompatível com a afirmação da sua soberania no domínio da defesa. A Declaração Conjunta e os seus anexos formam um tratado internacional depositado nas Nações Unidas. No entanto, Pequim sempre evitou a palavra «tratado» e o anexo 1, embora faça parte da Declaração Conjunta, intitula-se «Esclarecimento do Governo da República Popular da China sobre as políticas fundamentais respeitantes a Macau», entre elas a política de defesa, deixando aparentemente de fora o Governo português do acordo quanto a essa matéria. «É um preciosismo formal», diz Pedro Catarino, que foi chefe da parte portuguesa no Grupo de Ligação Conjunto de Julho de 1989 a Setembro de 1992, e embaixador em Pequim de Abril de 1997 a Setembro de 2002.

As negociações entre os dois países prosseguiram até às vésperas da visita de Jiang Zemin a Portugal, já no mês de Outubro, a dois meses da passagem de testemunho. Depois de ambos os Governos terem tomado boa nota dos seus respectivos termos, as cartas trocadas entre o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yingfan, e o embaixador de Portugal em Pequim, Pedro Catarino, puseram um ponto final no processo de consultas. «A troca de cartas representa o fim de um processo em que as partes tiveram de exprimir as suas posições de forma muito subtil, para que os limites daquilo que consideravam jurídica e politicamente aceitável não fossem ultrapassados», diz o diplomata.

A criação de condições para a instalação das tropas, implicando o envio de uma guarda militar avançada, era qualquer coisa que a parte chinesa queria muito. Além disso, não terá tido consciência de que a sua decisão gerasse uma atitude tão forte de resistência da parte portuguesa. Não admira assim que a China só tivesse deixado cair a questão muito perto do fim do período de transição. No entanto, para Pequim, havia um objectivo ainda mais importante do que as tropas: que o processo fosse levado a bom termo e que corresse tudo bem até ao fim, de modo que a

transferência fosse um exemplo para Taiwan e, de forma geral, para o mundo. Isto implicava a presença do Presidente da República nas cerimónias do retorno de Macau à China, em 19 de Dezembro de 1999.

«Foi uma negociação difícil, que só se resolveu durante a visita oficial a Portugal do Presidente Jiang Zemin», disse Pedro Catarino numa conferência na Sociedade de Geografia, integrada num ciclo para assinalar os 30 anos do estabelecimento, em 1979, de relações diplomáticas entre Portugal e a China.

A verdade é que Pequim resistiu à tentação de usar uma posição de força na questão das tropas. «A nossa posição prevaleceu», diz Pedro Catarino, que acredita que os Chineses também se foram apercebendo da sensibilidade portuguesa em relação ao assunto. Realça ainda que a posição do País foi expressa «com firmeza e de forma coordenada», mas usando sempre «contenção de palavras e de atitudes». Por outro lado, o facto de Portugal ter uma posição única, resultante de um trabalho muito cuidadoso dos seus diversos agentes, conferiu-lhe grande credibilidade perante a parte chinesa.

«Devo dizer que a posição firme tomada pelo general Rocha Vieira quanto a esta matéria muito contribuiu para que a solução encontrada respeitasse as nossas sensibilidades», disse Pedro Catarino na referida conferência na Sociedade de Geografia.

A carta de Wang Yingfan, de 11 de Outubro de 1999, ao embaixador português é do seguinte teor:

Esta decisão [de estacionar tropas na RAEM] do Governo chinês, que foi feita no âmbito da sua competência soberana, constitui não só o símbolo da retomada do exercício da soberania sobre Macau pela China, como também uma medida indispensável para o cumprimento da responsabilidade pela defesa de Macau. O estacionamento de forças militares em Macau pelo Governo Central da China favorecerá a manutenção da estabilidade e do desenvolvimento a longo prazo de Macau depois do seu retorno.

Dadas as circunstâncias actuais de Macau e as necessidades do cumprimento da sua defesa, os efectivos das tropas a estacionar

em Macau serão de número reduzido mas altamente eficientes. A atribuição das forças militares a estacionar em Macau é responsabilizar-se pela defesa da RAEM, sendo da competência do governo da RAEM a manutenção da ordem pública na Região. As referidas forças militares não interferirão nos assuntos internos da RAEM. O governo da RAEM poderá, caso necessário, pedir ao Governo Popular Central a ajuda das tropas estacionadas em Macau para manter a ordem pública e combater as calamidades. O pessoal da guarnição militar ficará sujeito às leis da RAEM, além das leis nacionais. As despesas da guarnição serão suportadas pelo Governo Popular Central.

A resposta do Palácio das Necessidades, na pessoa do embaixador em Pequim, ao vice-ministro Wang, tem a data de 15 de Outubro de 1999:

[...] a República Popular da China considera o estacionamento [das tropas] necessário para o cumprimento das responsabilidades de defesa da RAEM. Tal esclarecimento — e só ele — torna a decisão chinesa consistente com a Declaração Conjunta [...] Esta decisão não é, pela sua natureza, susceptível de qualquer acordo ou entendimento mútuo, o que não impediu que tenhamos trocado opiniões sobre o assunto.

Na carta expressa-se ainda a «convicção de que, através dos esforços conjugados dos dois países, todas as questões em discussão no Grupo de Ligação Conjunto serão resolvidas de uma forma positiva». Mas ressalva: «Todavia, não podemos avaliar a utilização de qualquer expressão relacionada com uma matéria que não está a ser objecto de negociações.»

Ao receber a carta do embaixador Pedro Catarino endereçada ao vice-ministro Wang Yingfan, o subdirector do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau, Zhang Beisan, disse-lhe que o Grupo de Ligação Conjunto poderia agora avançar com consultas sobre aspectos concretos, e «assegurou que o pessoal avançado

não iria interferir nos assuntos internos de Macau e que os efectivos não iriam usar uniformes».

O problema da guarda avançada não ficou definido na troca de cartas. No entanto, de acordo com a intervenção do embaixador Pedro Catarino na Sociedade de Geografia, «Portugal [...] defendeu que enquanto Macau permanecesse sob administração portuguesa não seria admissível uma presença militar chinesa e que as forças do Exército Popular de Libertação não deveriam entrar na RAEM pela calada da noite como acontecera em Hong Kong».

Face à conclusão do processo de consultas, Zhang prognosticou que a visita de Jiang Zemin a Portugal iria decorrer numa «boa atmosfera». E assim foi. Com a questão das tropas resolvida, o presidente chinês esteve em Portugal menos de 48 horas, nos dias 26 e 27 de Outubro. O tempo suficiente para assinalar com a sua presença o bom relacionamento entre os dois países e para ouvir da boca de Jorge Sampaio que Portugal estaria representado ao mais alto nível nas cerimónias de transferência de poderes de Macau para a China, em 19 de Dezembro de 1999. A ter em conta as visíveis manifestações de regozijo da generalidade dos elementos da comitiva do Presidente Jiang Zemin, foi durante o banquete em sua honra no Palácio da Ajuda que Sampaio lhe deu a boa nova. A contrapartida pela garantia dada pelo Presidente português só veio no dia seguinte. Numa entrevista ao *Público* (20.12.2009), Jorge Sampaio conta como se deu o desfecho da questão:

O Presidente Jiang Zemin veio a Portugal em Outubro de 1999 porque não tinha a certeza se eu estaria presente na cerimónia de transição. Até essa altura eu não tinha dito a ninguém se ia ou não, porque queria ver esse problema resolvido. Ele vem a Portugal, numa viagem curiosa, e foi no Porto, depois de um almoço em que o ministro dos Negócios Estrangeiros e vice-primeiro-ministro [chinês] me viu com cara de pau, me perguntou: «O que é que você tem? Está mal disposto?» E eu respondi: «Estou, há um problema. Eu até já disse ao Presidente que estava tudo bem encaminhado e

até já lhe disse que iria, mas há um assunto por resolver.» Disse-lhe e ele resolveu. Passados cinco minutos veio dizer-me que as tropas só entravam no dia seguinte, às 9 da manhã.

Mais de dois anos depois do primeiro pedido às autoridades portuguesas para cooperarem nos preparativos para a China instalar tropas em Macau, Vasco Rocha Vieira dá luz verde para uma missão técnica não uniformizada e desarmada entrar no território. Um dos resultados dessa missão foi o arrendamento de um edifício na Avenida Doutor Rodrigo Rodrigues para receber o comando da guarnição militar de Macau.

Muito perto do último dia da administração portuguesa, sabendo que isso ia ser um motivo de satisfação para o Governador, a parte chinesa informou-o de que as tropas só entrariam em Macau ao meio-dia de 20 de Dezembro de 1999. Deste modo, não se repetiram as imagens vistas em Hong Kong do avanço nocturno da coluna dos militares chineses, como se fossem resgatar Macau do jugo lusitano. Vindos da vizinha cidade de Nanping, transportados em dez carros blindados e outras sessenta viaturas, quinhentos soldados foram recebidos em festa, mas à luz clara do dia. Para o embaixador Pedro Catarino, que viu passar a formação do Exército Popular de Libertação em viaturas abertas, o cortejo «não foi nem pretendeu ser uma manifestação de força».

XXIV

A bandeira do adeus

O guião dos últimos dias de Portugal em Macau, com uma atenção muito especial ao último dia, começou a ser preparado com o tempo exigido por esse longo momento que iria condensar uma história de quase quinhentos anos. O Governador de Macau encarregou o seu chefe de gabinete, coronel Elísio Bandeira, de pensar com outros dos seus colaboradores directos os pontos do programa destinados a balizar o avanço dos ponteiros do relógio, sobretudo no domingo, 19 de Dezembro, um dia em que tudo seria último, derradeiro, final, único, irrepetível. A inclusão da missa na Catedral de Macau no programa, ainda da parte da manhã de domingo, aparecerá como uma opção natural, tendo em conta o papel da Igreja Católica na construção da identidade de Macau e a sua influência na vida social e cultural do território. Para o almoço, o Governador receberá à mesa da Residência de Santa Sancha o Presidente da República e um número restrito de convidados. Fechado o Palacete de Santa Sancha, Rocha Vieira encaminhar-se-á para o Palácio da Praia Grande, onde a Bandeira Nacional descerá, como todos os dias, ao fim da tarde. Desta feita,

porém, para não mais voltar a ser içada. Depois, a cerimónia de cumprimentos das delegações estrangeiras ao Presidente Jorge Sampaio. De seguida, o evento cultural será a festa da fusão de culturas. O Presidente da República ainda oferecerá um banquete aos convidados de Portugal. E, às 23 horas, depois do encontro do Presidente da República Portuguesa com o Presidente chinês, o acto, final para uns, inicial para outros, da cerimónia de transferência da administração portuguesa para a China.

A cerimónia do arriar da bandeira suscita preocupações específicas a Rocha Vieira. Aí, mais do que nos outros pontos do programa, o foco das atenções irá recair sobre o Governador e representante da soberania portuguesa no território, enquanto protagonista desse acontecimento definitivo, cuja intensidade simbólica, porém, o transcende.

Uma ou outra vez, apesar de andar numa roda-viva, assoberbado com os assuntos finais antes da transferência do poder, Rocha Vieira vai observando da janela do seu gabinete os agentes da PSP a treinarem o arriar e o dobrar da bandeira. Tudo teria de ser feito ao milímetro e ao segundo. Impunha-se que a última nota do Hino Nacional e o termo da descida do pano verde e rubro fossem coincidentes.

Nenhum pormenor é deixado ao acaso. Estuda-se a localização da banda da PSP e dos convidados. E, claro, os movimentos do Governador, desde o momento em que sairá do palácio até deixar o local depois da cerimónia. Na parte superior do mastro, até foi colocado um dispositivo para a eventualidade de a bandeira ficar presa.

Além dos aspectos técnicos da operação, Rocha Vieira sente que falta algo mais, o quase-nada que transfigure aquela sequência. E transmite esse sentimento de insatisfação ao seu ajudante-de-campo. É então que Tiago Vasconcelos sugere que se estenda uma passadeira vermelha nos percursos a fazer pelo Governador.

Na mesma altura, Rocha Vieira interroga-se também sobre aquilo que ele próprio irá fazer quando um elemento da guarda

de honra da PSP lhe entregar a bandeira. Ao seu espírito assoma a imagem de Chris Patten, último governador britânico de Hong Kong, no *handover*, dois anos e meio antes. Depois de se inclinar perante a bandeira depositada nas suas mãos, levou-a consigo de uma forma respeitosa, mas ao mesmo tempo prática. «Senti que faltava qualquer coisa», diz Rocha Vieira. Já muito perto do 19 de Dezembro, antevê o encadeamento dos vários passos da liturgia do arriar da bandeira: «Vou-me postar ali. Depois vêm entregar-me a bandeira.» E foi no meio deste exercício mental que Rocha Vieira viu claramente visto o que faria: «Espontaneamente, disse para mim próprio: ‘Vou pôr a bandeira sobre o peito.’» E logo ali decidiu: «Não vou treinar. Um gesto destes não se treina. É um momento único. Sabe-se o que se vai fazer.» Em todo o caso, atentou em mais um pormenor: «Tenho de pegar na bandeira de modo que os castelos fiquem para cima.»

Quando fala aos seus colaboradores mais próximos daquilo que se propõe fazer, alguém o avisa de que «assim o casaco ficaria...». Rocha Vieira nem deixa acabar a frase: «Quero lá saber do casaco. Eu quero é saber da bandeira.»

Nas vésperas do último dia, uma nova questão surgiu. Onde seria colocada a bandeira depois de arriada e dobrada para ser entregue ao Governador? Os seus adjuntos tinham resolvido mandar fazer uma plataforma metálica com as dimensões da bandeira dobrada. Pediu que lha mostrassem e não gostou do que viu. Era preciso procurar uma alternativa. Havia quem sustentasse que já não havia tempo para encontrar outra solução. Mas Rocha Vieira não desistiu. E ligou à sua mulher para lhe falar do problema com que se debatia e perguntar se não haveria nada onde se pudesse colocar a bandeira de forma condigna. Leonor lembrou-se de uma salva de prata com pegas existente no Palácio de Santa Sancha que correspondia às condições de dignidade pedidas para a ocasião. Rocha Vieira mandou que se fosse buscar a bandeja providencial e era já noite escura do dia 17 de Dezembro quando a trouxeram para o Palácio da Praia Grande.

Memória de um gesto

No dia 19 de Dezembro de 1999, antes de partir para a grande despedida no Palácio da Praia Grande, o Governador despediu-se de quase nove anos no Palacete de Santa Sancha, num ambiente marcado pela intimidade. O *Jornal Tribuna de Macau* descreveu assim esses minutos tão significativos, apesar de não constarem do programa oficial:

«Com pontualidade britânica, a família Rocha Vieira saiu às 16 e 30 da casa, dirigindo-se de imediato para a fila de funcionários. A cada um deles o Governador disse adeus, deixou cumprimentos para a família e desejou boa sorte. Ele primeiro, depois a mulher, Leonor, e os filhos Pedro (22 anos), João (21) e Filipe (15).

«Apesar da ‘verdadeira despedida’ de há dias, a maioria dos 32 funcionários (apenas dois não chineses) não resistiu ao último aperto de mão, ao último beijo ou ao último abraço, e chorou. Um ou outro convulsivamente.»

O Governador, a sua mulher e os filhos do casal tomaram lugar em dois automóveis e dirigiram-se para o Palácio da Praia Grande, precedidos por três batedores. Os carros entraram no perímetro do palácio por um acesso lateral e o grupo penetrou no seu interior por uma porta situada no lado oposto ao da fachada principal. Rocha Vieira transporta na sua memória o silêncio do edifício deserto, apenas cortado pelo eco dos passos que se dirigem para a Sala dos Retratos, assim designada por nela se alinharem as efígies de 40 Governadores anteriores, o mais antigo dos quais Ferreira do Amaral. Numa das paredes, a um canto, perto da sanca, há um espaço aberto para receber mais um quadro. Depois de uma pequena pausa, a poucos minutos das 17 horas, Rui Soares Santos, adjunto do gabinete, sobe a um escadote e pendura o retrato do último Governador português de Macau no Palácio da Praia Grande. Entre o reduzido número de testemunhas do acto encontram-se apenas dois jornalistas, os enviados do semanário *Expresso*, Fernando Madrinha e Rui Ochôa, este com a sua câmara fotográfica.

Às 17 horas, precedidos pelos filhos, o general Vasco Rocha Vieira e a sua mulher saem para o pátio onde está tudo a postos para o solene arriar da bandeira nacional. Enquanto se cerram as portas do Palácio da Praia Grande, Leonor e os seus filhos vão tomar lugar na extremidade mais afastada da primeira fila dos convidados e o Governador dirige-se para o pequeno estrado de onde irá presidir à cerimónia. No exterior estão alguns milhares de pessoas — macaenses, portugueses e chineses — que acorreram ao palácio. Ao som do Hino Nacional, a Bandeira Nacional desce lentamente no mastro do Palácio da Praia Grande. Uma linha invisível une o olhar de Rocha Vieira ao escudo português no frontão do edifício que constitui a expressão física do poder de Portugal em Macau. «Enquanto se tocava o hino e olhava para a esfera armilar com o escudo, senti que não era eu que estava ali. Eram muitas gerações. Senti que era um momento que representava séculos de história. Que representava o esforço e a vida de gerações e gerações de portugueses. Ao olhar para o escudo, sentia que era Portugal que estava ali», diz.

Depois de arriada e dobrada por elementos da guarda de honra, a Bandeira Portuguesa foi colocada sobre a bandeja. Quando o Governador a recolheu, levou-a ao peito sobre o lado esquerdo. E foi de bandeira ao peito que caminhou ao longo da passadeira vermelha até à viatura oficial parada na estrada, à esquerda, o lado por onde se conduz em Macau. Pôde assim entrar directamente no carro, enquanto a sua mulher entrava do outro lado. Já no interior do automóvel, confia a bandeira ao tenente-coronel Tiago Vasconcelos, que a guarda numa pasta previamente preparada para o efeito. A viatura iniciou então a marcha por entre as pessoas aglomeradas nas imediações a acenarem em gestos de adeus.

Apesar da grande emoção, o Governador não deixou escapar uma lágrima durante a cerimónia. Para Rocha Vieira, «controlar-se não é uma questão de ser frio, é uma questão de ser racional». Chorar é «uma expressão interior, muito pessoal», que ele considera que lhe estava vedada. «Não tenho o direito de o fazer

quando sou intérprete de algo que me transcende a mim próprio. Mas eu não estava a ser frio. Estava muito emocionado.»

Recorda que fazia sol. «Estava um dia de luz, naquele momento não estava a chover.» Mas nem a chuva poderia estragar a cerimónia. «Mesmo que estivesse a chover e a trovejar, a cerimónia decorreria da mesma maneira.» Nesse caso ficaria encharcado, o que levou o Governador a prever a eventualidade de ter de trocar de fato quando chegasse ao Centro Cultural para cumprir mais uma etapa do programa do adeus a Macau.

No Centro Cultural iria começar a cerimónia de cumprimentos das individualidades estrangeiras convidadas ao Presidente da República. Rocha Vieira foi ao encontro de Jorge Sampaio, que estava acompanhado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama. Sampaio não lhe fez qualquer referência à cerimónia do arriar da bandeira, se tinha ocorrido bem ou mal.

Rocha Vieira perguntou algumas vezes a Jorge Sampaio, por deferência, se ele estaria presente nessa cerimónia. «A minha ideia era esta: ‘Se o Presidente da República estiver presente, pego na bandeira e entrego-lha.’» Como não obteve resposta, considerou que Sampaio não queria participar na cerimónia. E não o critica por isso. Pelo contrário. Está de acordo com a sua atitude. «O arriar da bandeira é no Palácio da Praia Grande», afirma. Na verdade, tratando-se da sede do governo, símbolo da presença portuguesa no território, a cerimónia tinha a ver directamente com quem personificava essa presença.

Só mais tarde Rocha Vieira começou a aperceber-se do impacto da imagem do Governador com a bandeira «colada ao peito», segundo a expressão de Eduardo Lourenço. «A primeira vez que senti que a cerimónia teve repercussão internacional foi quando, no regresso, aterrámos no Bahrein. Um dos jornais do Bahrein tinha a minha fotografia com a bandeira na primeira página. Era uma fotografia pequena, mas estava lá.» A bandeira também viajou no avião que fez escala naquele emirato, sempre com Tiago Vasconcelos, que jamais largou a pasta onde a guardou. Rocha Vieira tinha a ideia de a entregar ao Presidente da

República após a chegada a Lisboa. «Mas», diz, «Jorge Sampaio não recebeu o Governador e os secretários-adjuntos, tal como já tinha sido falado e como teria sido natural depois da transição, da cerimónia de transferência e do regresso a Portugal. Fechámos a porta, havia que entregar a chave. Ninguém se mostrou interessado em recebê-la.»

No Museu do Centro Científico e Cultural de Macau, na Rua da Junqueira, em Lisboa, há uma vitrina onde foi colocada uma Bandeira Nacional dobrada numa salva. Nem a salva nem a bandeira correspondem à bandeira e à salva retratadas na fotografia do Governador que enche a primeira página do jornal *Público* de 20 de Dezembro de 1999 e também faz parte da composição do expositor. A bandeira ali colocada transporta outra história. É a bandeira arriada às 24 horas de 19 de Dezembro de 1999 em Macau, na cerimónia conjunta de transferência da administração do território para a China. A bandeja de prata que recebeu a bandeira depois de arriada no Palácio da Praia Grande não está à vista do público. Encontra-se nas reservas do Centro Científico e Cultural de Macau.

Enquanto não encontra uma morada compatível com tudo o que representa, a bandeira continua em casa de Tiago Vasconcelos, exactamente como veio para Lisboa, com os mesmos vincos feitos pelos membros da guarda de honra da PSP de Macau. Quando, numa ocasião, alguém quis mexer no emblemático pano, o antigo ajudante-de-campo de Rocha Vieira deu um grito. «A bandeira está tal e qual como foi dobrada naquele dia e veio trazida de Macau», clamou o seu fiel guardião. A sua esperança é «que um dia a bandeira possa estar num lugar público e que as pessoas a possam ver, porque é uma bandeira que tem uma história e um grande simbolismo».

A bandeira deveria ter sido entregue no momento do regresso a Portugal. Não o tendo sido, Rocha Vieira considera que não há que forçar os acontecimentos. Diz: «O tempo encarrega-se de muita coisa. Portanto, haverá uma altura em que o tempo há-de dar um destino à bandeira.»

O tema suscitou atenção mediática no final de 2009, na sequência de uma entrevista do último Governador à agência Lusa, motivada pelo décimo aniversário da transferência da administração portuguesa para a China. Na altura, o ensaísta Eduardo Lourenço também se pronunciou sobre o assunto, sugerindo que fosse colocada no Mosteiro dos Jerónimos ou num local equivalente. «As entidades responsáveis por este país deveriam interessar-se por uma coisa dessas, porque é realmente um momento mais do que simbólico, é o grande momento de nostalgia que marca o fim do nosso Império», disse ao evocar o último arriar da bandeira portuguesa no Palácio da Praia Grande. «Só assisti pela televisão à cerimónia que me impressionou imenso e que ninguém esquece, aquela imagem do general Rocha Vieira com a bandeira colada ao peito, como militar que é.» Também Almeida Santos, ex-presidente da Assembleia da República, dá testemunho da grandeza desse momento, no seu livro *Quase Memórias*: «O seu gesto de encostar ao coração a bandeira portuguesa, acabada de descer do mastro, comoveu o país. Rocha Vieira ficará — disse eu mais tarde — para o Macau português como o Capitão do Fim, da *Mensagem* de Fernando Pessoa.»

Na Sessão Solene Evocativa do 10.º Aniversário da Transferência da Administração Portuguesa de Macau para a China, na Fundação Calouste Gulbenkian, em 19 de Dezembro de 2009, o orador convidado, professor Adriano Moreira, evocou esse momento, considerando que «o gesto instintivo de receber e apertar ao coração a Bandeira Nacional foi lido, ficará lido na história, como a proclamação de que Portugal retirava com a dignidade intacta». Mas acrescentou: «Isto não foi ainda inteiramente reconhecido, e lembra um dito do Padre António Vieira: nós fazemos o que devemos, e a Pátria o que costuma.»

Também o Presidente da República, na intervenção de encerramento da mesma sessão, actualizou a memória do «gesto comovente» do general Rocha Vieira. «Naquele dia, naquele momento, ele foi um pouco de todos nós, irmanados na dignidade do seu gesto», disse Aníbal Cavaco Silva.

Uma ementa para a história

A sucessão dos últimos meses, semanas, dias, horas... foi vivida de forma intensa por Rocha Vieira. A viagem de despedidas levou-o a Pequim e depois a Bruxelas e Lisboa, onde, em 30 de Novembro de 1999, participou na inauguração do Centro Científico e Cultural de Macau.

Devido à morte do pai, em 9 de Novembro de 1999, Vasco Rocha Vieira fez uma viagem-relâmpago a Portugal para estar presente no seu funeral, no dia 11. Poucas horas depois de ter regressado a Macau, a 12 de Novembro, estava num jantar de despedida oferecido ao Governador pelos cônsules acreditados no território.

Por esses dias, em sinal de luto, envergava gravata preta. Nem mesmo a substituiu quando, no dia 23 de Novembro, foi recebido pelo presidente Jiang Zemin em Pequim. Ainda foi sugerido ao Governador que não levasse gravata preta, mas a sugestão foi declinada. Na audiência, além de se ter interessado pelo pai de Rocha Vieira, Jiang falou sobre o seu próprio pai durante largos minutos.

Manter a integridade das funções e a dignidade da presença portuguesa até ao último momento foi uma preocupação que desde sempre guiou a actuação de Rocha Vieira, tanto no plano efectivo como no plano simbólico. Essa preocupação ficou patente num pormenor relacionado com a recepção ao Presidente chinês à sua chegada a Macau para a cerimónia de transferência.

No domingo 19 de Dezembro, tal como o primeiro-ministro António Guterres e outras entidades, o Governador assistiu à missa celebrada na catedral pelo bispo da diocese, D. Domingos Lam, a última sob Bandeira Portuguesa. O Presidente Jorge Sampaio não participou neste acto. Para a mesma hora tinha agendadas audiências às delegações estrangeiras no Palácio da Praia Grande.

No início da missa, pouco depois das 11 horas, Rui Soares Santos, adjunto de Rocha Vieira, entregou-lhe um papel onde se indicava a hora de chegada ao aeroporto do presidente Jiang Zemin. Havia alguma indefinição quanto ao momento em que Jiang e o primeiro-ministro Zhu Rongji, que viajaram em aviões

separados, aterrariam em Macau. Pelos seus canais junto da Xinhua, Rocha Vieira fez sentir que lhe deveria ser dada essa informação, em termos exactos. Aliás, independentemente das suas diligências, considerava que a diplomacia portuguesa deveria exigir tal indicação.

O Governador ainda permaneceu na catedral mais algum tempo, mas disse a António Guterres que deveria ter de sair mais cedo. Foi o que aconteceu. Quando chegou ao aeroporto, os dignitários chineses seguiam num comboio de carros para irem receber os líderes do país às escadas dos aviões. Porém, a delegação portuguesa, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, à cabeça, fora encaminhada para uma carrinha. As suas viaturas oficiais tinham ficado num parque exterior. A situação era inaceitável para Rocha Vieira, que tomou de imediato providências para que as referidas viaturas fossem deslocadas sem demora para a placa do aeroporto, onde deveriam recolher as entidades portuguesas. O próprio Jaime Gama passou então para a viatura do Governador. «Às vezes as pessoas distraem-se neste tipo de situações. Os Chineses não se distraem. Eu era muito cuidadoso nisso», diz Rocha Vieira, salvaguardando que o ministro não teve qualquer responsabilidade no episódio. A culpa, a existir, terá sido do pessoal do aeroporto ou do seu próprio gabinete.

A tarde do dia do adeus começa com um almoço oferecido pelo Governador ao Presidente da República, no Palácio de Santa Sancha. Da ementa consta creme de cogumelos, rolinhos de linguado recheados com salmão e medalhões de vitela com *paté*. À sobremesa, bolo de chocolate com frutas frescas. Quanto aos vinhos, Planalto Reserva 1996 (branco), Borba Reserva 1994 (tinto) e Porto. Chegado o momento de elevar os cálices, o anfitrião começou por brindar «à saúde do senhor Presidente da República, dr. Jorge Sampaio, que a todos nos representa». Em seguida recordou os portugueses que viveram em Macau. «Ao longo dos séculos, desconhecidos ou ilustres, todos fizeram a singularidade de Macau, mistura de culturas e cidade livre.» Rocha

Vieira guarda uma ementa desse almoço assinada por todos os convivas. Pequenas coisas de que também são feitos os grandes momentos.

Na sessão cultural, pelas 18 horas, Rocha Vieira faz o último das centenas de discursos proferidos enquanto Governador de Macau. «Hoje é um dia de esperança para Macau, um dia de afirmação e de orgulho para Portugal, um dia de festa para a República Popular da China», começa por dizer. E prossegue, dando voz às palavras de um poema de Fernando Pessoa/Álvaro de Campos: «Trago dentro do meu coração/Como num cofre que se não pode fechar de cheio/Todos os lugares onde estive,/Todos os portos a que cheguei.» A terminar, um largo adeus em duas palavras: «Até sempre.» Antes dos discursos, a música. Dulce Pontes interpreta a *Canção do Mar*. Inicialmente estava previsto no programa que Dulce Pontes cantasse o fado *Foi Deus*. No entanto, Jorge Sampaio fez saber, através de Magalhães e Silva, que preferia outra composição. E optou-se pela *Canção do Mar*. A coroar o programa musical, a *Celebração*, de Rão Kyao (música e flauta), tocada com a Orquestra Chinesa de Macau. Enquanto era executada a peça *Celebração*, 442 crianças do território, tantas quantos os anos do estabelecimento dos portugueses em Macau, subiram ao palco em clima de festa.

A contagem decrescente aproxima-se do último segundo. Às 21 horas, banquete oficial. Às 23, início da cerimónia de transferência. Às zero horas de 20 de Dezembro de 1999, sai Portugal, entra a China.

24 horas na vida de Leonor

«E depois, de repente, estava na hora de nos irmos embora.» O último dia de nove, 442, 486 anos, consoante a perspectiva histórica, escoou-se, veloz, soprado pelo tufão do render da história. Leonor Soares de Albergaria Rocha Vieira atravessara-o, «um bocadinho aturdida» e «imensamente triste», até ao momento da

partida, já o 20 de Dezembro de 1999 tinha irrompido, na mágica fracção de tempo que abatera as Portas do Cerco.

O último dia, porém, começara como milhares de outros, mostrando que a normalidade faz parte da grandeza dos momentos únicos. «Acordei. Era preciso vestir-me, arranjar-me, ver se os pequenos estavam prontos. Ver se não nos tínhamos esquecido de nada. Era preciso passar revista à casa, despedir-me da casa.» Num dia de despedidas, a primeira foi a participação na missa na Sé de Macau, com o marido e os filhos. Antes de transpor a porta da Residência de Santa Sancha pela vez derradeira, Leonor ainda organizou um almoço em honra de Jorge Sampaio. «Preparei-me para o receber da melhor maneira possível. Era o nosso Presidente.»

Depois começou o adeus a Santa Sancha. «Eu achei que ia estar contida e estive contida. Mais contida do que pensava que iria conseguir. Foi tudo muito emocionante. Uma espécie de coisa vaga. Fez-me muita impressão despedir-me da casa. Vivemos aqui quase nove anos. Isto vai deixar de ser Portugal. Nunca mais vou estar aqui. Despedi-me dos empregados e dos funcionários todos. A despedida foi muito comovente. Ele [o marido] tinha-me dito: ‘Vou-me conter.’» Seguiu-se «talvez a parte mais emocionante no Palácio da Praia Grande: ver a Bandeira de Portugal descer pela última vez naquele mastro. Dali fomos para o Centro Cultural de Macau. Sei que fui trocar de roupa. Depois fomos para um espectáculo de que não me lembro bem. Há muita coisa de que me esqueci naquele dia. Sei que fomos para o espectáculo. Sei que fomos para o jantar. Sei que no jantar houve uma altura em que me isolei um bocado. Pusera-se um tempo horrível, um vento horrível, uma chuva horrível, extremamente desagradável. Aquilo fez-me uma tristeza enorme. Depois, de repente, estava na hora de nos irmos embora, de nos metermos no carro. Aquela última travessia de Macau até ao aeroporto foi especial. Era o mesmo carro mas havia qualquer coisa de diferente.» E quão diferente! «Estava um bocadinho aturdida. Foi um dia cansativo. Havia muitos sentimentos contraditórios, muita emoção. No fundo era um corte, uma despedida.»

Estava Leonor nos verdes Açores, onde o marido era Ministro da República, quando, «de repente», surge o convite para Macau. Volta não volta falava-se da possibilidade de Vasco Rocha Vieira ir para as mais diversas funções, políticas ou militares. Aliás, o regresso ao Exército era sempre uma hipótese forte.

Andar com a casa às costas é inerente a algumas carreiras, designadamente a militar. No entanto, no caso da família Rocha Vieira, foram sobretudo as missões políticas que a mantiveram longe da base lisboeta. Gostar de ir para aqui ou para acolá acabava por ser secundário. A vida ensina-nos que, se não temos aquilo de que gostamos, o melhor é gostarmos daquilo que temos. No seu íntimo, a Leonor Rocha Vieira não agradou a ideia de ir para Macau. Sentiu até uma espécie de relutância pela cidade onde Rocha Vieira teve responsabilidades militares e depois políticas, de 1973 a 1975. Não por Macau, mas por sentir, antecipadamente, o travo amargo da ansiedade das pessoas face à transição da tutela portuguesa para a administração de Pequim. No entanto, quando o marido lhe falou do convite para Governador do Território, limitou-se a dizer: «Sim, se achas que é boa ideia.» De resto, explica, «a minha posição foi sempre a de que eu não seria um impedimento às escolhas que seriam as escolhas correctas para ele».

Agora, ao olhar para o ciclo oriental da sua vida, afirma sem pestanejar: «Não estou nada arrependida. Gostei imenso de ter estado em Macau. Foi um período muito bom. Se voltasse atrás, iria de novo.» Só que «nem tudo são rosas». E, se fosse possível voltar atrás, também confessa que algumas das suas opções teriam sido diferentes.

Leonor Rocha Vieira divide o mandato do seu marido e, consequentemente, a estada da sua família em Macau, em dois períodos contrastantes: até 1996 e de 1996 a 1999. «Quando vamos para os Açores», diz, «o Vasco é nomeado pelo Presidente da República, dr. Mário Soares, por proposta do primeiro-ministro, professor Cavaco Silva. Quando vamos para Macau, é também o Presidente Mário Soares a nomeá-lo. E durante cinco anos não houve dificuldades.»

Lembra que a situação em Macau não era simples. As pessoas começavam a ficar ansiosas. Por outro lado, também salienta que foi «uma época estimulante, em que pôde acompanhar, «na sombra», os grandes desafios. «O nosso quarto era muito grande e o meu marido tinha um escritório no próprio quarto para onde ia trabalhar depois do jantar. Eu ficava a ler ou a ver televisão e por vezes conversávamos. Eu achava tudo aquilo estimulante e interessante. Foi uma época histórica muito importante», conta Leonor, destacando ainda o facto de sentir durante esses cinco anos «que havia um apoio, quer da parte do dr. Mário Soares, como Presidente, quer do professor Cavaco Silva, como primeiro-ministro».

Se é verdade que havia problemas, notícias aborrecidas, também é verdade que «existia um clima de confiança na retaguarda que deixou de haver quando o dr. Mário Soares saiu». Com efeito, a situação alterou-se como do dia para a noite com o render da guarda no Palácio de Belém em 9 de Março de 1996.

Esta fase foi de grandes hesitações e de grandes opções. Com o aeroporto inaugurado e as principais questões da transição nos carris, o momento afigurava-se oportuno para regressar a Portugal, tanto mais que em Lisboa Mário Soares e Cavaco Silva tinham saído de cena, havendo novos interlocutores em Belém e São Bento. Acresce que, no plano profissional, Rocha Vieira teve algumas ofertas de pessoas que pressentiram que ele poderia ficar disponível.

No plano familiar, a mudança no topo do Estado era igualmente propícia à opção do regresso. «Isso também coincidiu com a ida do nosso filho mais velho para a universidade. O do meio tinha algumas dificuldades de integração. Quanto ao mais pequenino, poderia voltar em qualquer altura», diz Leonor. «Por outro lado, tanto os meus pais como os pais do Vasco já estavam com uma certa idade. E nós sempre fora.»

Apesar de tantas boas razões para dizer adeus a Macau em 1996, a decisão do Governador foi aceitar continuar. «É evidente que era um desafio ficar até ao fim», diz Leonor. Sendo assim, a disponibilidade de Rocha Vieira e o convite do novo Presidente para prosseguir em funções pesaram mais na balança do que

todas as outras considerações. Leonor Rocha Vieira não esperava é que uma simples mudança de ciclo político induzisse, directa e indirectamente, o adensamento do clima político e social. E isso ocorreu quando mais necessário era fazer frente ao impacto psicológico da devolução à China da colónia britânica de Hong Kong, concretizada em 1 de Julho de 1997.

«Depois de 1996 tudo se alterou», diz Leonor. «Alterou-se a relação com o Presidente, alterou-se a relação com o Governo. Também a mudança na chefia da delegação portuguesa ao Grupo de Ligação Conjunto foi no mesmo sentido. «Em vez de se estar a trabalhar em conjunto para os interesses de Portugal, parecia que havia uma atitude de reserva e de desconfiança», diz.

A «sensação» de Leonor Rocha Vieira é que «tudo mudou para pior». Até o ambiente na imprensa: «Os jornais, apoiados por determinadas forças e determinados interesses, tornaram-se ainda mais agressivos. Tudo o que acontecia de mau era da responsabilidade do Governador. Tudo o que acontecia de bom era da responsabilidade dos outros.»

Ao fazer o balanço de nove anos em Macau, Leonor Rocha Vieira lamenta não ter aprendido chinês. «Afinal tinha havido tempo», conclui, numa alusão à incerteza sobre o tempo de permanência no território. Da barreira da língua resultou o facto de «não ter conseguido um diálogo e um contacto mais livre com a população», como era seu desejo. Leonor Rocha Vieira ou se deslocava sozinha ou estava dependente de um intérprete. Também é verdade que o tempo para esses contactos não era muito. «Estávamos sempre a receber pessoas, sobretudo nos últimos anos», diz. «Tinha um pessoal fantástico, nomeadamente o encarregado de Santa Sancha, o senhor Fernando Cardoso, que ficou connosco até ao fim. Mas estava muito envolvida na organização dos aspectos sociais das visitas e, quando me pediam opinião, também no capítulo dos convites.»

Quando chegou a Macau, Leonor Rocha Vieira, de acordo com a tradição, assumiu a presidência da Obra das Mães, introduzida no Território por Maria Augusta Silvério Marques,

mulher do general Jaime Silvério Marques, Governador do território de 1959 a 1962. Graças à disponibilidade financeira local, a Obra das Mães geria um «orçamento razoável», que permitia apoiar famílias carenciadas, creches, lares de idosos, centros de apoio a doentes mentais, doentes hospitalizados e pessoas noutras situações difíceis. As crianças em idade escolar absorviam menos recursos e atenção, porque essa faixa etária estava bem acompanhada pelo governo. Mesmo assim, a Obra das Mães ajudava famílias com dificuldades, designadamente na compra de livros, e, ao longo do ano, ajudava as crianças das escolas até ao nível da infantil.

Na sua actividade, Leonor Rocha Vieira deu prioridade à expansão de creches e de lares de idosos. «Essa área ocupou-me imenso. Só que desenvolvíamos as nossas actividades com discrição. Nunca pedimos a presença da televisão e da rádio.»

Explica a sua atitude pela educação recebida. «As pessoas não fazem as coisas para serem publicitadas. Embora também gostasse que o trabalho fosse reconhecido, o objectivo não era mostrarmo-nos.» O foco público era reservado a um jantar anual de angariação de fundos para a Obra das Mães.

Honrando as antecessoras de Leonor e salvaguardando que ela foi a que permaneceu mais anos em Macau, o ex-Governador sublinha o carácter «exponencial» e a qualidade daquilo que foi feito no tempo da sua mulher. Foram feitas duas creches e dois lares de idosos e a antiga sede da Obra das Mães foi transformada em centro de dia. «As creches e os centros de idosos eram exemplares, era do melhor que havia em Macau em todos os aspectos, da construção à decoração, passando pela organização e pelos cuidados prestados.» Leonor não enjeita o elogio. Pelo contrário. «Depois de termos completado as obras e inaugurado a primeira creche de São João, todas as creches, mesmo as da responsabilidade do governo, tomaram em larga medida como base aquilo que se fazia na Obra das Mães.» O interesse de Leonor Rocha Vieira não deixava nada de fora. «Éramos nós que escolhíamos os tecidos. As cadeiras, os bancos, as mesas, foi tudo mandado fazer por nós.»

Quando regressou a Macau em Junho de 2009, foi organizada uma visita durante a qual reencontrou muitos dos responsáveis e utentes das instituições da Obra da Mães, e foi obsequiada com um almoço no Hotel Lisboa pelas pessoas que mantêm a instituição viva e actuante.

Vasco Rocha Vieira sempre quis que a sua família tivesse um papel muito na sombra. De resto, era de um grande rigor em tudo o que tinha a ver com o princípio de não misturar as questões pessoais e as que diziam respeito à sua função. Ainda hoje a sua mulher não lhe perdoa que não tivesse deixado o filho mais velho, na altura a estudar em Lisboa, deslocar-se num dos dois aviões alugados pelo governo de Macau, destinados ao transporte dos convidados para a inauguração do aeroporto do território. Percebe que não tivesse querido que o filho ocupasse um lugar dos convidados. Só que o marido nem sequer admitiu que ele fosse para o aeroporto e, no caso de haver alguma desistência, como na verdade houve, ocupasse um dos lugares deixados vagos.

Hoje Rocha Vieira penitencia-se por ter levado tão longe o princípio de que a família deve ficar na sombra. «Em relação à minha mulher, não foi justo. Em Macau havia reconhecimento. Mas uma participação mais visível do que é feito, dos esforços e sacrifícios, também é um prémio», diz.

A mágoa pela ausência do filho mais velho na inauguração do aeroporto de Macau não impede Leonor de dar nota alta ao marido. «Foi extraordinário na gestão de tantos interesses, de tantos conflitos, e na forma como conseguiu ultrapassar e resolver tantas situações complicadas.»

Leonor Rocha Vieira destaca ainda o bom relacionamento com as pessoas que sempre os serviram, macaenses, chineses ou portugueses. «Tudo correu o melhor possível», diz. Comentando especificamente a questão da segurança, afirma: «Nunca aconteceu nada. Podia acontecer. Era a coisa mais fácil... Eu não tinha segurança. Andava no meio da rua sozinha. Nunca senti verdadeiramente medo. Sei que se tiver de acontecer acontece. Não há nada a fazer.»

XXV

No avião de regresso

Às zero horas de 20 de Dezembro de 1999, Vasco Rocha Vieira é pela primeira vez em muitos anos de serviço ao País um cidadão sem nada que fazer. O próprio protocolo do Presidente da República cuidou de lhe fazer sentir a sua condição de simples militar, a aguardar colocação.

Concluída a cerimónia da transição, quando o casal Rocha Vieira entra no avião presidencial que iria descolar do Aeroporto Internacional de Macau pouco depois da 1.30, os únicos lugares vagos são os da segunda fila, do lado esquerdo. Na primeira fila, do lado direito, sentam-se o Presidente da República e a sua mulher e do outro lado o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, também com a sua mulher. Luís Amado, quando viu entrar Rocha Vieira, reagiu de forma imediata e espontânea. «Ó senhor Governador, este lugar é seu», disse o secretário de Estado, ao mesmo tempo que se levantava e insistia com ele que ocupasse a fila da frente. A troca, porém, não chegaria a concretizar-se. Rocha Vieira, que rapidamente apreendera o alcance da distribuição dos assentos, declinou de pronto a oferta. «Eu já não sou Governador.

E é ali que me devo sentar.» Este diálogo passa-se diante de Sampaio, que permanece impassível.

Concluída a cerimónia da transferência, há dois aviões da Air Macau que descolam da Taipa com entidades portuguesas. A convite de Jorge Sampaio, o Governador cessante saiu de Macau no avião presidencial, com destino à Tailândia. Depois de uma visita oficial a esse país, Sampaio deveria seguir para Timor-Leste, o que não aconteceu por motivos de saúde. Quanto a Rocha Vieira e à sua mulher, e ao ajudante-de-campo tenente-coronel Tiago Vasconcelos, chegados a Banguécoque aguardaram no aeroporto o segundo avião, saído de Macau uma hora depois do avião do Presidente, no qual continuaram viagem até Lisboa, já na companhia dos filhos. Nesse voo regressaram também a Portugal membros do governo de Macau e ainda membros da sua administração envolvidos nas cerimónias de transição, bem como alguns familiares dessas entidades.

Rocha Vieira chegou a imaginar a partida de Macau de forma diferente. O príncipe de Gales e o governador Chris Patten deixaram Hong Kong no iate real *Britannia*, após a entrega daquele território à China, em 1 de Julho de 1997. «Pus a questão de sairmos na *Sagres*», diz o antigo Governador. A Marinha precisava de se programar com dois anos de antecedência e por isso procurou saber em devido tempo se havia interesse nesse sentido. As despesas de deslocação do navio-escola da Armada Portuguesa não seriam um problema. Macau prontificou-se a assumi-las. A questão ficou em suspenso, mas Lisboa foi adiando a decisão e a hipótese de a viagem de retorno — de Macau e de meio milénio de história — se iniciar na *Sagres* acabou por se gorar. Havia, no entanto, outras formas de conferir ao momento da partida uma dimensão simbólica. E foi assim que Rocha Vieira entendeu o convite do Presidente da República para saírem juntos de Macau. Deste modo, ao fechar uma etapa maior da sua caminhada, Portugal projectava uma imagem de coesão, de assunção da sua história e de confiança no futuro. Mas engana-se quem tiver visto no gesto de Sampaio deferência com Rocha Vieira. Aliás, palavras

proferidas pelo Presidente da República a menos de 48 horas da transferência desmereciam implicitamente do Governador ainda em funções. «O sucesso, disse, deve ser partilhado e, numa advertência a quem pretende colher dividendos com o êxito do processo, garantiu que ‘não há heróis exclusivos’», escreve o jornal *Público* de 19 de Dezembro de 1999, citando Jorge Sampaio.

Em entrevista à edição de 17 de Dezembro de 1999 do semanário de Macau *Ponto Final*, tema da principal chamada da primeira página sob o título *Sampaio contra o herói nacional*, o Presidente da República fala de «importantes contributos das mais variadas pessoas» sem destacar nenhuma delas. Pelo contrário, depois de afirmar que foi conseguido «honrar a Declaração Conjunta, fazer uma transição capaz, pela qual os portugueses pudessem olhar para o mundo com confiança e responsabilidade», diz: «Não vale a pena dizer quais são os *heróis* e os menos *heróis*, não se trata disso, trata-se de pessoas que cumpriram o seu dever.» Mais à frente, retoma o tópico da manchete do jornal, já não no plural mas no singular. Reportando-se a 1997, Jorge Sampaio afirma: «Deu-se um salto, avançou-se. Para isso foram importantes contributos das mais variadas pessoas e é assim que as coisas devem ser vistas. Eu sou absolutamente contra, daqui para o futuro, que haja alguém que apareça como *herói* nacional desta matéria. Atenção! Isso não é assim.»

A questão da Falun Gong

Pouco antes da partida de Macau há um episódio cujo alcance Rocha Vieira só pôde medir após a chegada a Lisboa. Tinha acabado de se instalar no lugar que lhe fora reservado quando uma jornalista, seguida de um *cameraman*, entra no avião e se dirige ao general para o entrevistar. Agacha-se, enquanto a câmara fica atrás e por cima. «Não sei o que quer de mim», diz-lhe Rocha Vieira, estranhando a presença de uma equipa televisiva no avião presidencial, estacionado longe da aerogare e a pouco tempo da

descolagem. A repórter pede-lhe então que responda a algumas perguntas sobre uma situação que aponta como «grave», os incidentes ocorridos com membros da seita Falun Gong. «Já não sou Governador e o que é importante é a transição», diz-lhe Rocha Vieira, afastando qualquer hipótese de entrevista sobre aquele assunto ou naquelas circunstâncias. Em todo o caso, ainda acrescenta: «Não lhe respondo, mas isso [incidentes com a Falun Gong] não é como a senhora está a dizer.»

Cerca de um mês antes da transição, o director da Xinhua, Wang Qiren, que raramente pedia para ser recebido no Palácio da Praia Grande, foi ao gabinete do Governador para lhe dizer que, aproveitando a visibilidade da transição, a seita Falun Gong estava a organizar-se em Taiwan para se manifestar em Macau no dia 19 de Dezembro. Sugeriu ainda sem rodeios que os Americanos estavam por detrás dessas movimentações e solicitou que a administração portuguesa impedisse a entrada de membros da seita. Seriam uns 300.

A Falun Gong, surgida na China no início da década de 90 do século xx e que na altura contava com milhões de seguidores em todo o mundo, é um movimento de praticantes de exercícios para a mente e para o corpo, com um cariz religioso. A coberto de uma postura pacifista e de passividade, os seus membros recorrem a exercícios corporais praticados em silêncio para desafiarem as autoridades e o regime de Pequim. Tornaram-se por isso um problema para a China, que em meados de 1999 proibira a seita como «culto diabólico».

Em resposta ao responsável da Xinhua, Rocha Vieira disse-lhe que as pessoas que entram em Macau têm de cumprir a lei. Sendo assim, em princípio não iriam proibir ninguém de aceder ao território. Em todo o caso, as autoridades precisariam de dados concretos para poderem actuar. «Não proibimos entradas em abstracto», afirmou o Governador. Só na posse dos nomes dos potenciais manifestantes da Falun Gong os serviços de Segurança do Território poderiam avaliar que medidas se justificavam, em que situações e em relação a quem. De qualquer modo, não par-

tiam do zero. Havia uma troca de informações regular com as polícias de Cantão e de Hong Kong, e tinham uma lista, em actualização permanente, de pessoas susceptíveis de pôr em causa a ordem pública.

Poucos dias antes da cerimónia de transferência de poderes, o brigadeiro Manuel Monge, secretário-adjunto para a Segurança, recebeu dos responsáveis chineses uma relação de pessoas que pertenceriam à Falun Gong e que pretendiam entrar em Macau, vindas sobretudo de Taiwan e de Hong Kong. A lista dos referenciados como eventuais perturbadores foi enviada para os serviços de fronteira.

O jornal *Público* de 18 de Dezembro de 1999 noticiou que, na véspera, seis alegados membros da Falun Gong haviam sido interceptados pela polícia e, depois de revistados, expulsos para Hong Kong. No entanto, esta ocorrência foi episódica, porque a acção policial incidiu, essencialmente, no controlo das fronteiras. Segundo Manuel Monge, terá sido impedida a entrada em Macau a mais de 200 elementos, não por serem da Falun Gong, mas por constituírem um risco para a ordem pública. Apesar disso, terão entrado em Macau na altura da transferência de poderes 60 ou 70 pessoas que eram ou diziam ser da Falun Gong. A dúvida tem razão de ser. Quando surgiram notícias atribuindo à seita a intenção de provocar incidentes na passagem da administração de Macau para a China, vários elementos locais da Falun Gong (o número de adeptos da Falun Gong em Macau era reduzido e a polícia sabia quem eram) procuraram responsáveis da Segurança para se demarcarem de qualquer perturbação provocada por alguém que invocasse o nome da seita. Aliás, duvidavam que os manifestantes que se dizia que iam aparecer pertencessem ao movimento.

A situação estava controlada, mas houve um problema pontual que ainda passou pelo Governador. Na noite de 18 para 19 de Dezembro, Rocha Vieira atendeu um telefonema do seu assessor diplomático. Domingos Fezas Vital tinha recebido uma chamada do cônsul norte-americano, Richard Boucher (viria a ser porta-voz do Departamento de Estado norte-americano de 2000 a 2005), a

relatar «um caso muito grave». A administração de Macau não permitira a entrada no território de um cidadão norte-americano, Zhong Meng Bai. Além disso, esse cidadão era jornalista, o que constituía um atentado à liberdade de informação.

O Governador telefonou então ao secretário-adjunto para a Segurança para se informar do que realmente se passara. «Não é nada americano. É chinês. E não é jornalista», reagiu de imediato Manuel Monge. De qualquer modo, a fim de evitar mais complicações, Rocha Vieira *decidiu* logo que Zhong Meng Bai passava a ser americano e jornalista. Portanto podia entrar em Macau. A Fezas Vital pediu que dissesse isso ao cônsul Boucher, mas que acrescentasse que as autoridades de Macau conheciam bem a situação.

No dia seguinte havia um pequeno-almoço do Presidente Sampaio com jornalistas no Hotel Mandarin, em que também participou o Governador. Foi já sentado à mesa que Rocha Vieira teve oportunidade de lhe ciciar ao ouvido o problema suscitado pelo telefonema do cônsul norte-americano. O Governador considerava que não era uma questão com relevância para ser submetida ao Presidente da República. No entanto, poderia surgir alguma pergunta sobre o assunto. Se tal se verificasse e Sampaio assim o entendesse, poderia passar a palavra ao Governador que ele estava disponível para responder. O assunto, porém, não chegou a ser levantado.

Na manhã de domingo, 19 de Dezembro de 1999, algumas dezenas de seguidores da Falun Gong, vestidos de branco, concentraram-se no jardim diante do Hotel Lisboa, fazendo os seus exercícios típicos numa zona onde deveria passar o Presidente chinês, Jiang Zemin. A polícia tinha recebido instruções para não comparecer com equipamento antimotim. Pelo contrário, quando retirou as pessoas do local, actuou de forma contida, «mau grado», diz o brigadeiro Monge, «ser visível que os manifestantes queriam ser maltratados para serem notícia». A maioria dos agentes tinha luvas brancas. Procurou-se ainda que fossem mulheres-polícia a interpelar os manifestantes do sexo feminino.

Não houve, portanto, as aguardadas imagens de violência. A polícia começava por pedir aos manifestantes que se identificassem, mas eles ficavam imóveis, como estátuas. Segundo o *Diário de Notícias* (20.12.1999), «agentes da Polícia de Intervenção arrastaram pela força os manifestantes até ao parque de estacionamento de onde foram levados para destino incerto». O *Público* da mesma data diz que foram feitas quatro detenções. «Não era uma questão religiosa, era uma questão de ordem pública. Não podiam estar ali por razões de segurança», afirma o antigo secretário-adjunto para a Segurança, adiantando, porém, que não houve detenções.

Manuel Monge não se lembra se houve algum pedido de autorização para a manifestação. No entanto, é pouco provável que isso tenha acontecido, uma vez que, segundo o jornal *Público* (16.12.1999), em Macau existe «uma disposição legal que proíbe a realização de manifestações por não residentes».

O dia 19 correu célere e a imagem que ficou da transição foi a da dignidade com que Portugal saiu de Macau. A manifestação da Falun Gong não passou de um epifenómeno sem o impacto mediático almejado.

Perguntas à chegada

Quando, dois dias mais tarde, aterrou em Lisboa, o cidadão Vasco Rocha Vieira estava pronto para gozar um tempo de distensão. Tal como pedira, aguardava-o o seu carro particular para se dirigir para casa e para uma nova vida. A normalidade do regresso, porém, era só aparente.

Procedendo como em ocasiões anteriores, Cristina Rivotti, sua secretária no Gabinete de Macau na Presidência do Conselho de Ministros, desenvolveu as diligências habituais para preparar a chegada do Governador cessante. Assim, por rotina, ligou para o chefe das relações públicas do Aeroporto de Lisboa, Eduardo Farinha, e perguntou-lhe se havia alguma sala marcada para rece-

ber Rocha Vieira. Uma vez que a resposta foi negativa, entrou em contacto com a Presidência da República. Falou com um assessor a quem explicou a situação. «Mas ele já não é Governador», disseram-lhe. Mesmo assim, Cristina Rivotti insistiu: «Não é, mas está em funções de Estado. Que eu saiba, só deixa de ter esse estatuto quando regressar a Portugal.» Ainda teimou, mas em vão. «Para a Presidência, terminou funções.» Perguntou depois se o Governo ia tomar alguma medida. «Se houver alguma alteração, dir-lhe-ei», prometeu. Nunca mais disse nada. Cristina Rivotti foi então bater à porta do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O diálogo com um funcionário do Protocolo do Estado é semelhante. Por fim, a uma insistência sua, recebe um esclarecimento sem margem para dúvidas. «Todos os assuntos relacionados com Macau terminaram ontem.» Portanto, o último representante da República em Macau já não tinha direito nem à sala VIP nem a carro oficial para o conduzir a casa.

Cristina Rivotti volta ao princípio, isto é, ao chefe das relações públicas do aeroporto. Depois de tomar conhecimento da história, Eduardo Farinha resolve procurar uma solução. Passado pouco tempo liga-lhe: «Já está resolvido. Alguém do Governo deu ordens para abrir a sala VIP.» Com efeito, aproveitando a deslocação numa carrinha às escadas do avião para receber o ministro de Estado e do Equipamento Social, Jorge Coelho, vindo de Bruxelas, o chefe das relações públicas expôs-lhe o problema. De imediato, Jorge Coelho deu indicações para pôr a sala VIP à disposição de Rocha Vieira. Seria por isso, também, que o ministro estava ao corrente da sua chegada. Isto explica que, ao abrir-se a porta do A320 da Air Macau para a manga telescópica, o ex-Governador tenha dado logo de caras com Jorge Coelho a recebê-lo de forma efusiva. Só alguns anos depois Cristina Rivotti contou estas peripécias ao ex-Governador.

Na Sala VIP pequena, quase em simultâneo, Rocha Vieira teve duas surpresas de natureza diferente. A primeira delas foi a presença de dezenas de pessoas amigas, que começaram a bater palmas assim que ele ali chegou. A outra teve a ver com perguntas

de jornalistas sobre declarações do Presidente da República em Banguécoque. Limitou-se a dizer que não conhecia tais declarações e por isso não podia comentá-las, mas a sua memória recuou até ao início da viagem, quando a repórter televisiva entrara no avião para o entrevistar sobre a Falun Gong.

«Jorge Sampaio indignado com repressão em Macau», é uma das chamadas de primeira página do *Diário de Notícias* de 21 de Dezembro de 1999, mencionando as referidas declarações. Numa página interior, escreve em título: «Repressão policial indigna Sampaio.» E, a seguir, «PR defendeu junto do governador direito de manifestação em Macau, que a polícia contrariou». Segundo o jornal, a detenção de 30 membros da seita chinesa Falun Gong no último dia da administração portuguesa de Macau «ocorreu contra a sua vontade expressa». O *Diário de Notícias* escreve depois: «Falando em Banguécoque, Sampaio revelou ter transmitido, de Lisboa para Macau, a ‘necessidade’ de a administração do território autorizar as manifestações previstas para o dia 19. ‘As pessoas que se quisessem manifestar deviam fazê-lo livremente’», referiu o Presidente da República. Para o Chefe de Estado, ‘não fazia sentido estarmos a deixar o território sem que as pessoas se pudessem manifestar’. Por isso Sampaio transmitiu estas instruções para Macau. Instruções que foram desrespeitadas pelas forças de segurança do território, ainda sob administração portuguesa.» No entanto, tanto o ex-Governador como o seu antigo secretário-adjunto para a Segurança afirmam que não receberam nenhuma ordem, indicação ou sugestão relativas a questões de segurança ou de liberdade de manifestação. Nem isso faria sentido.

No primeiro dia de vida da Região Administrativa Especial de Macau, o mesmo jornal já registara uma reacção de António Guterres à manifestação da Falun Gong e à intervenção da polícia para lhe pôr fim. A maneira como viu a ocorrência, porém, é diferente da de Sampaio. «O primeiro-ministro português, confrontado com a situação, disse que ‘não devemos ter preocupação excessiva porque os acordos foram negociados com Portugal de boa-fé, e a China vai cumpri-los’, referindo-se à garantia dos

direitos humanos em Macau», lê-se no *Diário de Notícias* de 20 de Dezembro de 1999.

Macau despediu-se calorosamente de Rocha Vieira, mas os episódios de frieza e de desconfiança da parte do Presidente da República que acompanharam o adeus ao Governador vão prolongar-se e ampliar-se nas informações distorcidas sobre a criação da Fundação Jorge Álvares, na falsa questão dos quadros dos Governadores, no adiamento da condecoração e na decisão sobre a ordem honorífica que lhe seria atribuída. «Quando saíram as primeiras notícias sobre a fundação», revela Leonor Rocha Vieira, «a mulher do Presidente da República [Maria José Ritta] telefonou-me, muito simpática, a mostrar-se solidária, e a dizer ‘têm de vir cá jantar, tanto eu como o meu marido os apreciamos muito’. Até hoje.»

«Desempregado de luxo»

Nas sucessivas etapas da sua vida, à excepção do casamento, Vasco Rocha Vieira foi-se acostumando a ser sempre o mais novo ou um dos mais novos, nomeadamente no curso de Estado-Maior, como capitão e na promoção a brigadeiro e general. Quando foi para Macau «já não era muito novo, mas também não era muito velho». Com o fim da missão como Governador, «de repente», já não faltava muito tempo para passar à reserva. «Pela primeira vez na minha vida, eu terminava uma função não porque tivesse sido nomeado para outra, mas porque essa função chegava ao fim», constata o general. «Eu tinha 60 anos e já não esperava mais nenhum lugar na função militar.»

No entanto, ao invés do que sugere, havia uma função militar compaginável com a sua carreira, a de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Só que Vasco Rocha Vieira põe de lado tal hipótese. «Seria dizer que não há ninguém capaz nas Forças Armadas. Era o que faltava.»

Na verdade, quando regressa de Macau, o general Vasco Rocha Vieira entende que, depois de alguns anos de afastamento da

função militar e de já ter sido chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), não seria fácil uma colocação na hierarquia militar. Decorridos poucos dias sobre a chegada, deslocou-se ao Estado-Maior do Exército para falar com o CEME, general António Martins Barrento. Explicou-lhe então que quando fora convidado para os Açores, em 1986, fora ao EME falar com o CEME, na altura o general Salazar Braga, pondo-o ao corrente da situação e manifestando-lhe a vontade de retomar o seu lugar no Exército assim que terminasse o exercício de funções políticas. Salazar Braga disse-lhe que era uma honra para o Exército que um dos seus elementos tivesse sido escolhido para as importantes funções de Ministro da República, mais a mais naquele momento.

Passados quase 14 anos, era como que uma apresentação. O general Rocha Vieira, porém, quis retirar qualquer eventual embaraço ao general Martins Barrento, de quem aliás era amigo desde os tempos do Colégio Militar. Disse-lhe: «Não vou passar à reserva [para um general de três estrelas o limite de idade é de 62 anos], pois não quero dar a ideia de que estou disponível para algum cargo político ou à espera de qualquer benesse. No entanto, apesar de não pretender abdicar da minha condição de militar no activo, não espero qualquer função. Acho que devo ser colocado no EMGFA para não ocupar vaga de general no Exército.»

Obtida a concordância da parte do Exército com esta posição, o próprio general Rocha Vieira foi falar com o CEMGFA, general Gabriel Espírito Santo. Mostrando-se preocupado com o destino do ex-Governador, Espírito Santo disponibilizou-se para lhe proporcionar todo o apoio. E, sem que alguma vez lho tivesse pedido, ofereceu-lhe gabinete e viatura. Ainda que gratificante, Rocha Vieira declinou a oferta.

«Eu sabia que quando voltasse de Macau não teria qualquer cargo militar», afirma o ex-Governador, que também não estava à procura de um cargo político nem considerava que houvesse uma obrigação do Estado de lhe atribuir qualquer outra função. «Assumo isso intelectualmente. Não há direitos a exigir, nem devemos estar à espera de recompensas», diz. «Embora isso possa

parecer estranho, nunca estive preocupado com o dia seguinte.» Foi esta atitude de desprendimento uma das razões para aceitar o compromisso de ficar na Fundação Jorge Álvares. «Aproveito este tempo para pôr os papéis em ordem e ajudo a criar uma fundação que pode ter um papel importante na mediação entre Portugal, Macau e a China», pensou. «A fundação seria um fórum onde ex-Governadores e outras personalidades ligadas à China poderiam contribuir para manter vivas e reforçar as relações com aquele país e com Macau, enquanto Região Administrativa Especial.»

Não tardou, porém, que o ataque sofrido a pretexto da Fundação Jorge Álvares lhe secasse a vontade. Só ao fim de uma década a organização do acervo documental vindo de Macau está a ser ultimada. Durante anos, algumas centenas de caixotes com papéis, dossiês, álbuns ficaram guardadas num armazém de um amigo de infância de Rocha Vieira, no Algarve, Duarte Bigodinho. Até que, em 2007, por iniciativa da Fundação Jorge Álvares, se iniciou o tratamento desse acervo. A Câmara Municipal de Maфра disponibilizou um espaço no Convento de Maфра para receber os arquivos do Governador e a fundação fez um contrato com um professor do Ensino Superior e historiador, com obra publicada sobre a presença portuguesa em Macau, Alfredo Dias Gomes, para proceder à sua inventariação e sistematização.

Em 2000, contudo, as perspectivas de vida activa de Rocha Vieira não se limitavam à dinamização da Fundação Jorge Álvares. «Sempre servi o Estado, há-de ser o Estado a dizer se precisa de mim.» Era esta a sua atitude. Daí que não se preocupasse com o assunto nem, muito menos, em tomar qualquer iniciativa. No entanto, «admitia que, após um interregno, alguma coisa pudesse vir a acontecer». Mas não aconteceu.

De início, Leonor Rocha Vieira alimentou uma «perspectiva positiva» quanto à possibilidade de o seu marido não ficar numa espécie de pré-reforma. «Quando voltámos, eu achava que iam dar ao Vasco qualquer ocupação. Não sabia o quê. Mas aos 60 anos está-se mais do que em forma. E tendo em conta a sua experiência quer governativa, quer política, quer militar, deveria

haver qualquer coisa para ele fazer», diz. Até lá, haveria sempre «imensas coisas para organizar». Tanto num plano como no outro, porém, as expectativas não se confirmaram. «É evidente», diz Leonor, «que acompanhei a situação com pesar e desgosto. Mas tudo isso já foi ultrapassado.» Aliás, de uma maneira divertidamente paradoxal, afirma que «ele nunca esteve tão ocupado como agora que não tem nada que fazer».

Há quem não esteja de acordo com o ex-Governador quando ele diz que «já não tinha lugar na função militar». Atendendo à sua preparação em termos de condução política e de organização operacional, Ramalho Eanes, Presidente da República de 1976 a 1986, considera que «o melhor lugar» que naquela altura se podia ter dado ao general Rocha Vieira era o de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Aliás, define-o como «um intelectual vocacionado para a acção». Sem desprimor para outros militares, Eanes sustenta que, por um lado, «ele poderia fazer muitíssimo bem esse trabalho». Por outro, sublinha, «o País devia dar-lhe um sinal claro de gratidão» para lá da condecoração.

Uma das qualidades que o ex-Presidente da República mais preza em Rocha Vieira é a sua capacidade de «condução de homens». Dir-se-ia que neste campo os dois camaradas e amigos se igualam. Eanes conta que alguns dos seus colaboradores tinham sido depois colaboradores do último Governador de Macau. «Diziam que era um homem com quem gostavam de trabalhar. E algumas vezes disseram-me que ‘gostavam tanto de trabalhar com ele como tinham gostado de trabalhar comigo’, o que para mim, confesso, não era uma surpresa e até era um elogio.»

Mesmo com o custo de se tornar um «desempregado de luxo», o general Rocha Vieira decide continuar no activo, mantendo assim um estatuto incompatível com ambições políticas. Do mesmo modo, ficavam sem razão de ser as vozes segundo as quais criara a Fundação Jorge Álvares para ter um suporte de apoio para outros voos fora da carreira militar. «Se pedisse para passar à reserva, daria a ideia de que estaria a propor-me para qualquer coisa», diz. E acrescenta: «Nunca pedi qualquer colocação a nin-

guém. Não desejava o que quer que fosse. Não queria, como nunca quis, fazer carreira política.»

De qualquer modo, reconhece que deveria ter-se «salvaguardado» mais. «Politicamente, cometi o erro de não medir que era um alvo», reconhece sem rodeios, frisando que não esperava tal situação, porque não «via em que é que poderia ser atacado». Mas a campanha contra ele surgiu «organizadíssima», através do ataque à Fundação Jorge Álvares, tão forte que Rocha Vieira aplicou a lição dos Chineses quando são atingidos por tufões. Do mesmo modo que os bambus se dobram aos ventos fortes — caso contrário partir-se-iam —, também as pessoas não podem enfrentar directamente a tempestade. A solução é deixá-la passar.

«Um milhão de votos já tem»

Às vezes os amigos diziam-lhe: «Tu devias ir para embaixador.» Rocha Vieira não dizia que não. «O que eu senti sempre é que gosto de fazer coisas pelo meu País», afirma, referindo-se a «qualquer coisa que exigisse uma experiência de vida», por exemplo, uma missão ligada aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Em todo o caso, para ele esteve sempre fora de causa a aceitação de algo que implicasse um envolvimento político-partidário.

O que Ramalho Eanes rotula de «incompreensível» é que um país que não tem assim um número tão elevado de personalidades excepcionais pudesse prescindir de alguém como Rocha Vieira. Não sendo chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, assegura que «haveria várias coisas que ele poderia desempenhar bem. Agora, o que é perfeitamente inaceitável, em termos de interesse geral colectivo e de responsabilização objectiva, é que um homem com a preparação dele, depois de exercer muitíssimo bem um conjunto de lugares, fica disponível e o País, como se estivesse cheio de valores e de pessoas capazes, resolve deixá-lo na prateleira».

O ex-Presidente da República tem «poucas dúvidas» de que foi montada uma operação para «denegrir a imagem» de Rocha Vieira. Apelando ao conhecimento que lhe advém de ter estado num departamento de propaganda e de contrapropaganda durante a guerra colonial, diz: «Vi aqui desenharem-se com muita clareza todas as fases de um processo publicitário de destruição, a que não escapou sequer aquilo a que se chama a acção de efeito traumático. Essa acção consiste em utilizar uma palavra, só uma palavra, que concentre de imediato, pelo seu significado e pelo seu peso emotivo, a atenção da pessoa. Ora é perfeitamente inaceitável que um jornal se tenha permitido intitular um artigo com a palavra ‘ladrão’ [alusão à manchete do jornal *24 Horas*, já extinto; ver capítulo XXVII], embora da leitura do texto resultasse que aquilo não era nada assim. Em termos de acção psicológica, este título é revelador de uma operação montada para denegrir o general Rocha Vieira.» E não tem dúvidas de que «essa palavra [‘ladrão’], pela carga imediata, ou é logo repudiada ou deixa mancha».

Para Ramalho Eanes, foram «razões políticas» que determinaram que Rocha Vieira tivesse sido tratado como foi. «Era um homem que tinha adquirido uma imagem de prestígio, que a opinião pública olhava com estima e, portanto, um potencial candidato a lugares públicos.» Para lá do caso de Rocha Vieira, o ex-Presidente vê «o caso da história colectiva, que é feita com o trabalho dos homens e, naturalmente, de uma maneira marcante, com o trabalho dos homens excepcionais. Se, porventura, os homens excepcionais permitem que a sua acção seja denegrada sem terem o cuidado de a mostrarem em toda a sua evidência, prejudicam também a memória colectiva». Por isso, conclui, Rocha Vieira «tem obrigação de pôr tudo muito limpo para que de novo o seu trabalho apareça com a nitidez que teve e se veja a importância exemplar que teve e pode ter para o País».

É mais subentendido do que explícito o móbil que fez do cidadão Vasco Rocha Vieira, ex-Governador de Macau e ex-muitas outras coisas, um alvo político. Mas há uma explicação lógica e plausível que, antes de qualquer outra, aflora ao espírito de muito

boa gente. Depois de Macau e a um ano de eleições presidenciais, a eventual candidatura a Belém de Vasco Rocha Vieira emerge como um corolário natural na sua caminhada de cidadão e de homem público. Compreende-se assim que ele tenha passado a ser visto como um putativo rival do Presidente recandidato, capaz de baralhar os dados da aparentemente garantida reeleição de Jorge Sampaio. Mas essa nunca foi, em momento algum, a vontade do ex-Governador.

Por seu lado, Eanes afirma: «Era opinião generalizada que o prestígio adquirido pelo Rocha Vieira em Macau o credenciava para o exercício de quaisquer funções, nomeadamente a função presidencial. E isso atemorizava organizações em Portugal que não queriam ser atropeladas, de alguma maneira, por essa eventual candidatura.»

De facto, logo uma semana depois de regressar de Macau, Vasco Rocha Vieira é sondado em relação à sua abertura para se candidatar a Presidente da República nas eleições do início de 2001. Confrontado com a questão presidencial, o ex-Governador afastou quaisquer esperanças em relação a tal hipótese. «Candidatar-me a Presidente da República nunca esteve nem está nos meus horizontes. É assunto que não faz parte da minha agenda e que não tem conversa possível», esclareceu.

Rocha Vieira confessa que seria incapaz de concorrer a um cargo político electivo. «Não tem a ver com a minha maneira de ser e a minha formação eu propor-me ou dizer: ‘Eu quero ser isto.’ Eu aceito, sim, qualquer cargo que se justifique que eu assuma por interesse do meu país’.» Salvuaguarda, porém, o respeito pelas pessoas que, querendo estar ao serviço de Portugal, concorrem a qualquer lugar, quer seja a nível local, quer regional ou nacional.

A conversa com o general Rocha Vieira sobre as perspectivas presidenciais, não sendo um convite, foi mais do que uma simples sondagem. Foi um incentivo. «Houve uma frase que me ficou gravada na memória. ‘Olhe, um português não se esquece da passagem de testemunho da administração de Macau. A sua ima-

gem com a bandeira vale um milhão de votos. Portanto, no mínimo, um milhão de votos já tem.' O resto, nós ajudamos a arranjar.» Mas não alimentou esperanças. Pelo contrário. «É um assunto do qual nem quero conversar.»

Passara muito pouco tempo sobre o regresso final de uma aventura de séculos. O impacto na opinião pública da imagem em que Rocha Vieira leva a Bandeira Nacional ao peito confirmava e fazia ressaltar a ideia de que esse é o momento que irá perdurar na memória colectiva como aquele que condensou o último dos longos dias de Portugal no delta do Rio das Pérolas.

XXVI

Uma ponte Macau-Portugal

Na contagem decrescente para a entrega de Macau à China, o Governador Vasco Rocha Vieira assumiu, desde o primeiro dia do seu mandato, a preocupação com a criação de condições para projectar para lá de 1999 o histórico e singular cruzamento de culturas na Cidade do Nome de Deus. Aos que consideravam que «isto é para os Chineses, vamos retirar tudo e vamo-nos embora», Rocha Vieira contrapôs uma clara opção por reforçar as bases da ligação do território a Portugal e à cultura europeia. Para isso era necessário não só deixar sólidas instituições portuguesas em Macau, e raízes na cultura, na organização e no direito, mas também ligação das estruturas locais a Portugal, à Europa e aos países de língua portuguesa.

«Desde o princípio que fui confrontado com dois movimentos opostos, investir e desinvestir em Macau», diz o último Governador português do território. Exemplo da segunda atitude era a pressão para «a integração já» na administração portuguesa dos funcionários públicos de Macau, nessa altura a posição preconizada pela Associação dos Trabalhadores da Função Pública de

Macau (ATFP). «Quanto mais depressa sairmos de Macau melhor» era o sentido dessa posição.

É no contexto da preocupação com a ligação a Portugal que Macau tem uma participação destacada na Expo 98, em Lisboa. Para milhares de visitantes, o Pavilhão de Macau constituiu uma oportunidade única de contacto com elementos significativos da identidade do longínquo enclave sob administração portuguesa. Mas uma exposição internacional tem muito de efémero, não dispensando, por isso, instituições com alicerces duradouros. Integrado na própria administração pública, no âmbito do Ministério da Ciência e da Tecnologia, o projecto de maior alcance foi a criação, em 1995, pela acção conjunta dos Governos da República e de Macau, do Centro Científico e Cultural de Macau. O Decreto-Lei n.º 85/95, de 28 de Abril, definiu-o «como um local de excelência para a divulgação de Macau, da sua história, da sua cultura e da sua economia», e como um centro de estudo e investigação e de relacionamento com a República Popular da China. Inaugurado pelo Presidente Jorge Sampaio em 30 de Novembro de 1999, a vinte dias da passagem da administração de Macau para a China, o CCCM teve como primeira presidente a eng.^a Alexandra Costa Gomes, que dirigiu a sua instalação e era também chefe da Missão de Macau em Lisboa. O centro, composto por três unidades — Investigação e Ciência, Cultura e Museologia e Informação e Documentação —, está instalado na Rua da Junqueira, em Lisboa, e foi um legado do Território de Macau ao Governo da República.

Sempre com o espírito de conferir solidez aos vínculos entre Macau e Portugal, Rocha Vieira decide apoiar a Casa de Macau, muito ligada à comunidade macaense de sangue chinês. Criada em 15 de Janeiro de 1965 e tendo por sede um edifício arrendado na Praça do Príncipe Real, em Lisboa, a Casa de Macau de há muito alimentava a ambição de dispor de instalações próprias, agora com maioria de razão, uma vez que ia cessar o apoio do governo de Macau, o mecenas com que sempre contara. O Governador não fica insensível aos receios e expectativas que em 1996

lhes são transmitidos pelos seus responsáveis, nomeadamente o coronel Herculano de Moura, presidente da direcção, e o eng.º Luís Guimarães Lobato, presidente da assembleia-geral. A ambição da Casa de Macau viria a ser materializada dois anos mais tarde, em 29 de Janeiro de 1998, com a celebração da escritura de compra de uma vivenda na Avenida Gago Coutinho, em Lisboa, por 170 mil contos. A propriedade do edifício, porém, ficou com a Fundação Casa de Macau, criada em 26 de Julho de 1996 e presidida por Guimarães Lobato. A nova Casa de Macau só foi inaugurada em 20 de Outubro de 1999, dois meses antes da transição para a China do território que lhe dá o nome e a razão de ser.

Ainda com o apoio do governo de Macau, a referida fundação adquiriu, em 23 de Dezembro de 1999, por 425 mil contos, o terreno onde estava implantado o Pavilhão de Macau na Expo 98. Quase três anos mais tarde, também pela mão do eng.º Guimarães Lobato, o dito terreno foi vendido por 3 370 377,09 euros [quase 676 mil contos]. Foi este dinheiro, a somar a um fundo de maneio, que conferiu peso e capacidade de acção acrescidos à Fundação Casa de Macau, designadamente para apoiar a Casa de Macau e as suas actividades.

Neste movimento para preservar e desenvolver os laços luso-macaenses, também se insere, entre muitas outras iniciativas, o contributo do governo de Macau para as instalações do Instituto de Estudos Orientais da Universidade Católica Portuguesa, no *campus* de Sintra, e, noutra dimensão, o apoio à Fundação do Santo Nome de Deus, detentora de uma residência sénior na Rua Abranches Ferrão, em Lisboa.

Resposta a uma preocupação

Em meados de 1999, Alexandra Costa Gomes, chefe da Missão de Macau em Lisboa e presidente da comissão instaladora do Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM), toma a iniciativa de apresentar ao Governador a ideia de dar corpo a uma funda-

ção que possa constituir um suporte do centro e das suas actividades de intercâmbio com o território. A ideia foi vazada num memorando que definia os objectivos da instituição a criar e as verbas necessárias ao seu levantamento e funcionamento. Com efeito, Alexandra Costa Gomes está preocupada com o futuro do centro e receia que, após 1999, com o termo do apoio directo do governo macaense, os seus recursos não sejam compatíveis com a sua vocação e exigências.

Nos termos do projecto, a fundação com o nome de Jorge Álvares, o primeiro português que aportou à China, em 1513, deveria congrega, entre outras personalidades, os antigos Governadores de Macau. O capital desejável para a sua constituição era de 150 milhões de patacas, à volta de 3 milhões de contos. Cem milhões de patacas destinavam-se a financiar o funcionamento da fundação e 50 milhões à instituição de dois prémios: o Prémio Stanley Ho, mais conhecido como empresário do jogo mas com interesses em muitos outros sectores, e o Prémio Ho Yin, banqueiro já falecido, pai de Edmund Ho, que viria a ser Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

O Governador acolheu a ideia como «interessante», mas mostrou reticências quanto à possibilidade de o governo de Macau vir a apoiar a iniciativa. A criação de uma nova entidade teria de ter em conta o recente lançamento da Fundação Casa de Macau. Apesar de os seus propósitos não serem idênticos, Rocha Vieira queria evitar a dispersão de recursos e pretendia concentrar energias numa instituição com finalidades mais alargadas e objectivos mais amplos. Isto é, a aparecer uma nova fundação, admitia de antemão que fosse possível mais tarde fundi-la com a Fundação Casa de Macau. Antes de mais, uma vez que o governo de Macau não estava disponível para apoiar a ideia da Fundação Jorge Álvares da mesma maneira que apoiou outros projectos, Rocha Vieira faz uma sugestão a Alexandra Costa Gomes. «Porque não faz um memorando ao dr. Stanley Ho onde exprima a sua preocupação quanto ao futuro do Centro?» Sendo alguém que já apoiara a criação do Centro Científico e Cultural de Macau, o

Governador considera que era provável que Stanley Ho fosse sensível ao apelo para contribuir para a sua sobrevivência.

Fundação Jorge Álvares em gestação

A presidente da comissão instaladora do centro aceita a sugestão e envia a Stanley Ho um memorando de oito páginas sobre a criação da fundação e de um fundo para o financiamento dos prémios. Significativamente, mais de metade do texto do memorando incide na consolidação do projecto do Centro Científico e Cultural de Macau e só a restante parte incide na Fundação Jorge Álvares propriamente dita. Do memorando segue também cópia para o Governador de Macau, em 10 de Setembro de 1999. Logo a seguir a esta data, Rocha Vieira e Stanley Ho conversam sobre o assunto. A reacção do empresário manifesta-se de forma rápida e generosa, com alguma surpresa do Governador: «Então eu apoio com cem milhões de patacas.»

Para Rocha Vieira, o quadro institucional que alimentaria no futuro a ligação Portugal-Macau ganhava força e consistência: no pólo de Lisboa, a Fundação Jorge Álvares em articulação com o Centro Científico e Cultural de Macau; no pólo de Macau, a Fundação Macau, já a funcionar desde o tempo do almirante Vasco Almeida e Costa, Governador de 1981 a 1986, apoia a criação do Instituto Internacional de Macau (IIM), vocacionado, segundo os seus estatutos, para «aprofundar e actualizar os factores culturais da identidade de Macau». Só faltava apresentar o assunto ao já designado Chefe do Executivo da RAEM.

Rocha Vieira fala então a Edmund Ho do memorando para Stanley Ho e da resposta favorável do empresário dos casinos, traduzida no contributo de cem milhões de patacas. Ele concorda com o objectivo do projecto, do mesmo modo que acha bem a criação de um prémio com o nome do seu pai. Rocha Vieira dá-lhe ainda conta da intenção de consagrar nos estatutos da fundação que os ex-Chefes do Executivo da RAEM façam parte, por

inerência, do conselho de curadores da fundação. Edmund Ho achou boa a ideia, desde que, em vez de «por inerência», ficasse «que assim o desejem». Pela lei da vida, chegará uma altura em que já não haverá ex-Governadores, mas, dependendo da sua vontade, poderá haver ex-Chefes do Executivo no conselho de curadores da Fundação Jorge Álvares.

O Governador também o põe ao corrente dos passos que tinham sido dados para criar a Fundação Jorge Álvares em Lisboa e ainda do intuito de Jorge Rangel de lançar o Instituto Internacional de Macau. Beneficiando do apoio da Fundação Macau, na sua criação, e do apoio da Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento, no seu funcionamento, o IIM trabalharia em sintonia com o governo local.

No capítulo da Fundação Jorge Álvares está ainda por resolver a questão da dotação do fundo de 50 milhões de patacas para os prémios com os nomes do pai do primeiro Chefe do Executivo da RAEM e do magnata do jogo. Segundo o memorando enviado por Alexandra Costa Gomes a Stanley Ho, o prémio bienal com o nome de Ho Yin visaria distinguir «o trabalho mais importante de investigação, realizado no domínio do diálogo intercultural». Quanto ao prémio bienal com o nome de Stanley Ho, seria «para o trabalho mais importante realizado ou publicado na área económica, no contexto das relações Macau-Portugal-China».

Mais tarde, em conversa com Edmund Ho, numa atmosfera consensual e de adesão generalizada à ideia dos prémios, comunica-lhe que vai pedir à Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento que ponha de lado 50 milhões de patacas para a Fundação Jorge Álvares, retirados de uma contribuição de 180 milhões de patacas da STD, entregue de uma só vez à referida fundação, após a assinatura da revisão do contrato do jogo em 23 de Julho de 1997.

A iniciativa ganhava forma. Dado que estava a poucos meses do fim da sua missão, Vasco Rocha Vieira fica durante o mês de Agosto em Macau a avançar com os preparativos para a transição de poderes para a China e só no fim de Setembro vem a Portugal. É então que tem oportunidade de falar ao Presidente da República

das diligências para instituir a Fundação Jorge Álvares. Numa reunião em 1 de Outubro de 1999, o Governador destaca os objectivos da fundação e a estrutura prevista, os nomes que lhe ficam associados e ainda o interesse em ligar personalidades portuguesas de destaque à sua constituição. Jorge Sampaio ouve as explicações de Rocha Vieira. A ideia não só não lhe merece objecções como ainda lhe desperta palavras de aquiescência. Sendo assim, Rocha Vieira comunica ao Presidente da República que vai tomar as decisões necessárias ao apoio da fundação. Sampaio confirma a sua posição de concordância. O Governador levanta-se e, já em pé, diz: «Mas eu não quero que isto seja uma segunda Fundação Oriente.» A alusão ao desgastante conflito da entidade presidida por Carlos Monjardino com as autoridades chinesas, escutada pelo Presidente e por Magalhães e Silva e Carlos Gaspar, os dois assessores que assistiam à conversa, suscita uma reacção de quem considera que tal cenário está fora de causa.

Rocha Vieira saiu da audiência convencido de que o tema ficara encerrado, mas enganou-se. No dia seguinte, Magalhães e Silva pede ao Governador que mantenha reserva sobre a questão da fundação que depois o Presidente falaria com ele. Face ao compasso de espera solicitado por Belém, Rocha Vieira fala com Alexandra Costa Gomes para parar o processo de constituição da Fundação Jorge Álvares, na expectativa da clarificação da questão.

Em nova conversa no Palácio de Belém, a 25 de Outubro de 1999, o Presidente da República entende que, ao contrário da intenção manifestada por Rocha Vieira, não seria de associar à nova fundação figuras destacadas exteriores ao universo macaense. Por outro lado, considera que o conselho de administração deve ser nomeado pelo Governo, anunciando que vai resolver o assunto com o primeiro-ministro, António Guterres. O Governador diz que não lhe parece boa solução que os responsáveis da fundação sejam de nomeação governamental. De qualquer modo, solicita a Alexandra Costa Gomes que estude um formato de estatutos que possa comportar, nos termos mais adequados à natureza e ao

funcionamento da fundação, uma administração nomeada pelo Governo. Alexandra Costa Gomes confia esse trabalho ao advogado Coelho da Silva, avençado da Missão de Macau em Lisboa.

De regresso a Macau, Rocha Vieira indaga junto de Edmund Ho, primeiro através do secretário-adjunto Jorge Rangel, depois pessoalmente, o que ele pensa acerca da hipótese de vir a caber ao Governo da República a nomeação do conselho de administração da Fundação Jorge Álvares. A resposta do indigitado Chefe do Executivo macaense foi prudente e clara: «O Governo fará o que entender, mas a RAEM tem mais à-vontade a cooperar com uma entidade privada do que com uma entidade governamentalizada.»

Numa das frequentes deslocações de Magalhães e Silva a Macau, o tema foi novamente discutido com Rocha Vieira. Durante um almoço no pavilhão do jardim no Palacete de Santa Sancha, o conselheiro do Presidente da República deixou-lhe uma indicação positiva. «Não se preocupe. Eu falo com o Sampaio. Isto é para andar.»

Na verdade, no que era possível, continuava a andar. Uma das vezes que a presidente do conselho de administração da Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento, Gabriela César, vem a despacho, o Governador diz-lhe que ponha de lado 50 milhões de patacas para o fundo de financiamento dos prémios Ho Yin e Stanley Ho da Fundação Jorge Álvares. Fá-lo na qualidade de presidente do conselho de curadores da Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento, enquanto Governador de Macau. Aliás, de acordo com os estatutos da fundação, uma pessoa colectiva de direito público, os sete membros do conselho de curadores, todos eles, são nomeados pelo Governador

Tal como já ficou sinalizado, esses 50 milhões não provinham da dotação anual de 1,6 por cento das receitas brutas anuais da exploração dos jogos, mas sim de um montante de 180 milhões de patacas atribuídos de uma só vez pela STDM à Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento. Esta contribuição avulsa teve por objectivo apoiar iniciativas para preservar a componente por-

tuguesa da identidade de Macau. Quanto ao funcionamento da Fundação Jorge Álvares, já estava assegurado pela doação de cem milhões de patacas feita por Stanely Ho.

Na deslocação de despedida a Lisboa antes da passagem de Macau para China, o Governador do Território conta ser recebido por Jorge Sampaio no dia 29 de Novembro, uma segunda-feira. Na sexta-feira anterior, 26 de Novembro, Rocha Vieira dirige uma carta ao Presidente através do seu chefe de gabinete, Lídio Magalhães. É uma carta manuscrita, na qual informa Sampaio das diligências desenvolvidas em relação à fundação. Por um lado, explica-lhe como, no sentido de ir ao encontro da sua posição, adaptaram a versão do estatuto da fundação à solução de nomeação governamental da administração, seguindo o antigo modelo da nomeação dos reitores das universidades. Por outro lado, dá-lhe conta da abertura de Edmund Ho à criação da fundação, apesar do senão da ligação ao Governo. Escreve Rocha Vieira na referida carta:

Falei com o dr. Edmund Ho, que desde o início se tem interessado pela criação da Fundação, no sentido de a apoiar no futuro. Disse-me que quanto mais ligada ao Governo mais dificuldade terá em a apoiar. Expliquei-lhe a vantagem da ligação ao primeiro-ministro e não pôs objecções.

Acrescentou que, não precisando a Missão de Macau, no futuro, de todas as instalações que agora ocupa, disponibilizará parte das mesmas para esta Fundação e para as Fundações ligadas a Macau, ficando a Jorge Álvares com o controlo das instalações. Parece-me uma boa solução. Por um lado, a Fundação passará a dispor de uma sede, mas fundamentalmente pelo seu significado: creditação por parte do governo da RAEM e ligação ao Território. Ele gostaria que a fundação funcionasse como ponte entre Macau e Portugal.

Concretizando a sua disponibilidade, o Chefe do Executivo da RAEM, quando nomeia o eng.º Raimundo do Rosário chefe da Delegação Comercial de Macau em Lisboa (ex-Missão de Macau), dá-lhe instruções para que promova as obras necessárias a fim de

um dos andares da representação na Avenida 5 de Outubro ser autonomizado e destinado à Fundação Jorge Álvares.

No remate da missiva ao Presidente, ainda adverte:

Sem a Fundação, que aliás possui unicamente o fundo inicial, não dispondo de nenhum mecanismo para uma alimentação consignada de receitas, o Centro Científico e Cultural de Macau não poderá cumprir os objectivos que se propõe nem utilizar o potencial de que foi dotado e a Fundação Casa de Macau desaparecerá a curto prazo.

O tempo urge e começa a escassear para a escritura e outros procedimentos legais. A energia asiática e o ritmo de decisão de Macau não se dão bem com a lusitana lentidão. O Governador quer fechar todo o dossiê. A conversa com o primeiro-ministro, prevista para terça-feira, 30 de Novembro, deverá ser conclusiva, mas antes terá de falar com Jorge Sampaio para obter uma resposta aos pontos pendentes, apontados na carta.

Na carta também fala dessas audiências:

Gostaria de falar com o Senhor Presidente na segunda-feira, de modo a poder abordar este assunto com o primeiro-ministro na terça-feira, quando ele me receber, a fim de poder ser fechado este dossiê.

Do Palácio de Belém, no entanto, nem novas nem mandados. Desde Outubro que Jorge Sampaio arrasta o assunto, cuja clarificação estaria dependente de uma consulta a António Guterres. Entretanto, a ordem das audiências altera-se, uma vez que o Presidente da República passa a reunião de segunda-feira, 29 de Novembro, para a tarde do dia seguinte. Assim, ainda antes de se encontrar com o Presidente da República, Vasco Rocha Vieira fala com o primeiro-ministro na manhã de terça-feira, 30 de Novembro. Guterres transmite-lhe então que já tinha dito a Sampaio que não deve ser o Governo a nomear o conselho de administração da Fundação Jorge Álvares e que o processo deve seguir o procedimento normal

da criação de fundações. Na mesma ocasião, Guterres teve palavras positivas para o projecto, prometendo-lhe que, na devida altura, o Governo exprimiria o seu apoio à iniciativa através da declaração de utilidade pública. Antes, nessa manhã, quando apresentou cumprimentos de despedida ao presidente da Assembleia da República, disse-lhe que ia falar depois com o primeiro-ministro e referiu-se à fundação e ao problema que ainda estava em aberto. «Você é que devia ficar à frente disso», comentou Almeida Santos.

Na tarde desse mesmo dia, o Governador de Macau comunica a Jorge Sampaio o que ouvira de António Guterres, caindo assim a questão que paralisava o avanço do processo de constituição da Fundação Jorge Álvares. O Presidente da República não consegue esconder «uma certa contrariedade», que Rocha Vieira interpreta como uma reacção de alguém que é apanhado em falso. Afinal há mais de um mês que aguardava o resultado da conversa de Sampaio com o primeiro-ministro. E acabou por ser o Governador de Macau a dizer ao Presidente da República aquilo que devia ser o Presidente República a dizer ao Governador de Macau. «Às vezes era difícil saber o que pensava o Presidente. Ele não aplaudiu, mas também não disse que não», comenta Vasco Rocha Vieira, acrescentando que «a carta [manuscrita que lhe enviara em 26 de Novembro de 1999] nunca teve resposta».

Mais tarde, numa entrevista a Margarida Marante, no canal de televisão SIC, em 22 de Junho de 2000, Jorge Sampaio pronunciou-se sobre a sua posição em relação à Fundação Jorge Álvares «para arrumar a questão», afirmando que tinha expresso a sua oposição à constituição da fundação: «Bem, olhe, eu acho que não deve fazer.»

Na sucessão de perguntas e respostas da entrevista, o Presidente da República anda à roda do assunto, fazendo mesmo alguns parênteses, designadamente para elogiar o general Rocha Vieira ou para se referir à polémica sobre a Fundação Oriente, até chegar ao ponto em que claramente contraria o testemunho do antigo Governador quanto à posição colhida em Belém sobre a Fundação Jorge Álvares. Rocha Vieira, todavia, mantém: «Sampaio nunca me disse que não estava de acordo. O que ele me disse é

que dos órgãos sociais da fundação não deviam fazer parte personalidades nacionais de relevo e que achava que o conselho de administração devia ser nomeado pelo Governo.»

Na entrevista à SIC, conforme se observa na transcrição consultada, Jorge Sampaio apontou em termos gerais as sucessivas posições que exprimiu nessas reuniões:

«Eu, em três momentos diferentes, de uma vez sugeri várias diligências, de outra vez disse claramente assim, ‘olhe, eu... não, não deve fazer e se fizer eu não tenho nada a ver com isso’. Disse isso de uma forma clara.»

A entrevistadora contrapõe então: «Mas como é que o senhor Presidente podia dizer ‘não tenho nada a ver com isso’ se o Governador de Macau dependia directamente de si?»

Na mesma entrevista, Jorge Sampaio responde dizendo que só em Janeiro de 2000 soube da constituição da Fundação:

«Não, mas é que eu não soube quando é que ela foi constituída. Foi constituída em Lisboa, no dia 14 de Dezembro de 1999, por escritura onde aparecem duas pessoas, e a primeira reunião que houve entre os curadores indigitados foi no dia 18 de Dezembro, na véspera da transmissão de poderes em Macau. Eu não soube nem do dia 14 nem do dia 18. Soube que ela se tinha constituído muito depois, em Janeiro. E foi esta a história.»

Magalhães e Silva, antigo consultor de Sampaio, tem outra versão da data em que Jorge Sampaio terá tomado conhecimento da constituição da fundação. «A Presidência soube da instituição da FJA, em Banguet, já no regresso das cerimónias de transição, através de um telefonema de um advogado de Macau», disse numa entrevista ao jornal *Ponto Final*, de Abril de 2010.

A jornalista, de acordo com a mesma transcrição, põe depois a questão de o Governador dever lealdade ao Presidente da República:

«E teve sempre», responde Jorge Sampaio, que a seguir corta a pergunta da entrevistadora e diz:

«Nessa matéria temos divergência. Ó senhora doutora, admita que eu, no dia 15 de manhã, tinha sabido, que não soube, nem

ninguém soube, a não ser o notário, que tinha havido uma escritura. A senhora doutora acha que, perante o mundo inteiro, a quatro dias da transferência de poderes, eu ia demitir o senhor Governador de Macau que tinha prestado grandes serviços ao País? Eu era crucificado. Eu já não estava aqui, neste momento, a falar tão agradavelmente consigo. Isso era completamente inviável.»

Será que a Fundação Jorge Álvares não nasceu tardiamente? A resposta de Rocha Vieira é que «nasceu quando tinha de nascer, isto é, quando me foi apresentada a proposta e eu decidi apoiá-la, uma vez que tinha a preocupação da existência de instrumentos que garantissem a ligação de Macau a Portugal depois da transição». Na altura, Edmund Ho já estava designado Chefe do Executivo da RAEM, o que permitia ter «um compromisso, um acompanhamento» para lá de 1999. Esse compromisso era uma condição *sine qua non* para o lançamento da Fundação Jorge Álvares e para o desenvolvimento das suas actividades numa convergência de interesses entre Macau e Portugal.

XXVII

Tempos e modos

Vasco Rocha Vieira regressa a Macau no início de Dezembro para a breve e intensa etapa até à passagem de testemunho à China na noite de 19 para 20 de Dezembro de 1999.

Após a conversa com o primeiro-ministro, seguida de uma audiência em Belém, estavam ultrapassadas as dúvidas suscitadas por Jorge Sampaio quanto ao modelo de governação da Fundação Jorge Álvares e, deste modo, a sua constituição podia avançar.

Em boa verdade, Rocha Vieira não precisava de informar o Presidente da República e muito menos de ter a sua autorização para a criação da Fundação Jorge Álvares e para lhe conceder um subsídio de 50 milhões de patacas. A iniciativa de instituir a fundação nem sequer foi do governo de Macau e a atribuição de um subsídio era da exclusiva competência do Governador. Aliás, fê-lo noutras alturas, sem qualquer informação a Lisboa, nomeadamente em relação à Fundação Casa de Macau.

No caso da Fundação Jorge Álvares, Rocha Vieira resolveu proceder de modo diferente, informando o Presidente da República por duas razões que se interligam. Em primeiro lugar, o objectivo

da fundação é promover a ligação de Portugal a Macau após a transição. Em segundo lugar, os seus estatutos previam que fossem curadores todos os ex-Governadores do território e, se assim desejassem, todos os ex-Chefes dos Executivos da Região Administrativa Especial de Macau, e ainda personalidades nacionais de relevo.

Instituída pela eng.^a Maria Alexandra da Costa Gomes e pelo dr. Manuel Joaquim Coelho da Silva, a nova entidade nasce a 14 de Dezembro de 1999 no 16.º Cartório Notarial de Lisboa, mas as suas atribuições não se fazem esperar. Em meados de Janeiro de 2000, a imprensa de Macau, primeiro a portuguesa, depois a chinesa, apresenta a Fundação Jorge Álvares como uma forma de drenar fundos de Macau para Portugal. O ex-Governador é acusado de trocar a política pelo dinheiro.

O assunto irrompe depois na manchete da edição de 23 de Janeiro de 2000 do *Diário de Notícias: Fundação de Rocha Vieira deixa Sampaio irritado*. O jornal explica a seguir os termos do título: «O Presidente da República desconhecia a existência da Fundação Jorge Álvares, presidida pelo ex-governador de Macau e constituída dois dias antes do abandono do território. Soube pelos jornais.» A notícia é desenvolvida numa das páginas interiores num texto assinado por Pedro Correia sob o título *Sampaio foi o último a saber*. No dia seguinte, porém, o jornal corrigiria esta informação com base numa nota oficial do chefe da Casa Civil do Presidente da República, segundo a qual «Rocha Vieira deu a conhecer ‘oportunamente’ a Jorge Sampaio a concretização de ‘uma iniciativa privada’ tendo por objecto a constituição de uma fundação, vocacionada para as relações culturais entre Portugal e Macau». Citando a referida nota do Palácio de Belém, o *Diário de Notícias* escreve ainda: «O Presidente da República reitera, em geral, ‘a utilidade para Portugal de iniciativas privadas que contribuam para o desenvolvimento das relações entre Portugal e Macau, cabendo, naturalmente, aos seus promotores a forma de concretização de tais iniciativas’.»

Por seu turno, o jornal *24 Horas*, na edição de 24 de Janeiro de 2000, põe na primeira página a fotografia de Rocha Vieira com

a Bandeira Nacional ao peito, sob uma palavra-choque em letras garrafais: *Ladrão!* O impacto do título deixa na sombra os dados do antetítulo — «China ataca ex-Governador» — e de um breve texto de abertura — «o milhão de contos transferido pelo general para a Fundação que dirige já suscitou acusações públicas de ‘roubo’».

Acossado pelo tom das críticas vindas de vários lados, designadamente dos defensores de um corte radical com Portugal, Edmund Ho distancia-se da fundação cuja criação apoiara por palavras e obras, e anuncia, em conferência de imprensa, a constituição de uma comissão independente para averiguar a saída de 50 milhões de patacas da Fundação para Cooperação e Desenvolvimento.

O Chefe do Executivo da RAEM sente-se apertado internamente. Rocha Vieira fala com ele duas ou três vezes, dizendo-lhe que a nomeação da comissão não tem razão de ser. No entanto, Edmund Ho contrapõe-lhe que a comissão virá a concluir que está tudo certo, o que lhe dará maior respaldo perante alguns sectores locais. Mesmo assim, o ex-Governador mantém a discordância: «Não tem sentido. Você sabe como tudo se passou.»

O conselho de curadores da Fundação Jorge Álvares, formado por sete ex-Governadores de Macau e outras personalidades, e presidido por Vasco Rocha Vieira, tem uma reacção tranquila à constituição da comissão e mostra-se certo de que «o futuro dissipará qualquer interpretação inadequada que seja feita na base de informações incompletas e que não se aplicam ao caso específico da Fundação Jorge Álvares». Esse futuro, porém, estava mais distante do que poderia imaginar-se. Presidente da República e Governo lavam as mãos da polémica e deixam o último Governador de Macau ser queimado em lume mais ou menos brando na praça pública por decisões tomadas no exercício das suas competências. «Entendo que o Presidente da República», diz o general Rocha Vieira, «não deveria deixar Macau inquirir sobre a acção do representante da soberania de Portugal, exercida no território

enquanto estava sob administração portuguesa. Qualquer dúvida deveria ter sido esclarecida e resolvida directamente entre Macau e Portugal, pelos canais adequados.»

Para o ex-Governador, «o dr. Edmund Ho, face às forças mais conservadoras de Macau, não teve, nessa altura, o interesse político de assumir o seu comprometimento com a fundação, nem a ligação a Portugal».

Uma das vezes que falou ao telefone com o Chefe do Executivo da RAEM seguia para o Algarve na companhia do seu irmão. Edmund Ho respondia a uma chamada do ex-Governador. Rocha Vieira, que viajava num troço onde ainda não havia auto-estrada, parou o carro na berma para uma conversa que prometia ser demorada.

«Eu acho que o Estado português não deve admitir que faça uma investigação sobre actos da administração portuguesa», disse-lhe, reafirmando a posição que sustentava internamente.

Para Rocha Vieira, com efeito, «o Estado português andou mal ao não dizer a Edmund Ho: ‘Não senhor. Se o senhor tem alguma dúvida põe o assunto ao Estado português. Não vai nomear uma comissão de inquérito para julgar ou avaliar o representante da soberania portuguesa.’ Essa era a minha posição. Mas não era, contudo, a do Presidente da República.»

Com o Governo nunca falou do assunto, salvo uma vez de forma casual com o primeiro-ministro António Guterres, num casamento em que ambos estavam como convidados. Em termos constitucionais, Macau dependia do Presidente da República. É por isso que Rocha Vieira entra em contacto com Manuel Magalhães e Silva para ele transmitir ao Presidente Sampaio o que pensa da investigação. «Se alguma coisa se passou mal, é um assunto para o Presidente da República. E Macau só tem que falar directamente com Lisboa», diz ao conselheiro do Palácio de Belém.

A comissão independente nomeada por Edmund Ho também pretende obter o depoimento do ex-Governador. Este responde por escrito, embora considere que a comissão não tem de o ouvir.

Disso dá conta a Jorge Sampaio, através de Magalhães e Silva, ao mesmo tempo que insiste: «Acho que a Presidência está a fazer mal. Eles não têm nada que me fazer perguntas. Se alguém tem de fazer perguntas é o Presidente da República.»

Se Edmund Ho esperava que a comissão por si nomeada cumprisse o papel de dizer «está tudo certo», cedo deverá ter percebido que isso não ia acontecer. A «criatura» desconhecia ou fez que desconhecia as intenções do «criador» e este perdeu um tanto o controlo do processo que desencadeara. Com efeito, as correntes radicais antiligação a Portugal e o clima de desconfiança levantado pelos órgãos de comunicação social, com a ajuda do silêncio encorajador de Lisboa, acabaram por se reflectir no tom e no conteúdo do relatório da comissão. Considerando ilegal a atribuição do fundo de 50 milhões de patacas, a comissão preconizou a sua devolução. As conclusões do relatório nem sequer foram subscritas pelo Chefe do Executivo da RAEM, que preferiu ignorá-las. No final de Março de 2000, o Executivo de Macau limita-se a anunciar que o Governador Rocha Vieira procedeu de forma legal ao atribuir 50 milhões de patacas à Fundação Jorge Álvares e que a sua criação era do conhecimento das autoridades chinesas. Ao mesmo tempo, recusa a divulgação do relatório, alegando que não há motivo para o fazer.

Daí a mês e meio estava prevista a primeira visita a Portugal de Edmund Ho na sua qualidade de chefe do Executivo da RAEM e, também por essa circunstância, havia toda a conveniência em não prolongar a polémica. Não foi isso o que se passou. A questão da Fundação Jorge Álvares paira sobre toda a visita de Ho. Uma fonte do Palácio de Belém diz ao semanário *Expresso*, referindo-se à criação da fundação, que se trata de «um processo estranho». E o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros assegura que «o dossiê é totalmente desconhecido». No banquete no Palácio de Queluz oferecido por Jorge Sampaio a Edmund Ho, o último Governador de Macau não é incluído, como seria normal, na mesa da presidência, e é relegado para uma mesa periférica com convidados de menor hierarquia protocolar.

O programa oficial não contempla qualquer encontro de Edmund Ho com o seu antecessor, apesar dos pedidos de entrevista de Rocha Vieira e dos outros ex-Governadores que fazem parte do conselho de curadores da Fundação Jorge Álvares. As respostas a esses pedidos são algo evasivas, nem sim nem não. Rocha Vieira continua a optar por ficar calado. «Eu estava à espera que Edmund Ho viesse cá. Se ele fizesse uma declaração a explicar o que se passou, isto ficava resolvido. E eu não queria dizer nada que o privasse de condições para o fazer.»

Na recepção oferecida pelo chefe da RAEM no Hotel Ritz, Edmund Ho não pode evitar a interpelação dos ex-Governadores. Enquanto os convidados se acotovelam no salão de festas, não só Rocha Vieira, mas também os outros antigos Governadores de Macau sentam-se a um canto com Edmund Ho. Repetindo um relato que já tinha feito aos outros curadores, o último Governador conta os passos que foram dados para a constituição da fundação. Com a presidente da Assembleia Legislativa de Macau, Susana Chou, a seu lado, o chefe do Executivo «não fugiu às suas responsabilidades» e confirmou tudo o que ouviu. «Então, se confirma tudo, diga-o publicamente», pede-lhe o ex-Governador, observando que isso «não sara as feridas todas», mas permite virar a página.

«Eu não tenho margem política para fazer essa declaração e por isso não a faço», responde Edmund Ho. Perante esta atitude, Rocha Vieira diz-lhe: «Então obriga-me a que eu publicamente esclareça algumas coisas.» Apesar de a conversa ter ficado no âmbito privado, o ex-Governador saiu do encontro com um sentimento positivo. O facto de confirmar tudo o que lhe dissera e não fugir a assumir o que se passara «tem valor da parte de Edmund Ho». Além disso, seis ex-Governadores podiam agora atestar a versão exacta e coincidente do processo de formação e de financiamento da Fundação Jorge Álvares. São também novos dados que não podem deixar de enfraquecer a posição pretensamente salomónica em que até à data o Palácio de Belém se tinha escudado.

A história de um artigo

Mesmo assim, a decepção de Rocha Vieira é grande. Por via disso, imediatamente a seguir à conversa com Edmund Ho, decide escrever um artigo sobre a fundação. A Fundação Jorge Álvares «perdeu sentido para mim», declara, num quase adeus ao projecto. Do mesmo passo, condena a atitude de «alguns responsáveis em Portugal e em Macau, que, conhecendo a mesma verdade dos factos, preferiram adaptar-se ao que entenderam ser as conveniências das circunstâncias e as suas variações».

É um dedo acusador com dois destinatários principais: Edmund Ho e Jorge Sampaio. O Presidente da República tinha afirmado à Rádio Renascença que o general «vai ter que dizer alguma coisa». E Rocha Vieira disse mais do que «alguma coisa» no artigo intitulado «A minha verdade sobre Macau», publicado pelo semanário *Expresso* em 27 de Maio de 2000.

O artigo tem de ser entregue até à quarta-feira anterior à sua publicação. Antes disso, «porque o assunto é Macau», quer submetê-lo à apreciação de Jorge Sampaio para que ele verifique se há alguma questão de Estado que ali seja posta em causa. «Eu hoje já não sou Governador de Macau, mas tem a ver com as minhas funções como Governador.» É nesta lógica que leva o texto ao escritório do advogado Magalhães e Silva. O consultor do Presidente da República disse que precisava de umas horas. «Tem umas horas para falar com o senhor Presidente da República», diz-lhe e deixa o escritório. Quando volta, Magalhães e Silva já tinha alterado à mão aquilo que se considerou que tinha que ser emendado. Os cortes e as novas propostas de redacção abrangem cerca de 50% do artigo. Ao ler o texto na versão revista, Rocha Vieira exclamou: «Não estou de acordo. Isto é o branqueamento de Edmund Ho.» Na verdade, a maioria dos cortes sugeridos incidiam sobre as críticas que o ex-Governador fazia a Edmund Ho. «Eu tenho de dizer isto, uma vez que Edmund Ho não o quis assumir publicamente. Portanto, isso eu não retiro. Sou eu que o faço publicamente. Se há alguma questão de Estado — que não vejo — e que o Presidente da República considere

inconveniente, estou disposto a rever o artigo.» O advogado e conselheiro presidencial, porém, considerando que as observações críticas a Edmund Ho deviam mesmo ser eliminadas, replicou: «Faz mal.»

Magalhães e Silva acena-lhe então com uma oferta: «Olhe, ó general Rocha Vieira, você faça uma coisa. Retracte-se politicamente, dizendo que isto não correu bem e nós pomos o relógio às 17 horas do dia 19 de Dezembro.» É como quem diz: «Vai ter a sua condecoração, deixam de o incomodar nos jornais, a atribuição de uma função de que lhe tinha falado vai concretizar-se.» Rocha Vieira, no entanto, foi rápido a recusar o negócio: «Senhor doutor, está muito enganado. Eu não fiz nada de incorrecto ou de ilegal. As coisas não correram bem porque não quiseram que corressem. Mas eu não tenho nada de que me retractar politicamente.»

Só mais tarde atingiria o alcance da oferta e porque era «tão importante» retractar-se politicamente. «Depois percebi, nas conversas com Carlos Gaspar e outras pessoas, que estava na cabeça daquela gente que eu tinha a ambição de altos voos políticos e que a Fundação Jorge Álvares podia ser um suporte dessa alegada pretensão», diz. Rocha Vieira confessa que não percebeu isso mais cedo porque para ele era um «absurdo» admitirem tal hipótese: «Nunca me passou pela cabeça que houvesse essa preocupação em relação a mim. Era absurdo.»

O artigo «A minha verdade sobre Macau» seguiu para publicação, mas na sua versão inicial, salvo duas ou três emendas de pormenor, sem significado substantivo. Nele, depois de evocar a sua missão de mais de oito anos como Governador de Macau e de narrar em pormenor o processo de constituição da Fundação Jorge Álvares, explica que esperou a vinda de Edmund Ho a Portugal para ouvir as explicações do Chefe do Executivo macaense. E dele ouviu, entre outras novidades, que «não tinha sido a comunidade chinesa a levantar qualquer problema, mas sim interesses de portugueses em Macau e aqui em Portugal». E prossegue: «Mesmo que seja verdadeira esta interpretação, que admito sem surpresa, por maioria de razão esperaria que o dr. Edmund Ho

tivesse de imediato denunciado o que sabia serem especulações alimentadas por quem não desejava que a Fundação Jorge Álvares existisse.»

Depois de registar que informou o Chefe do Executivo macaense de que «tornaria pública a descrição exacta dos acontecimentos relacionados com a constituição e o financiamento da Fundação Jorge Álvares», diz: «Perdeu sentido para mim a existência da Fundação Jorge Álvares, porque foi quebrado um compromisso expresso, que perante mim tinha sido assumido pelo dr. Edmund Ho e no qual se baseava a garantia de uma cooperação continuada, séria e responsável, com a garantia essencial de poder continuar com a colaboração activa de todos os antigos Governadores de Macau.» Salvaguarda, no entanto, que, «no quadro das disposições legais e estatutárias, competirá ao conselho de curadores decidir dos destinos da Fundação Jorge Álvares de modo a preservar a vontade de manter boas relações de amizade entre Portugal e Macau». Sem deixar de invocar «a dignidade das funções» e «a honra dos homens», afirma a fechar: «Uma palavra final para dizer o óbvio: que a razão essencial por que este texto é publicado tem a ver com a dignidade nacional, dignidade essa incompatível com suspeições injustificáveis e com silêncios incompreensíveis.»

O artigo ainda voltará à baila entre Rocha Vieira e o Palácio de Belém. Antes da entrevista do Presidente da República a Margarida Marante (22 de Junho de 2000), Magalhães e Silva, insistindo de novo que Rocha Vieira se retracte, telefona ao antigo Governador para lhe dizer que ele tinha atacado implicitamente Jorge Sampaio no fim do texto e que Jorge Sampaio mostrara o seu desagrado em relação a esse alegado ataque.

A dado momento da referida entrevista a Margarida Marante, o Presidente da República mostra-se agastado com a crítica velada do ex-Governador, evocando a referida frase: «Eu admito que o senhor general diga aquilo que disse, já não admito tanto que, no último parágrafo do artigo do *Expresso*, me tenha posto no mesmo molho que os outros. Eu não disse nada. E nestes dias,

todos os interessados, e digo interessados entre aspas, me têm estado a malhar, não é verdade, desculpe a expressão, e eu a aguentar.»

Com efeito, o contacto de Magalhães e Silva tinha sido mais uma tentativa para levar o ex-Governador a um *mea culpa*. Em vão. Rocha Vieira limitara-se a responder-lhe: «Porque é que o senhor quando corrigiu o meu texto deixou isso em branco? Essa é uma das partes que o senhor não emendou.»

A liquidação da fundação sugerida por Rocha Vieira não chegou a verificar-se. O conselho de curadores considerou que a Fundação Jorge Álvares tinha condições para continuar a desenvolver a sua actividade, mas Rocha Vieira deixou as funções de presidente do conselho de curadores e do conselho de administração. Mantém, contudo, a qualidade de curador, atribuída automaticamente pelos estatutos a todos os ex-Governadores. Deste modo, também respondeu à solidariedade e confiança de todos os outros ex-Governadores num período difícil. Outros, sabendo, preferiram o silêncio. Passado o turbilhão, tem sido solicitado ao longo destes anos a assumir outras responsabilidades na fundação. «Tenho-me sempre recusado, mantendo-me fiel ao que decidi e ao que continuo a sentir», diz.

A polémica parecia ter morrido, mas a sua morte era apenas aparente. Apresentado em 1 de Fevereiro de 2000, o pedido de reconhecimento da Fundação Jorge Álvares, uma formalidade que compete ao Ministério da Administração Interna, teve de percorrer um longo caminho de mais de dois anos, alicerçando assim em bases sólidas a decisão final. Inicialmente, o secretário de Estado da Administração Interna, Luís Patrão, fez depender o *reconhecimento* de um parecer do Ministério dos Negócios Estrangeiros, «para verificar se a génese desta fundação pode afectar as relações entre Portugal e outros países». Luís Patrão já estava na posse do parecer do Palácio das Necessidades, cujo teor não chegou a ser divulgado, quando deixou o Governo e foi substituído por Rui Pereira, no início de 2001. Por iniciativa do novo secretário de Estado, foi também pedido um parecer à Procuradoria-Geral da República sobre a legalidade da constituição de uma fundação

com recurso a meios patrimoniais pertencentes a pessoas singulares ou colectivas diferentes dos instituidores, bem como se esses bens podem ser do Estado ou de outras entidades públicas.

No início de Janeiro de 2001, coincidindo com o pedido à PGR, a Fundação Jorge Álvares (FJA) entregou ao chefe de gabinete do secretário de Estado um parecer do professor Sérvulo Correia sobre a legalidade da deliberação do Conselho de Administração da Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento de Macau de atribuir à FJA um donativo de 50 milhões de patacas.

Um ano depois, em 30 de Janeiro de 2002, a FJA, respondendo a um pedido oficial nesse sentido, ainda apresentou ao secretário de Estado da Administração Interna documentos pedidos à Fundação para a Cooperação e o Desenvolvimento de Macau. Os documentos entregues ao Ministério da Administração para serem apreciados no processo de reconhecimento da FJA foram os seguintes: Relatório Anual e Contas de 1999; Acta n.º 1/2000 da reunião do conselho de curadores; Acta n.º 1/2000 do Conselho Fiscal; Parecer do Conselho Fiscal sobre o Balanço e Contas do exercício de 1999; e Orçamento Privativo do Ano Económico de 1999.

Finalmente, através do despacho de Rui Pereira de 12 de Março de 2002, foi autorizado o reconhecimento da Fundação Jorge Álvares. A portaria n.º 587/2002, relativa ao reconhecimento, seria publicada no Diário da República n.º 83, II Série, de 9 de Abril do mesmo ano.

O reconhecimento, seguido da declaração de utilidade pública, ocorre mais de dois anos sobre as datas matriciais da Fundação Jorge Álvares (FJA). Constituída em 14 de Dezembro de 1999 em Lisboa, teve a primeira reunião de curadores quatro dias depois em Macau, a 18 de Dezembro, aproveitando a oportunidade única de todos eles estarem no território para participarem na cerimónia de transição, no dia seguinte. A reunião, mais simbólica do que operacional, teve no entanto um ponto concreto. A decisão unânime dos curadores de nomearem o último Governador de Macau presidente da FJA, considerando que, pelo seu conhecimento do

território, era a pessoa que estava em melhores condições de exercer aquelas funções. Quando soube da escolha, ainda em Macau, considerou que o presidente da fundação devia ser o ex-Governador mais antigo. Já em Lisboa, porém, foi sensível aos argumentos de que era o último Governador que tinha mais e melhores contactos em Macau e na China, estando assim em posição ideal para cumprir um dos objectivos centrais da fundação: manter canais abertos com a RAEM e com Pequim.

XXVIII

Condecoração tardia e sigilosa

O reconhecimento formal do Estado pela forma digna como Portugal cumprira a última etapa da grande viagem iniciada meio milénio antes era o eco esperado pela opinião pública do País na hora do regresso a casa do último representante da soberania, daqueles que o coadjuvaram e de outras personalidades envolvidas na transição. Obrigação lógica e natural do Presidente da República enquanto vértice e personificação da soberania da República, esse reconhecimento apareceu de forma enviesada, esvaziada de força simbólica e de projecção interna e externa, quase às escondidas dos Portugueses. Ao longo de um período em que couberam duas celebrações do 10 de Junho, Dia de Portugal, a condecoração do último Governador permaneceu no limbo da política interna portuguesa. O adiamento de tal acto levou a que se instilasse a dúvida quanto à efectiva vontade do Presidente da República de distinguir o general Vasco Rocha Vieira. Muitas pessoas deram voz à estranheza provocada por essa situação, nomeadamente Joaquim Ferreira do Amaral, um dos candidatos a Belém nas presidenciais do início de 2001. Na campanha eleito-

ral, confrontou Jorge Sampaio com a questão da condecoração, tendo defendido que, por tudo o que Macau significava para Portugal, o último Governador já deveria ter sido agraciado com a Ordem da Torre e Espada. Uma das Antigas Ordens Militares e a mais alta condecoração do corpo das Ordens Honoríficas Portuguesas, a Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, só é conferida «por méritos excepcionalmente relevantes no exercício de funções dos cargos que exprimem a actividade dos órgãos de soberania», por «feitos de heroísmo», ou por «actos excepcionais de abnegação e sacrifício pela Pátria e pela Humanidade».

Após a reeleição de Sampaio e a sua tomada de posse para um segundo mandato, em 9 de Março de 2001, o assunto continuou a pairar na agenda política e mediática. Mas seria uma nova onda de suspeitas sobre a forma como o ex-Governador exerceu as suas responsabilidades em Macau a ocupar a boca de cena na Primavera daquele ano. Em três edições sucessivas — 24 e 31 de Março, e 7 de Abril —, o *Expresso* deu ampla cobertura a supostas revelações sobre os quadros dos Governadores existentes na Sala dos Retratos do Palácio da Praia Grande e ao alegado desconhecimento do destino do património que fazia parte dos edifícios representativos da soberania portuguesa no Território. Ao limitarem-se a dizer, em relação ao primeiro caso, que «o Presidente da República não tem conhecimento de nada» e, em relação segundo, que «não tem conhecimento da vinda de património cultural para Portugal», as fontes do Palácio de Belém permitiram que a referida vaga de suspeitas seguisse livre curso.

Desconhecimento inexplicável

Chegados aos últimos meses da administração portuguesa de Macau, os grandes capítulos do programa de transição ou estavam fechados ou iam ser fechados de acordo com o prazo previsto, o que contribuiu para a estabilidade política e social de Macau. Um desses capítulos teve a ver com as pessoas que tinham decidido

regressar a Portugal. Segundo Rocha Vieira, o ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama havia alertado para a necessidade de evitar imagens de debandada como na altura da descolonização africana, em 1974 e 1975. E na realidade não houve qualquer debandada.

A seu tempo, decidir o que ficava na Residência de Santa Sancha e no Palácio da Praia Grande foi um dos problemas sobre os quais os responsáveis se foram interrogando. Os retratos dos Governadores não escaparam a essa prospecção de soluções. No entanto, foi sem nada decidido sobre o seu destino que, por volta de 1997, os quadros da Sala dos Retratos, que era também a sala das visitas e de cerimónias públicas, começaram a ser submetidos a trabalho de restauro em Portugal, num processo que se alongou por mais de dois anos. Na mesma altura também se foi procedendo à pintura de réplicas. Foram 41 no total, uma vez que a galeria dos representantes do poder central só se iniciou com João Ferreira do Amaral, o Governador assassinado em 1849. Apesar do pouco interesse artístico da maioria dos originais, os retratos guardam um valor simbólico, pelo que havia interesse em salvar a possibilidade de as efígies dos Governadores de Macau no último século e meio de administração portuguesa serem vistas, quer em Portugal, quer na Região Administrativa Especial.

No contexto do bom relacionamento e do espírito de cooperação com o futuro Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, Rocha Vieira, num encontro no Palácio da Praia Grande, falou com Edmund Ho do orçamento do território para o ano 2000. O orçamento estava a ser preparado sob administração portuguesa, mas o Governador disse-lhe que não incluiria nada com que ele não estivesse de acordo. Na altura referiu-se também à panóplia de papel timbrado com os símbolos do novo poder que seria necessária logo após o 19 de Dezembro de 1999, pondo à disposição de Edmund Ho a Imprensa Oficial de Macau para a sua produção. «Nós já pensámos nisso», foi a resposta, o que levou Rocha Vieira a comentar em tom cordial: «Vocês também pensam em tudo.»

Prosseguindo a conversa, perguntou se o governo chinês de Macau continuaria a ocupar o Palácio da Praia Grande. A resposta foi um «sim» categórico, tendo Edmund Ho adiantado que Santa Sancha permaneceria a residência oficial, mas que ele ficaria a morar na sua casa. «Olhe, aqui a sala ao lado tem os quadros dos seus antecessores», disse Rocha Vieira em ar de graça, referindo-se à Sala dos Retratos, onde as visitas costumavam aguardar o momento em que eram recebidas pelo Governador. Ho esclareceu então que, enquanto Santa Sancha ficaria como estava, o Palácio da Praia Grande seria submetido a obras. Deste modo, os retratos seriam retirados e já não voltariam ao palácio. Rocha Vieira pegou na deixa e disse: «A história é história. Os retratos ficam cá, sabendo que os tratarão com dignidade. Mas, se os vão retirar, tem mais sentido deixar os originais no Centro Científico e Cultural de Macau, a instituição guardiã em Portugal da memória de Macau. Então fazemos questão de deixar na Sala dos Retratos as réplicas que estão a ser preparadas, porque os Portugueses fazem parte da história de Macau.»

Edmund Ho não fez qualquer reparo à solução apontada para os retratos. Quanto ao destino das réplicas após a transferência, o Governador percebeu que, muito provavelmente, viria a ser o Museu de Macau. Os originais ficaram mesmo no Centro Científico e Cultural de Macau.

As casas da soberania em Macau eram espaços simples, se bem que dignos e acolhedores. O recheio das áreas sociais de Santa Sancha era mais rico e vistoso do que o do Palácio da Praia Grande. O mobiliário, os serviços, as peças decorativas, os quadros despertavam o interesse de ministros e de outros convidados portugueses, que olhavam para a sala de jantar ou para a sala de estar e inquiriam: «Isto fica tudo para a China?» Rocha Vieira gostava de responder à pergunta com outra pergunta: «Como acha que deve ser?» As opiniões dividiam-se.

Não houve só portugueses a sentirem-se interpelados pelo património de Santa Sancha. As peças da residência do Governador e sua família também suscitaram a atenção do embaixador

Han Zhaokang, chefe da delegação de Pequim ao Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês (GLC).

O local do plenário do GLC alternava entre Macau e uma das duas capitais envolvidas nas negociações. Daí que, por cada reunião em Lisboa e em Pequim, havia duas reuniões que tinham Macau por cenário. No final de cada sessão no Território, o Governador oferecia sempre um jantar a ambas as delegações e a mais alguns convidados. Numa dessas ocasiões, em 1998, com o embaixador Han sentado à direita do anfitrião, numa conversa a dois, vem à baila o espólio da Residência de Santa Sancha. «Então, a quem é que isto pertence?», indagou o chefe da delegação chinesa, falando um português de lei. «Aqui é como se fosse Portugal», retorquiu Rocha Vieira. «O que está na residência oficial do Governador e no Palácio da Praia Grande é património português.» A explicação satisfez Han Zhaokang, que, sem pestanejar, concordou com a posição que acabara de escutar.

No fim do jantar, a delegação chinesa saiu primeiro. Rocha Vieira ficou com os membros da delegação portuguesa. Na sequência de anteriores trocas de impressões sobre o destino do património, transmitiu-lhes a conclusão resultante da conversa com o embaixador Han. «A China também acha que isto é nosso», disse, considerando natural e correcta a resposta do diplomata chinês.

Posteriormente, solicitou à Presidência da República uma orientação sobre os critérios de escolha das peças com importância e significado que deveriam vir para Portugal. À falta de uma definição de Belém quanto a esta matéria, o Governador designou um pequeno grupo para proceder a essa selecção. Em relação a Santa Sancha, os seus membros contaram, naturalmente, com a participação da «dona da casa» para lhes abrir a porta e para os ajudar na escolha. Aliás, ninguém melhor do que Leonor Rocha Vieira conhecia o que estava no inventário do palacete.

O grupo seguiu um critério misto. Por um lado, procurou deixar nos edifícios oficiais do governo do território uma *montra* de bens culturais portugueses, designadamente no domínio das

artes decorativas. Por outro, assegurou que em Portugal também fosse possível contactar com objectos artísticos, ornamentais e funcionais, testemunho da presença secular dos Portugueses em Macau. Em larga medida, o que estava em causa eram peças com motivos portugueses, como escudos e brasões, algumas delas do tempo da monarquia. Se existiam em duplicado, optou-se por deixar uma e trazer outra. No capítulo do mobiliário, o exemplar com mais valor era uma cómoda D. José. Ficou em Santa Sancha, uma vez que se sabia que havia outras idênticas em Portugal. Quanto aos quadros, dos mais antigos aos mais recentes, nada foi retirado da residência oficial. Na prática, mesmo para um visitante prevenido, ficou tudo igual.

O espólio enviado para Portugal foi embarcado no avião presidencial e acompanhado por Fernando Cardoso, encarregado do Palacete de Santa Sancha, no transporte para Lisboa, por ocasião da visita de Sampaio a Macau, em Março de 1999, para inaugurar o Centro Cultural. Além de Leonor Rocha Vieira, Alexandra Costa Gomes e Alcino Raiano, também Carlos Gaspar e Magalhães e Silva assinaram a lista com o património transferido para Portugal.

Quando o *Expresso* diz que o Presidente da República não sabia de nada, o ex-Governador sente-se «surpreendido» e «chocado» com a forma como as suas decisões estavam a ser desvirtuadas. No caso dos quadros dos Governadores, «não foi nada escondido», garante Rocha Vieira ao semanário, sublinhando que avisou previamente o futuro Chefe do Executivo de Macau e a Presidência da República da sua decisão. Aliás, o seu envio para restauro e a progressiva substituição dos originais pelas cópias passou por muitas mãos e era do conhecimento de muitas pessoas. O próprio *Expresso*, poucos dias depois da transferência de poderes, ao narrar a colocação na parede do quadro do último Governador, explica a opção tomada. «São cópias apenas, os que ficaram, porque os originais vieram para restauro em Lisboa, há cerca de um ano. E como a nova administração teve a frontalidade de fazer saber que eles seriam retirados do salão nobre da Praia

Grande, os quadros verdadeiros poderão ser apreciados dentro de algum tempo por quem lhes dá valor, no Centro Científico e Cultural, que vai guardar, em Lisboa, as memórias de Macau destes quatro séculos e meio», escreve Fernando Madrinha na edição de 8 de Janeiro de 2000. No entanto, na edição de 24 de Março de 2001, num texto de José Pedro Castanheira, jornalista do mesmo semanário, fala-se de «falsificação», um termo que remete para a existência de uma fraude.

Face ao que leu no *Expresso*, Rocha Vieira telefona ao consultor presidencial Magalhães e Silva, a quem manifesta a sua indignação pelo facto de a Presidência da República não ter esclarecido a situação, contribuindo assim para alimentar a desconfiança sobre o seu comportamento enquanto Governador.

O caso não morreria aqui. Em 31 de Março, o *Expresso* conta que Edmund Ho ficou «muito surpreendido» com a transferência dos retratos originais para Lisboa. «Nunca houve quaisquer conversas sobre o assunto», disse o Chefe do Executivo, acrescentando, porém, que isso «não é um problema e não tem qualquer significado para as relações luso-chinesas».

Finalmente, a 7 de Abril de 2001, o *Expresso* voltaria ao assunto numa notícia intitulada «Belém contradiz Rocha Vieira». Segundo as fontes daquele jornal, o Presidente Sampaio «não tem conhecimento da vinda de património cultural de Macau para Portugal», quer sejam os retratos quer sejam outros bens de carácter cultural. Para o ex-Governador, era impossível ficar quieto e calado. Pegou na notícia e numa fotocópia da lista do património enviado para Portugal, no avião do Presidente, com a assinatura, entre outros, de Carlos Gaspar e de Magalhães e Silva, os conselheiros de Sampaio para os assuntos de Macau, e endereçou aqueles documentos ao Presidente da República acompanhados de uma carta pessoal. A missiva foi entregue em mão na portaria do Palácio de Belém pelo próprio general Rocha Vieira. A partir daí pararam as notícias com ataques ao ex-Governador.

Face à atitude do general Rocha Vieira, Jorge Sampaio sente necessidade de reagir. Já em meados de 2000, o artigo do ex-

-Governador no *Expresso* intitulado «A minha verdade» e o adensamento do clima pré-eleitoral serviram de catalisadores à entrevista de Sampaio a Margarida Marante, na SIC. Em 2001, porém, a reacção presidencial não assume uma dimensão pública. «O Presidente da República percebeu que estava a ir longe de mais», comenta Vasco Rocha Vieira a propósito da iniciativa presidencial de lhe fazer chegar uma mensagem que parece ser de aproximação. O mensageiro é Carlos Gaspar, de quem recebe um telefonema em Abril a pedir para se encontrarem. O local aprazado para a conversa foi o bar do Hotel Palácio, no Estoril. O assessor de Belém começa por lhe transmitir que o Presidente da República recebera a carta do general e compreendia a sua atitude. Aliás, nem outra resposta seria possível.

O objectivo principal da conversa de Carlos Gaspar com o antigo Governador não era, contudo, desfazer os equívocos gerados pelo Palácio de Belém à volta dos bens culturais enviados de Macau para Portugal. O assessor de Sampaio trazia um recado importante para o general Rocha Vieira. O Presidente da República entende que o ex-Governador de Macau deve ser reconhecido pelo papel exercido nas suas funções à frente do território entregue à China em 20 de Dezembro de 1999. Por conseguinte, é sua vontade atribuir-lhe uma condecoração. Vasco Rocha Vieira escuta o emissário presidencial, mas não aceita que a proposta sirva para passar uma simples esponja sobre o passado. Pretende, por isso, saber mais sobre o alcance das intenções presidenciais. E indaga se Jorge Sampaio quer abrir uma nova página no registo histórico da transição de Macau. «O Presidente da República tem de ter um gesto que seja um passo em frente e se traduza na abertura de uma nova página na ligação de Portugal a Macau e à China», diz em resposta ao enviado de Sampaio. E acrescenta: «Se assim for, muito bem, eu estou de acordo com isso. Mas, se é só para resolver um problema que tem sobre os seus ombros, faça o que quiser.»

Em jeito de explicação por só naquela altura se estar a avançar para o agraciamento, Carlos Gaspar observou que, «no ano pas-

sado [2000], podia ser mal interpretado». Estupefacto, Rocha Vieira perguntou: «Mal interpretado porquê?» O assessor do Presidente Sampaio: «Foi um ano de eleições presidenciais.» O ex-Governador insiste, lançando uma nova pergunta que ficaria em suspenso. «Mas o que é que uma coisa tem a ver com a outra?»

Poucos dias depois do encontro no Estoril, Carlos Gaspar contacta o general Rocha Vieira para lhe dizer que o Presidente da República o recebe em audiência no dia 14 de Maio [2001], às 16 horas. Será a primeira e a última, se não se considerar o dia da condecoração.

No início da audiência, Jorge Sampaio exprime a sua vontade de lhe atribuir uma condecoração e diz-se conhecedor das condecorações que o ex-Governador já tem. Entre elas, a grã-cruz da Ordem do Infante D. Henrique, atribuída pelo Presidente Ramalho Eanes, e a grã-cruz da Ordem de Cristo, atribuída pelo Presidente Mário Soares. E informa-o de que é sua intenção conferir-lhe de novo a Ordem Nacional do Infante D. Henrique, mas no grau de grande-colar, realçando a elevada honra que esse grau representa. Uma vez que o grande-colar (previsto apenas nas Antigas Ordens Militares da Torre e Espada e de Sant'Iago da Espada, e nas Ordens Nacionais do Infante D. Henrique e da Liberdade) se destina exclusivamente a Chefes de Estado, o Governo iria fazer um decreto específico para o general Rocha Vieira, com força legal equivalente ao diploma sobre as ordens honoríficas portuguesas. Aliás, Sampaio informa que já havia falado com o primeiro-ministro sobre o assunto. Não era a primeira vez que se abria uma excepção. O próprio Presidente lhe refere dois precedentes verificados durante o seu mandato em relação à atribuição do grande-colar a personalidades que não eram Chefes de Estado. O primeiro caso foi o de Mário Soares, quando, já depois de ter deixado o Palácio de Belém, recebeu o grande-colar da Ordem da Liberdade. O segundo foi o de José Saramago, Prémio Nobel da Literatura em 1998, agraciado nesse mesmo ano pelo Presidente Jorge Sampaio com o grande-colar da Ordem de Sant'Iago da Espada. Mais tarde, em 2005, Jorge Sampaio também entregou a

Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas, as insígnias do grande-colar da Ordem da Liberdade.

A conversa entre o Presidente da República e o general Vasco Rocha Vieira decorre em cumprimentos de onda diferentes. Jorge Sampaio enaltece o carácter do grande-colar da Ordem do Infante D. Henrique, pretendendo pôr um ponto final numa questão que acabou por se virar contra ele. Rocha Vieira, por seu turno, sempre encarou uma eventual condecoração, sua e também dos seus principais colaboradores, não como um fim mas como uma forma de realçar a projecção de Portugal no mundo e de olhar para o futuro depois de fechado o ciclo do império.

Em Macau não houve propriamente um processo de descolonização. De qualquer modo, a transferência do território para a China foi percebida pela opinião pública como o último acto da epopeia marítima, com o regresso a casa depois de uma viagem de mais de meio milénio.

Nas conversas com o Presidente Soares e mais tarde com o Presidente Sampaio, o Governador evocou a ideia de que uma transferência de Macau bem sucedida abriria espaço ao Presidente da República para promover um sentimento de reconciliação dos Portugueses com a descolonização, não só como ponto de chegada, mas também como ponto de partida para a renovação e a intensificação dos laços herdados da história.

Essa oportunidade, porém, já tinha ficado para trás. Apesar disso, quando Sampaio manifesta a intenção de o condecorar, Rocha Vieira pensa que é possível fazer da cerimónia de condecorações um momento de afirmação da importância da ligação à China, designadamente através de Macau. Assim, o que antes de mais lhe interessa é «saber o significado da condecoração», isto é, se ele traduziria «a recomposição do muito que não foi prosseguido nas relações com Macau». É esse o sentido da pergunta com a qual confronta Sampaio: «Porque é que o senhor Presidente me quer condecorar?»

A falta de sintonia de Jorge Sampaio com as preocupações de Rocha Vieira é evidente. O Presidente limita-se a observar que se manteve «distante» da polémica da fundação. «Pois manteve, mas

fez muito mal, porque o senhor tem a ver com isso», replicou Rocha Vieira, antes de perguntar: «O senhor Presidente da República vê uma foto minha com a Bandeira Nacional na primeira página do jornal *24 Horas* com a palavra ‘ladão’ escrita por baixo e não tem nada a ver?»

A audiência manteve-se inconclusiva, sem que Rocha Vieira se tenha pronunciado sobre a aceitação da condecoração. Jorge Sampaio fez saber que o seu tempo era limitado, uma vez que o aguardavam os Ministros da República para os Açores e para a Madeira, reempossados nessa tarde nos seus cargos. Em vista disso, adiantou, voltariam a falar noutra altura ou então seria Carlos Gaspar a contactá-lo.

Foi a segunda hipótese que ocorreu. Pouco tempo depois, Carlos Gaspar convidaria Rocha Vieira para um almoço no Hotel Albatroz, em Cascais. O Presidente da República está preocupado quanto à atitude do último Governador de Macau face à condecoração. A sua comparência ou não na cerimónia de agraciamento era uma dúvida que o Palácio de Belém pretendia ver esclarecida antes de se avançar para a atribuição de ordens a um conjunto de personalidades envolvidas na transição de Macau. «O Presidente não terá esse problema», diz a Carlos Gaspar. «A minha posição é não fazer nada que possa impedir o Presidente da República de usar a cerimónia para reforçar as ligações com Macau. Eu vou estar presente. Para mim, o que está em causa é Portugal e Macau.» O ex-Governador não quer «estragar» a cerimónia. Mas reitera: «A condecoração para mim não tem sentido. O que tem sentido é a relação com Macau e a China.» Do outro lado, porém, o que sempre sentiu é que «Sampaio estava a resolver o seu próprio problema».

Apesar da falta de entendimento quanto ao alcance da condecoração, o caminho para a entrega do grande-colar da Ordem do Infante D. Henrique parece aproximar-se do seu termo. Rocha Vieira diz que gostaria que todos os secretários-adjuntos que o acompanharam em Macau fossem igualmente agraciados. Carlos Gaspar faz-lhe saber que não é essa a intenção presidencial. O desejo de Rocha Vieira, renovado mais tarde numa conversa

telefónica, acabou por ser parcialmente satisfeito. Os secretários-adjuntos que à data da transferência da administração se encontravam em funções também foram condecorados.

Do almoço no Hotel Albatroz, Rocha Vieira trouxe a indicação de que a cerimónia de agraciamento se faria em Junho ou Julho. Mas não foi assim. O Presidente da República viria a mudar de ideias. O ex-Governador apercebeu-se da alteração por notícias dos jornais. A confirmação veio numa conversa telefónica com Carlos Gaspar. «A condecoração já não pode ser agora porque o Governo se atrasou com o decreto-lei. Só pode ser depois do Verão», disse-lhe, reportando-se ao diploma que viria a ser aprovado especificamente para a atribuição do grau de grande-colar na condecoração do ex-Governador. Encarando com cepticismo a explicação do adiamento, respondeu-lhe: «Não vale a pena dizer-me isso. É absurdo. Toda a gente sabe que um decreto desses se faz em vinte e quatro horas, sobretudo quando já há o acordo do primeiro-ministro. A razão verdadeira já a li nos jornais: é passar a ideia de que a condecoração tem menos valor e significado se me for atribuída depois de eu passar à reserva.» Em 8 de Junho de 2001, *O Ponto Final*, de Macau, terá sido o primeiro jornal a pôr a hipótese de a condecoração ocorrer já com o general na reserva, isto é, depois de completar 62 anos, em 16 de Agosto. Passado um mês, o *Ponto Final* volta a realçar a fronteira decorrente da mudança do estatuto militar: «É provável que Jorge Sampaio se veja obrigado a adiar a cerimónia. Para depois das férias e já com o general na reserva.» No entanto, para o ex-Governador, é indiferente receber a condecoração antes ou depois de passar à reserva. «Nada disto faz sentido, mas nada disto me surpreende», diz.

Um Governador sem nome

Todo este processo parece inserir-se na lógica de reduzir a dimensão e a dignidade do tributo ao último Governador a uma expressão quase burocrática. Se assim não fosse, o Presidente da

República teria dado um carácter solene à condecoração de catorze personalidades ligadas ao processo de transferência de poderes em Macau, entre as quais o general Rocha Vieira. E teria dado projecção pública à cerimónia. Só pouco tempo antes a imprensa conseguiu vencer a reserva de Belém quanto à data do acontecimento. Personalidades houve que telefonaram para a Presidência a manifestar interesse em estar presentes, mas que, face a respostas do tipo «não foram feitos convites» ou «não há uma cerimónia pública», não compareceram.

Apesar de não ter sido publicitado, em 20 de Setembro de 2001, o Palácio de Belém encheu-se de um vasto público que saudou o acto da condecoração de Vasco Rocha Vieira com uma memorável salva de palmas, como forma de mostrar o seu apreço pela figura distinguida, apesar do contexto em que o foi. E não faltou quem depois lamentasse a ausência, determinada pelo carácter que Belém quis conferir à cerimónia.

O último Governador de Macau chegou à Presidência da República sozinho, pouco antes da cerimónia de condecorações, marcada para as 18 horas. A seu pedido, a família não o acompanhou. Apesar de tristes por se verem impedidos de testemunhar um acto que em circunstâncias normais seria motivo de orgulho e alegria, os membros da família compreenderam o pedido. Vasco Rocha Vieira não via razões para ter a seu lado a mulher e os filhos naquelas circunstâncias. Receberia a condecoração unicamente como mais uma missão ao serviço de Macau.

Antes da cerimónia foi conduzido pelo secretário-geral das Ordens Honoríficas, através do corredor que acompanha os salões contíguos do Palácio de Belém, ao gabinete do Presidente da República. José Vicente de Bragança ainda lhe perguntou: «Então, a sua mulher não veio?» Rocha Vieira respondeu com outra pergunta: «Acha que devia vir?» Depois de algumas palavras de circunstância com Jorge Sampaio, transitaram do gabinete presidencial para a sala contígua, onde decorreu a entrega das insígnias das ordens.

O Presidente da República proferiu um curto discurso, sem nunca citar o nome de Vasco Joaquim Rocha Vieira. Referiu-se «ao último Governador português de Macau» e rendeu-lhe um tributo em termos *quantum satis*: «Testemunhei as provas excepcionais de serviço público dadas pelo Governador de Macau, em condições sempre árduas e difíceis.» Jorge Sampaio disse ainda que a decisão de condecorar «os principais responsáveis da nossa administração e a delegação portuguesa do Grupo de Ligação Conjunto» fora «tomada desde antes do fim da transição». Sem fazer qualquer alusão ao facto de já terem decorrido vinte e um meses sobre a passagem de Macau para a China, declarou que os ditos responsáveis «deviam ser distinguidos só depois de terminado o longo e complexo processo de transferência de poderes em Macau».

A polémica da Fundação Jorge Álvares, ainda que de forma implícita, mereceu ao Presidente da República algumas considerações. «Não antecipei perturbações posteriores», disse, utilizando depois uma frase de sujeito indeterminado. «Lamentavelmente, quiseram prejudicar o reconhecimento público de que a democracia portuguesa soube salvaguardar os interesses nacionais e a dignidade do Estado no processo de transição de Macau.»

Os termos do preâmbulo do decreto-lei que permitiu a atribuição ao ex-Governador do grau de grande-colar, em princípio reservado a Chefes de Estado, foram mais generosos do que o discurso presidencial:

«A grande dignidade com que decorreu o termo da administração portuguesa de Macau e a sua transferência para a República Popular da China, asseguradas pelo último Governador de Macau, constituíram tarefas ímpares e uma realização extraordinária, permitindo manter os laços de Portugal ao Oriente e estreitar as relações com a República Popular da China, o que merece ser assinalado e reconhecido, justificando que, excepcionalmente, seja concedido ao general Rocha Vieira o grande-colar da Ordem Nacional do Infante D. Henrique.»

Recebido o grande-colar, cumprimentou o Presidente da República e nada disse. Vasco Rocha Vieira nunca assinou o «compromisso de honra de observância da Constituição e da lei e de respeito pela disciplina das ordens», previsto na Lei Orgânica das Ordens Honoríficas para cidadãos portugueses a quem foi atribuído um grau de qualquer das ordens. O termo do «compromisso de honra» foi-lhe enviado para casa para ser assinado e devolvido, o que nunca aconteceu. Daí que o *Anuário das Ordens Honoríficas* omita que lhe foi atribuído o grande-colar da Ordem do Infante D. Henrique. No seu *curriculum*, nunca inclui esta condecoração. «Para mim, é como se não existisse», afirma. «Fui à cerimónia em nome de uma responsabilidade que exerci e no cumprimento de uma tarefa que me ultrapassava.»

Sem criticar directamente Jorge Sampaio — «cada um tem as suas alturas e os seus tempos» —, o ex-Presidente da República Ramalho Eanes sustenta que «teria sido mais oportuno e mais interessante que a condecoração lhe tivesse sido entregue no último dia» como Governador, quando o território macaense ainda era português. «Se fosse Chefe de Estado era o que fazia», afirma.

Eanes não poupa palavras na avaliação da forma como Rocha Vieira se houve nas várias missões a que foi chamado. Sublinhando o «mérito excepcional» da acção desenvolvida em Macau, afirma: «O trabalho dele foi verdadeiramente extraordinário. E isto não é menos importante no plano simbólico. Na verdade, de um lado estava a China, com a dimensão que se conhece sob todos os aspectos. Do outro estava Portugal. No entanto, a entrega do território aos Chineses foi feita com uma grande dignidade histórica, com uma grande elevação, numa igualdade formal difícil. E isso deve-se fundamentalmente a ele.»

António Barreto não teria, por certo, dificuldade em subscrever as palavras de Eanes. Na edição de 19 de Dezembro de 1999 do *Público*, dia da transferência do poder em Macau, o académico e comentador escreveu na sua coluna, «Retrato da Semana»:

«As melancolias sobre a glória e a presença portuguesa no Oriente são tão ridículas quanto é o desprezo pelos mesmos fac-

tos. Portugal sai bem de Macau, porque o faz à sua dimensão, passada e presente. Nem mais, nem menos. Tê-lo conseguido é um feito. Durante anos, bandos de aves de rapina tinham feito as suas proezas. Mas não estragaram a festa. Chefes de Estado e governantes, governadores e políticos, empresários, funcionários e intelectuais. Mas um houve que fez a diferença, Vasco Rocha Vieira.»

XXIX

O capítulo que faltava escrever

Quando na madrugada de 20 de Dezembro de 1999 o avião presidencial rolava na pista do Aeroporto Internacional de Macau, um homem nascido há 60 anos perto do mar mas a milhares de quilómetros do Mar da China confrontava-se com uma pergunta que só ele podia escutar: «Voltarei um dia a Macau?» No silêncio da sua consciência, o último Governador do território administrado por Portugal ao longo de 442 anos, que cessara funções há pouco mais de 90 minutos, recebeu um eco do futuro. O general Vasco Rocha Vieira estava ciente de que só em resposta a um convite voltaria a entrar na Gruta de Camões e a subir as escadarias das Ruínas de São Paulo. No entanto, compreendendo os Chineses e revendo a maneira como sempre procedeu, partia com a «convicção» de que haveria de voltar ao enclave que conduziu desde 1991 até à transferência para a China. Esse dia chegou, não num momento qualquer, mas a seis meses de se completar uma década sobre o nascimento da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). Rocha Vieira só não conseguiu adivinhar que regressaria a Macau e à China acompanhado não

só pela mulher, mas também pelos seus filhos, englobados no convite.

«Foi um reencontro muito sereno», diz, remetendo para um plano secundário os aspectos pessoais e fixando-se nas responsabilidades funcionais. «Por feitio e formação, não me sinto possuidor das funções que exerci. Vejo Macau como qualquer coisa em que fui um actor, tive importância, mas em que nada do que fiz ou deixei me pertence. Sou um observador de fora, atento, não direi frio, mas rigoroso e distanciado, que está a ver mais do que a sentir.»

A Região Administrativa Especial que Vasco Rocha Vieira veio encontrar dez anos depois de receber a bandeira arriada pela última vez do mastro do Palácio da Praia Grande é simultaneamente igual e diferente. Igual na essência dos seus traços físicos e sociais. Diferente pelo seu impressionante crescimento e desenvolvimento, com destaque para a indústria do jogo, que adquiriu maior importância em relação a Macau do que anteriormente. O que, diz, «tem aspectos positivos e aspectos negativos».

O *boom* de casinos, hotéis, edifícios de maior porte não foi uma surpresa para o antigo Governador. Mas uma coisa é conhecê-los pelos *media*, outra é ver de perto os complexos que transformaram Macau na capital mundial do jogo, designadamente o Venetian, réplica de um complexo de Las Vegas, inspirado na cidade das gôndolas.

Quanto aos aspectos negativos, Rocha Vieira aponta a fuga dos jovens para os casinos, onde encontram emprego e melhores ordenados ainda muito novos, deixando assim de prosseguir estudos superiores, internamente e no estrangeiro. É uma atracção perversa para Macau enquanto Região Administrativa Especial. Na verdade, devido à escassez local, os lugares de maior responsabilidade poderão vir a ser preenchidos por quadros vindos do exterior. Por outro lado, o território fica privado de elites e de uma massa crítica com capacidade de preservar e afirmar a sua singularidade e a sua identidade, herdadas de uma história de fusão de culturas.

A nova Macau não está só nos grandes investimentos. «O que eu notei foi a qualidade daquilo que se observa quando se chega. E, associado a essa qualidade, um maior cosmopolitismo», diz. «Macau sempre teve residentes de múltiplas nacionalidades. Por vezes, o número de nacionalidades diferentes chegou à centena. Essa diversidade, porém, diluía-se entre o comum das pessoas. Hoje damo-nos conta da presença no Território de pessoas com outra importância e com outro nível de educação, o que é sinal do desenvolvimento de Macau.»

As características tradicionais da cidade, porém, continuam lá, com as garantias suplementares da inscrição do Centro Histórico de Macau como Património Mundial da UNESCO, em 2005. O dossiê da candidatura foi apresentado ainda durante a administração portuguesa. Quando recebeu o Governador de Macau, já na última fase da transição, o director-geral da UNESCO, o espanhol Federico Mayor Zaragoza, disse-lhe que o processo estava bem elaborado e a candidatura tinha todas as condições para ser aprovada. O único problema é que a China queria assumir essa proposta depois do regresso de Macau ao regaço da mãe-pátria. E também aqui não abdicou de vincar a sua soberania no âmbito de uma organização integrada no sistema das Nações Unidas. Rocha Vieira até achou positiva essa atitude, considerando que ela constituía uma maior garantia de preservação do património.

O convite de Edmund Ho, Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial, não foi um acto isolado, mas feito em conjugação com o governo central da China. Ao programa oficial da visita a Macau, de 15 a 17 de Junho de 2009, veio juntar-se o programa não oficial, onde tiveram lugar de destaque os contactos com entidades portuguesas e macaenses do território. Foram quatro dias intensos e cheios, que começaram logo no domingo, 14 de Junho, com a participação na missa na catedral e um encontro com o bispo da diocese, D. José Lai. Ao contrário do que acontecia no tempo da administração portuguesa, a missa dominical é transmitida pela televisão, um sinal claro, se outros porventura faltassem, do clima de liberdade religiosa em Macau.

Ainda nesse dia, no jantar que lhe foi oferecido no histórico e exclusivo Clube Militar, perante duas centenas de convivas, o antigo Governador deu o tom ao reencontro:

«Há 18 anos, quando cheguei a Macau, depois da cerimónia de cumprimentos, fui ao Leal Senado. Ali escrevi que seria sempre leal a Macau. Hoje queria dizer-vos olhos nos olhos que fui de facto sempre leal a Macau e leal aos Portugueses, sempre leal ao meu País, nos meus procedimentos e nas minhas acções.» Alguns dos presentes terão pensado, porventura, na Fundação Jorge Álvares, um tema sobre o qual Vasco Rocha Vieira já se tinha pronunciado à saída da catedral. Em resposta a um jornalista que o indagou sobre a eventual existência de alguma coisa de que estivesse arrependido, foi direito ao assunto subentendido na pergunta. «A Fundação Jorge Álvares existe, é uma instituição reconhecida, de interesse público e faz o seu caminho. É pena que tenha sido tão atacada, porque de certo modo ficou amputada na sua capacidade de desenvolver os seus objectivos: o estreitamento das relações de Portugal com Macau e a China.» E disse ainda: «Pode haver fundações com tanta transparência como a Fundação Jorge Álvares. Mas com mais transparência não há, com certeza.»

O último Governador está seguro de que a generalidade da opinião pública não tem dúvidas nenhuma sobre essa transparência. «As pessoas perceberam que a Fundação Jorge Álvares foi no essencial um instrumento político, manipulado e utilizado com fins políticos. Tão bem utilizado que muitas delas se interrogaram sobre a clareza de algumas questões e a limpidez de alguns processos», diz. «O tempo permitiu decantar o problema. Foi um filtro.»

Para lá da formalidade protocolar do acolhimento dispensado a Vasco Rocha Vieira, o chefe da RAEM quis introduzir uma pequena nota afectiva no programa. No início do jantar em honra do visitante no Palacete de Santa Sancha, Edmund Ho perguntou se os filhos do casal não queriam ver os quartos da casa da família ao longo de quase nove anos. A sugestão foi aceite, e também

Sofia, mulher do Pedro, o filho mais velho, participou na volta pelos aposentos de Santa Sancha. «Adoraram», diz o pai.

Na tarde que precedeu o jantar, Edmund Ho recebeu Rocha Vieira no seu gabinete. A presença dos Portugueses e das instituições portuguesas em Macau foi o tema central da conversa.

Outro momento com grande significado no programa foi o jantar oferecido ao ex-Governador, no segundo dia da visita, por Lu Shumin, comissário do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China em Macau e uma das principais figuras da administração central no território. Lu Shumin, que se referiu ao general Rocha Vieira como «um velho amigo da população chinesa», já tinha participado no jantar de Santa Sancha.

Rocha Vieira também se encontrou com Fernando Chui Sai On, que viria a ser Chefe do Executivo da RAEM a partir do final de 2009. Não tem dúvidas de que haverá «uma continuidade na política de apoio, de boa convivência e de envolvimento em relação à comunidade lusa». Concluiu: «Os Portugueses não têm nada a recear.»

Sabor português

«Os Portugueses e as associações portuguesas, os traços da cultura portuguesa, continuam a ser muito importantes para a maneira de viver, para a identidade e para a diferenciação de Macau», afirma Rocha Vieira. Até na gastronomia. «Hoje a gastronomia portuguesa é mais forte, mais apetecida e mais procurada do que no nosso tempo, não só pelos locais, mas também pelas pessoas que vêm de fora, nomeadamente os Chineses. Nos restaurantes portugueses vêm-se mais chineses do que portugueses.»

O «sabor» lusitano não se sente só à mesa. Há outras áreas marcantes no contributo dos Portugueses para o desenvolvimento de Macau. Rocha Vieira destaca o ensino universitário, o direito, a advocacia (provavelmente, nos escritórios de advogados portugueses há mais advogados do que havia no nosso tempo), os pro-

fessores dos vários graus de ensino e alguns serviços, como a engenharia, a arquitectura e o sector financeiro.

O idioma de Camões, porém, apesar de ser língua oficial da Região Administrativa, tem uma expressão reduzida fora da comunidade lusófona. A língua de trabalho é o inglês. Rocha Vieira reconhece esta realidade, mas confere-lhe uma importância relativa: «Sempre entendi que a presença portuguesa, o legado português, as oportunidades portuguesas não se esgotavam nas questões da língua.»

Quanto às instituições de raiz portuguesa, o antigo Governador colheu uma impressão muito positiva. «Apesar de continuarem a viver um pouco à parte do mundo chinês, hoje sentem-se mais macaenses de Macau do que antigamente. Sentem-se muito mais parte do território, embora continuem a dar o contributo da cultura e da presença portuguesas.»

Rocha Vieira tem uma explicação para esta evolução. Privadas do «amparo e do apoio do governo português de Macau», as instituições portuguesas ou estiolavam ou descobriam energias para sobreviver e continuar activas. Em 2001 até surgiu uma nova associação, a Casa de Portugal, com projectos e iniciativas que ultrapassam o simples universo português. «Mostraram-me vídeos, realizados por associados da Casa de Portugal, nos quais divulgam aquilo que em Macau resulta da simbiose de culturas.» De qualquer modo, o socorro da RAEM tem sido positivo no apoio a instituições de raiz portuguesa.

O reconhecimento da vitalidade das instituições portuguesas em Macau não impediu o advogado Jorge Neto Valente de criticar soluções do tempo da administração portuguesa, poupando, no entanto, o último Governador a essas críticas. «O general Rocha Vieira é uma personagem que faz parte da história de Macau, tal como o primeiro chefe do executivo, Edmund Ho», disse à agência Lusa por ocasião da visita, sublinhando que ele, «se mais não fez, foi porque não pôde fazer, não o deixaram fazer». Neto Valente confirmou que o seu reparo englobava o anterior Presidente da República. «Estou a falar também do Presidente Sampaio, que, mercê dos maus conselhos e da falta de conhecimento da

realidade de Macau, deixou passar algumas oportunidades», disse o causídico e presidente da Associação de Advogados de Macau, apontando a solução para a Escola Portuguesa como um dos erros cometidos em Macau (ver capítulo XVIII).

O facto de alguns portugueses residentes em Macau, entre os quais Jorge Neto Valente, terem pedido a nacionalidade chinesa é compreensível. Rocha Vieira encontra uma justificação para essa opção: «Sentem que é a terra deles. Hoje é uma terra chinesa. Eles não abdicaram da nacionalidade portuguesa, continuam a ser portugueses, continuam a ser patriotas. Só que a vontade de participarem mais facilmente na vida de Macau fê-los dizer: ‘Eu quero ter a nacionalidade chinesa. Assim sou cidadão mais completo da terra que escolhi para viver.’ E hoje percebo perfeitamente e não me choca a sua opção.»

«Estamos lá e não estamos»

Na hora do adeus à administração portuguesa, uma das dúvidas compreensíveis é se Macau iria conseguir manter e valorizar aquilo que a torna diferente. Zhuhai, mesmo ao lado, já é maior. Macau poderia ter tido o desenvolvimento de muitas outras cidades da China e tornar-se uma cidade como outra qualquer, mas tal não aconteceu.

«Macau, na sua pequena dimensão, só pode sobreviver como uma Região Administrativa Especial, mantendo esse estatuto de diferença em relação à China. As pessoas podem ir procurar a Macau coisas diferentes das que procuram na China ou na Europa», diz.

O segredo para continuar a ser diferente do resto da China, segundo Rocha Vieira, está em que «Macau teve sempre uma vocação de entreposto, de ligação entre o interior e o exterior. E nós defendemos sempre que Macau poderia e deveria continuar a ter essa vocação. Simplesmente, com o desenvolvimento da China e um mundo cada vez mais global, precisaria de outras condições. Nós fizemos muito nesse sentido, através da preparação de quadros, da criação da universidade, do ordenamento jurí-

dico, do lançamento de infra-estruturas, do aprofundamento das ligações internacionais. Portugal não acreditava que Macau podia ter um papel útil para a China na sua ligação a outras áreas, nomeadamente à CPLP. Nós, em Macau, acreditávamos que isso era possível. Macau tem hoje uma oferta cultural e lúdica superior à de Hong Kong, quer em quantidade, quer em qualidade. Não só nos museus, mas nos concertos, nas exposições, nos congressos, nas provas desportivas, nas celebrações festivas.»

A fórmula «um país dois sistemas» foi a chave da reincorporação natural e sem rupturas de Hong Kong e Macau na Grande China, admitindo-se que o mesmo venha a acontecer com Taiwan, num prazo não muito afastado. E a chave continua na fechadura.

«O projecto de ter Macau no segundo sistema está a ser cumprido e desenvolvido. Cumprido na legislação, nas liberdades, na capacidade de iniciativa empresarial e na economia de mercado. Macau é na China um território cuja administração e maneira de viver, de sentir e de estar continuam a ser diferentes, prolongando um percurso de séculos», diz o último Governador. «E a China tem aproveitado a vocação de Macau como elo de ligação a outras regiões, outras culturas.»

O estatuto actual de Macau, mais que fruto de uma política de boa vontade em relação à anterior potência administrante, resultou de uma atitude pragmática e da percepção da utilidade que a diferença poderia ter para os interesses chineses. Isso é visível na maneira como Pequim fez de Macau uma plataforma de ligação não só à lusofonia, designadamente ao Brasil, mas também à União Europeia e até, noutra plano, à Santa Sé.

O problema, agora como no tempo da administração portuguesa, é o País aproveitar as oportunidades que ali despontam. «Nós estamos mais interessados e mais preocupados com a Europa e a África. Surpreendentemente, parece que as pessoas não acreditavam no papel que a China iria ter no futuro. Para nós, em Macau, era claro. Bastava lá estar para perceber que a China teria um papel planetário crescente e que Macau, apesar da sua muito pequena dimensão, poderia ter utilidade para a China

e utilidade para Portugal no seu relacionamento com aquela parte do mundo», diz Rocha Vieira, lembrando que «era muito ambicioso» nesse campo e que «não foram suficientemente aproveitadas as oportunidades abertas pelo governo de Macau».

Pequim não tardou a dar razão ao antigo Governador com a criação, em 2003, do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP — Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), tendo colocado o respectivo secretariado em Macau.

«Aí, mais uma vez, Portugal não prestou a devida atenção ou não deu prioridade à importância de Macau», observa. Na verdade, aquilo que poderia e deveria ter acontecido, se tivesse havido essa prioridade logo desde o tempo da administração portuguesa, é que Portugal e a China fossem como que co-presidentes desse fórum e os dois tivessem uma agenda de cooperação com os países da CPLP. «Isso era razoável, uma vez que a China queria cooperar com a CPLP e Portugal tem uma posição singular na organização. Esteve em Macau mais de 400 anos, foi país colonizador em África e dentro da CPLP é o único país da União Europeia.» Portugal, quando toma lugar no Fórum para a Cooperação entre a China e a CPLP, sente que, apesar da sua «posição singular», tem um estatuto como qualquer outro. Quando há reuniões geram-se hesitações inevitáveis: «Vai o ministro, não vai? Mas não podemos deixar de estar. Portugal vive num conflito permanente em relação a uma realidade a que não deu a devida atenção. Sabe que não pode estar à parte, mas como nunca teve uma estratégia para aquela zona também não sabe lidar com ela. Estamos lá e não estamos», diz Rocha Vieira.

A consciência de que se impõe superar esta ambiguidade subjaz a uma das afirmações proferidas durante a sua visita à Cidade do Nome de Deus: «Não se responde a 400 anos de história só com amizade. Portugal esqueceu e tem negligenciado Macau.» Fazendo uma analogia com as relações pessoais, diz que «a amizade não é uma coisa abstracta, é feita de afectos, de interesses mútuos.

Há uma incoerência quando desenvolvemos o campo da palavra utilizando a amizade e depois isso não é materializado em relações mais profundas».

Rocha Vieira não ignora que Portugal se esqueceu muitas vezes de Macau ao longo da sua história. No entanto, a presença da administração portuguesa compensava de certa forma esse esquecimento. «Quando a administração portuguesa sai, essa ausência sente-se mais. E as pessoas que lá estavam, os portugueses que continuam a viver em Macau, que são muito sensíveis ao sentimento de amizade, de acompanhamento, sentem mais a situação, porque já não têm a administração portuguesa.»

Os *media* de língua portuguesa de Macau deram grande destaque à visita de Rocha Vieira. Já em Portugal a deslocação teve um tratamento modesto. Para o ex-Governador, essa modéstia não tem nada a ver com ele, mas com o País. «Portugal está longe de Macau. Macau não é uma preocupação dos Portugueses. Não é uma prioridade dos dirigentes. É algo que existe na nossa história, mas pouca influência tem no nosso presente. Daí eu dizer que Portugal tem negligenciado, tem perdido oportunidades naquela parte do mundo, para onde o *shift of power* está a deslocar-se.»

O desinteresse da imprensa portuguesa pela visita de Rocha Vieira não contagiou o Palácio das Necessidades. A presença de Rocha Vieira na China foi seguida com atenção pelas representações diplomáticas em Pequim e em Macau. O embaixador na China, Rui Quartin Santos, ofereceu-lhe um jantar e o cônsul-geral em Macau, Manuel Carvalho, teve idêntico gesto e acompanhou os seus passos no território.

«Recebemo-lo como amigo»

Depois de Macau abrem-se a Rocha Vieira as portas da Grande China, ainda com as palavras do Presidente Jiang Zemin na memória, ao despedir-se dele em 20 de Dezembro de 1999: «Venha a Macau e à China sempre que quiser.»

A visita à China, de 17 a 24 de Junho de 2009, desenrolou-se em dois tempos distintos. O primeiro, de perfil mais institucional, teve Pequim como cenário. O segundo tempo, na Região Autónoma de Xinjiang-Uigur, de forte tradição e implantação islâmica, foi mais cultural e turística. Convidado pelas autoridades chinesas a escolher a zona do país que gostaria de visitar, Rocha Vieira indicou aquela região situada na Rota da Seda.

Deferência, apreço, amizade foram as notas dominantes dos contactos políticos em Pequim com dignitários chineses. Recebido pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, He Yafei, ouviu palavras cordiais: «A China considera-o um amigo» e «quero que se sintam bem». E sentiu-se bem, um pouco mais tarde, quando foi recebido nos pavilhões do Instituto do Povo Chinês para os Assuntos Exteriores (CIPFA — Chinese People's Institute of Foreign Affairs), no limite da Cidade Proibida, para um jantar oferecido pelo seu vice-presidente, o embaixador Wan Yongxiang.

O CIPFA é organismo com várias funções, uma das quais é acolher ex-altos dirigentes estrangeiros e personalidades que a China tem na categoria de amigos. Foi o CIPFA, por exemplo, que acolheu os ex-Presidentes James Carter, dos EUA, e Ramalho Eanes.

Além disso, o instituto promove contactos regulares com instituições de outros países dedicadas às relações internacionais. Desses contactos resultam relatórios e informações para os dirigentes de topo do país.

Há ainda um terceiro vector do Instituto para as Relações Exteriores que também tem a classe dirigente como principal destinatária. Os quadros do CIPFA procuram responder a esta pergunta: por que motivo alguns países ao longo da história foram líderes mundiais e por que motivo deixaram de o ser? Um dos casos estudados é Portugal.

O anfitrião do general Rocha Vieira, Wan Yongxiang, antigo embaixador no Brasil, é um conhecedor de Macau, pois foi comissário do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China na Região Administrativa Especial. À mesa sentou-se também Guo Dongpo,

primeiro director da delegação da Xinhua em Macau, que Rocha Vieira mostrou interesse em voltar a ver.

A conversa, que se prolongou por mais tempo do que o previsto, incidiu, designadamente, na crise económica internacional, e no papel da China no mundo e no modo como o país vê a Coreia do Norte, o Afeganistão, o Irão, o Médio Oriente e a União Europeia.

O último acto do programa de Rocha Vieira em Pequim foi uma reunião no Diaoyutai, o complexo destinado a hóspedes do Estado, com a senhora Hua Jian, directora-adjunta do Departamento para os Assuntos de Hong Kong e de Macau, que depois lhe ofereceu um almoço.

Na tarde desse dia, 19 de Junho de 2009, sempre com a sua família, deixou Pequim para uma viagem aérea de cerca de quatro horas até Urumqi, capital da Região Autónoma de Xinjiang-Uigur. Além de Urumqi, uma cidade moderna, com 2,5 milhões de habitantes, que conserva uma parte antiga, ainda visitou Kashgar e Turpan, dois centros importantes da Região Autónoma, e o Lago Tianchi (Lago Celestial). Turpan é conhecida por ficar numa zona tórrida, com as temperaturas mais altas da China, pelas passas de uva sem grainha e pelo seu milenar sistema subterrâneo de abastecimento de água, recolhida do degelo de glaciares das montanhas de Tian Shian, que atingem mais de 7 mil metros de altitude.

Na digressão esteve sempre com acompanhantes locais, que se somaram a dois acompanhantes vindos de Pequim e ao acompanhante vindo de Macau.

Do mesmo modo que na capital da China, também a hospitalidade e a cordialidade das autoridades locais das cidades lhe deixaram a mensagem de que era considerado um amigo. A especificidade cultural, étnica, religiosa e linguística que está na base da autonomia da região foi sendo afluída nos contactos com responsáveis políticos, nomeadamente com a vice-governadora da região, uma manchu que em pequena já tinha vivido em Urumqi.

Para lá das cidades, das paisagens, das conversas, a principal memória que Vasco Rocha Vieira trouxe da visita à China, em

2009, foi a forma amigável do acolhimento dispensado pelas autoridades do país, quase nove anos depois de ter cessado as suas funções de Governador de Macau. Se a Rota da Seda sugere suavidade, também suaves, tanto no plano pessoal como no político, foram estas palavras ouvidas da boca do embaixador Wan Yongxiang, vice-presidente do Instituto Chinês para os Assuntos Exteriores (CIPFA):

Recebemo-lo como amigo que consideramos muito pelo papel importante que desempenhou na transição suave e de sucesso em Macau.

Epílogo

Testemunho e memória

Há um tempo para o silêncio e um tempo para a palavra. O tempo do general Vasco Rocha Vieira após o regresso de Macau em 1999 foi de silêncio. As exceções foram raras e ditadas por circunstâncias em que ficar calado equivaleria a consentir. O tempo da palavra, porém, foi-se aproximando até se traduzir neste livro, no qual os quase nove anos como Governador de Macau têm uma presença relevante, mas que passa ainda por outros *portos* do seu percurso pessoal, militar e político. «É um testemunho que devo aos Portugueses sobre questões importantes em que participei», afirma. No fundo, trata-se de assumir a obrigação para si mesmo, para a sua família e para os seus compatriotas, contemporâneos ou vindouros, de não deixar que a história só seja contada pelos outros.

O livro *Todos os Portos a Que Cheguei — Vasco Rocha Vieira* não foi apenas *escrito por*, foi também *escrito com*, ao longo de muitas horas de conversa que constituíram uma fascinante forma de viagem. A sua publicação só se tornou possível porque ele aceitou abrir as portas da memória e dar testemunho sobre pro-

cessos e situações do nosso devir recente nos quais teve uma intervenção decisiva. O livro incorpora outros contributos, orais e documentais, mas o de Rocha Vieira é axial.

O compasso de espera permitiu deixar assentar a poeira relativa a Macau e salvaguardar, por razões de respeito institucional, o período de reserva decorrente do exercício de altas funções por personalidades com as quais Vasco Rocha Vieira teve um relacionamento enquanto Governador.

A história de vida de Vasco Rocha Vieira não nasceu de um descabido impulso narcisista ou de um inconsequente ajuste de contas com quem quer que fosse. Na linha da sua atitude e do seu comportamento no exercício de funções importantes que lhe foram atribuídas, nasceu sim do imperativo de afirmar valores e interesses que têm a ver com o País, com o orgulho de ser português e, no caso concreto de Macau, com o rasto de dignidade e de grandeza deixado na hora da partida. Para Rocha Vieira, a chamada «questão legada pelo passado» do enclave administrado por Portugal durante mais de quatro séculos «é importante para os Portugueses». Embora Macau não fosse uma colónia à luz das deliberações das Nações Unidas, a transferência da sua administração para a China constituiu de forma simbólica o encerramento do ciclo imperial, iniciado no século xv. A recordação dos traços traumáticos provocados pelo processo de descolonização nos anos 70 do século xx tornava ainda mais premente o objectivo de uma transição sem mácula em Macau. De resto, esta preocupação foi posta em cima da mesa pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, na sua visita de Estado à China, em Maio de 1985, quando o tema da transferência foi abordado pela primeira vez, ao mais alto nível, entre os dois países. É o próprio Eanes que um quarto de século mais tarde recorda as conversações sobre o tema com o primeiro-ministro chinês, Zhao Ziyang, e as palavras que na altura lhe disse: «Portugal descolonizou de forma algo precipitada as suas dependências coloniais, o que suscitou, entre a população portuguesa, traumatismos em que era forçoso não reincidir.»

E não reincidiu. «Macau, ao ser transferido como foi, mostrou aquilo de que, em circunstâncias normais, os Portugueses são capazes», salienta Rocha Vieira.

No entanto, acrescenta: «Macau correu bem, mas com dificuldades.» Se este livro fala das dificuldades e dos esforços para que tudo acabasse em bem é porque Vasco Rocha Vieira considera que os «Portugueses têm o direito de saber como as coisas se passaram em Macau». Um direito que inclui a verdade acerca do relacionamento do último Governador com os órgãos de soberania, nomeadamente com os Presidentes Mário Soares e Jorge Sampaio, e com os Governos dos primeiros-ministros Cavaco Silva e António Guterres. Apesar de Rocha Vieira sempre ter assumido nesse relacionamento uma posição correcta e institucional, actos e omissões ulteriores do Presidente Sampaio foram objectivamente lesivos do Governador que levou a bom porto o processo de transição da administração do território para a República Popular da China.

O Presidente da República poderia ter capitalizado o reconhecimento interno e internacional do bem sucedido período de transição e da forma digna como Portugal fechou a porta do Império, pondo o prestígio do general Vasco Rocha Vieira ao serviço do País. Em vez disso, por razões que só o próprio Sampaio saberá, permitiu que ele ficasse na prateleira, tratado como uma pessoa incómoda que era preciso apagar. Na verdade, o então Presidente da República assistiu num calculado distanciamento ao desenrolar do caso da Fundação Jorge Álvares, que serviu de pretexto para uma campanha de descrédito de Rocha Vieira, através do desvirtuamento de actos legítimos por ele praticados no quadro da sua competência enquanto Governador de Macau.

O que está em causa, no entanto, não é só o passado. É também, segundo Rocha Vieira, «levar os Portugueses a perceberem a importância de Macau, hoje e no futuro». Através de Macau, com efeito, Portugal pode chegar com mais facilidade à grande China, do mesmo modo que Macau já é e pode ser ainda mais um factor de projecção da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Foi este, aliás, o móbil principal das visitas do então

Governador a países da CPLP. Disse Rocha Vieira no *Seminário Rumos de Macau e das Relações Portugal-China (1974-1999)*, promovido em 2009 pelo Centro Científico e Cultural de Macau.

Vasco Rocha Vieira, acompanhado pela sua família, voltou a Macau em meados de 2009, a convite de Edmund Ho, Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau. Em seguida fez uma visita à China a convite das autoridades de Pequim. Tanto numa como na outra etapa da sua deslocação, que em si mesma já assume um grande significado, Vasco Rocha Vieira recebeu o reconhecimento da República Popular da China pelo papel desempenhado no processo de transição.

A amabilidade dos convites e o modo como decorreu a viagem a Macau e à China constituíram, segundo Rocha Vieira, «um estímulo» para levar por diante o presente livro. Esse estímulo veio somar-se a outras motivações sempre presentes no seu espírito, designadamente, de acordo com as suas palavras, «a responsabilidade social de contribuir para a valorização da sociedade a que se pertence». É o que Vasco Rocha Vieira faz com *Todos os Portos a Que Cheguei*, oferecendo-lhe o seu testemunho e abrindo-lhe a sua memória.